

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

SIMONE PILETTI VISCARRA

SOCIALIZAÇÃO E CULTURA POLÍTICA DOS MORADORES DE PORTO ALEGRE: UM
ESTUDO LONGITUDINAL ENTRE 1968 E 2013

Tese de doutorado

Orientador: Prof. Dr. Cesar Marcello Baquero Jacome

Porto Alegre
Janeiro de 2015

SIMONE PILETTI VISCARRA

SOCIALIZAÇÃO E CULTURA POLÍTICA DOS MORADORES DE PORTO ALEGRE: UM
ESTUDO LONGITUDINAL ENTRE 1968 E 2013

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação
em Ciência Política como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Marcello Baquero
Jacome

Porto Alegre
Janeiro de 2015

Simone Piletti Viscarra

SOCIALIZAÇÃO E CULTURA POLÍTICA DOS MORADORES DE PORTO ALEGRE: UM
ESTUDO LONGITUDINAL ENTRE 1968 E 2013

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação
em Ciência Política como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Marcello Baquero
Jacome

Aprovada em _20__ de janeiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cesar Marcello Baquero Jacome (Orientador/UFRGS)

Prof. Dr. Hemerson Luiz Pase (UFPel)

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González (UFRGS)

Prof. Dra. Silvana Krause (UFRGS)

Prof. Dra. Sonia Maria Ranincheski (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Cesar Marcello Baquero, pelos anos de amizade e de orientação em minha vida acadêmica.

Ao Professor Aaron Schneider da Universidade de Denver, pelo apoio e pela oportunidade de realizar meu Doutorado Sanduíche.

A todos os servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que se dedicam a fazer deste centro de ensino um dos melhores do Brasil.

À CAPES, pelo apoio financeiro durante toda a minha vida acadêmica.

À colega Camila de Vasconcelos, pela paciência, dedicação e contribuição na etapa final desta tese.

À Jeniffer Reinbrecht e ao Brian Schat, por todo carinho e dedicação durante minha estadia em Denver.

Ao meu melhor amigo, Guinter Braun, a quem dedico este trabalho por todo o apoio, amor e paciência.

RESUMO

Este estudo tem como proposta analisar a cultura política dos cidadãos da cidade de Porto Alegre durante o período de 1968 a 2013. Parte-se do pressuposto de que a materialização e a estabilidade de um sistema democrático pleno dependem tanto das variáveis promovidas pela democracia procedimental quanto de fatores culturais. Dessa maneira, objetiva-se observar empiricamente se, e como, a instauração de determinados procedimentos democráticos, implementados desde o fim da década de 1970, tem impactado na formação da cultura política dos cidadãos. Para tal, serão empregados dados empíricos sobre participação política, importância do voto e interesse por política dos eleitores de Porto Alegre durante todo o período descrito. Assim, esta é uma pesquisa de natureza quantitativa que busca dar continuidade aos debates sobre consolidação democrática em uma perspectiva que englobe tanto valores normativos quanto valores comportamentais.

Palavras-chave: Instituições. Cultura política. Democracia. Participação política.

ABSTRACT

This study aims to analyze the political culture of Porto Alegre citizens during 1968 to 2013. It starts from the assumption that the materialization and stability of a complete democratic system depend on both variables: institutional and cultural. The main goal of this study is to empirically analyze if after 1985, when Brazilian dictatorship is over, the establishment of certain democratic procedures has impacted on citizens political culture formation. To achieve this purpose this thesis uses empirical information about political participation, importance of voting and political interest of Porto Alegre's votes throughout the period described. This is a quantitative research seeks to continue the discussions about democratic consolidation in a perspective that encompasses both normative and behavioral values.

Key words: Institutions. Political culture. Democracy. Political participation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Identificação partidária (%)	129
Gráfico 2. Compareceu a comícios (%)	132
Gráfico 3. Contribuição financeira (%).....	134
Gráfico 4. Participou de reuniões políticas	135
Gráfico 5. Realizou trabalho gratuito (%).....	136
Gráfico 6. Interesse por política (%).....	139
Gráfico 7. Interesse político via imprensa (%).....	141
Gráfico 8. Interesse político via televisão (%)	142
Gráfico 9. Interesse político via rádio (%)	143
Gráfico 10. Votaria mesmo que não fosse obrigatório (%).....	146
Gráfico 11. Dimensão do voto: pessoa ou partido (%).....	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Amostra por ano	36
Tabela 2- Correlação: Interesse Político	161
Tabela 3- Regressão para 1985.....	162
Tabela 4- Regressão para 1996.....	163
Tabela 5- Regressão para 2000.....	164
Tabela 6- Regressão 2005	165
Tabela 7- Regressão para 2013.....	165
Tabela 8- Resultado da regressão múltipla - variáveis explicativas para o Interesse por política	166
Tabela 9- Correlação: Importância do voto.....	168
Tabela 10- Regressão para 1985.....	169
Tabela 11- Regressão para 1996.....	169
Tabela 12- Regressão para 2000.....	170
Tabela 13- Regressão para 2005.....	171
Tabela 14- Regressão para 2013.....	172
Tabela 15- Resultado da regressão múltipla -variáveis explicativas para a importância do voto	173
Tabela 16- Correlação: Dimensão do voto.....	175
Tabela 17- Regressão para 1985.....	176
Tabela 18- Regressão para 1996.....	177
Tabela 19- Regressão para 2000.....	177
Tabela 20- Regressão para 2005.....	178
Tabela 21- Regressão para 2013.....	179
Tabela 22- Resultado da regressão múltipla - variáveis explicativas para a dimensão do voto...	180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Hipóteses formuladas e sua direção*	30
Quadro 2- Questões.....	37
Quadro 3- Variáveis empíricas entre 1968-2013.....	38
Quadro 4 - Significância de correlação entre variáveis	40
Quadro 5- Processo de Socialização política.....	90
Quadro 6- Variáveis empíricas.	153
Quadro 7- Hipóteses formuladas e sua direção*	154
Quadro 8- Comparação evolutiva das regressões.....	181
Quadro 9- Capacidade explicativa das variáveis analisadas*	187

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGIL	A: Cognitive symbolization. G: Expressive symbolization. I: Moral-evaluative symbolization. L: Constitutive symbolization.
AI-5	Ato Institucional nº 5
Anac	Agência Nacional de Aviação Civil
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BRICs	Brasil, Rússia, Índia, China
CMN	Conselho Monetário Nacional
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
GA	General Activity
IBAS	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPMN	Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau
ISSTAL	<i>Interdisciplinary Sequential Specificity Time-Allocation Lifespan</i>
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MG	Minas Gerais
NUPERGS	Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-grandense
NUPESAL	Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina.

ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PE	Pernambuco
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPS	Partido Popular Socialista
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido social democrata
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTR	Partido Trabalhista Reformador
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SIG	Significância
SP	São Paulo
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
URV	Unidade Real de Valor
WVS	World Value Survey

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Justificativa	27
1.2. Objeto de Estudo	28
1.3. Objetivo	29
1.4. Hipótese Central.....	29
1.5. Estrutura do Trabalho	30
2. METODOLOGIA	32
2.1. Selecionando a Metodologia.....	34
2.2. Os Bancos de Dados e Variáveis	35
2.3. Técnicas de Análise dos Dados.....	37
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	43
3.1. Cultura Política	43
3.1.1. O emprego da cultura política em anos mais recentes	58
3.1.2. A articulação entre cultura política e instituições	74
3.2 Socialização política.....	81
3.2.1 O estudo da socialização política em adultos	89
3.3 Participação política	95
4. CONTEXTO HISTÓRICO: 1968 A 2013	104
4.1. Contexto nacional.....	104
4.2. Contexto local: determinantes históricos da cultura política de Porto Alegre.....	114
5. PADRÕES EMPÍRICOS DA CULTURA POLÍTICA EM PORTO ALEGRE	126
5.1 Análise descritiva	126
5.1.1 Identificação partidária	127
5.1.2. Participação política	131
5.1.3. Interesse por política.....	138
5.1.4. Avaliação e dimensão do voto	144
5.2.1. Interesse por política.....	160
5.2.2. Importância do voto.....	167
5.2.3. Dimensão do voto.....	174
6. CONCLUSÃO	184
REFERÊNCIAS	191
ANEXOS.....	212
Anexo 1- Questionário aplicado em 2013.....	213
Anexo 2- Amostra para 2013.....	216
Anexo 3- Regressão Interesse por política 1985	218
Anexo 4- Regressão Importância do voto 1985	219
Anexo 5- Regressão Dimensão do voto 1985	220
Anexo 6 - Regressão Interesse por Política 1996	221
Anexo 7- Regressão Importância do Voto 1996.....	222
Anexo 8- Regressão Dimensão do voto 1996	223
Anexo 9- Regressão Interesse por política 2000	224
Anexo 10- Regressão Importância do Voto 2000.....	225
Anexo 11- Regressão Dimensão do voto 2000.....	226

Anexo 12- Regressão Interesse por política 2005	227
Anexo 13- Regressão Importância do voto 2005.....	228
Anexo 14- Regressão Dimensão do voto 2005.....	229
Anexo 15- Regressão Interesse por política 2013	230
Anexo 16- Regressão Importância do voto 2013.....	231
Anexo 17- Regressão Dimensão do voto 2013.....	232

1. INTRODUÇÃO

Para a ciência política contemporânea, os valores culturais são tão importantes quanto a institucionalização formal do sistema democrático. A adesão das pessoas aos princípios democráticos chama à discussão dois pressupostos que geralmente são colocados como contrapostos. O primeiro pressuposto, ancorado no institucionalismo, considera que basta um desempenho eficiente das instituições públicas para que exista uma relação positiva entre cidadãos e regimes democráticos, constituindo, assim, uma visão minimalista da democracia. Enquanto o outro se relaciona à abordagem da cultura política, baseada em atitudes e valores cívicos como elementos integrantes do funcionamento da democracia (TONELA, 2011).

No que tange a esses dois pontos, a implementação da democracia formal/procedimental e a presença de valores culturais que respaldem o sistema democrático, observa-se um cenário paradoxal em várias localidades, como na América Latina e, em especial, no Brasil.

Essa situação é destacada por Moisés (2010) e Baquero (1997, 1998, 2004, 2011) ao demonstrarem empiricamente a existência de altos níveis de insatisfação, desconfiança e desinteresse político dos cidadãos em regiões democráticas. Tal ocorrência, torna indispensável questionar e avaliar a qualidade democrática desses sistemas na formação da cultura política dessas populações (O'DONNELL; CULLELL; IAZZETTA, 2002), uma vez que o progresso, o estabelecimento e a manutenção da democracia também dependem da inserção e do interesse dos cidadãos pela esfera política (ALMOND; VERBA, 1963).

A adesão dos cidadãos aos valores democráticos é permeada por um vasto conjunto de variáveis explicativas, que em alguns casos podem ser consideradas contrapostas. Como exemplo, há aquelas defendidas pelo institucionalismo, que considera que o desenho institucional eficiente de um sistema político é o suficiente para que se consagre uma relação entre cidadãos e esfera política de maneira positiva, assim como aquelas argumentadas pela abordagem da cultura política. Essa, por sua vez, considera as atitudes, crenças e valores cívicos das pessoas como elementos fundamentais para o funcionamento da democracia.

Para Almond (1996), a história da ciência política é o somatório de várias histórias, cada uma com a sua identidade e com a sua própria versão da disciplina. O mesmo vale para os estudos sobre instauração, manutenção e legitimação da democracia, que são acompanhados pelo debate

entre diferentes perspectivas, entre elas: i) a estrutura institucionalista, predominante até o fim da Segunda Guerra Mundial; ii) a culturalista, nascida nos anos de 1960; e, mais recente, iii) o neo-institucionalismo. Embora defendendo diferentes pressupostos e relações causais, o objetivo dessas correntes é esclarecer e compreender quais variáveis são responsáveis pela implementação, manutenção e melhoramento do sistema democrático.

Uma das principais diferenças entre essas correntes teóricas diz respeito à própria concepção de democracia. A corrente institucionalista alega que a democracia é fruto de uma base procedimental sólida e que a sua qualidade depende da ética e da transparência dessas instituições. Fato que não retira a importância da participação cidadã no sistema, mas a coloca como reflexo das normas e regras institucionais. Do outro lado do debate, está a concepção de que a estabilidade e a legitimação da democracia dependem dos valores cognitivos, avaliativos e comportamentais dos cidadãos. A abordagem culturalista não retira a importância das instituições para a implementação da democracia, porém agrega ao debate, como indispensáveis, as variáveis psicológicas. E o debate sobre a importância de valores subjetivos na implementação de sistemas plenos é uma das bases para a ascensão da perspectiva neo-institucional que se forma nas últimas décadas (PERES, 2008).

Considerando o cenário da democracia procedimental instituída em vários países latino-americanos, em especial no Brasil, nos quais há altos índices de desconfiança institucional, é que se reforça a necessidade de debater essas perspectivas. A tese que norteia este estudo é a de que a dimensão institucional da democracia, ou democracia procedimental, influencia na formação da cultura política dos cidadãos. É também imprescindível considerar a importância de estudos institucionalistas e culturalistas.

Tal influência ocorre por meio da manutenção, ao longo dos anos, de espaços que podem promover a socialização política dos cidadãos. Não se trata de sobrevalorizar a perspectiva institucional, mas compreender quais variáveis e espaços da democracia procedimental são significativos para formação da cultura política dos cidadãos, para, então, averiguar se os espaços institucionais colaboram para a formação de cidadãos mais cívicos. Logo, o propósito é avaliar se a participação das pessoas em tais mecanismos gera subsídios capazes de promover uma cultura política de apoio ao sistema.

Essa análise se torna especialmente importante em sistemas democráticos. Isso porque a manutenção e o desenvolvimento desses sistemas necessitam de uma base cívica para se consolidar

de maneira sólida. No caso do Brasil, a redemocratização impulsionou a criação de um conjunto de mecanismos destinados a promover a relação entre sociedade e Estado, servindo, assim, também como espaço de socialização política. Considerando isso, o intuito desta tese é verificar se, após 28 anos da reabertura política no Brasil (1985-2013), determinados espaços institucionais causam ou proporcionam algum impacto na formação da cultura política das pessoas.

Este estudo parte do pressuposto de que a formação da cultura política é um processo complexo, extenso e acumulativo, que ocorre em todas as fases da vida do indivíduo. Segundo Almond e Verba (1963), são três esses períodos: i) durante as primeiras décadas de vida da pessoa, pela sua interação familiar (*early socialization*); ii) durante a adolescência, através da sua relação com os demais membros e grupos sociais que compõem a sociedade (*late socialization*); e iii) pela sua experiência em espaços sociais e políticos quando adulto (*post socialization*). Embora essas três etapas sejam igualmente importantes para compreensão e caracterização da cultura política de uma sociedade, este estudo analisará apenas a terceira. São duas as razões para a escolha deste recorte. A primeira, de cunho teórico, objetiva dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos por autores como Almond e Verba, Inglehart e Przeworsky sobre a importância que aspectos institucionais, quando mantidos ao longo do tempo, tem no processo de socialização política dos atores sociais. A segunda justificativa diz respeito à tese culturalista de que variáveis institucionais, embora indispensáveis, não são suficientes para a instauração de um sistema democrático pleno (ALMOND; VERBA, 1963; ALMOND; COLEMAN, 1969; ALMOND; POWELL, 1972).

Segundo Almond e Verba (1963), um sistema democrático é aquele em que os cidadãos comuns participam das decisões políticas e cuja cultura política democrática (ou cultura cívica) dessas pessoas forneça suporte ao sistema político, pois se as normas e as mudanças institucionais não forem absorvidas pelas pessoas não será possível alcançar um sistema democrático pleno. Adicionalmente, a participação cidadã deve ser respaldada e legitimada pelo governo e por suas estruturas. Lembrando que a cultura não é transmitida somente pela doutrinação, mas também por variáveis relacionadas ao cotidiano e ao ambiente em que as pessoas vivem. A aquisição de valores é um processo de treino e socialização que inclui diversas instâncias sociais e políticas, como aquelas criadas pelo próprio governo (SIGEL, 1989).

A importância de se analisar a influência dos espaços políticos (como espaços em partidos políticos, comícios, eleições etc.) na formação da cultura política das pessoas é ressaltada por

March e Olsen (1984). Para os autores, as instituições políticas são responsáveis por organizar as interações sociais de amizade e confiança e modelar as preferências e as interpretações das pessoas por meio da sua participação nessas instituições/espços. Isso ocorre porque o espaço promovido por essas instituições pode aumentar os estoques de confiança entre os participantes, permitindo aos indivíduos se conhecerem melhor e, assim, se reorganizarem de acordo com suas preferências e ideias. March e Olsen (1984) argumentam que o ambiente e as interações promovidas por esses espaços podem moldar e definir aspectos da vida social e política das pessoas, pois é por meio desta que os indivíduos desenvolvem sua identidade, pertencimento de grupo e de bens públicos.

O interesse em compreender a relação entre estruturas formais/procedimentais e cultura política advém da necessidade de dar continuidade aos debates sobre a relação entre cultura política e instituições, para verificar empiricamente como, e se, o recente processo de democratização tem influenciado na cultura política das pessoas, uma vez que a democracia é mais do que o estabelecimento e a criação de leis e constituições. A eficácia desse sistema depende das orientações que as pessoas possuem sobre ele, o que amplia seu suporte e suas chances de sucesso. Não se trata de debater sobre o que é mais importante, a cultura ou as instituições, mas verificar empiricamente se espaços de participação política formal, promovidos pela democracia procedimental, causam impacto na cultura política das pessoas. Embora seja crescente o número de trabalhos acadêmicos nessa área, esses ainda necessitam aprimoramento, principalmente no que diz respeito à análise de como as variáveis institucionais podem contribuir para o desenvolvimento da perspectiva da cultura política.

O desenvolvimento desta tese somente é possível devido à abrangência temporal dos dados empíricos disponíveis, que abarcam um período de aproximadamente 40 anos (1968-2005, NUPERGS¹ e NUPESAL²) da cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil). Tal período de informações abarca a época militar, a abertura democrática e a instauração do sistema democrático brasileiro e permite analisar se, e como, os espaços políticos participativos formais, disseminados pela redemocratização, estão impactando na cultura política dos cidadãos. Considerando os dados disponibilizados, o enfoque será na participação política formal das pessoas, em especial aquela que deriva dos espaços criados ou vinculados aos partidos políticos.

¹ NUPERGS: Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-grandense.

² NUPESAL: Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina.

Em outras palavras, traduz-se o problema da pesquisa a ser investigado nesta tese da seguinte forma: *Os espaços de participação política criados com a volta da democracia no Brasil corroboram para a formação de uma cultura política de apoio? Qual o impacto que determinados espaços de participação política formal, como fazer parte de atividades partidárias, exercem na formação da cultura política dos indivíduos?*

O pressuposto que norteia este estudo é o de que a construção da cultura política de uma sociedade é influenciada pelos espaços políticos ali existentes. Isso ocorre por meio do processo de socialização política. Assim, considerar tais espaços é fundamental para se compreender se as instituições políticas implementadas dentro de uma sociedade corroboram para a formação da cultura política de apoio à democracia por parte das pessoas. O recorte de análise será em torno da identificação e da participação das pessoas em partidos políticos, procurando-se saber de que forma tais espaços de socialização atuam na formação da cultura política das pessoas. Em relação à cultura política, essa será avaliada por meio de questões de interesse político, interesse pelo voto e dimensão do voto (personalista ou partidário). Dessa maneira, possibilita-se observar se a participação das pessoas em determinadas esferas de participação formal pode servir de espaço de socialização política e, assim, colaborar com a formação de cidadãos politicamente mais interessados e cívicos, cenário que ampliaria o apoio à democracia.

Em relação ao enquadramento teórico, este estudo tem como base os escritos sobre cultura política desenvolvidos por Almond e Verba em 1963 na obra *The civic culture*. A escolha se deve a dois aspectos: i) ao seu caráter metodológico que defende o uso de dados empíricos para o teste de hipóteses; e ii) à percepção dos autores sobre as variáveis necessárias para a manutenção e para a promoção de um sistema democrático estável, que inclua a percepção e a avaliação dos cidadãos como significativas. O argumento defendido na obra é o de reconhecimento dos atores sociais como seres centrais, cujas preferências, valores e comportamentos são significativos para o estabelecimento de um processo político estável. Almond e Verba (1963) distinguem a existência de quatro tipos de cultura política: a paroquial, a súdita, a participativa e a cívica, sendo a última a combinação das três anteriores. A combinação entre essas formas ocorre de diversas maneiras e intensidades, caracterizando-se na medida em que diferentes setores da população se relacionam com o sistema político (ALMOND; VERBA, 1963). Os autores, ao descreverem como ocorre a formação da cultura política dos indivíduos, enfatizam a necessidade de se construírem estudos que

foquem no processo de socialização dos cidadãos, ou seja, em como as pessoas adquirem seus valores pela esfera política. E é dentro desse argumento que este estudo se desenvolve.

Para Almond e Verba (1963), o conceito de cultura política diz respeito ao conjunto de valores e normas que moldam as relações sociais e políticas de uma sociedade. Com vistas a aprofundar o debate sobre a construção e definição do conceito, o estudo de 1963 emprega textos clássicos da Ciência Política, como, por exemplo, o de Tocqueville, *Democracia na América* (ALMOND; VERBA, 1963). Segundo os autores, a obra de Tocqueville, de 1835, já tratava da importância de se conhecer a cultura dos grupos sociais ao considerar que o compartilhamento de certos valores pelo povo (determinadas qualidades ou virtudes políticas) promove a manutenção e até mesmo a instauração da democracia.

Para Almond e Verba (1963), uma das principais contribuições de Tocqueville é a introdução da palavra *costumes* dos povos como variável explicativa para a compreensão da estabilidade de regimes políticos, uma vez que o entendimento de tal expressão diz respeito às tradições e às opiniões dos membros de uma sociedade e auxiliam estudiosos e políticos a compreender as atitudes e as relações dos atores sociais com as demais esferas que constituem sua vida cotidiana. Outro destaque em Tocqueville é a importância que ele atribui à presença de espaços destinados à troca de informações, à socialização e à participação política dos atores, sendo esses fatores que podem influenciar na cultura política da sociedade. Para Tocqueville, a manutenção e a promoção desses espaços incentivam uma maior interação entre os atores sociais nas esferas políticas, quesito responsável pela consolidação de uma democracia igualitária e pela liberdade entre os cidadãos.

Adicionalmente aos pressupostos culturalistas, o referencial teórico da tese visa dialogar com a teoria institucionalista para a explicação das relações sociais e políticas e do desenvolvimento de sistemas democráticos. Estudos vinculados a essa perspectiva se caracterizam por dar maior ênfase à presença de procedimentos e de instituições em virtude de valores culturais e avaliativos da sociedade e de seus membros. Segundo essa corrente, o sucesso para a implementação de um regime democrático estável e bem desenvolvido depende apenas, ou em maior parte, do seu desenho institucional. Destacam-se entre os autores que defendem esse pressuposto Przeworski, Cheibub e Limongi (2003) ao apresentarem evidências de que uma

democracia pode florescer em diferentes contextos culturais, uma vez que fatores institucionais e econômicos são suficientes para promovê-la.

O intuito de considerar essas duas perspectivas é identificar seus pressupostos para então promover um diálogo entre seus argumentos, buscando pontos de congruência. A segregação entre essas abordagens pode ser observada na falta de diálogo entre seus estudiosos, que as empregam e as consideram como processos supostamente contraditórios ou antagônicos para compreensão das relações sociais, políticas e econômicas. Pois, enquanto o sucesso da democracia na vertente culturalista depende das características da sociedade, na institucionalista, a explicação da democracia se pauta nas suas características institucionais.

Autores como Moisés (2008) explicitam que a separação entre tais teorias decorre do fato de que os estudos culturalistas consideraram apenas a presença de orientações cognitivas e avaliativas dos sujeitos como fatores indispensáveis para o sucesso democrático e para sua estabilidade. Para o autor, a compreensão do conceito de cultura política diz respeito às atitudes, valores e crenças dos atores sociais que afetam diretamente o envolvimento das pessoas na esfera política. Para Moisés (2008), a divergência entre essas correntes teóricas está no emprego de variáveis de confiança e de adesão das pessoas a um regime político como valores indispensáveis para a consolidação de uma democracia sólida e duradoura. Para a maioria dos estudos culturalistas, essas variáveis são consideradas como os quesitos explicativos mais importantes, enquanto na visão institucionalista elas perdem espaço para a presença de processos formais como eleições e desenho institucional.

Um exemplo inicial do reconhecimento de valores culturais como importantes para a democracia pode ser visto em Robert Dahl na obra *Democracia y sus críticos* (1989). Nessa publicação o autor escreve que os valores culturais de uma sociedade são significativos para a estabilidade e para o desenvolvimento da democracia, embora secundários quando comparados com as normas e procedimentos do sistema. Desse modo, para Dahl, a consolidação do sistema democrático é resultado, em primeiro plano, de fatores institucionais ou econômicos, da modernização ou da influência estrangeira, e, em segundo plano, da presença dos valores e crenças dos cidadãos que caracterizam a sociedade.

Outro autor que reconhece a importância de valores culturais é Przeworski (1991). Para ele, existe complementaridade entre variáveis culturais e institucionais para a compreensão da realidade

social, política e econômica. Ele afirma que os desenhos institucionais de um sistema sofrem influência do contexto cultural em que estão inseridos. Przeworski (1991) descreve a consolidação dos sistemas democráticos como o resultado da combinação entre instituições, processos e condições culturais, sendo, portanto, necessário realizar uma contextualização histórica, cultural e, também, das instituições para compreender a sociedade em análise. Assim, o autor agrega valor a fatores institucionais e culturais para a compreensão da cultura política dos grupos sociais.

Entre os estudos relacionados à teoria culturalista, que defendem a importância de valores avaliativos e comportamentais das pessoas para o estabelecimento de um sistema democrático estável e representativo dos seus cidadãos, estão os desenvolvidos por Baquero (1997, 2001, 2011). Para ele, os avanços da democracia formal, alcançados nas últimas décadas no Brasil, não têm sido o suficiente para a consolidação de uma cultura política democrática e participativa. Para o autor, a cultura política de um grupo social está enraizada na forma como os comportamentos, normas e valores se disseminam em uma sociedade (BAQUERO, 2001). Nessa direção, as instituições não seriam as únicas variáveis responsáveis pelo desenvolvimento da democracia.

Com uma visão maximalista, Baquero destaca a importância do apoio dos indivíduos para que haja o estabelecimento de um sistema democrático pleno. Para ele, a compreensão da democracia precisa ir além do caráter institucional, incluindo outros pontos que explicam o desenvolvimento democrático, como os culturais. Considerando isso, os desafios do fortalecimento democrático estão em: i) criar-se condições necessárias para avançar no processo de democratização por meio de maior coesão social; e ii) desenvolver-se uma cultura política orientada pela legalidade e pela responsividade e que estimule os governos democráticos a realizarem reformas que fomentem o desenvolvimento humano sustentável, pois as reformas instauradas até então não têm conseguido alterar os desequilíbrios herdados. Ou seja, instituições importam, mas precisam ser analisadas dentro de um foco não minimalista que considere a cultura política dos cidadãos.

O outro lado do debate é composto por estudos que privilegiam uma abordagem procedimental, para compressão da formação da cultura política dos grupos sociais, da promoção de sistemas democráticos e do entendimento da realidade. Esses trabalhos se caracterizam, sobretudo, por explicar por meio da presença de procedimentos e de instituições, políticas eficientes para o desenvolvimento dos regimes políticos e econômicos. Desse modo, não atribuindo

importância vital e decisiva aos valores culturais e às orientações avaliativas dos membros de uma sociedade.

Um dos principais teóricos que desenvolvem e defendem a utilização de uma perspectiva institucionalista para a compreensão da realidade é Douglas North, principalmente nos seus escritos da década de 1970. Segundo o autor, a principal variável explicativa para as transformações ocorridas ao longo da história da humanidade, como a mudança do sistema feudal para o capitalista, foi a presença de determinadas instituições nessas localidades. Em sua obra de 1973, North constrói uma análise histórica em diferentes países sobre a importância da presença de instituições e suas dinâmicas para explicar suas conclusões. Nessa publicação, o autor argumenta que somente é possível compreender o desenvolvimento econômico de alguns países se analisarmos seus históricos de desenvolvimento, utilizando como chave de compreensão as regras e os arranjos institucionais existentes que se mantiveram ao longo dos anos.

Na ciência política, estudos que privilegiam tais argumentos para explicar o desenvolvimento dos sistemas políticos utilizam como base a presença e a importância dos partidos políticos, principalmente como agentes responsáveis pela intermediação entre Estado e sociedade. Um trabalho que considera a abordagem procedimentalista em detrimento das demais quanto à compreensão dos sistemas políticos é realizado por Schumpeter (1942), autor que acentua a importância da institucionalização das instituições políticas. Na visão do autor, a maior institucionalização das instituições que compõem o sistema democrático aumenta a possibilidade de existência de uma sociedade desenvolvida política e democraticamente.

Com base nos autores apresentados acima, afirma-se que a perspectiva institucionalista da política e suas relações estão estruturadas na presença de instituições e procedimentos que influenciem e modifiquem as atitudes e comportamentos dos seus membros e sociedades (MARCH; OLSEN, 1984). Assim, este estudo objetiva empregar argumentos provenientes tanto do institucionalismo quanto do culturalismo. Não é a intenção deste trabalho debater sobre qual dessas perspectivas é mais importante ou mais explicativa para ciência política, mas como (e se) fatores institucionais podem ser empregados como fatores explicativos para compreensão de determinadas características políticas da população.

O objetivo é compreender se determinados espaços de participação política abertos após a redemocratização no Brasil, como os vinculados aos partidos políticos, estão causando algum

impacto sobre os valores dos eleitores em relação à política. Compreende-se que a manutenção de uma democracia consolidada não depende apenas da implementação de normas e regras procedimentais, mas também de valores e sentimentos que as pessoas têm sobre ela. Logo, esta tese considera a relevância de aspectos como a existência de partidos e os espaços de participação a eles vinculados no intuito de verificar se esses elementos possuem algum impacto na formação da cultura política das pessoas.

No trabalho de Rocha (2009), encontra-se um esforço em construir um diálogo entre a perspectiva culturalista e a institucional. Segundo o autor, é fundamental considerar-se a importância de aspectos culturais e institucionais como fatores complementares para a compreensão de uma sociedade e de sua relação com seu sistema político. Nesse artigo, o autor desenvolve uma crítica aos trabalhos que tratam de aspectos referentes às instituições políticas e à cultura política de forma paralela e estanque, argumentando que a opção de pesquisadores em excluir a contribuição de uma dessas perspectivas em detrimento de outra é a principal razão da elaboração de estudos incompletos ou de curto alcance. A relação entre instituições e cultura política é um processo complementar. Assim, deve-se investigar em que aspectos a cultura política de uma sociedade é influenciada pelo desenho institucional do sistema político. Uma vez que os fatores que caracterizam a cultura política de uma sociedade são resultados tanto da presença e da manutenção de determinadas instituições, que disponibilizam espaços para debates e participação, quanto de valores tradicionais existentes e aspectos avaliativos dos sujeitos (ROCHA, 2009).

Um dos autores que defendem a importância de compreender que variáveis impactam nos valores culturais de uma sociedade é Ronald Inglehart, em sua obra de 1988. Ele afirma que as orientações culturais de uma sociedade influenciam tanto no seu desenvolvimento político quanto no econômico. Assim, Inglehart (1988) argumenta que trabalhos marcados por uma perspectiva estritamente racional (*rational choice*), para a compreensão das ações dos atores civis em assuntos políticos, negligenciam a importância de fatores culturais para o debate sobre cultura política. Para ele, negar a influência de valores culturais no debate é um erro, visto que é impossível compreender alguma realidade social sem considerar seus aspectos culturais, ou apenas utilizando-se de meios racionais. Inglehart (1988) escreve que os hábitos e as condutas dos seres humanos são formulados com base em aspectos culturais e que compreender esses fatores auxilia na manutenção de diferentes sistemas políticos, na economia e na formação do comportamento político dos cidadãos.

A consideração desses fatores, segundo o autor, permite ao pesquisador realizar uma análise temporal de maior alcance em dimensões políticas e econômicas (INGLEHART, 1988).

Numa linha de pensamento próxima à de Inglehart (1988), estão os escritos de Jackman (1987). Um ano antes da publicação de Inglehart (1988), ele argumenta que sociedades com uma cultura política mais participativa tendem a possuir cidadãos mais entusiastas em relação às suas esferas políticas e, em decorrência, possuem instituições mais eficazes. Todavia, atribuir valor apenas à dimensão cultural de um grupo social seria renegar a contribuição de aspectos institucionais ao longo dos anos no que se refere à formação da cultura política de um povo (JACKMAN, 1987).

Debatendo sobre a importância de certas instituições na configuração das relações políticas e sociais, Ostrom (1990, 1996) destaca a necessidade de existência de organizações locais para superação de problemas coletivos, atribuindo, assim, valor à presença de instituições que estimulem processos sociais. Nos seus estudos, de base empírica, ela destaca que a presença de instituições locais exerce influência na formação de atitudes, comportamentos e de decisões individuais ou coletivas das pessoas. A repetição de determinadas ações ao longo do tempo e a presença de espaços destinados à troca de experiências e informações promovem a disseminação de valores coletivos comuns entre os indivíduos, auxiliando na diminuição dos custos das tomadas de decisões coletivas (OSTROM, 1990, 1996).

Reforçando o argumento de Ostrom, em anos mais recentes, autores como Rydin e Pennington (2000) ressaltam o valor de não se negligenciar aspectos históricos e temporais para a compreensão das relações sociais e políticas. Segundo eles, a repetição de determinadas ações, interações e oportunidades estimula o aumento do interesse, por parte dos indivíduos, nos assuntos políticos e influencia na formação da cultura política da sociedade. Também realizando uma ponte teórica entre estas perspectivas, pesquisadores como Tabellini (2010) afirmam que não existem mais dúvidas sobre a influência de aspectos culturais no desenvolvimento social e econômico das sociedades. Aspectos que podem ser mensurados e caracterizados por meio de indicadores individuais de valores, de crenças e de confiança dos indivíduos nas esferas que compõem seu cotidiano. Tabellini (2010) complementa ao dizer que é preciso compreender o desenvolvimento histórico dessas sociedades e a presença de instituições específicas, formais e informais, no seu interior. Segundo ele, a existência de uma interação entre valores e sentimentos, por meio do

contínuo funcionamento de instituições, permite a disseminação de normas democráticas, assim como reforça a existência da própria instituição.

No Brasil, este tema da complementaridade entre tais perspectivas é analisado por José Álvaro Moisés (2008), para quem a cultura política de uma sociedade está baseada na participação das pessoas em instituições democráticas, assim defendendo a complementaridade entre estudos institucionalistas e culturalistas para a compreensão do desempenho democrático. Utilizando dados do Latino Barômetro, Moisés (2008) confirma a hipótese de que a variação dos índices de adesão à democracia e de confiança política no Brasil dependem da cultura política dos atores sociais e do funcionamento das instituições. Para o pesquisador, a importância das instituições está tanto no seu desenho formal quanto em sua capacidade de influenciar os valores e os interesses dos cidadãos.

Discutindo sobre a importância das ações/participação dos sujeitos, Woshinsky (2008) escreve sobre a importância de fatores formais, como o ato de votar em eleições, para a construção de uma cidadania, ou cultura, mais participativa. Segundo ele, o comportamento humano é extremamente variado em todos os seus aspectos, e toda ação humana ocorre de acordo com o conjunto de normas e expectativas nas quais as pessoas estão inseridas. Desse modo, o comportamento político dos indivíduos é moldado pela atmosfera em eles que estão inseridos e suas ações são o resultado da sua interação com outros organismos e ambiente (WOSHINSKY, 2008).

Considerando tal referencial teórico, a proposta desta tese é realizar uma reflexão sobre alguns dos elementos relacionados ao exercício da cidadania e dos mecanismos que influenciam na formação da cultura política dos cidadãos. Assim, procura-se também analisar a relação entre a formação de valores políticos e os atos de participação política.

No caso desta tese, segue-se o modelo de compreensão vinculado à teoria da cultura política. Isso por essa vertente teórica considerar que a eficiência de instituições e da democracia é potencializada diante da presença de atitudes, crenças e valores dos cidadãos que deem suporte ao sistema. O que se defende é que não basta haver apenas um desenho e uma implementação institucional do sistema político, mas um entendimento de como esse é captado pela sociedade. Nesse ponto, acredita-se que tais espaços de participação, quando bem implementados, corroboram para a formação de uma cultura política de apoio ao sistema.

Possuindo como marco teórico a cultura política, esta tese emprega mais dois conceitos: o de socialização política e o de participação política. Utiliza-se o conceito de socialização política por ele estar relacionado diretamente à teoria da cultura política e ao processo de aprendizagem pelo qual as pessoas adquirem valores e normas relacionadas à esfera política. Deste modo, o conceito de socialização é considerado um processo de formação de comportamentos e valores políticos do indivíduo.

Na ciência política, durante os últimos cinquenta anos, os estudos de socialização se caracterizam por valorizar aspectos familiares, escolares e curriculares na formação do comportamento político das pessoas. Todavia, o foco desses estudos ainda são crianças e adolescentes. Assim, a tese objetiva não apenas dar continuidade às pesquisas que empregam esse conceito, mas também cobrir uma lacuna ainda presente na teoria da socialização política: a formação política em adultos. Isso por meio dos diferentes e novos papéis sociais e políticos que a pessoa passa a apropriar-se quando adulto, como o de cidadão.

Adicionalmente, a opção por empregar esse conceito deve-se a longitudinal idade dos dados empíricos analisados, que permitem observar o comportamento político das pessoas durante um período de 45 anos (1968-2013)³. Dessa forma, avalia-se se determinados espaços políticos, como aqueles vinculados aos partidos políticos, estimulam o processo de socialização política e se eles podem ser empregados na compreensão da formação da cultura política dos eleitores de Porto Alegre.

No que tange à definição do conceito de participação política, pode-se empregá-lo tanto por ser considerado um indicador da cultura cívica quanto por ser um mecanismo de socialização política. O processo de socialização deriva da interação das pessoas com determinados agentes, e é nessa interação que essas pessoas adquirem informações, valores e normas. A atuação das pessoas em espaços políticos está relacionada à concepção de cidadania (direitos e responsabilidades). Contudo, são poucos os estudos que avaliam se dessa interação decorre fatores explicativos e construtivos da cultura política das pessoas. Assim, será realizado um recorte ao redor da participação política convencional, sobretudo aqueles relacionados ao voto e à participação em esferas partidárias.

³ As regressões múltiplas são compostas pelos bancos de 1985 a 2013. O banco de 1968 integra apenas a primeira fase da análise dos dados empíricos.

É com base no referencial teórico culturalista que este estudo se desenvolve, objetivando-se dar continuidade à linha de análise que defende que se haja complementaridade entre fatores culturais e institucionais para a compreensão das relações sociais e políticas das sociedades, ou da cultura política. Em outras palavras, atribui-se valor a aspectos culturais e institucionais em uma perspectiva bidirecional, considerando não apenas a influência de canais culturais sobre as instituições, como também a relação deles na formação da cultura política da sociedade em que está inserida.

A relevância desta tese está na possibilidade de observar empiricamente a importância do emprego de variáveis institucionais na formação da cultura política de uma sociedade. Embora os estudos sobre cultura política se constituam por uma trajetória de mais de cinquenta anos, existe ainda uma carência de trabalhos nessa direção, sobretudo trabalhos que consigam realizar uma análise do tema dentro de uma dimensão temporal. A contribuição e a relevância social do tema proposto está na capacidade dos dados empregados auxiliarem no debate teórico e empírico sobre a implementação democrática, bem como apresentar subsídios para que as instituições políticas aqui analisadas, os partidos políticos, apropriem-se do seu papel político no processo de socialização política. Observa-se nas últimas décadas que a Ciência Política caminha em direção a superar o debate entre “cultura ou instituições” na promoção de democracias consolidadas ao considerar que esse sistema necessita estar pautado tanto em variáveis culturais quanto em variáveis institucionais para que possa se desenvolver de maneira plena.

Logo, o debate proposto busca elucidar se realmente os aspectos da democracia procedimentalista, quando presentes de forma constante em uma sociedade, exercem influência sobre a cultura política dos atores sociais (sobretudo na sua participação). Isso não significa afirmar que as instituições políticas por elas mesmas são suficientes para moldar a participação e a atuação das pessoas na política ou para desenvolver um sistema democrático. Não se propõe sobrevalorizar aspectos institucionais, mas entender como os espaços políticos criados a partir da década de 1980, com a redemocratização do Brasil, podem explicar algumas das mudanças na cultura política das pessoas. Nesse sentido, pretende-se estudar como as pessoas interagem com as instituições presentes em sua sociedade, assim como a influência que essas exercem sobre os indivíduos, pautando esse estudo em dados empíricos, o que permite, além de conhecer os fatores que moldam a cultura política dos cidadãos, demonstrar evidências do fato.

1.1. Justificativa

Durante o período clássico da ciência política, defendeu-se que a implementação de sistemas políticos bem sucedidos dependia, sobretudo, de quesitos institucionais e procedimentais. Dessa forma, definiam-se as variáveis comportamentais e/ou culturais como secundárias. De modo geral, pode-se dizer que a razão para que tal cenário perdurasse ao longo de décadas decorreu da segmentação teórica entre os argumentos provenientes da vertente institucionalista e culturalista sobre a consolidação democrática. A separação entre essas teorias, vistas muitas vezes como antagônicas, deriva dos seguintes argumentos: i) do procedimentalismo, que caracteriza o marco teórico institucionalista ao negar a importância de aspectos culturais e avaliativos das pessoas como necessários para a consolidação e estabilidade do sistema político, sobrevalorizando a importância de estruturas e procedimentos, pois esses são responsáveis inclusive pela alteração da cultura das pessoas; e ii) do fato de muitos dos trabalhos vinculados à literatura culturalista definirem os valores comportamentais e avaliativos dos cidadãos como os mais importantes e indispensáveis para a estabilidade e promoção de sistemas políticos democráticos, negando muitas vezes o papel desempenhado pelas instituições. Contudo, é a partir da década de 1960 que essa situação começa a mudar.

Algumas das razões para essa mudança são: o período pós-guerras mundiais, a publicação da obra *The Civic Culture* de Almond e Verba em 1963 (cuja inspiração inicial provém da obra de Charles Merriam, *The Making of Citizens*, de 1931), a aceitação do individualismo metodológico como ferramenta de pesquisa e de investigação sobre socialização política que considerasse o impacto de espaços políticos na formação do sujeito na ciência política, entre outros. Em decorrência dessas modificações, alterou-se o próprio conceito de democracia, cuja consolidação passou a ser compreendida como algo que depende tanto de variáveis culturais/comportamentais quanto de aspectos normativos. Contudo, ainda são poucos os estudos que empiricamente avaliam de que forma os aspectos institucionais, característicos dos sistemas democráticos, afetam a cultura política dos cidadãos. Além disso, tendo em vista o crescente desejo por democracia e o aparecimento de novas democracias ao redor do mundo durante os últimos quarenta anos, faz-se imprescindível verificar mais detalhadamente de que forma essa relação está ocorrendo.

Outra motivação para compreender essa relação provém de estudos feitos por autores como March e Olsen (1984, 1989), que afirmam que a participação política promovida por esses espaços formais molda e define aspectos da vida social das pessoas, pois é por meio desta que os cidadãos desenvolvem sua identidade e seu pertencimento de grupo e de bens públicos. Desse modo, pode-se ver a presença das instituições como um importante quesito para a construção do senso de responsabilidade, de pertencimento e de formas de agir dos indivíduos, aspectos que dizem respeito à cultura política de um povo. Assim, são relevantes para o desenvolvimento da Ciência Política os estudos que objetivam debater e analisar empiricamente quais variáveis da democracia procedimental são significativas para a manutenção e estabelecimento de valores cívicos que correspondam às expectativas de um regime democrático.

No que tange ao objeto de estudo, a escolha da cidade de Porto Alegre se justifica de duas formas: i) importância e destaque da cidade no contexto nacional e internacional⁴; e ii) disponibilidade de dados empíricos ou variáveis que se repetem ao longo das *surveys* e permitem observar de que forma a cultura política dos moradores da cidade se modificou nos últimos quarenta anos. Desse modo, os dados disponíveis possibilitam a realização de uma comparação longitudinal, para verificar se houve transformações na cultura política dos porto-alegrenses e, em caso positivo, verificar quais variáveis institucionais impactaram nessas mudanças.

1.2. Objeto de Estudo

É o objeto de estudo a população votante da cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil) durante o período de 1968-2005. Segundo a legislação brasileira, são autorizados a votar, facultativamente, todas as pessoas entre 16 e 17 e, obrigatoriamente, aquelas entre 18 e 70 anos. Acima dos 70 anos, o voto é facultativo.

⁴ Porto Alegre possui o melhor IDH dentre as capitais brasileiras, a menor taxa de desemprego em 2009 dentre as capitais (IBGE, 2010) e um programa de gestão pública (Orçamento Participativo) que serviu de modelo para várias outras cidades do Brasil e do mundo, como: Saint-Denis (França), Rosário (Argentina), Montevideu (Uruguai), Barcelona (Espanha), Toronto (Canadá), Bruxelas (Bélgica), Belém (Pará), Santo André (SP), Aracaju (Sergipe), Blumenau (SC), Recife (PE), Olinda (PE), Belo Horizonte (MG), Atibaia (SP) e Guarulhos (SP).

1.3. Objetivo

Considerando-se a forma como o processo de socialização política ocorre, sobretudo por meio da participação das pessoas na esfera política, o objetivo central do estudo é *analisar se a abertura política iniciada no fim da década de 1980, com a redemocratização do Brasil, tem contribuído para a formação da cultura política dos cidadãos de Porto Alegre*. Em outras palavras, objetiva-se verificar se a presença dos espaços políticos promovidos pela democracia procedimental, como o voto direto e a participação em atividades partidárias, é significativa para a formação/alteração de valores e atitudes colaborativas a esse sistema. Além do objetivo central, os objetivos específicos da tese são:

- caracterizar o perfil e as mudanças da cultura política dos porto-alegrenses durante o período estudado (1968-2013);
- verificar se, com o passar dos anos e com a democracia já implementada, o interesse dos eleitores de Porto Alegre pela política e pelo voto tem se alterado;
- verificar se as variáveis de participação política formal causam impacto na cultura política;
- observar se a identificação partidária e os espaços promovidos em comícios e reuniões políticas servem de canal de socialização política em direção à construção de uma cultura política mais cívica;
- analisar se, ao longo dos anos, a importância do voto e o voto partidário têm se alterado e se esses fatores estão relacionados com a identificação partidária das pessoas ou com sua ação em espaços partidários, como reuniões e comícios (no período entre 1985-2013).

1.4. Hipótese Central

A hipótese central proposta é de que a participação institucional impacta na construção da cultura política de Porto Alegre.

Com base na análise das variáveis identificadas na bibliografia relevante, e considerando-as importantes na explicação do processo de construção de uma cultura política, propõe-se nesta tese hipóteses inferenciais, cuja importância relativa será determinada pela técnica de regressão *stepwise*⁵, a qual é explicada na seção de metodologia.

No Quadro 1, apresenta-se a direção postulada para o conjunto das variáveis independentes e dependentes.

Quadro 1- Hipóteses formuladas e sua direção*

	Interesse por Política	Importância do voto	Dimensão do voto
Identificação Partidária	+	+	+
Participação em Comícios	+	+	+
Participação em Reuniões	+	+	+

*O símbolo (+) indica uma correlação positiva entre as variáveis analisadas.

Fonte: elaborado pela autora.

1.5. Estrutura do Trabalho

Tendo em vista as hipóteses, as justificativas e os objetivos, esta tese se estrutura em seis capítulos, sendo este introdutório o primeiro. Aqui foram apresentadas as motivações, a problemática, os objetivos, a justificativa e as hipóteses que norteiam a tese. O segundo capítulo, “Metodologia”, se dedica a descrever a metodologia, os bancos de dados e as técnicas de análise dos dados empíricos. O objetivo do capítulo é tornar mais acessível a terminologia e a forma como a análise quantitativa foi estruturada.

O terceiro capítulo, “Referencial teórico”, explicita o marco teórico da tese e define os principais conceitos empregados. Composto por três subseções, a primeira seção se dedica a descrever a teoria da cultura política e seus principais pressupostos. A segunda e terceira seções abordam o conceito de socialização política e de participação política e a forma como essas auxiliam na análise dos dados empíricos.

Considerando a longitudinalidade dos dados empíricos que constituem esta tese, o quarto capítulo, “Contexto histórico 1964-2013”, descreve a conjuntura política dos períodos analisados e inicia a descrição da cultura política da cidade de Porto Alegre. Subdividido em duas sessões, a

⁵ O método de regressão múltipla será detalhado no capítulo metodológico.

primeira descreve o contexto político nacional entre 1964 e 2013, enquanto a segunda analisa os determinantes históricos da cultura política dos eleitores de Porto Alegre.

De viés analítico, o quinto capítulo se dedica à análise dos dados empíricos. A diferenciação entre as seções está no fato de a primeira ser uma análise descritiva das variáveis selecionadas enquanto a segunda emprega a técnica de regressão múltipla e avalia a causalidade entre as variáveis analisadas. Dessa forma, estatisticamente mais sofisticada, busca-se alcançar os objetivos da tese e executar o teste da hipótese.

O sexto e último capítulo dedica-se às considerações finais, destacando os objetivos, os limites e os avanços que o debate realizado nesta tese alcançou. Adicionalmente, são apresentadas as sugestões a futuros trabalhos que possam dar continuidade a esse debate e que elucidem questões suscitadas na tese.

Os apêndices apresentam as tabelas derivadas dos testes estatísticos realizados pelo programa SPSS.

2. METODOLOGIA

O interesse por esta pesquisa não surgiu de forma espontânea. Ele é decorrente de um conhecimento e prévio interesse desta pesquisadora sobre a socialização, a participação política, a cultura política e a situação da democracia na América Latina.

Ao analisar relatórios e pesquisas sobre qualidade e desenvolvimento da democracia na América Latina (PNUD, 2004), verificou-se a falta de estudos sobre a importância que determinados espaços políticos institucionais, trazidos pela democracia, causam sobre a cultura política dos indivíduos, como, por exemplo, a participação e identificação destas pessoas em partidos políticos. Assim, identificou-se a existência de um vasto cenário a ser esclarecido para a compreensão da cultura política.

O início do século XIX se configura como um período em favor da construção da democracia. No Brasil, tal situação é acompanhada por um contexto de crise econômica, desigualdade social e queda na qualidade de vida (BAQUERO, 2007). Em âmbito institucional, sobretudo eleitoral, o país se encontra atualmente em uma situação mais estruturada, mas na qual ainda existe uma cultura política que fornece certos privilégios apenas a poucos (PORTO, 2006). Tal cenário é descrito por Pereira (2013), quando o autor diz que o modelo de democracia implementado no país promove uma cultura pautada no privilégio das elites, reproduzindo, assim, formas estruturais que promovem a desigualdade.

Considerando que para a democracia prevalecer é necessário haver uma convergência entre governos e a cultura política da sociedade, o Brasil ainda apresenta um imenso hiato democrático. A democracia brasileira possui uma estruturação frágil e sofre com uma forte emergência de líderes políticos incompetentes, fatores que ampliam o distanciamento e desinteresse da população pela política.

Outro fator que justifica o interesse da pesquisadora sobre o tema são os últimos relatórios sobre a situação da democracia no Brasil. Entre eles o *Polity IV Project, Global Democracy Ranking* e o *Democracy Index*. Segundo o *Polity IV Project*, que agrega informações sobre transições políticas no mundo de 1800 a 2013, de 1970 até 1990 as chances de retorno de um sistema autoritário no Brasil diminuem. Todavia, os dados referentes às décadas de 1990 e subsequentes, estendendo-se até os dias atuais, indicam a estagnação da democracia no Brasil.

Corroborando com isso, estão os relatórios sobre a qualidade da democracia no Brasil, produzidos pela *Global Democracy Ranking* (que emprega sobretudo os dados da *Freedom House* na composição dos seus relatórios) desde 2008. De acordo com essa organização, a democracia no Brasil não tem evoluído significativamente durante os últimos anos⁶.

De maneira mais detalhada, os dados do *Democracy Index* acentuam a questão da democracia no país. Em termos gerais, o relatório (que avalia os seguintes quesitos: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis) demonstra que a qualidade da democracia no país diminuiu durante o período 2006-2012 de 7.38 para 7.12 (valor estável desde 2010). Entre os quesitos avaliados, destaca-se a cultura política, tido como o mais baixo durante todos os anos. Enquanto a avaliação do processo eleitoral e pluralismo no país alcançam uma média de 9.58, funcionamento da democracia em 7.6, liberdades civis com 9.30, aquelas relacionadas à cultura política e à participação contam com 4.88 e 4.78, respectivamente. Dessa forma, fica claro como a criação de uma cultura política de sustentação à democracia ainda é um dos maiores obstáculos para o melhoramento da democracia no Brasil. Nesse sentido, o processo de formação política torna-se relevante, pois é por meio desse que as pessoas adquirem e moldam seus valores e sentimentos referentes à esfera política.

O que se observa é uma situação de avanço na forma estrutural do sistema político, embora ainda pautado em práticas e vícios antigos. Tal cenário estimula a busca por abordagens teóricas alternativas, em especial aquelas que consideram a importância do papel do cidadão e seu envolvimento com o sistema político. Assim, este estudo considera a cultura política de uma sociedade como algo que se constrói com o tempo e que sofre influência das esferas políticas e institucionais existentes. O processo de aquisição de normas, valores e sentimentos que compõem a cultura política de um grupo (como seu grau de interesse) provêm do processo de socialização. Esse processo decorre da interação das pessoas com determinados agentes socializadores, que no caso desta investigação diz respeito à participação dos eleitores em partidos políticos. Ou seja, a socialização ocorre por meio da participação das pessoas e é a partir dessa experiência com as instituições políticas que se forma a sua cultura política.

A análise proposta nessa tese possibilita não somente compreender e descrever a cultura política de uma sociedade, no caso a de Porto Alegre, mas também avaliar se essa participação

⁶ Dados disponíveis em: <<http://democracyranking.org>>.

convencional, por meio da interação com partidos políticos, tem, com o passar dos anos, alterado a cultura política das pessoas. Assim avalia-se se tal relação existe e em qual direção ela ocorre, afim de se verificar se tal atributo pode ser considerado um agente socializador.

Para isso, utiliza-se dos estudos sobre comportamento que tenham como referencial teórico a perspectiva iniciada pela cultura política ainda na década de 1960, que considera valores culturais, hábitos e crenças como fatores analíticos importantes para a explicação de fenômenos sociais e políticos.

2.1. Selecionando a Metodologia

Este é um estudo de natureza quantitativa. Para determinar a metodologia de pesquisa adequada para esta tese, foram consultados autores como: Guillén (1992), Valdavida (1998), Dancey e Reidy (2006), Babbie (2005), Bryman e Cramer (2005) e Pestana e Gageiro (2008). Adicionalmente, esses autores também auxiliam na elaboração do desenho de pesquisa e no processo de escolha dos métodos e técnicas a serem empregados neste estudo. As opções não se devem à superioridade entre técnicas de pesquisa, mas à disponibilidade dos dados para a tese.

Os dados empregados são provenientes de pesquisa tipo *surveys*. Segundo Easton (1968) e Almond e Verba (1963), o emprego de estudos quantitativos, sobretudo de *surveys*, permite verificar de maneira estatística a existência de regularidades do comportamento político, vinculando, desse modo, a teoria aos métodos e princípios da ciência empírica (EASTON, 1968). Tais informações permitem tanto explicar quanto predizer o comportamento social e político de indivíduos em detrimento de outros fatores políticos, como sua participação e seu interesse por essa esfera.

Para Babbie (2005), o emprego de pesquisas tipo *survey* em estudos de comportamento permite a generalização dos resultados, a observação de regularidades e a construção de inferências que explicitem as razões pelas quais um evento político ocorre.

Os dados da tese dizem respeito à cidade de Porto Alegre durante os anos de 1968 a 2013. Os dados referentes ao período entre 1968 e 2005 foram disponibilizadas pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense (NUPERGS) e pelo Núcleo de Pesquisas sobre

América Latina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPESAL), ao passo que o último banco (de 2013) provém de uma pesquisa de opinião conduzida pela autora da tese em 2013.

Para cada ano, a amostra foi calculada respeitando-se dados oficiais da população sobre gênero, idade e escolaridade. A coleta das informações ocorreu por meio da aplicação pessoal de questionários aos entrevistados. No que tange ao instrumento de coleta, nesse caso o questionário, as perguntas possuíam respostas fechadas e foram codificadas e padronizadas de maneira a permitir a comparação longitudinal dos dados e, assim, empregar técnicas estatísticas na sua análise.

2.2. Os Bancos de Dados e Variáveis

Como argumentado anteriormente, este é um estudo de natureza empírica e quantitativa. Isso porque os dados empregados são provenientes de bancos de dados derivados de pesquisas de opinião sobre participação e interesse político entre 1968 e 2013 na capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/Brasil. Todos os *surveys* tinham como tema central a proposta de avaliar a participação e o interesse político dos moradores da cidade, assim possibilitando que algumas das questões fossem mantidas ao longo do tempo.

A coleta das informações é dividida em dois conjuntos. O primeiro contempla os anos entre 1968 e 2005. O segundo é composto apenas pelo banco de 2013, fruto da pesquisa de opinião realizada pela autora com o objetivo de ampliar e atualizar o período de análise desta tese⁷. Ou seja, serão analisados aproximadamente 45 anos da história da cidade. A abrangência temporal adquire relevância devido aos diferentes períodos políticos pelos quais o país passou durante esse intervalo (1968-2013), entre eles o regime militar, o processo de abertura política e a reimplantação da democracia. Os dados desse período provêm do acervo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e foram coletados com o apoio de dois núcleos de pesquisa da Universidade: o Núcleo de pesquisa e documentação da política Rio-Grandense (NUPERGS) e o Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL). Para todas as pesquisas o processo de cálculo amostra obedeceu as mesmas diretrizes da técnica de quotas. Devendo o entrevistado ser eleitor da cidade de Porto Alegre para poder responder ao questionário. A possibilidade de comparação entre as pesquisas foi

⁷ O questionário aplicado e a amostra dessa está disponível no Anexo 1 e 2.

possível pela estrutura do instrumento empregado, que continha ao longo de todos os anos perguntas que se mantiveram sempre presentes entre 1968 e 2013.

Tabela 1- Amostra por ano

Ano	Amostra
1968	225
1974	367
1985	488
1994	609
1995	1044
1996	300
1998	248
2000	533
2003	637
2005	510
2013	300

Fonte: Bancos de dados NUPERGS/NUPESAL, 1968-2013.

Em todas as *surveys*, a amostra foi calculada com base nos dados oficiais da cidade (gênero, idade e escolaridade), configurando, assim, uma amostra paramétrica do eleitorado porto-alegrense e permitindo, de maneira profícua, a comparação entre os anos, o alcance dos objetivos e o teste da hipótese desta tese.

Em relação às questões empregadas, foram escolhidas para esta análise aquelas que dizem respeito ao interesse político das pessoas, a sua identificação partidária, a sua participação política formal relacionada a partidos políticos e seus espaços, à importância do voto e, também, à forma como esse se configura (personalista ou partidário). O quadro abaixo apresenta as perguntas empregadas na análise empírica e suas respectivas respostas.

Quadro 2- Questões

Pergunta original	Respostas
O Sr/a se identifica com algum partido político? *	1- Sim 2- Não
O Sr/a comparece a comícios políticos? *	
O Sr/a contribui financeiramente com partidos políticos?	
O Sr/a participa de reuniões políticas? *	
O Sr/a realiza trabalhos gratuitos?	
O Sr/a se interessa por política? *	
O Sr/a busca informações políticas por meio da imprensa?	
O Sr/a busca informações políticas por meio do rádio?	
O Sr/a busca informações políticas por meio da televisão?	
O Sr/a votaria caso o voto não fosse obrigatório no Brasil? *	
Quando Sr/a vai votar o que é mais importante:*	1- A pessoa do candidato 2- O partido do candidato 3- Não sabe.

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nas questões disponíveis nos banco de dados fornecidos pelo NUPERGS e NUPESAL (1968-2013).

*Questões empregadas na análise de regressão múltipla.

2.3. Técnicas de Análise dos Dados

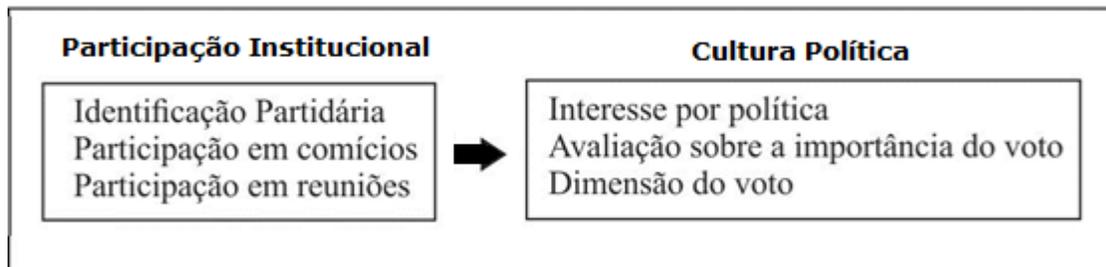
A finalidade desta tese é verificar como a cultura política dos porto-alegrenses tem se configurado durante as últimas décadas e se existe relação causal entre as variáveis de participação política formal e de cultura política. Para atingir tal objetivo, os dados foram analisados em duas etapas.

Em uma primeira etapa, mais contextual e descritiva, empregou-se uma maior gama de variáveis para a análise da cultura política de Porto Alegre. Conforme apresentado no quadro anterior, isso inclui questões como: existência de preferência partidária, participação política (em comícios, reuniões, contribuição financeira, trabalho gratuito), interesse por política (geral, via rádio, via televisão), importância do voto e dimensão do voto (voto personalista ou partidário). A

estatística descritiva utilizada nessa etapa descreve apenas as características da população, sem fazer influências. Isso por que o foco desta seção é descrever a cultura política dos eleitores de Porto Alegre entre 1968 a 2013, assim, verificando a existência de padrões e/ou tendências políticas ao longo desse período.

A segunda etapa caracteriza-se pelo emprego de técnicas estatísticas mais sofisticadas, como o teste de correlação e de regressão múltipla. Foca-se em: i) buscar a existência de direção causal das variáveis de participação das pessoas, ii) observar se a identificação dos indivíduos com partidos políticos tem influência sobre seu interesse pela esfera política e pelo ato de votar; e iii) constatar a existência de voto partidário do indivíduo. Dessa forma, pode-se observar se esferas participativas convencionais, nesse caso em partidos políticos, podem servir de agente socializador na formação da cultura política das pessoas. O quadro abaixo ilustra as variáveis que serão empregadas na segunda etapa da análise.

Quadro 3- Variáveis empíricas entre 1968-2013



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados para construção da análise empírica.

Conforme se pode observar no Quadro 3, as variáveis selecionadas possibilitaram a operacionalização das dimensões da cultura política e da participação convencional. Assim, tem-se como finalidade verificar se a identificação política das pessoas e sua participação em comícios e reuniões políticas podem tornar-se variáveis explicativas para a compreensão do interesse das pessoas pela política, para a avaliação que essas fazem da importância do ato de votar e da composição do voto partidário (dimensão do voto). Isso por meio da análise da direcionalidade entre os dois grupos, em cuja importância relativa de cada uma das variáveis será determinada pela técnica de regressão *stepwise*.

Para que o emprego dessas questões fosse possível, todas as variáveis de resposta foram recodificadas de maneira a possuírem o mesmo padrão. Como todas as questões eram nominais, ou seja, não possuíam hierarquia ou ordem de valor entre elas, foi necessário torná-las variáveis

artificiais binárias (autoexcludentes). Conhecida na estatística como *dummy*, essa é uma variável artificial criada quando existem variáveis qualitativas dentro de um modelo de regressão múltipla (SHARMA; GARAVAGLIA, 1996). Isso implica que a codificação respeite os valores de 1 e 0 (SHARMA; GARAVAGLIA, 1996; SKRIVANEK, 2009), permitindo, assim, que todo o cálculo seja padronizado e que as respostas sejam mutuamente excludentes (SHARMA; GARAVAGLIA, 1996; SKRIVANEK, 2009).

Para cada variável *dummy* independente (x), o valor 0 indica que o coeficiente de resposta não possui influência sobre a variável que se busca explicar (variável dependente, ou y); ao passo que aquelas com valor 1 (sejam dependentes ou independentes) dizem respeito ao fator capaz de alterar o resultado da variável dependente (y). A recategorização dos dados presentes no Quadro 1 seguiram essa norma, sendo 1 o valor dado às respostas positivas (sim) e 0 (zero) às respostas negativas (não). Para a questão sobre dimensão do voto, a intenção era analisar a existência de voto personalista. Logo, os valores atribuídos foram: 1 para voto de acordo com o candidato e 0 (zero) para voto de acordo com partidos ou outros motivos. Terminada essa etapa, é possível dar sequência às técnicas empregadas na análise dos dados.

O primeiro teste é o de correlação. O objetivo é qualificar a relação entre a variável dependente e as independentes, estabelecendo em que grau de confiança pode-se afirmar que existe ou não tal relação dentro da realidade observada (GUILLÉN, 1992). É importante lembrar que, para que o modelo tenha maior chance de sucesso, ele deve ser construído sobre uma base teórica sólida (GUILLÉN, 1992). A existência de maior correlação indica uma melhor previsão do modelo proposto. Por outro lado, os resultados que indiquem menor correlação expõem a existência de maior margem de erro. Logo, a correlação é uma técnica estatística, descritiva e inferencial, cujo propósito é descobrir se existe relacionamento entre as variáveis analisadas (PESTANA; GAGEIRO, 2008).

Na estatística, o teste de correlação diz respeito a qualquer tipo de relação que envolva uma variável dependente, sendo o mais comumente empregado o P de Pearson (*Pearson correlation coefficient*⁸). Ele é resultado da divisão da covariância de duas variáveis pelo produto do seu desvio

⁸ O resultado do coeficiente de correlação varia de 0 a 1, onde 0 indica a não existência de relação linear entre as variáveis 1 a perfeita correlação entre essas. No que tange ao valor ser positivo ou negativo, positivo indica a existência que altos valores uma variável (x) tendem a ser associados a valores altos em outra variável (y), ou que valores baixos em uma variável (x) podem estar associados a valores baixos em outra variável (y). Enquanto que zero indica a não existência de relacionamento linear (DANCEY, REIDY, 2006).

padrão, que varia de -1 a +1, sendo +1 indicativo de existência de uma correlação direta perfeita e -1 indicativo de uma correlação perfeita inversa, ou de anticorrelação. Quanto mais próximo de zero o resultado, menor a relação entre as variáveis; e quanto mais perto de +1 ou de -1, mais forte é a correlação, seja ela positiva ou inversa (DANCEY; REIDY, 2006). O quadro abaixo detalha a forma como o resultado da correlação é lido.

Quadro 4 - Significância de correlação entre variáveis

Perfeito	+1	-1
	+0,9	-0,9
Forte	+0,8	-0,8
	+0,7	-0,7
	+0,6	-0,6
Moderado	+0,5	-0,5
	+0,4	-0,4
	+0,3	-0,3
Fraco	+0,2	-0,2
	+0,1	-0,1
Zero	0	

Fonte: Dancey e Reidy (2006, p. 186).

Todavia, esse teste não permite identificar a causalidade ou a direção da correlação, mas apenas a existência de relacionamento entre as variáveis escolhidas, indicando, também, se essa é positiva, negativa ou zero. Por essa razão, justifica-se a necessidade de realizar um segundo passo, a regressão múltipla.

A técnica de regressão, seja múltipla ou linear, permite avaliar se o modelo teórico-matemático empregado para estudar a relação entre as variáveis dependentes e independentes é espúria ou não (BRYMAN; CRAMER, 2005). São os seus resultados que permitem que se estime, especifique e interprete um modelo explicativo de análise.

No caso da regressão múltipla, a variável dependente é estudada em detrimento de uma série de outras variáveis explicativas e independentes (GUILLÉN, 1992; PESTANA; GAGEIRO, 2008; BABBIE, 2005). Sua formulação contempla três características: especificação, estimação e

inferência (GUILLÉN, 1992). A especificação consiste em expressar, por meio de uma equação, a relação sistemática entre uma variável dependente e outra(s) independente(s), tratando-se, assim, de um modelo de análise causal que permite observar se, e quais, das variáveis independentes influenciam na explicação da variável dependente (GUILLÉN, 1992; BABBIE, 2005).

Em relação ao modelo de regressão, optou-se pelo *stepwise*. Isso em razão da entrada dos preditores ser realizada automaticamente e de maneira estatística pelo *software*. Nesse caso, é o programa que determina que variáveis ou que conjunto de variáveis serão realmente empregados no modelo de regressão. Adicionalmente, esse modelo também define de maneira estatística a direção e a ordem em as variáveis são inseridas. Além de permitir o teste do modelo previamente selecionado, ele ajuda a determinar quais variáveis independentes são mais ou menos influentes e quais devem ser retiradas do modelo.

A regressão múltipla é uma técnica descritiva e inferencial que permite o emprego de variáveis quantitativas e/ou qualitativas (via *dummies*) no seu modelo (PESTANA; GAGEIRO, 2008; BRYMAN; CRAMER, 2005). Ela é uma continuidade da correlação e permite ao pesquisador observar em que direção tal efeito ocorre (DANCEY; REIDY, 2006; GUILLÉN, 1992; BABBIE, 2005). Tem-se a variável y como a que está sendo prevista, ou dependente, e a x como a que prevê, também chamada de previsora, explicativa ou até mesmo de independente. Dentre os resultados obtidos na regressão, serão avaliados o *R Square* (tabela *model summary*), o Sig. (Tabela *ANOVA*) e o *Standardized Coefficients* (tabela *coefficient*).

O *R Square*, ou coeficiente de determinação, é uma medida de ajustamento de um modelo linear. Seu resultado significa toda a variância (a compartilhada e a individual) das variáveis explicativas em relação a variável de critério. O resultado desse cálculo varia entre 0 e 1 e quanto mais perto de 1, mais ele pode ser empregado para explicar os valores observados. O resultado do *R Square* é inferior ao *R*, o SPSS diminui esse valor (*R Square*) para oferecer uma estimativa da população e não da amostra. Isso porque a linha de regressão amostral (*R*) sempre terá maior aderência com a amostra do que com a população.

A tabela de resumo *ANOVA* demonstra se as variáveis explicativas preveem ou não a variável de critério. Dentre os valores que resultam dessa tabela, a mais significativa para esta tese diz respeito a Sig. (Significância). Quanto mais perto de 0 (zero), menores as chances dos resultados obtidos terem ocorrido por erro amostral.

Por último, se analisam os pesos não padronizados⁹ da tabela *Coefficients*. O coeficiente beta padronizado corresponde às estimativas resultantes da análise com a variável independente, que foram padronizadas de acordo com sua variância. Esse valor é empregado para confirmar qual das variáveis preditoras tem um maior efeito sobre a dependente na análise de regressão múltipla.

Para a análise dos dados empíricos, empregou-se o *software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)* versão 20.

O propósito por trás dessas escolhas metodológicas é o de gerar um conhecimento não meramente normativo, mas aplicável à nossa realidade (da cidadania brasileira). Terminada a explanação do método de pesquisa e das técnicas empregadas na tese, passa-se, no próximo capítulo, à discussão do referencial teórico.

⁹ Não se empregam os valores não padronizados por esses serem medidos em unidades diferentes. Para o cálculo dos valores padronizados, as medidas são transformadas em scores usuais, assim permitindo resultados mais profícuos para nossa análise (DANCEY; REIDY, 2006).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, são apresentadas a teoria e os conceitos que dão respaldo aos objetivos da tese: a cultura política, a socialização e a participação política. Assim, o capítulo se desenvolve em três sessões. A primeira discorre sobre a definição e os pressupostos da teoria da cultura política, empregada nesta tese por valorizar a importância das atitudes, crenças, comportamentos e valores dos indivíduos frente à esfera política. Essa perspectiva permite realizar uma observação mais compreensiva da forma com a qual as relações sociais e políticas ocorrem dentro de uma sociedade. Posteriormente será definido o conceito de socialização política em adultos. Essa escolha se deve a sua conexão com a teoria da cultura política e ao fato de auxiliar a compreender de que forma os valores dos indivíduos são moldados ao longo dos anos. O processo de socialização política diz respeito à forma pela qual as pessoas adquirem valores sobre algo, neste caso, sobre a política. Ele é fruto da interação dos indivíduos com determinados agentes socializadores e ocorre durante todo seu ciclo de vida.

Por último, é explicitado o conceito de participação política e demonstra-se de que forma ele pode ser usado como indicador para compreensão da cultura política de uma sociedade e como potencializador do processo de socialização política em adultos. A explanação da teoria e dos conceitos empregados é realizada de forma a contribuir para a questão central desta tese: compreender como a cultura política do eleitorado de Porto Alegre tem se modificado ao longo dos anos e verificar se, na existência de modificações, estas derivam de fatores como a participação convencional das pessoas.

3.1. Cultura Política

Segundo Almond (1989), o conceito de cultura política tem suas raízes na antiguidade, com autores clássicos da ciência política, e diferencia-se da forma como é empregado na atualidade. Sua definição e emprego se desenvolvem juntamente com a ciência política. Até meados do século XVIII, o principal objetivo da ciência política estava na compreensão das instituições, como regras e leis, que moldavam os sistemas políticos e cujo objetivo era promover o bem comum e o desenvolvimento das sociedades (ROTHSTEIN, 1996). Conhecido como velho institucionalismo,

essa abordagem defendia as regras e normas promovidas pelas estruturas como as responsáveis por criar as condições necessárias para as ações das pessoas. São as instituições que determinam como as relações sociais e políticas podem e devem ocorrer, reduzindo a flexibilidade das ações dos indivíduos e mantendo a estabilidade dos sistemas. Isso porque são elas as responsáveis por formar as identidades, definir os papéis e criar o sentimento de pertencimento das pessoas (RHODES, 2006). Com foco voltado para análise de governo, em especial em seu aspecto constitucional e em suas propriedades institucionais, são exemplo de obras clássicas Platão, Aristóteles e Políbio (ALMOND, 1996).

Entre os estudos de Platão, sobre a estabilidade política e a otimização de sua performance, destaca-se a obra *A República*, na qual o autor propõe uma forma de classificar os regimes políticos e apresenta, também, a forma como a educação deve ocorrer para que a ordem seja preservada. Nesse diálogo, Platão descreve a existência de seis formas de governo, sendo quatro delas corrompidas (timocracia, oligarquia, democracia e tirania) e duas tradicionais (monarquia e aristocracia). Outra contribuição do autor provém da sua definição de constituição mista, resultado da aristocracia com a democracia, descrita na obra *As Leis*. A diferença desse diálogo para o anterior está no fato de que no primeiro a base do Estado está na educação, enquanto no segundo a importância recai sobre a legislação que sustenta o regime. Tal discussão é retomada por Aristóteles anos depois (BOBBIO, 1976).

Em seus estudos sobre transição democrática e consolidação, Aristóteles se dedica a classificar e examinar os sistemas políticos atenienses, embora com um enfoque mais indutivo e histórico do que aquele realizado por Platão anos antes (ALMOND, 1996). Empregando o termo *politéia* (traduzido por Bobbio em 1976 como *constituição*) Aristóteles busca compreender as estruturas que, segundo ele, são as responsáveis por ordenar e determinar tanto a função dos cargos públicos quanto a da autoridade soberana. Ele realiza sua comparação por meio de tipologia das formas de governo, que destacam e descrevem quem governa e como governa. Ele emprega três modelos de sistema: monarquia, aristocracia e *politéia* (governo constitucional), arquétipos que são acompanhados por três formas de desvios e corrupções (tirania, oligarquia e a democracia), totalizando seis modelos.

Igualmente influente, outro autor clássico é Políbio. Seus escritos tinham o objetivo de expor as razões que levam uma sociedade a se expandir e a progredir, fatores que para ele eram

resultado direto da constituição e das instituições de uma sociedade (ALMOND, 1996). Segundo ele, uma constituição, para ser bem sucedida, deve ser mista (ou de governo misto), combinando três formas clássicas de governo: monarquia, aristocracia e democracia¹⁰, pois isso resultaria em maior estabilidade ao governo do que qualquer outra forma. Isso por que, segundo ele, a presença simultânea de tais poderes geraria um controle recíproco entre eles, impedindo e reprimindo ações de oposição e mudança, evitando, assim, os ciclos de instabilidade (BOBBIO, 1976).

No século XVII, marcado pelo iluminismo, o destaque vai para os escritos de Hobbes ao tratar do contratualismo moderno e do Estado, ou poder, soberano. Isso é realizado por meio do emprego do conceito de leis naturais e leis positivas. A diferença entre elas está no fato de que as leis naturais servem como regras de prudência, ao passo que as positivas são impostas à força à população. São essas diretrizes que controlam o pacto entre quem governa e seus governados e que tira os homens da sua situação de guerra de *todos contra todos*, assim preservando suas vidas (HOBBS, 2005). Segundo o autor, a única maneira de se conseguir isso seria por meio de um estado poderoso e absoluto, conforme ele descreve em *Leviatã* (1642).

Aproximadamente um século depois, em *O Espírito das leis* (2005), Montesquieu dá ênfase às leis e aos costumes como instituições responsáveis pela dinâmica política de uma sociedade¹¹. Montesquieu pretende realizar uma teoria geral da sociedade por meio do descobrimento das leis que a governam, uma vez que todos os seres são governados por normas, que são estruturas necessárias para que se estabeleça relação entre dois ou mais seres (ALMOND, 1996). Após analisar diferentes grupos sociais, ele conclui que as razões da existência de tais diferenças entre as sociedades podem ser decorrentes de três categorias: físicas/naturais (clima, fertilidade do solo), econômico-sociais e espirituais (MONTESQUIEU, 2005). Montesquieu, assim como Tocqueville, anos mais tarde, defende, em seus estudos, que nos locais em que o poder político está sujeito ao controle popular é mais provável encontrar políticos com mentalidade liberal. Ambos os trabalhos, embora escritos em épocas diferentes, assumem a existência de uma ligação entre as propriedades dos sistemas institucionais que caracterizam o sistema político e as tendências psicológicas que descrevem as orientações das pessoas.

¹⁰ Nessa concepção, o Rei deveria estar sujeito ao controle do povo, que deve participar do governo, e do senado, conforme visto no sistema romano cujos órgãos eram três: cônsules, senados e eleições populares.

¹¹ Para o autor, existem três tipos de governo: o republicano, o monárquico e o despótico.

Tocqueville valoriza as instituições sociais e políticas, tratando-as como possíveis explicações da bem-sucedida democracia republicana presidencialista dos Estados Unidos. Em *Democracia na América* (1835), o autor argumenta que a importância de se valorizar e de se compreender o funcionamento das instituições, tanto políticas quanto sociais, está no fato de essas serem as variáveis explicativas para estabelecer uma democracia bem sucedida, como no caso da democracia republicana norte-americana. O autor foca seu trabalho na temática da liberdade e da igualdade e em como a democracia, que tem esses valores como ideais, seria um processo universal. O diferencial do seu pensamento está no fato de ele incluir variáveis culturais (hábitos e costumes) dos indivíduos como quesitos que podem influenciar no processo de estabelecimento da democracia¹².

Em anos mais recentes, essa perspectiva é defendida nos trabalhos do federalista norte-americano Woodrow Wilson (1963),¹³ que emprega o termo *engenharia constitucional*¹⁴ para explicar a importância dos arranjos institucionais para constituição e manutenção de sistemas políticos e das sociedades. O motivo para o emprego do conceito era defender e valorizar as instituições que regem o sistema político de uma nação. Esse elemento é que conduz para que determinadas consequências do funcionamento e do desenvolvimento de sistemas políticos ocorram (WILSON, 1963). O pressuposto era que a afinidade entre lei e política ocorre com base nas constituições e regras que formam a prática política. Não sendo as legislaturas apenas um corpo de leis que rege, mas também o espaço onde os políticos operam.

Nesse período, outro teórico que desenvolve e defende o institucionalismo como forma de compreensão da realidade é Douglas North (1961, 1966). Com raízes no marxismo, e influenciado pelos escritos de Schumpeter (1942), North desenvolve estudos de perspectiva institucional e econômica. Para o autor, o crescimento econômico decorre de três fatores: do desenvolvimento tecnológico, do aumento do capital humano e de uma organização econômica mais eficiente (NORTH, 1961, 1966). Ao estudar sobre a produtividade de exportação de países europeus, ele observou que o aumento na porcentagem de vendas não era acompanhado pela melhoria ou pelo

¹² Anos mais tarde, Almond e Verba (1963) retomam o trabalho do autor para enfatizar a importância de valores culturais, tradições e opiniões dos membros, e como esses são adquiridos por meio da presença de espaços destinados à troca de informações (socialização) para o estabelecimento de regimes democráticos. Todavia, diferentemente de Tocqueville, para Almond e Verba o valor está nas variáveis subjetivas dos agentes políticos, que permitem a manutenção e a formação das instituições democráticas.

¹³ Escrito sobre a influência da obra de Walter Bagehot de 1873.

¹⁴ Ou arquitetura constitucional (BAGHOT, 1873; WILSON, 1963).

investimento tecnológico nas embarcações usadas. Assim, North cede espaço para a importância de inovações institucionais para o desenvolvimento econômico. Dessa maneira, a presença de determinadas instituições torna-se a variável explicativa para as transformações ocorridas ao longo da história da humanidade, como, por exemplo, a mudança do sistema feudal para o sistema capitalista. Perspectiva na qual ele dedica suas obras seguintes.

Isso é destacado em 1973 por North e Thomas, ao construírem uma análise histórica sobre a importância da presença de instituições e sobre suas dinâmicas em diferentes países. Entre as conclusões dos autores está o fato de que somente é possível compreender o desenvolvimento econômico dos países quando são analisadas as causas anteriores a esse processo, sendo a chave da compreensão as regras e os arranjos institucionais existentes nessas localidades. Um exemplo são as regras e normas escritas nos contratos, que permitiram que inovações e melhorias fossem feitas para, então, reduzir as imperfeições do mercado¹⁵.

O século XX também foi marcado pelo crescente número de críticas ao institucionalismo. Os anos que dão sequência à Segunda Guerra Mundial são de intensas transformações na ciência política, sobretudo pela ênfase em estudos de comportamento. A justificativa para o aparecimento do comportamentalismo era a insuficiência das análises institucionais em explicar os fenômenos sociais surgidos durante período de guerra e pós-guerras mundiais, entre eles o aparecimento do fascismo e do nazismo e a crise do liberalismo após a Primeira Guerra Mundial. Essas situações serviram para que um cuidado mais factual dos processos sociais e políticos fosse empregado na ciência política, principalmente no campo da política comparada. Nesse período, incentivou-se o intercâmbio de ideias e de pressupostos entre diferentes áreas do conhecimento. Novas especialidades, como os estudos de segurança, de política internacional, de economia internacional e de opinião pública, passam a integrar o escopo de estudo da ciência política (ALMOND, 1996).

Na ciência política, isso ocorreu por meio do incentivo de pesquisas empíricas e de maior rigor metodológico, fatores que promovem e incentivam a compreensão do fato político e do social via estudo de comportamento. Essa perspectiva, o comportamentalismo,¹⁶ se mostrava uma perspectiva mais aberta à influência e a interação com outras disciplinas, se constituindo, assim, em um modelo de análise pluralista (ALMOND, 1996). No entanto, isso não significa afirmar que

¹⁵ Mais informações em North (1991).

¹⁶ Comportamentalismo em português, *behaviorism* em inglês ou *conductismo* em espanhol.

a ciência política deixou de lado por completo seu formalismo ou suas premissas indutivas. Logo, o comportamentalismo nasce como alternativa ao institucionalismo para explicar os fenômenos sociais e políticos surgidos no período entre e pós-guerras mundiais (ALMOND; COLEMAN, 1969; ALMOND, 1996).

Na América Latina, o contexto das décadas de 1960 a 1990, de transições políticas, fim de sistemas autoritários, instauração e consolidação de democracias e, mais recentemente, de crise democrática, foi um incentivo para que essa perspectiva adquirisse proeminência.

Em termos teóricos, o incentivo a pesquisas de comportamento ocorre por três razões: i) influência da escola de Chicago, com ênfase na psicologia e sociologia; ii) a ascensão do behaviorismo; e iii) influência do viés matemático e dedutivo e do individualismo metodológico (ALMOND, 1996). Essa reorientação para uma perspectiva de análise mais factual e empírica correspondia aos anseios de estudiosos como Watson (1913), Lowell (1910), Merriam (1921, 1924) e Catlin (1927). Esses trabalhos tinham como propósito ressaltar a necessidade de se estabelecer mudanças na metodologia empregada nos estudos de ciência política e de disciplinas próximas, que, na maioria das vezes, não consideravam dados empíricos ou a contribuição de outras ciências, como sociologia, psicologia e estatística¹⁷.

Conhecido como um dos pais do behaviorismo, Watson (1913) se destacava por se contrapor à análise tradicional da psicologia, que valorizava, sobretudo, a introspecção, a consciência e os processos mentais. Para ele, o indivíduo deve ser entendido como o principal elemento de estudo do comportamento e não como paciente, como na psicologia tradicional. Assim, Watson desenvolve a psicologia da experimentação. É com base nessa técnica, de observação ao estímulo e resposta dentro de um sistema controlado, que ele pretende encontrar métodos gerais para compreender e prever o comportamento humano. Segundo o autor, o entendimento do comportamento dos indivíduos é feito pelas suas respostas; não se estuda como ele pensa, mas como ele age. É o experimentalismo de Watson (1913) que fornece base para o que mais adiante vai se chamar de individualismo metodológico, que define o ser humano como o foco de análise para compreensão dos fenômenos sociais e políticos¹⁸.

¹⁷ A influência de outras disciplinas na introdução de novas formas de análise na ciência política é publicada por Lijphart em 1971.

¹⁸ A preocupação de Watson era com o método observacional. Seu behaviorismo não descartava a existência de processos mentais. Ele acreditava que, para conhecer o comportamento humano, era mais válido apreender sobre os

Os trabalhos de Watson (1913) se tornaram mais conhecidos por meio dos escritos de Skinner, o que não significa que ele concordasse totalmente com Watson (HOMANS, 1999). Enquanto Watson se propunha a examinar apenas o ambiente onde o indivíduo estava inserido, Skinner introduziu a ideia de que certos comportamentos são selecionados considerando-se fatores biológicos, históricos e culturais do indivíduo. Ou seja, os resultados comportamentais podem ser provenientes de impulsos resultantes de outros fatores que não do ambiente. A ideia de condicionamento operante de Skinner é o principal ponto de diferença com Watson, pois afirma que o comportamento humano é condicionado não por associação direta entre incentivo e resposta, mas pela probabilidade de um estímulo seguir de uma resposta condicionada¹⁹.

A tentativa de explicar o comportamento humano por meio da observação para construir uma *lei explicativa* ou *leis explicativas* vincula o behaviorismo à teoria. A teoria de um fenômeno equivale à explicação desse acontecimento dentro de um sistema dedutivo, que por seu turno consiste em um conjunto de preposições, em que cada qual estabelece uma relação entre duas ou mais variáveis. A teoria por si só não determina a existência de uma associação, pelo menos não na primeira aproximação, mas explicita qual pode ser a natureza dessa relação, indicando possibilidades. Uma teoria é sólida quando, utilizando-se de poucas leis explicativas, consegue explicar diversas preposições empíricas (HOMANS, 1999). E são essas leis explicativas que o behaviorismo, por meio de análise empírica, busca traçar.

Nesse período somam-se os estudos de Lowell (1910) que defende a multidisciplinaridade em estudos políticos. Tal multidisciplinaridade, que inclui psicologia, sociologia e estatística, evitaria que cópias de sistemas políticos fossem implementadas em localidades com características sociais distintas, o que impossibilita ao sistema desempenhar o efeito desejado. Para Lowell, a contribuição de outras disciplinas auxilia o cientista político a realizar uma observação mais imparcial da vida pública, para, então, descobrir os princípios que governam as relações políticas. Para o autor, a observação dos fatos da vida pública é uma tarefa árdua composta por um amplo conjunto de forças correlacionadas que não podem ser analisadas isoladamente (LOWELL, 1910). É na tentativa de diminuir os erros decorrentes de tal observação que o pesquisador não deve negar

fatores que determinam tal ação, pois todo comportamento é consequência da influência do meio onde a pessoa vive. O comportamento é a resposta a um estímulo (condicionamento).

¹⁹A diferença entre Watson e Skinner pode ser descrita da seguinte maneira: enquanto Watson propõe um modelo linear de estímulo e resposta, Skinner descreve o comportamento como algo não linear e probabilístico.

a contribuição de campos como a estatística, que auxilia na compilação, organização e classificação dos dados.

Nessa mesma direção, Catlin (1927) afirma que a ciência política deve ser estudada com base na reincidência dos fatos, reconhecendo a importância histórica dos acontecimentos. Para ele, antes de se descrever uma sociedade é preciso conhecer a engenharia/mecânica que mantém sua ordem. A preocupação central de Catlin diz respeito à metodologia empregada na análise dos fatos políticos, que para ele deve ser feita através da observação empírica e não apenas da filosofia e da metafísica. Isso por meio do emprego de técnicas estatísticas quantitativas para a compreensão dos grupos sociais, de suas dinâmicas e opiniões e do aperfeiçoamento da ciência²⁰.

Próximo a Catlin, Ellis (1927) apresenta um conjunto de críticas ao formalismo até então predominante na ciência política. O autor contesta a teoria jurídica por considerar o Estado como um *simples instrumento* para a criação e manutenção das leis, não se preocupando com a origem da autoridade política entre os homens. A ciência política deve oferecer concepções para construção de um aparato pelo qual o direito público possa ser sintetizado e pelo qual as proposições sejam colocadas de forma mais harmônica umas com as outras, e no qual o estado seja visto como um órgão especializado, e não como possuidor de um poder santificado ou metafísico. O entendimento das regras de conduta dos homens deve ser um objetivo anterior à formulação do Estado, e as leis não devem ser o reflexo apenas da vontade dos legisladores, mas também dos homens, pois a sociedade desempenha um papel fundamental na manutenção dos canais de suporte às instituições (ELLIS, 1927). Assim, não é possível sustentar a existência de uma lei do direito supremo, visto que existe um conjunto muito grande de influências que modelam a soberania, sendo a lei construída sobre o ambiente social geral. Ellis defende a análise do estado com base na realidade concreta composta por três fatores: o legal, o social e o político.

Agrega-se ao debate da multidisciplinariedade os estudos de Merriam (1924, 1925). Para a autora, a ciência deve ser baseada na observação dos atores sociais, perspectiva que valoriza a importância da psicologia nas análises políticas e de um caráter experimental aos estudos de comportamento. Tal dimensão faz com que a ciência política considere os efeitos externos e internos dos indivíduos para a compreensão do seu comportamento, tanto os psicológicos e sociais

²⁰ Sobre o assunto, outra referência é: *The procedures of political behaviorism*. p. 26 a 66. IN: JAROS, Dean e GRANT, Lawrence. *Political Behavior – choices and perspectives*. New York, St. Martin, 1974.

quanto até mesmo os genéticos. Para Merriam (1925), a política não pode sobreviver apenas com respaldo na filosofia, na abstração, no historicismo ou na lógica jurídica. Ela deve se adaptar as novas técnicas intelectuais, considerando forças históricas, econômicas e sociais e, assim, examinando os *insights* da natureza humana através da contribuição da psicologia, da biologia e da sociologia (MERRIAN 1921, 1924, 1925).

Outra contribuição da época são os trabalhos de Max Weber e de Durkheim. O primeiro autor se destaca, sobretudo, por sua obra *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904/1905). O objetivo foi analisar como atitudes, valores e sentimentos comuns a um grupo social podem explicar as razões que levam o capitalismo a se desenvolver em países protestantes. Weber tinha como objeto de estudo a ação social, que é qualquer ação feita por uma pessoa quando orientada pelos outros. Ela existe quando uma pessoa tenta estabelecer alguma forma de comunicação com os demais membros do seu grupo. Para ele, são as ações e as características dos protestantes as condições explicativas para o seu desenvolvimento econômico. Dessa maneira, o autor propõe uma interpretação sobre a origem do capitalismo diferente daquela em voga no período, enfatizando razões culturais para o seu desenvolvimento, e não apenas relações sociais de produção, como proposto por Marx. Dessa forma, contrapondo-se ao marxismo clássico, Weber propõe uma inversão no materialismo ao descrever de que forma um valor ético, ou cultural, pode servir para explicar as razões que levam um grupo social a possuir maior desenvolvimento econômico que outro.

A contribuição de Durkheim provém dos seus estudos sobre socialização e fato social. Segundo ele a consciência coletiva das pessoas, que orienta e define suas ações, é formada durante o processo de socialização dos indivíduos. Ou seja, por meio do contato das pessoas com sua sociedade. Para o autor, esses fatos sociais devem ser o verdadeiro objeto de estudo da ciência. Todavia, nem tudo é um fato social, mas somente aquilo que pode ser generalizado, exteriorizado e que produz coerção sobre a pessoa. Na concepção do autor, as ações, atitudes e comportamentos das pessoas independem das suas vontades individuais. Elas são o resultado de um imposto. E o estudo de tais *fatos* necessita de uma metodologia de estudo específica. Assim, com influência nas ciências naturais, ele propõe a elaboração de leis que rejam o comportamento e que comandem os fatos sociais. Nesse debate, ele introduz o conceito de instituição social (DURKHEIM, 1985).

Segundo ele, a instituição social diz respeito ao conjunto de regras e procedimentos padronizados e aceitos dentro de uma sociedade. A função dessas instituições é tanto manter a ordem quanto satisfazer as necessidades do grupo onde agem, devendo, logo, ser conservadoras em sua essência. Para ele, a ausência ou o enfraquecimento dessas instituições seriam os responsáveis pelo mal estar dentro de uma sociedade (DURKHEIM, 1897).

Mais, recentemente outra referência é o funcionalismo estrutural desenvolvido por Talcott Parsons. Em *A Estrutura da Ação Social* (publicado em 1937), ele desenvolve a linha condutora para seus trabalhos posteriores por meio do debate dos pressupostos de Max Weber, Vilfredo Pareto e Émile Durkheim (entre outros). Nessa obra, ele realiza uma tentativa de síntese teórica da sociologia. Dedicado ao estudo das profissões e empregando a variável padrão como recurso metodológico, ele formula os subsídios para a análise teórica de sistemas sociais e da ação em geral. Assim, ele constrói, com base estruturalista e empírica, a teoria da ação.

A preocupação central de Parsons era com a ordem social e na relação entre agência e estrutura. Ele critica a ideia de cultura utilitária, enfatizando a conduta moral e os valores para o entendimento da conduta humana. Para o autor, a construção da conduta moral e dos valores das pessoas é estabelecida dentro de um molde simbólico social, sobretudo com base na reciprocidade. Dessa maneira, normas e valores que integram o sistema psíquico e que orientam as condutas são provenientes da cultura, sobretudo quando existe um sistema de normas integrado na sociedade. Aqui a ordem é algo exterior, imposta à pessoa, e o resultado das diversas interações dos agentes. O sistema para sobreviver e se manter em equilíbrio deve se adaptar ao ambiente e integrar seus componentes (AGIL²¹).

Como se observa, o início do século XX é marcado pela influência dos avanços de outras disciplinas, principalmente daquelas que propõem um enfoque mais empírico à ciência política. Dessa maneira, as abordagens dogmáticas, metafísicas ou que não incluíam o ser humano nas suas análises perderam espaço. A abordagem comportamentalista, que nascia nesse período, incentivou uma produção acadêmica voltada para descrições objetivas, empíricas, métodos estatísticos e multidisciplinaridade metodológica e teórica.

²¹ Isso fica mais claro nas décadas de 1960 nas obras *O Sistema Social* (PARSONS, 1951) e *Estrutura e Processo nas Sociedades Modernas* (PARSONS, 1960).

A ideia chave do comportamentalismo, por meio do individualismo metodológico²², é de que existem unidades básicas de análise para entender o comportamento humano, a partir das quais podem ser feitas generalizações. A pesquisa do comportamento é uma reorientação da ciência social como um todo, o que significa mais do que uma mudança de técnicas, mas uma nova fase de teorização nas ciências sociais, associada à pesquisa empírica.

Na ciência política, essas mudanças podem ser sumarizadas em quatro pontos: i) alteração da ênfase de ideais políticos e instituições para a análise de pessoas e grupos sociais; ii) acompanhamento do paradigma da ciência natural sobre o normativo, deixando de lado a preocupação acerca *da forma que as pessoas deveriam agir* e substituindo-a pela preocupação acerca *da forma como elas de fato agem*; iii) explicações sobre comportamento derivadas de teorias da aprendizagem e de motivação em vez de modelos puramente institucionalizados; e iv) subdivisão da ciência política em duas novas linhas de análise: a de atitudes, opiniões e crenças e a de modelo de aprendizagem social (BAQUERO, 2000, p. 120). Esses pontos destacam como a ciência política passa a identificar a questão do público, ou comunidade política, de modo que cada uma das unidades (pessoas) seja detentora de preferências, desejos e opiniões importantes para o sistema político.

O público pode ser operacionalizado e analisado em termos de funções específicas, como um conjunto de categorias relevantes de amostragem de uma população. No behaviorismo, as pessoas, junto das instituições, são as variáveis responsáveis por permitir que um sistema se estabilize, sendo a preocupação do behaviorismo conhecer a forma pela qual a opinião pública se constitui, para, então, obter uma noção mais realista do processo social e político.

Em 1960, essas mudanças são destacadas na ciência política por Packenham (1964), Almond e Verba (1963), Almond (1966, 1969) e Pye (1965, 1966). Packenham (1964) se destaca pela análise histórica das abordagens predominantes na ciência política até o período, que ele divide em cinco taxonomias: i) legal formal, ii) econômico, iii) administrativo, iv) sistema social e v)

²² O aparecimento do individualismo metodológico ocorre no início do século XX e se divide em duas correntes principais: aquela proveniente da escola de Viena (voltada para um viés mais econômico) e aquela da pesquisa social (sociologia). Embora as duas vertentes considerem que o entendimento das ações humanas deve ser feito por meio da perspectiva dos agentes, a primeira se baseia em técnicas matemáticas e econômicas que defendem a importância da existência de acordos contratuais voluntários entre as pessoas, mais do que de fatores externos coercitivos (indo contra a intervenção do governo). Numa perspectiva menos econômica e utilitarista, no pensamento social, o individualismo metodológico sugere que é possível reproduzir o entendimento dos fenômenos sociais, as decisões e as ações individuais das pessoas. Outras influências decorrem de estudos da psicologia e da antropologia.

cultura política. A primeira diz respeito à ciência política formal predominante até os anos de 1940/1950, quando prevaleciam estudos voltados a aspectos institucionais. A segunda, econômica, diz respeito ao nível de desenvolvimento econômico, que é tomado como variável determinante para explicar fenômenos políticos, como o alcance da democracia. A terceira, administrativa, sustenta que o desenvolvimento político depende da capacidade administrativa governamental do sistema em manter as leis para oferecer eficiência e efetividade ao sistema político. A quarta taxonomia, mais recente, diz respeito ao sistema social, que introduz variáveis sociológicas, como a educação e a participação, como quesitos primordiais para o desenvolvimento político. Por último, Packenham (1964), discorre sobre a abordagem culturalista, que considera valores atitudinais e pessoais dos indivíduos fatores importantes para o estabelecimento e manutenção do processo democrático, em especial por meio da introdução do conceito de cultura política²³.

Entre os autores que contribuíram para que essa transição na ciência política ocorresse está Almond. Em 1957²⁴, ele enfatizava que, para se compreender as mudanças culturais e estruturais observadas ao redor do mundo, era necessário um referencial conceitual novo e multidisciplinar (ALMOND, 1969; ALMOND, 1989; ALMOND; POWELL, 1972²⁵). Segundo o autor, tais conceitos, provenientes do comportamentalismo, têm o objetivo de aprimorar as pesquisas comparadas e criar uma nova unidade conceitual por meio da substituição dos conceitos de Estado, poder e instituições por sistema político, funções, papéis e estruturas (ALMOND; POWELL, 1972; ALMOND; COLEMAN, 1969). Almond e Coleman esclarecem que essa não é apenas uma mudança de nomenclatura, mas de definição, pois esses novos conceitos estão baseados na ação e no comportamento das pessoas, o que permite à ciência política caminhar para uma dimensão probabilística da política (ALMOND; COLEMAN, 1969). Segundo Almond e Powell (1972), essa redefinição permite que a ciência política seja mais ampla, não a restringindo apenas ao estudo de governo, mas ampliando-a a outros aspectos que sirvam de sustentação para o sistema político.

²³ Outro autor que realiza uma boa sintetização dos fatores e das mudanças ocorridas na ciência política durante o século XX é Hagopian (2000), sobretudo no que tange às investigações de política comparada. Ele divide o período em três fases: de 1958 a 1975, de 1975 a 1989 e dos anos 1990. Ele destaca principalmente a década de 1970/80 devido à influência da linha behaviorista de análise, momento em que a ciência política passa a dar mais ênfase à sociedade, o que causa um redescobrimto no papel do Estado, cujas ações agora devem servir para auxiliar na relação estado-sociedade e na resolução de conflitos sociais.

²⁴ Embora o posicionamento do autor date desse período, a obra foi publicada em 1960 nos EUA e em 1969 no Brasil.

²⁵ Originalmente publicada em 1966 nos Estados Unidos e em 1972 em português.

Essa conceitualização permite uma análise mais global do objeto de estudo, pois considera que as instituições formais são moldadas a partir da influência de grupos informais, de atitudes políticas e de relacionamentos pessoais. Desse modo, o termo *sistema político* permite realizar análises empíricas e estabelecer fronteiras para construção de comparações, com base nos *outputs* e *inputs* de Easton (1968).

Nessa compreensão, a análise do sistema político deve considerar pelo menos os seguintes fatores: a estabilidade do sistema, os recursos que ele dispõe, o suporte para suas demandas, a sua relação com outros sistemas políticos, os padrões de funcionamento e os padrões culturais. Suas estruturas políticas se diferenciam principalmente por dois aspectos: i) de acordo com os papéis, estruturas e subsistemas políticos e ii) de acordo com a independência ou subordinação desses fatores. É interessante ressaltar que a compreensão de um sistema político, sua manutenção, estabilidade e transformação estão relacionadas e dependem da cultura política da sociedade (ALMOND, 1963). Assim, é vital compreender os processos pelos quais a cultura é mantida, ou transformada, como, por exemplo, o processo de socialização (ALMOND, 1963).

A cultura política de uma sociedade é compreendida por meio das atitudes, crenças, valores e aptidões comuns a toda população, pois são esses fatores que moldam a estrutura de *inputs* e *outputs*²⁶. Empregando a teoria dos sistemas de Easton, o objetivo de Almond e Powell (1972) é propor uma abordagem do desenvolvimento por meio da classificação dos sistemas políticos como um composto de variáveis inter-relacionadas e cuja compreensão possibilita a comparação sistemática das características de um sistema. Ou seja, para Almond e Powell (1972), o sistema político deve ser tratado como um composto de partes fragmentadas inter-relacionadas que precisam ser identificadas para que seja compreendido o sistema de *inputs* e *outputs*, uma vez que os *inputs* são responsáveis pela dinâmica das demandas do sistema político e que eles estão diretamente conectados à cultura dos atores que o compõem, moldando seus objetivos e valores. Dessa forma, é necessário compreender o suporte fornecido pelas demandas que são influenciadas pelo estado de espírito dos indivíduos, assim como por suas atitudes e predisposições. O suporte também ocorre por meio da politização dos indivíduos. Esse processo de politização (socialização

²⁶ Demandas e suportes do sistema. Ver Easton 1957. Segundo Easton os *inputs* e *outputs* gerados em um sistema, de forma primitiva, ocorrem dentro do seguinte esquema: *inputs* como demandas e suportes → sistema político → *outputs* como decisões ou política.

política) é o que permite passar adiante os objetivos e as normas de uma comunidade, seja pela doutrina, pelo mito ou pela tradição.

Os conceitos definidos por Almond e Powell (1972) auxiliam tanto na predição quanto na generalização dos resultados obtidos, pois fornecem diretrizes para a operacionalização da pesquisa empírica e para a elaboração de uma teoria mais geral da ciência política. Isso possui dois propósitos: observar o comportamento empírico e identificar o conjunto de símbolos por meio dos quais é possível descrever, delimitar e explicar o comportamento do sistema político, o que serve, também, como forma de guiar ou orientar a elaboração de pesquisas sociais.

Essa forma de compreender o fato político considera que as funções de uma instituição formal, ou de um governo, são moldadas diretamente pelas relações interpessoais e pelas atitudes políticas dos grupos que compõem a sociedade em que o sistema está inserido. Tal visão é considerada mais ampla por incluir não apenas instituições governamentais, mas todas as estruturas consideradas políticas, como as tradicionais (relações de parentesco) e as organizações formais (partidos e grupos de interesse) (ALMOND; COLEMAN, 1969). Ou seja, o sistema político não é o único responsável por criar e manter as normas. São também responsáveis fatores subjacentes a esse, como os papéis (ou funções) desempenhados pelos indivíduos, que, quando inter-relacionados, formam bases para a solidificação das estruturas políticas (ALMOND; POWELL, 1972). Almond e Powell dão o nome de cultura política a esses fatores subjacentes (atitudes, crenças, valores e aptidões comuns a todo grupo) (ALMOND; POWELL, 1972; ALMOND; VERBA, 1963; ALMOND; VERBA, 1989; ALMOND, 1990). Esse argumento pode ser mais bem observado na obra *A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science* (1990), na qual Almond explica o emprego de conceitos e categorias, como: subcultura, elite, socialização política e mudança cultural. Conceitos cujas definições direcionam a ciência política ao caminho de uma ciência empírica e observacional da vida pública, fato que torna a pesquisa científica fruto não apenas de conhecimento teórico, mas também de dados coletados a partir da observação da realidade²⁷.

²⁷ Contribuindo para essa explicação, no capítulo nove da obra *A Divided Discipline*, Almond se dedica, acima de tudo, a falar sobre as transformações, contribuições e críticas levantadas à teoria da dependência nos anos de 1950/60 e toma como objeto de análise, principalmente, localidades subdesenvolvidas ou em desenvolvimento (África e América do Sul).

Um sistema político é composto por três classes de objetos (ALMOND; VERBA, 1963): i) papéis específicos ou estruturas (ex. corpo legislativo); ii) incumbências desses papéis e estruturas; iii) políticas públicas particulares e decisões. Além disso, é ao avaliar as partes que compõem o sistema político que os autores introduzem a ideia de congruência entre cultura política e estrutura. Para eles, quando as orientações e atitudes políticas das pessoas são congruentes com o sistema, instaura-se um sistema estável. Tal abordagem tinha como objetivo melhorar os estudos comparados da época, em especial aqueles preocupados com a ordem, a estabilidade, o crescimento econômico e a democratização (ALMOND, 1963, 1996).

Em relação ao emprego da perspectiva culturalista, essa adquire proeminência, de fato, através da obra *The civic culture* (ALMOND; VERBA, 1963). A obra se destaca não apenas por criar categorias de análise da cultura política (paroquial, súdita, participativa e cívica), mas por ampliar o conceito de cultura política ao permitir a combinação entre essas categorias. A combinação dessas diferentes formas de cultura política ocorre de diversas maneiras e intensidades, caracterizando-se na medida em que diferentes setores da população se relacionam com o sistema político (ALMOND; VERBA, 1963). Eles definem a cultura política como a orientação psicológica dos indivíduos pelos objetos políticos por meio de três fatores: i) cognitivo: conhecimento e crença das pessoas sobre o sistema político, seus papéis, a incumbência desses, os *inputs* e *outputs*; ii) afetivo: sentimentos das pessoas sobre o sistema político, seus papéis e seu desempenho; iii) avaliativo: julgamentos e opiniões sobre os objetos políticos.

Almond e Verba postulam sobre a necessidade de uma cultura cívica na manutenção de um sistema democrático estável. Isso porque, na visão dos autores, a cultura cívica de um grupo pode ser observada no nível de adesão da sociedade aos pressupostos do sistema político em que esses indivíduos estão inseridos, como a confiança, a cooperação e o sentimento de apoio. No caso democrático, Almond e Verba afirmam que a inexistência de uma cultura de apoio gera dificuldades ao desenvolvimento, à promoção e à sustentação do sistema. Para eles, a existência de uma cultura cívica, ou seja, de apoio a democracia, é altamente influenciada pelas capacidades institucionais que existem nesse sistema. Dessa forma, justifica-se a importância da inclusão de aspectos institucionais e normativos nos estudos sobre cultura política.

Outra contribuição é produzida por Pye (1965, 1966), para quem o desenvolvimento político é um pré-requisito para o desenvolvimento industrial e econômico de uma sociedade.

Nesse ponto, Pye (1965, 1966) destaca que o problema está na classificação das políticas, no entendimento das diferenças entre desenvolvimento político e subdesenvolvimento político e no entendimento da influência dos valores tradicionais e de modernização sobre a política. Visando facilitar essas comparações, o autor emprega a variável cultura, pois parte do princípio de que o indivíduo aprende e incorpora em sua personalidade os conhecimentos e sentimentos sobre a política da sua sociedade. Para ele, a noção de cultura política é que traz à tona sentimentos e cognições que moldam o comportamento das pessoas (PYE, 1965). Essas características decorrem da adaptação e do reforço ao longo do tempo, por meio da socialização, e não do acaso. Inclui-se nesse escopo dimensões política e não políticas.

Em síntese, com base nos argumentos dos autores citados, esta seção apresentou a forma pela qual o conceito de cultura política adquiriu proeminência na ciência política, destacando que essa abordagem não exclui ou minimiza o papel das instituições no processo de consolidação de um sistema político, mas amplia o debate ao introduzir variáveis atitudinais, avaliativas e culturais das pessoas ao estudo do fato político. Dessa maneira, a legitimidade e a estabilidade dos sistemas políticos dependem de um conjunto mais abrangente de fatores do que aqueles puramente normativos.

3.1.1. O emprego da cultura política em anos mais recentes

O advento da perspectiva culturalista ocorre por volta dos anos de 1960/70. Os anos que seguem (até os dias atuais) configuraram-se em um cenário de forte disseminação dessa abordagem na academia. Entre os trabalhos que destacam o emprego e a importância desse conceito na ciência política, estão os desenvolvidos por Almond e Verba (1989), Almond (1990), Pateman (1989), Norris (1999), Inglehart (1971, 1977, 1988, 1995, 2009, 2007), Zuckman (2005), Cruz (2005) e Guillermo O'Donnell, Jorge Cullell e Osvaldo Iazzetta (2002), em âmbito internacional, e Moisés (2010), Baquero (1997, 1998, 2000, 2004, 2007, 2011), González (2011) e Avritzer (2002), no Brasil.

A década de 1980 foi marcada por uma bibliografia voltada para a questão da redemocratização política²⁸, ao passo que, a partir da metade da década seguinte, 1990, com a

²⁸ Entre alguns dos autores que tratam do tema e se destacam nesse período está Huntington (1994).

democracia mais presente, o foco passa a ser o entendimento de quais elementos auxiliam na consolidação desse sistema. Ou seja, na virada do milênio o debate na ciência política se direciona para o tema da própria definição, manutenção e qualidade da democracia, sendo um momento no qual o conceito de cultura política e os estudos de comportamento se tornam peças fundamentais. A justificativa dessa tendência é o cenário político do período, marcado pelo aumento da insatisfação e do ceticismo das pessoas com a esfera política, sobretudo nas novas democracias (BAQUERO, 1997, 1998, 2000, 2004, 2007, 2011; MOISÉS, 2008, 2010).

Aproximadamente vinte anos após a publicação do *The Civic Culture* (1963), Almond e Verba lançam o *The Civic Culture Revisited*. O objetivo era tanto explicitar as origens dos estudos de cultura política e de cultura cívica, os erros da edição anterior, quanto os avanços que a obra originou para ciência política. Almond reconstrói a história do conceito de cultura política se distanciando do viés antropológico e se aproximando da psicologia social, que considera a cultura não um agregado ou um conjunto de valores da sociedade, mas o conjunto de valores dos indivíduos que formam a sociedade, tendo-se que cada cidadão será mais ou menos cívico de acordo com a internalização dos valores. A questão passa a ser: como se ter um modelo ideal de comportamento para que as instituições funcionem plenamente, e qual a relação entre cultura e instituições?

Para Almond, as instituições possuem um papel essencial na formulação da cultura política, pois o comportamento político é fruto da socialização política. Todavia, não é possível crer na visão autoritária do racionalismo, em que a simples alteração das regras e estruturas institucionais modifica a cultura das pessoas. Segundo o autor, a razão da mudança está na psicologia social que fomenta a existência de uma associação mútua entre cultura e instituição (ALMOND; VERBA, 1989). Os autores não definem a cultura política como uma teoria, mas como um quadro de variáveis que podem ser usadas na construção de um conhecimento, seja como variável dependente ou independente. Este ponto é o que justifica a importância do desenvolvimento e do aumento de pesquisas tipo *survey*²⁹.

²⁹ Isso diz respeito ao individualismo metodológico. Para Almond, essa metodologia tinha pelo menos quatro componentes: i) desenvolvimento de métodos de amostragem precisos; ii) maior sofisticação dos métodos de entrevista; iii) desenvolvimento de técnicas de escala e contagem; e iv) maior sofisticação estatística. Almond e Verba (1989) argumentam que o indivíduo não é um padrão único de comportamento, pois não possui uma racionalidade perfeita. Ele é um misto que combina várias formas, o que indica o comportamento real. Assim, conhecê-lo é fundamental para compreender a cultura política de uma sociedade e analisar a congruência entre sistema político e cultura política. Todavia, isso não exclui a importância que estruturas e instituições exercem sobre a formação da cultura política, que ocorre por meio da socialização (ALMOND; VERBA, 1963).

O cenário da década de 1990 é o de uma democracia vitoriosa em diversas partes do mundo, porém com declínio do apoio popular. Norris (1999) descreve a existência de uma situação de mal-estar subjacente por parte das pessoas nesse período. Segundo a autora, a situação de desconfiança dos indivíduos como a política deve ser vista como um sinal de que os cidadãos estão mais críticos, exigindo mais do sistema democrático em vez de apenas serem contra ele. Assim, ela propõe analisarmos até que ponto existem motivos legítimos para se preocupar com o declínio do apoio popular nas instituições que representam as democracias. Outro objetivo de Norris foi compreender quais fatores políticos, econômicos e sociais conduzem a dinâmica de apoio aos governos democráticos e estudar quais são as consequências dessa análise e suas implicações no fortalecimento de governos democráticos.

Para responder isso, Norris realiza uma revisão bibliográfica a respeito da crise da democracia ocorrida nas décadas de 1960/1970³⁰/1980, quando essas teorias passam a ser esquecidas, devido ao aparecimento de ações políticas diretas,³¹ e a democracia parece ser um caminho irreversível, embora o cenário internacional indique a existência de descrença e ceticismo por parte das pessoas sobre os sistemas estabelecidos, principalmente em regiões pobres. Norris verifica o declínio de apoio político, o que não significa, necessariamente, a rejeição ao regime que sustenta essas pessoas. A rejeição a um governo pode refletir-se na ausência de engajamento, mas sem relação causal com o descrédito a toda questão política, pois essa falta de participação pode indicar o aumento de cidadãos críticos e não contrários à democracia (NORRIS, 1999).

Outro autor de destaque é Ronald Inglehart, cujas publicações se destacam por analisar empiricamente a relação entre valores culturais e desenvolvimento econômico. Seus primeiros passos são vistos em 1971, no artigo *The Silent Revolution in Europe*³², cujo conteúdo e nome servem de base para a publicação do livro de 1977 (*The Silent Revolution: Changing values and political styles among Western publics*). Da mesma forma que no livro, embora possuindo menos

³⁰ Na visão de Crozier, Huntington e Watanuki (1975) e de Huntington (1981), a democracia ocidental passaria por uma crise, pois seria incompatível a existência de democracias exuberantes e governabilidade eficaz. Vale destacar que o período era marcado por motins reivindicando direitos civis, protestos contra a guerra do Vietnã e o radicalismo estudantil de 1968. As instituições da democracia representativa pareciam incapazes de lidar com as demandas do século XX, produzindo o que poderia ser visto como a *crise do Estado sobrecarregado*. As democracias mais recentes, como as da América Latina, eram observadas como portadoras de contradições internas, produtoras de crescentes demandas públicas, as quais prejudicavam o desenvolvimento econômico e enfraqueciam o gerenciamento do Estado, resultando em uma reversão para o autoritarismo (O'DONNELL, SCHMITTER; WHITEHEAD, 1986).

³¹ Destaca-se, nesse período, o trabalho de Huntington (1994).

³² Esse artigo contou com o apoio de Robert Putnam para sua materialização, autor que mais tarde se consagra na linha culturalista por seus estudos sobre capital social e democracia (PUTNAM, 2002).

dados, o artigo parte do pressuposto de que uma transformação está ocorrendo na cultura política de sociedades industriais avançadas. Segundo o autor, isso pode ser identificado pela alteração dos valores básicos das pessoas, que para Inglehart seria o resultado das modificações nas condições de vida dos indivíduos, que por sua vez alteram o processo de socialização (INGLEHART, 1971, 1977). Sob a hipótese de que os homens possuem diferentes desejos e necessidades, e que isso muda de acordo com o ambiente, Inglehart afirma que as sociedades passam por diferentes estágios, sendo um deles o voltado para a segurança econômica. Para ele, o grau de desenvolvimento econômico, que pode ser visto pela classe social do cidadão, pode servir de variável explicativa para alguns dos seus posicionamentos, como o político (INGLEHART, 1971).

As conclusões do artigo, e mais tarde do livro, indicam que a alteração dos valores básicos e prioritários dos seres humanos é resultado de diferentes causas, entre elas o grau de seguridade econômica da sociedade em que a pessoa vive (INGLEHART, 1971, 1977). Isso ocorre por meio de fatores múltiplos, como o educacional, o ocupacional, o religioso e o *status* econômico no qual a pessoa se encontra. Todavia, essas conclusões devem ser vistas como um arranhão sobre a imensa superfície que precisa ser investigada para que, mais adiante, se compreenda como tais transformações realmente ocorrem. E é no intuito de aprofundar suas análises que as obras de 1977 e de 1989 são desenvolvidas.

Nessas publicações, ele destaca a diferenciação cultural entre as chamadas sociedades economicamente desenvolvidas e as menos desenvolvidas. Enquanto a primeira obra aprofunda o debate iniciado em 1971, incorporando mais variáveis e mais países, a segunda se dedica a compreender as alterações entre um público mais jovem, incluso na esfera política, em especial no que diz respeito à estabilidade democrática. Outra característica dos escritos de Inglehart (1971, 1977, 1989) é sua preocupação com a predominância de análises vinculadas à teoria da escolha racional ou puramente econômica sobre os caminhos que a modernização conduz. Para ele, ambas perspectivas conduzem a resultados limitados pois não dão espaço à incorporação de variáveis culturais (INGLEHART, 1989).

Influenciado por Almond e Verba (1963), Inglehart define a cultura como o sistema de atitudes, valores e conhecimentos reconhecidos por uma sociedade e repassados de geração a geração. Para ele, as atitudes são moldadas pelas orientações subjetivas do indivíduo, que são o resultado e o reflexo do processo de socialização das pessoas, não podendo uma ação ser

considerada apenas o resultado de fatores externos. Nesse ponto, a questão da economia política é destacada pelo autor como uma variável que pode modelar e ser modelada por questões culturais, sendo cultura uma variável interveniente que auxilia na explicação do desenvolvimento econômico, mas que não necessariamente conduz à emergência de uma democracia moderna ou de massa.

Analisando dados sobre a satisfação dos respondentes com sua vida, sobre a felicidade e a confiança interpessoal com dados de desenvolvimento econômicos,³³ Inglehart (1989) descreve empiricamente a possível relação entre as variáveis. A diferença dessa obra para a de 1997, *Modernization and Postmodernization*, é que nesse trabalho as mudanças econômicas, tecnológicas e sociopolíticas caminham juntas e têm grande impacto no mundo político, ao passo que, na obra mais recente, a preocupação está em determinar os padrões de mudança. Aqui o foco se volta para a racionalidade instrumental e para os valores seculares, que se alteram com o grau de industrialização das sociedades. Segundo o autor, o avanço da industrialização altera os valores básicos das pessoas e faz com que os valores pós-modernos (seculares e racionais) ganhem espaço.

Outra preocupação de Inglehart (1988) estava em validar ou negar o pressuposto proposto por Almond e Verba (1963), no qual a cultura política, quando cívica, faria uma contribuição autônoma para a viabilidade da democracia e de suas instituições. A partir de um holograma composto por variáveis econômicas, anos de democracia e indicadores de cultura cívica, Inglehart sugere a importância das variáveis culturais para explicar questões como confiança interpessoal, satisfação e cultura política voltada à mudança revolucionária. Os resultados alcançados indicam uma relação positiva entre cultura e democracia, mas carecem de análise histórica para compreensão real do papel da cultura. Outro destaque está na relação entre democracia e economia, pois o autor argumenta que a economia por si só não é responsável por desenvolver um sistema democrático e que ela só é relevante quando acompanhada de mudanças na estrutura social e cultural das pessoas.

Os dados analisados indicam que localidades com alto desempenho econômico tendem a ter uma democracia mais longa e estável, menos valores materiais, maior interesse político, maior satisfação com sua vida, maior confiança interpessoal, menor tendência a ações revolucionárias e

³³ Na obra de 1989, Inglehart analisa dados empíricos de 26 países (Irlanda, Irlanda do Norte, Hungria, Áustria, Bélgica, Grã-Bretanha, Holanda, Finlândia, Luxemburgo, Austrália, Dinamarca, Suíça, Suécia, Noruega, Canadá, Estados Unidos, México, Alemanha ocidental, Argentina, Itália, África do Sul, Espanha, Japão, França, Grécia e Portugal) durante os anos de 1970 a 1988.

maior apoio à democracia. Adicionalmente, destaca-se a importância que valores culturais, como os religiosos, exercem sobre a econômica, seja facilitando ou dificultando essa. Tal resultado vai ao encontro do argumento de Weber (1967) quando este diz que a cultura não é apenas uma consequência da economia, pois seus valores podem modelar pontos básicos da natureza econômica e da vida política de uma sociedade. Em relação à modernização, Inglehart descreve que o aumento de valores pós-materialistas em sociedades industrialmente mais desenvolvidas impacta no comportamento político das pessoas, fazendo com que partidos de esquerda ou voltados para questões como a ambiental adquiram novos e mais eleitores. A obra de 1997 deixa mais claro o argumento sobre o desenvolvimento econômico e as mudanças culturais e políticas. Segundo o autor, esses três campos caminham juntos e de maneira coerente, o que permite a identificação de padrões de mudança e, assim, sua previsão. Todavia, tais mudanças não ocorrem de modo rápido, mas dentro de um período temporal com intervalos variados. A alteração da visão das pessoas em relação a seu mundo e a seus valores, que se volta para uma racionalidade secular, conduz mudanças que afetam todas as estruturas que compõem essa sociedade, incluindo as instituições políticas.

No ano de 2000, com a coautoria de Wayne E. Baker, Inglehart dá continuidade à ideia de testar o argumento de Marx (1979) de que a modernização conduz a profundas mudanças culturais e apresenta o futuro das sociedades desenvolvidas. O autor volta a testar a relação entre desenvolvimento econômico e alteração dos valores básicos das pessoas, porém agora empregando dados empíricos de 65 países e de 75% da população mundial³⁴ (BAKER, INGLEHART, 2000). Considerando a tese de que o desenvolvimento econômico traz consequências culturais e políticas, Inglehart, ao contrário de Marx, não afirma que essas são leis de ferro da história. As mudanças são probabilísticas e os resultados variam de sociedade para sociedade, assim como conforme o tempo em que elas ocorrem. Inglehart (2000) e Inglehart e Welzel (2005) descrevem a influência que os valores culturais exercem sobre as sociedades e a forma pela qual essas se mantêm ao longo do processo de modernização. Para ele, a modernização conduz à industrialização, à especialização ocupacional, a melhores níveis educacionais, à maior renda, a mudanças mais complexas, como de

³⁴ Os dados analisados provem do *World Value Survey* durante o período de 1981 a 1998. O WVS se constitui na reaplicação da mesma pesquisa sobre valores e crenças em diversos países. Atualmente, engloba mais de 90 países e 88% da população mundial nos seis continentes. Seu comitê é chefiado por Inglehart (Universidade de Michigan). Até hoje, foram realizadas cinco ondas: 1981, 1990-91, 1995-96, 1999- 2001 e 2005-2007. Inglehart e Welzel analisam os dados de quatro ondas: 1981-83; 1989-91; 1995-97; e 1999-2002.

gênero, a atitudes frente às autoridades, a normas sexuais, ao declínio da fertilidade e a mudanças na forma de participação política. Todavia, a cultura não segue uma mudança linear, como previa Marx.

Nesse ponto, ele inclui o conceito de *zonas culturais*, que dizem respeito às diferenças que persistem ao longo dos séculos, moldadas por valores que se mantiveram frente à modernização. Ou seja, a cultura depende de vários fatores, como nível de desenvolvimento econômico e heranças culturais, que sempre existirão. Inglehart sugere algumas alterações na teoria da modernização tradicional. A primeira delas é que a modernização não segue um caminho linear e que o colapso econômico de um país conduz a causas reversas às trazidas pelo desenvolvimento. Em segundo lugar, a tese da secularização defendida é demasiadamente simplificada pelos modernistas tradicionais, pois heranças culturais podem se manter com o tempo. O terceiro fator diz respeito ao próprio entendimento do desenvolvimento econômico, que é influenciado por fatores históricos e culturais, como a religião das pessoas. E, por último, o autor diz que a modernização é probabilística, e não determinista, pois ela permite prever a direção para a qual a sociedade pode ir. Todavia esse processo deve considerar os fatores históricos e culturais da localidade em questão. A teoria de que a modernização altera valores culturais não conduz à convergência cultural, apenas permite prever para que direções a sociedade caminhará e o que poderá acontecer no futuro.

A publicação de Inglehart com Welzel (2009) aprofunda o debate acerca da capacidade da modernização causar mudanças de valores. Isso é visto nas escolhas das pessoas, que passam a ser mais autônomas em todos os aspectos de sua vida. Tal fato promove o desenvolvimento humano por meio do estímulo à autoexpressão dos indivíduos, o que causa alterações nas instituições, pois as pessoas usariam a esfera pública para se manifestar, reforçando a democracia. Usando dados do WVS, os autores concluem que os valores das pessoas não mudam pelo fato de elas estarem sob um sistema democrático ou não, mas em decorrência dos recursos econômicos disponíveis. Para eles, a mudança em relação aos valores que as pessoas possuem e que moldam seu comportamento (como, por exemplo, valores sexuais, religiosos e econômicos) decorre da teoria da modernização, pois este é um processo que influencia no desenvolvimento humano e, assim, provoca mudanças culturais. Para os autores, é o desenvolvimento econômico que estimula as pessoas a possuírem valores mais seculares, tolerantes e confiantes por meio do aumento da autoexpressão dos indivíduos (INGLEHART; WELZEL, 2009). Contudo, isso não significa afirmar que valores religiosos e tradicionais desaparecerão ou que a modernização é um processo linear.

Verificado isso, eles testam quais orientações e valores da população afetam e importam para a democracia. Por meio de dados empíricos, eles observam que os valores de autoexpressão são anteriores às instituições democráticas, pois são eles que fazem com que as pessoas pressionem as instituições, estimulando o desenvolvimento da democracia. Portanto, a democracia deve ser compreendida para além dos seus aspectos formais/procedimentais, pois uma democracia efetiva somente será alcançada por meio da emancipação humana, ou de valores de autoexpressão que respeitem as liberdades individuais das pessoas e que instiguem a criação de uma democracia responsiva. O fator responsável por essa mudança de valores é o crescimento econômico, constituindo-se a modernização, portanto, um processo de desenvolvimento humano.

Os estudos conduzidos por Inglehart suscitam críticas profundas, sobretudo sobre a ideia de pós-materialismo. Entre essas críticas, estão aquelas feitas por Ike (1973), Marsh (1975), Dalton (1977), Cotgrove e Duff (1981) e Flanagan (1979).

A crítica desenvolvida por Ike (1973) recai sobre as variáveis empregadas por Inglehart e sobre a forma como ele realizou sua análise longitudinal, demasiadamente simplista e organizada para explicar o processo de mudança de valores. Temporalmente próximo a Ikes, Marsh (1975) publica seu artigo sobre mudanças de valores na Grã-Bretanha. Ao analisar seus dados empíricos, Marsh se questiona sobre o argumento materialista de Inglehart de que a mudança de valores estava realmente relacionada a fatores econômicos, uma vez que a Grã-Bretanha contava com um crescimento econômico lento e com uma inflação alta durante a década de 1970.

Dois anos depois, Dalton (1977), empregando dados empíricos e econômicos da França, da Bélgica, da Holanda, da Alemanha, da Itália, da Dinamarca e da Grã-Bretanha, demonstra que a idade pode ser um preditor mais forte para a mudança de valores do que aqueles defendidos por Inglehart. Segundo ele, o reservatório de apoio aos valores pós-materialistas cresce a um ritmo mais lento do que o previsto por Inglehart em 1977. Assim, o autor apresenta a idade como uma variável condicionante mais importante para a explicação da participação das pessoas em protestos do que as variáveis econômicas.

Em 1981, críticas são realizadas por Cotgrove e Duff. Analisando a Grã-Bretanha, eles aceitam que jovens estão mais propensos a possuir valores pós-materialistas. Eles constroem sua mensuração de pós-materialismo empregando a mesma bateria de questões de Inglehart, mas mensuram o suporte a esses valores de forma distinta aos ideais sociais do indivíduo. A diferença

está no fato de que a escala de Inglehart estava projetada para medir o suporte a objetivos políticos, ao passo que a deles media o suporte a ideais sociais alternativos (COTGROVE; DUFF, 1981). Para os autores, a aquisição de valores pós-materialistas empregados por Inglehart é demasiadamente simplista, pois se sobrevalorizam características econômicas em detrimento dos ideais sociais do indivíduo.

As críticas aos trabalhos de Inglehart se intensificam com os anos. Iniciando-se em 1979, as críticas de Flanagan seguem até 2003. Embora não desmereça sua relevância, o autor afirma que os trabalhos de Inglehart não permitem capturar pontos relevantes da mudança de valores na sociedade moderna (FLANAGAN; LEE 2003). Em sua primeira crítica, Flanagan (1979), empregando dados do Japão, sugere que a educação é o fator mais influente na formação das atitudes das pessoas. Em 1980 e em 1982, novamente com base no Japão, ele testa a relação entre escolha de voto e valores *traditional-libertarian* dos eleitores. Suas análises indicam que não existe tanta diferença entre o voto de materialistas e de não-materialistas, contradizendo os argumentos de Inglehart (FLANAGAN, 1979). Ele retoma essa discussão em 2003 (FLANAGAN; LEE, 2003) ao construir uma medida baseada na alteração do valor do autoritarismo para o liberalismo, discutindo as consequências da mudança de valores e mostrando a relação entre indicadores de satisfação, de alienação, de confiança e de ideologia esquerdista.

Outra defesa referência da importância de variáveis sociais e culturais para a constituição dos sistemas políticos é a de Zuckerman (2005). Para ele, o comportamento e a escolha política possuem uma relação complexa com a lógica social da política, não sendo dados demográficos suficientes para explicar o comportamento das pessoas. Segundo o autor, a revolução comportamental ocorrida nas décadas passadas tinha como propósito demonstrar que as características sociais da sociedade em que as pessoas vivem podem determinar sua preferência política. Com base na psicologia social, ele examina os grupos sociais como unidades coletivas definidas pela interdependência entre seus membros, sendo o *espaço de vida* tudo aquilo que possa afetar a percepção, as escolhas e as ações das pessoas.

A crítica de Zuckerman (2005) reside no fato de que os caminhos adotados pela perspectiva comportamentalista mais recente se afastam dessa lógica social. Um exemplo são as pesquisas eleitorais tipo *surveys*, que na maioria das vezes ignoram os círculos sociais e transformam os grupos sociais em objetos de identificação individual. Contudo, esse afastamento não ocorreu por

completo, como demonstram os artigos que compõem a obra. Entre eles, o artigo de Huckfeldt, Johnson e Sprague (2005). Preocupados em compreender de que forma os indivíduos fazem suas escolhas políticas, os autores analisam a comunicação, em especial a discordância, entre pessoas de grupos homogêneos e heterogêneos. A análise é feita com o pano de fundo das eleições presidenciais norte americanas. Nesse estudo, foi solicitado aos entrevistados que cada um recomendasse três outras pessoas para participar. Observou-se que 1/3 dessas indicações não possuía concordância política com quem os havia indicado, o que demonstra que as pessoas não delimitam seus espaços de interação com base na aproximação entre as preferências políticas com os demais indivíduos. Tal fato explica os altos níveis de heterogeneidade política dentro de redes de comunicação. Outro resultado desse estudo foi a constatação de que as decisões, atitudes e orientações políticas dos indivíduos decorriam da sua experiência social e das informações por eles adquiridas (via canais e redes de comunicação). Ou seja, a influência vem em partes devido aos fluxos de informação que elas recebem e que são filtradas tanto pelo prisma do partidário individual do respondente quanto pelas redes partidárias nas quais os indivíduos estão localizados. Assim, não sendo a homogeneidade política uma condição de equilíbrio para política democrática ou a heterogeneidade política significado de problema.

Com o propósito de averiguar a relação entre valores culturais e o processo de democratização, Consuelo Cruz (2005) analisa o legado histórico de duas regiões latinas: a Nicarágua e a Costa Rica. Realizando uma análise comparada, ela enfatiza o cenário destacado pelos autores anteriores, no qual os últimos anos foram marcados pela ênfase em procedimentos democráticos, havendo pouco cuidado com questões culturais. Para ela, a América Latina vive um período dicotômico, em que regimes democráticos (em sentido procedimental) estão instaurados, mas que situações de instabilidade ainda perduram na virada do milênio. Esse cenário reforça o emprego do conceito de cultura política nos moldes de Almond e Verba, uma vez que os paradigmas institucionais não parecem servir de explicação para o estabelecimento da democracia.

Adepta do construtivismo, a autora considera que a identidade dos indivíduos é o resultado de um contingente de escolhas que eles fazem dentro do deslocamento sociopolítico e do ambiente histórico. Para ela, a invenção política é uma atividade constrangedora e deve-se analisar aquilo que os atores políticos tornam explícito discursivamente. Múltiplas conjecturas são a razão da diferenciação entre sociedades, sendo necessário realizar uma abordagem histórica para identificar a construção dos Estados, o desenvolvimento democrático e a forma como os atores políticos

empregam os legados históricos e criam novos. As pessoas devem ser consideradas planejadores normativos, cujo comportamento é o resultado do seu egoísmo, do coletivamente aceitável e do racionalmente viável (CRUZ, 2005). Em discordância com Inglehart, Cruz defende que estruturas socioeconômicas não são responsáveis por determinarem modelos políticos e/ou organizacionais, mas é o desenvolvimento histórico da região o fator determinante.

Para Cruz (2005), a cultura política é relevante no processo de construção democrática por ser a responsável por moldar a compreensão dos atores do que é justo e viável. É a cultura política que formata o realismo normativo no qual está a identidade coletiva das pessoas de um mesmo grupo. Ou seja, ela representa a esquematização normativa na qual os valores e normas das pessoas se constituem, para, então, aferir o tipo de cultura política que se materializara em uma localidade ou país.

Adiciona-se ao debate a obra de O'Donnell, Cullell e Iazzetta (2002)³⁵. A concepção de democracia empregado no estudo não diz respeito apenas ao regime político normativo da localidade, mas também ao cidadão como ponto importante para a sustentação do sistema. Segundo os autores, os sistemas políticos latino-americanos são na sua maioria democráticos, embora com estados ainda autoritários e com sociedades profundamente desiguais. Tais fatores impedem as pessoas de adquirir e de exercer plenamente seu papel de cidadão. Um exemplo disso pode ser visto nos altos níveis de insatisfação das pessoas, que, segundo O'Donnell, Cullell e Iazzetta (2002), se devem à incapacidade dos governos em lidar com problemas sociais e econômicos. Considerando tal panorama, a obra volta-se a mostrar uma nova perspectiva sobre o tema da qualidade democrática³⁶.

Segundo O'Donnell, Cullell e Iazzetta (2002), a qualidade da democracia depende da combinação de cidadãos ativos e de quesitos institucionais. Para eles, a avaliação dos atributos da democracia normativa, como as votações livres ou as regras claras, diz pouco sobre as características do seu eleitorado, e é preciso entender esse grupo para se avaliar o sistema. Ou seja, a instauração da democracia é resultado de todo um conjunto de fatores institucionalizados pelos cidadãos. Assim, para avaliá-la, é preciso entender tanto o seu significado para os agentes quanto

³⁵ Essa obra resulta de um seminário realizado em 2002 para discutir a experiência realizada na Costa Rica em 1997.

³⁶ Emprega-se o conceito de auditoria cidadã. Na democracia, esses sistemas e instituições (reguladores) devem ser postos a três formas de auditoria: vertical eleitoral, via eleições; vertical de caráter social, exercida via grupos de pressão da sociedade; horizontal via instituições autorizadas, que podem punir ações (O'DONNELL, CULLELL; IAZZETTA, 2002).

o grau de informação política, nível de participação, conhecimento, preferências e opiniões desses, e não apenas a verificação do cumprimento de leis e liberdades (O'DONNELL, CULLELL; IAZZETTA, 2002). A questão, então, é saber quais condições permitem e estimulam os agentes a exercerem seus direitos, pois o sistema democrático não emerge apenas de instituições e de procedimentos, mas também do exercício dos seus agentes (O'DONNELL, CULLELL; IAZZETTA, 2002).

Nessa perspectiva, e empregando o conceito de cultura política, analisam-se as contribuições de Moisés (2010) sobre o Brasil. O objetivo do autor é estudar se a implementação de instituições democráticas tem impactado, ou modificado, a cultura política das pessoas. Ele emprega variáveis indicadoras de autoritarismo para verificar se a instauração de estruturas democráticas alterou a cultura política das pessoas³⁷. O trabalho do autor se destaca por utilizar variáveis culturais e institucionais sem, no entanto, contrapô-las, pois para ele são as duas variáveis juntas as responsáveis por criar o ambiente que define as atitudes e as percepções dos indivíduos quanto à política³⁸. A dimensão normativa diz respeito à adesão da democracia como princípio ou valor ideal, derivada da cultura política, enquanto a outra diz respeito à satisfação com o regime e à confiança em suas instituições (MOISÉS, 2010).

Moisés acredita que a desconfiança dos cidadãos geraria uma ambivalência política, uma vez que influenciaria os níveis de adesão das pessoas ao regime. O conceito de confiança implica em reciprocidade entre todos os envolvidos, gerando segurança, pois confiar implica em cooperar e reduzir riscos³⁹. Essa definição do termo envolve não somente relações interpessoais, mas também as relações com as instituições,⁴⁰ e, por isso, pode servir como indicador da qualidade democrática. Para o autor, o aprendizado das pessoas sobre suas instituições varia com a sua experiência; portanto, não basta analisar o comportamento das pessoas estruturalmente, é preciso também considerar elementos históricos e socioculturais que o formam. É a interação das pessoas com as instituições que moldam parte das crenças, valores e comportamentos dos cidadãos com a

³⁷ Ele realiza uma análise comparada entre diferentes localidades que integram o banco de dados do Latino Barômetro entre 2002-2004.

³⁸ Perspectiva também defendida por Almond e Verba, para quem estrutura e cultura se influenciam mutuamente, pois os valores das pessoas afetam as escolhas das instituições (seu desenho), ao passo que o funcionamento positivo ou negativo dessas moldam a cultura política (relação de causalidade cruzada).

³⁹ Nesse ponto, o autor utiliza as ideias de Putnam (2002).

⁴⁰ Nesse ponto, ele faz referência ao conceito de *accountability*, que diz respeito à obrigação dos líderes políticos de responder as demandas dos que os elegeram quando inquiridos. Em português, pode ser traduzido como responsabilização.

política, fato esse que descarta a ideia de que a aprendizagem sobre as instituições ocorre apenas de maneira primária, como se acreditava, passa-se a acreditar que ela é resultado das interações que as pessoas estabelecem ao longo da sua vida, durante todo o seu processo de socialização.

Desse modo, não se pode avaliar uma instituição em abstrato, o que torna imprescindível anexar argumentos provenientes da análise culturalista e institucionalista para, então, produzir uma estratégia analítica mais equilibrada. Deve-se considerar que a implementação de estruturas democráticas por si só não conduz ao estabelecimento de uma cultura política democrática, pois ainda se verifica a permanência de valores autoritários entre as pessoas. É o desempenho das instituições ao longo do tempo que produz alterações na cultura política das pessoas. Contudo, para Moisés, a existência de um cenário ambivalente não põe a democracia em risco imediato, porque, em nível formal, as pessoas tendem mais a desejar viver em sistemas democráticos. Porém, esse panorama de desconfiança indica a qualidade da democracia, cujos baixos níveis significam que o sistema não está cumprindo seu papel de contribuir na formação dos cidadãos.

Outra referência no Brasil sobre esse debate é Baquero (1997, 1998, 2000, 2004, 2007, 2011). Próximo a Moisés, ele defende que as instituições não são as únicas variáveis responsáveis pelo desenvolvimento da democracia. Com uma visão maximalista, Baquero agrega a importância do apoio dos indivíduos para o estabelecimento de um sistema democrático pleno. Ele emprega como justificativa do seu posicionamento a atual descrença dos eleitores com os partidos políticos. Como poderiam eleições mediadas por partidos, que, mesmo quando estáveis, não representam o interesse das pessoas, serem plenamente legítimas? Assim, Baquero (1997, 1998, 2000, 2004, 2011) argumenta que a compreensão da democracia precisa ir além do caráter institucional, incluindo outros fatores que explicam o desenvolvimento democrático, como os fatores culturais. Para ele, os desafios do fortalecimento democrático estão em: i) criar condições necessárias para avançar no processo de democratização por meio de maior coesão social; e ii) criar uma cultura política orientada pela legalidade e pela responsabilidade de estimular os governos democráticos a realizarem reformas que fomentem o desenvolvimento humano sustentável, pois as reformas instauradas até então não têm conseguido alterar os desequilíbrios herdados.

A diferenciação das obras de Baquero está em sua análise empírica. Ao passo que Moisés trabalha com o conceito de confiança para mensurar a qualidade da democracia, Baquero emprega dados sobre a percepção das pessoas sobre a existência de corrupção nos sistemas e nas estruturas

políticas. Baquero indica um problema cíclico, no qual a percepção de corrupção pelos indivíduos afeta a cultura política, o que faz com que não se possa superar a fragilidade das instituições, evitando a materialização de uma democracia plena. O distanciamento das pessoas com a esfera política permite que a democracia funcione apenas no seu sentido normativo, sem respaldo social. Como no caso dos partidos em que as pessoas votam, mas nos quais não acreditam. Logo, qual a qualidade/importância desse voto? Ou seja, instituições importam, mas precisam ser analisadas dentro de um foco não minimalista que considere a cultura política dos cidadãos (BAQUERO, 1997).

Outra contribuição do autor é a valorização que ele dá a aspectos históricos para compreensão da cultura política de uma sociedade. Segundo ele, esses aspectos podem explicar em grande parte a presença, ou ausência, de valores que contribuem para a estabilidade democrática, como os valores de senso de comunidade ou de pertencimento a um grupo social (BAQUERO, 1997). É o estudo do passado de uma localidade e a identificação das características que permaneceram ao longo dos anos que podem auxiliar na compreensão das características atuais. Isso é observado no estudo de Baquero (1997) sobre a construção da cultura política e dos partidos na América Latina, quando ele explora três fatores para identificar as razões da fragilidade da democracia: a) a função do estado na construção da identidade nacional; ii) a influência das organizações políticas, como partidos, para a formação das identidades coletivas; e iii) a formação do tipo de cidadãos dessas localidades (socialização política).

Baquero (1997, 2004) conclui que apenas a instauração da democracia não garante o surgimento de práticas democráticas nas pessoas. Isso não significa negar as transições políticas pelas quais a América Latina passou, principalmente aquelas ocorridas durante as décadas de 1970 e 1980, alteraram de algum modo a forma de pensar das pessoas, mas afirmar que essas transformações não foram suficientes para que os cidadãos dessas localidades se tornassem autossuficientes politicamente. Tal constatação não minimiza a importância das reformas de Estado ou institucionais, mas enfatiza que, se não forem suprimidos problemas como a desigualdade social e econômica e valores políticos tradicionais, uma reforma procedimental por si não resultará em certeza plena quanto ao futuro da cidadania (BAQUERO, 1997, 2004).

Defendendo a relação entre variáveis culturais, ou de comportamento, e o funcionamento de arranjos institucionais está o pensamento de González (2011). Da mesma forma que Baquero e

Moisés, González argumenta que a compreensão da engenharia institucional não deve ser feita de modo abstrato, desconsiderando-se as peculiaridades dos locais em que essa será, ou já está, implantada. Dessa maneira, González analisa a experiência de mecanismos criados pela democracia participativa como uma alternativa às deficiências do modelo de democracia minimalista (democracia procedimentalista). O autor parte da premissa de que a compreensão da cultura política de uma sociedade desenvolve um novo olhar para os arranjos institucionais, pois inclui os valores e as atitudes das pessoas frente à política para entender as ações coletivas⁴¹. Assim, o autor propõe a superação do voto e da democracia representativa, na qual a interação entre cidadãos e eleitos é pequena, por um modelo que aproxime as pessoas à esfera política, como pode ser o caso da democracia participativa, que cria instrumentos alternativos de participação cidadã. Tais iniciativas podem nascer tanto por meio institucional quanto por meio local, embora dependam de ambos os aspectos para se manterem efetivas.

Sobre o contexto latino-americano, o autor enfatiza que apenas a presença de instituições não garante a democracia, pois problemas referentes ao passado autoritário seguem presentes, ponto de congruência com os argumentos de Moisés (2010). Explorando dados empíricos, ele observa que, se por um lado a satisfação com a democracia não apresenta índices elevados, o apoio ao sistema democrático apresenta. O autor procura saber se a criação desses espaços de participação influencia na mudança da cultura política daqueles inseridos nesses espaços e qual é a razão de se crer na abertura desses espaços participativos, uma vez que as pessoas não os reivindicam. A visão de González propõe uma abordagem mais realista do sistema político, na qual a abertura de espaços para manifestação e participação popular pode contribuir para o desenvolvimento da esfera política. Portanto, tornam-se imprescindíveis tanto a criação desses espaços quanto sua manutenção para além da gestão de um governo.

Em relação a esse debate, no Brasil, cabe destacar a obra *Democracy and public space in Latin América*, de Leonardo Avritzer (2002). O foco da obra está na relação dos agentes sociais (cidadãos) com o espaço público e na forma como isso tem se alterado desde a década de 1970. As razões são as significativas mudanças políticas ocorridas entre 1970 e o final da década de 1990 na América Latina⁴². Para esta tese, a contribuição de Avritzer está na forma como ele valoriza a questão da cultura das pessoas e a emprega como variável explicativa para análise do estado no

⁴¹ Aqui o autor atribui importância também aos conceitos de capital social e de dimensões históricas.

⁴² Referência a Huntington (1991).

qual a democracia se encontra. A noção de democratização para Avritzer está na forma pela qual a ação coletiva ocorre na esfera pública. Segundo ele, o desafio atual da América Latina não é a mobilização e institucionalização de movimentos, mas a busca pela elaboração de um espaço político público igualitário e aberto que permita o desenvolvimento de práticas democráticas em nível local. Isso porque a região se encontra em uma situação estagnada no que diz respeito à implementação da democracia. Para o autor, o problema é a distância entre as práticas instauradas nos espaços públicos e o processo de institucionalização das relações entre atores sociais e sociedade política. Avritzer argumenta que parte da culpa pelo processo incompleto de democratização recai na resistência, ou mesmo na opção da sociedade, em não aceitá-lo por completo. Isso por conta de variáveis culturais que servem de obstáculo para o desenvolvimento da democracia (AVRITZER, 2002).

Em âmbito teórico, Avritzer concorda com Linz (2000) ao afirmar que a incapacidade de florescimento da democracia está relacionada à falta de capacidade por parte da sua dimensão institucional de se relacionar como os atores políticos. Isso inclui desde a reavaliação da definição de instituição até a natureza das participações de massa e a interação entre as pessoas e o processo de redemocratização. O que falta é uma transformação cultural que dê suporte à democracia, assim como um aspecto institucional que permita as pessoas se reunirem/participarem de maneira justa. A definição de democracia de Avritzer envolve tanto o conjunto de procedimentos que diz respeito à resolução de problemas locais/sociais quanto o consenso normativo sobre a desejabilidade desses procedimentos por parte das pessoas.

Entre os valores sociais de sustentação da democracia, está a questão da confiança das pessoas nas instituições. Nesse ponto, o argumento de Avritzer vai ao encontro do de O'Donnell (1995) ao tratar da democracia delegativa, uma vez que a definição desse modelo valoriza aspectos culturais e implica na existência de uma cultura responsiva por parte dos cidadãos. Para O'Donnell (1995) e Avritzer (2002), a formação da cultura política, seja ela responsiva ou não, depende dos hábitos instaurados na sociedade, sobretudo os que perdurem por longo tempo, como, por exemplo, a persistência de uma cultura política clientelista e personalista no Brasil (AVRITZER, 2002).

No que tange a formação da cultura política, Avritzer insere a importância das instituições políticas, sobretudo em nível público, uma vez que é nesses espaços, e na forma como as pessoas ali interagem, que se estabelece parte importante da comunicação entre a esfera social e a política.

Assim, a análise sobre democratização está fortemente vinculada às práticas sociais (permeadas por aspectos culturais) e à forma como elas ocorrem em espaços públicos (AVRITZER, 2002). Para o autor, o atual problema da democratização é o de criar instituições capazes de transmitir valores democráticos às pessoas. Fica clara, nessa argumentação, não somente a posição de complementariedade entre cultura e instituições políticas, mas também o viés institucionalista do seu trabalho.

Terminada a contextualização acerca das formas que o conceito e a teoria da cultura política estão sendo empregadas na tese, a próxima seção esclarece a relação entre instituições e cultura política.

3.1.2. A articulação entre cultura política e instituições

Esta seção enfatiza de que forma a pesquisa na ciência política se transformou durante as décadas de 1950 a 1980, ao reconhecer variáveis culturais para compreensão e explicação de fenômenos sociais e políticos. Parte-se da perspectiva de que o culturalismo fornece subsídios analíticos importantes para o funcionamento de sistemas políticos.

Como pode ser observado, por longo tempo predominou na disciplina a preocupação com regras e procedimentos, considerados os quesitos responsáveis por moldar o comportamento humano, formatando os interesses, constituindo as identidades, definindo de que forma as interações ocorrem e distribuindo o poder (ANSELL, 2006; RHODES, 2006). É importante que o comportamento dos seres humanos seja compreendido dentro do seu contexto institucional, e não de forma individual, em que regras e procedimentos estruturam a prática dos indivíduos.

Essa forma de compreensão formal-legal do mundo político e social prevê as regras e as normas como as variáveis exógenas para se explicar o funcionamento dos sistemas. Isso não significa afirmar que, no velho institucionalismo, as variáveis sociais ou culturais não estavam presentes nos trabalhos produzidos antes da revolução comportamentalista na ciência política, mas que, quando presentes, elas eram consideradas variáveis dependentes e/ou secundárias. A introdução do comportamentalismo como perspectiva de análise na ciência política tinha como propósito incluir variáveis culturais como variáveis também exógenas, fornecendo à ciência

política um caráter multidisciplinar que aceitasse a contribuição e os avanços provenientes de outras áreas.

Entre algumas das transformações metodológicas para ciência política estava a inclusão de pesquisas do tipo *survey*. Embora técnicas quantitativas de análise de dados já tivessem sido empregadas antes dessa mudança de paradigma, a maior contribuição desse período foi utilizar e aperfeiçoar essas ferramentas, pois se passou a dar importância a dados coletados a partir da percepção e da avaliação das pessoas. O impulso para o desenvolvimento de uma concepção diferente, mais empírica, para o entendimento dos fenômenos sociais e políticos era o contexto pós-guerras mundiais, que resultou no aparecimento de fenômenos, como o fascismo, que não eram explicados e compreendidos pela abordagem então predominante na ciência política.

Como enfatizado, destaca-se nessa época (anos 1960) a obra *The Civic Culture*, de Almond e Verba (1963), cujo pressuposto era que fatores institucionais não eram os únicos responsáveis por moldar os sistemas políticos e a vida em sociedade. Aqui, aspectos culturais são considerados não somente variáveis dependentes, mas também independentes, sendo a relação entre cultura e instituições uma via de mão dupla, e não mais de mão única. Seguindo esse argumento, Jackman (1987) diz que sociedades com uma cultura política mais participativa tendem a possuir cidadãos mais entusiastas em relação às suas esferas políticas e, em decorrência, instituições mais eficazes. Todavia, atribuir valor apenas às dimensões culturais de um grupo social seria renegar a contribuição de aspectos institucionais ao longo dos anos para a formação da cultura política de um povo (JACKMAN, 1987).

Anos mais tarde, a importância das instituições em estudos culturalistas é observada no livro *A New Handbook of Political Science* (GOODIN; KLINGEMANN, 1996). A obra tinha dois objetivos: o de prestar uma homenagem à publicação de Greenstein e Nelson W. Polsby de 1975, e o de debater as transformações ocorridas na ciência política durante as últimas décadas. Sem a pretensão de descrever a história da ciência política, Goodin e Klingemann se dedicam a estudar a maturação e a profissionalização da disciplina, que, segundo eles, é fruto de uma metodologia mais sofisticada e da integração do avanço de diversas disciplinas. Segundo os autores, profissionalização diz respeito a um padrão de excelência no qual as pessoas que fazem parte desse escopo de trabalho sigam um conjunto de regras e normas, ao passo que maturação diz respeito à capacidade da disciplina em ver as coisas a partir de outro ponto de vista (GOODIN;

KLINGEMANN, 1996). Para ilustrar esse processo, os autores referenciam as mudanças trazidas pelo comportamentalismo, pela *rational choice* e, em anos contemporâneos, pelo neo-institucionalismo. São essas mudanças de caráter metodológico e empírico que indicam o caminho para a compreensão do neo-institucionalismo (GOODIN; KLINGEMANN, 1996).

Considera-se o neo-institucionalismo o reposicionamento das instituições como o foco central da ciência política, pois esse, embora nunca tenha deixado de ser um dos principais objetos de análise da disciplina, perdera espaço durante o período pós-guerras mundiais. Segundo Wheler e Kink (1975), a diminuição do interesse pela perspectiva institucional durante o período behaviorista se deve a sua incapacidade de explicar eventos como o aparecimento e o crescimento do nazismo e do comunismo ao redor do mundo, justificados mais pela presença de personalidades autoritárias do que por reflexo das instituições propriamente ditas. A reconquista de espaço pelo institucionalismo ocorre por volta de 1980, embora com uma perspectiva teórico-metodológica diferente da anterior, uma vez que as instituições nesse período passam a ser consideradas tanto variáveis endógenas quanto exógenas (e não somente exógenas como no modelo institucional clássico) (ALMOND, 1996; GOODIN; KLINGEMANN, 1996). Assim, a década de 1980 se caracteriza por trazer as instituições para o centro da ciência política, mesmo que sob uma dimensão mais social e econômica como forma de explicar o processo político.

O neo-institucionalismo surgiu após a revolução behaviorista na ciência política e seu entendimento depende de uma boa compressão do velho institucionalismo (PETERS, 1996). A retomada das instituições ao centro da ciência política que ocorre com o neo-institucionalismo não significa a existência de pressupostos mais homogêneos; pelo contrário, ela traz mais e novos debates, especialmente conceituais (ALMOND, 1996; DOGAN, 1996). Assim, é necessário enfatizar as principais diferenças entre o institucionalismo clássico e o neo-institucionalismo e descrever as redefinições conceituais desse segundo modelo para a ciência política.

A história da ciência política é de mão dupla: de um lado marcada pela fragmentação formal das disciplinas e do outro pela recombinação dos resultados dessas fragmentações (DOGAN, 1996). E o neo-institucionalismo segue esse caminho.

Como descrito anteriormente, no período clássico da ciência política, a preocupação estava em compreender as leis da política, em saber qual tipo de instituições produziam melhores resultados para a sociedade e para os indivíduos (ROTHSTEIN, 1996). Assim, o velho

institucionalismo focava em análises de caráter mais macro, ao passo que o neo-institucionalismo focava em análises em nível micro. Anteriormente, o foco teórico em estruturas e organizações predominava. No entanto, o neo-institucionalismo aceita o emprego de dados quantitativos e variáveis de comportamento dos indivíduos na sua análise (PETERS, 1996).

A preocupação do velho institucionalismo residia sobre a moldura constitucional dos sistemas políticos. O pressuposto era de que somente as instituições podem gerar uma sociedade justa, e não o contrário, pois elas afetam e determinam os valores estabelecidos em uma sociedade, como senso de justiça, confiança e identidade (RAWLS, 1993). Dessa forma, a tarefa da política é moldar as condições institucionais (ELSTER, 1987).

De caráter mais empírico e devido ao reducionismo explicativo dos aspectos sociais, econômicos e/ou culturais do institucionalismo, a perspectiva cultural adquire espaço na ciência política por volta de 1960. Assim, a ênfase em dados culturais cresce, e a em aspectos institucionais diminui. Entretanto, isso não significou o desaparecimento de estudos institucionais, mas apenas uma redução do seu espaço na ciência política. Com a reconquista de espaço pelo institucionalismo em 1980, as instituições voltam ao centro do debate, e, com esse retorno, surgem novas definições de conceitos como instituições, papel das instituições e estabilidade institucional (ROTHSTEIN, 1996). Como no modelo anterior, no neo-institucionalismo as instituições são compostas pelas regras do jogo. Todavia, no neo-institucionalismo as instituições podem ser consideradas tanto variáveis dependentes quanto variáveis independentes (PETERS, 1996), considerando-se, assim, o comportamento das pessoas como as estruturas institucionais existentes nessa sociedade.

Numa perspectiva mais cultural, ou sociológica, March e Olsen (1989) e Dimaggio e Powell (1991) afirmam que são as instituições que ditam a lógica da apropriação de valores. Aqui, as escolhas não podem ser puramente racionais; pelo contrário, elas tendem a seguir os *scripts* ou modelos fornecidos pelas instituições. As instituições moldam as preferências dos atores, moldando suas identidades, sua definição de realidade e seus significados. Todavia, essa lógica não é universal, mas situacional, pois as preferências dos indivíduos mudam de acordo com as diretrizes institucionais. Aceitando a importância de variáveis culturais e cognitivas, compreendem-se as regras como sendo um composto de duas dimensões: as formais, ou institucionalizadas, e as informais, de ordem cultural ou tradicional (MARCH; OLSEN, 1989). A dificuldade principal da teoria neoinstitucional reside em traçar uma divisão entre as regras, pois, se toda repetição for tida

como regra formal/institucional, de que serve pesquisar o papel da instituição? E caso a definição de instituição se limite apenas a sua dimensão formal, o resultado será uma análise rasa, uma vez que aspectos não formais também determinam o comportamento político. Logo, é necessário que exista um novo conceito (ou definição) de instituição para que haja a resolução desses pontos. Segundo Rothstein (1996), a sugestão seria instalar procedimentos de operação padrão (*standard operation procedures*), que dizem respeito às regras que são acordadas entre ambos e que estão sujeitas à influência dos agentes envolvidos. Dessa forma, aceitam-se as instituições também como regras informais pelas quais os atores formam suas estratégias.

Tal pensamento é concordante com o de Ostrom (1995), para quem a mudança institucional afeta a estratégia dos atores. Segundo a abordagem proposta por essa autora, as preferências pessoais dos indivíduos são exógenas a uma instituição; mas quando os atores vêm para o jogo institucional, com suas preferências, eles são capazes de agir de forma racional. As instituições determinam as mudanças entre os atores, mas não suas preferências⁴³. Logo, o questionamento principal reside em como desenhar instituições que sejam efetivas em agregar as preferências individuais na hora de se fazer escolhas coletivas.

Nesse contexto, para Rothstein (1996), as questões que ficam são: como construir instituições que integrem indivíduo e sociedade? Se as instituições determinam preferências, o que explica as diferenças em um local formado pelas mesmas instituições? Que tipos de instituições determinam que tipo de preferência, e em que atores⁴⁴? O propósito dessas questões é debater sobre a forma de construir um estudo empírico que permita encontrar, ou indicar, resultados para a realidade brasileira e, dessa maneira, apontar possibilidades e caminhos para o melhoramento do sistema democrático, uma vez que esse ainda carece de uma base de apoio social mais sólida.

No Brasil essa questão é enfatizada por Lamounier e Souza, em 1991, ao argumentarem que a cultura política de um povo deve ser vista como causa e consequência do funcionamento do sistema político, sendo o resultado de orientações cognitivas, emocionais e valorativas. Portanto, atribui-se valor central à cultura política no cotidiano das pessoas, tanto para transmissão de valores políticos quanto para o funcionamento das instituições. Em outras palavras, o neo-institucionalismo pressupõe que os eleitores formem suas preferências em uma trajetória. Os processos que ocorrem

⁴³ Crítica a *Racional Choice*.

⁴⁴ Ver Ostrom (1990).

durante esse caminho, e que consideram aspectos provenientes da interação com instituições formais, permitem que eles adquiram valores, crenças e modelos mentais de compreensão.

Mais recentemente, temos a obra de Kidd (2011) tratando da relação entre a cultura política participativa e a importância das instituições políticas. Ao analisar a situação dos Estados Unidos, Kidd materializa seu estudo empregando, como base teórica, o institucionalismo histórico. Para ele, a evolução institucional (procedimentos, rotinas, normas e convenções, sejam formais ou informais, assim como esferas como a familiar, a política e a escolar) influencia na formação da cultura cívica das pessoas (KIDD, 2011).

O trabalho de Kidd (2011) é relevante pela forma como ele analisa a influência das instituições na formação da cultura política das pessoas. A análise dessa influência sobre a cultura política das pessoas é realizada por meio de uma historiografia voltada à forma pela qual as instituições políticas mudaram nos Estados Unidos nos últimos anos e se elas servem para justificar a mudança de comportamento das pessoas ao longo dos anos. O trabalho de Kidd, embora teórico, discorre sobre instituições como família, escola e mídia (agentes socializadores), tratando-as como instituições responsáveis pela mudança de normas e regras políticas que influem na forma e intensidade de participação das pessoas. No debate sobre a importância das instituições, incluem-se as mudanças constitucionais e legislativas e a questão do aumento dos direitos políticos dos cidadãos e minorias como variáveis que podem alterar o comportamento das pessoas.

As modificações nas décadas de 1950/60/70/80 auxiliam nessas mudanças, sobretudo com a ampliação da democracia. As pessoas passam a ser cidadãs com direitos, benefícios políticos e, em algumas localidades, obrigações (KIDD, 2011). Ou seja, participação e cidadania estão vinculadas à esfera política institucional, e são a trajetória e as mudanças das instituições que produzem tais mudanças. Outro quesito do trabalho é a discussão entre espaço público e privado, que diz respeito à relação entre o governo e a sociedade. Sobretudo, foca-se nas atividades do governo e nas suas regulamentações sobre a forma que os cidadãos devem agir, uma vez que a esfera pública tem aumentado (espaços para participação política) (KIDD, 2011).

A participação como ação é um processo coletivo, que embora realizado individualmente, diz respeito a um conjunto maior, ou seja, ao cidadão, e não à pessoa do indivíduo (KIDD, 2011). A questão em dias atuais, sobretudo com o aumento de sistemas democráticos, é analisar a qualidade dessa participação (KIDD, 2011; O'DONNELL; CULLELL; IAZZETTA, 2002). Kidd

discorre sobre a socialização ao questionar a importância que essa tem sob a vida política e social da sociedade. Nesse ponto, ele adiciona a seguinte questão ao debate: esse processo maximiza ou impede o desenvolvimento da estabilidade política? Interrogação diretamente vinculada à obra de Easton (1965), pois afirma que a participação política das pessoas pode ter a função de trazer estabilidade e suporte ao sistema político.

Essa linha está de acordo com o pensamento de Morlino (2007), para quem a maior preocupação da democracia atual está no respeito à sua qualidade, pois é a qualidade desse sistema o que permite que ele seja legitimado pelas pessoas e, assim, estável. A satisfação das pessoas com o sistema afeta inclusive os níveis de respeito dos cidadãos às normas vigentes nessa sociedade (*the rule of law*). Logo, a avaliação da qualidade da democracia não depende apenas das intuições ali presentes, mas também do envolvimento e dos valores dos cidadãos na política. A definição de democracia atual requer uma cidadania ativa (cidadãos politicamente participativos) (MORLINO, 2007).

Em anos mais recentes, a introdução dessas premissas, de influência culturalista passou a incluir novos debates à ciência política, entre eles o da própria definição do termo democracia. Por muitos anos, a instauração da democracia foi considerada como resultado do estabelecimento de um conjunto de procedimentos legais que, quando presentes, permitiam a manutenção e o desenvolvimento do sistema. Todavia, o cenário pós-redemocratização se caracteriza por apresentar altos índices de cidadãos insatisfeitos e/ou descrentes com as instituições instauradas e, em muitos casos, cidadãos pouco participativos. Desse modo, questões relacionadas à qualidade da democracia e à forma de estabelecer esse sistema de modo pleno e com apoio popular passam a integrar o debate na ciência política (MORLINO, 2007).

Nesse âmbito, os trabalhos descritos nesta etapa demonstram que considerar perspectivas culturais e institucionais como complementares intensifica e aprimora o conhecimento sobre sistemas políticos e sua estabilidade. Os autores aqui apresentados convergem para o princípio de que a difusão de determinados padrões culturais de um grupo social é a base para o seu comportamento e de que esta difusão fornece importante subsídio à manutenção e ao desenvolvimento do sistema político. É o comportamento dos indivíduos que dá sustentação ao regime político. Logo, a estabilidade e o desenvolvimento de um sistema político dependem tanto de instituições sólidas quanto de uma cultura política de apoio.

Assim, entende-se que a cultura política das pessoas pode ser compreendida com base nos valores e crenças que elas incorporam ao longo da sua vida, assim como em sua capacidade de empregar tais comportamentos na busca por objetivos. A aquisição de tais valores sobre a política decorre de um vasto conjunto de fatores, entre eles, aqueles promovidos pelas instituições e espaços institucionalizados. No caso brasileiro, tais espaços dizem respeito àqueles fatores decorrentes do processo de democratização do sistema político.

A democratização se tornou um dos grandes fenômenos políticos da década de 1980. Durante esse período observa-se em diversas partes do mundo fenômenos de transição para democracia. No caso brasileiro, a implementação da democracia foi um processo imposto. Embora fossem crescentes as manifestações populares pelo fim da ditadura, no Brasil e no mundo, esse processo não surgiu de base popular. A implementação de mecanismos democráticos foi instaurada de cima para baixo. A reconstituição do sistema multipartidário e a volta e a instauração de novos partidos políticos não contavam com uma base de apoio popular sólida.

A implementação do voto como mecanismo de participação ocorre de maneira arbitrária, mais na forma de um dever do que de um direito dos eleitores. Passados quase trinta anos da volta da democracia no Brasil, a questão que se coloca é saber se esses mecanismos instaurados têm, de alguma forma, adquirido maior relevância na formação da cultura política das pessoas.

Desse modo, a continuidade do estudo trata do processo de socialização política. Parte-se da premissa de que a cultura política é formada ao longo de todo o ciclo de vida das pessoas, incluso o de adulto. O objetivo é esclarecer como tal conceito é empregado na ciência política contemporânea e de que forma ele pode auxiliar no debate sobre cultura política.

3.2 Socialização política

Socialização política diz respeito à aquisição e transferência de valores políticos dentro de uma sociedade em particular (RUSH, 1992). Ou seja, é o processo que permite que a pessoa gradualmente internalize e se aproprie de vários valores culturais, políticos e tecnológicos da sociedade em que vive. (NNOLIE, 1990). A relação entre socialização política e cultura política está no fato de essa possuir um lugar proeminente no processo de desenvolvimento da cultura política das pessoas, uma vez que a formação da cultura política ocorre pelo processo de

socialização, sendo o objetivo dos estudos de socialização política identificar os padrões que causam determinadas orientações em uma pessoa em relação a dimensões políticas. A orientação e o comportamento político das pessoas estão relacionados, em causa e efeito, nos valores e símbolos vinculados à cultura política (HEYWOOD, 1997). Isso significa que a cultura política de uma sociedade é mantida pelo processo de socialização política, pois é esse que permite a transição de valores e de conhecimentos que servem de manutenção e promoção de sistemas políticos. Isso ocorre por meio de um amplo conjunto de agências socializadoras, entre elas a família, a escola, a mídia, o governo, os partidos políticos, as organizações políticas, as agências locais, entre outros (ULZURRUN, 2002).

Desse modo, fica evidente que tal conceito se refere ao processo pelo qual são transmitidos os valores que se constituem como elementos da cultura política. Isso ocorre pela interação do indivíduo com o seu ambiente, seja de maneira indireta ou direta. A primeira, indireta, deriva de fatores não políticos (interação com a família, amigos, ou seja, de agências não políticas), enquanto a seguinte, direta, deriva da ambientalização e da troca de interações da pessoa com variáveis propriamente políticas, como participação em instituições (DAWSON; PREWITT; DAWSON, 1977). Considerando isso, esta seção apresenta as linhas teóricas que respaldam tal conceito e a razão do seu emprego nesta tese.

A origem dos estudos sobre socialização se aproxima da dos estudos de cultura política. Ambas possuem uma matriz multidisciplinar, adquirem destaque a partir da segunda Guerra Mundial, estão intensamente vinculadas ao desenvolvimento dos estudos sobre comportamento do período e são derivadas da perspectiva behaviorista de análise dos fatos sociais (LANGTON, 1969; GREENBERG, 1970; DENNIS; MACCRONE, 1970).

O contexto em que o termo se desenvolve, pós-guerras mundiais, se destaca por ser um momento de formação e de aparecimento de novos países, sobretudo na África, em virtude do processo de descolonização⁴⁵. Segundo Sigel (1970, 1989), esse cenário enfatiza a necessidade de estudos de socialização política, uma vez que um dos primeiros passos para consolidação de uma nação é a existência do sentimento de nação, de lealdade e de consenso por parte da população⁴⁶.

⁴⁵ Entre eles: Camarões 1975, Guiné Bissau 1973, Saara Ocidental 1976, Djibouti 1977, Camarões 1960, Togo 1960, Senegal 1960, Madagascar 1960, Benin 1960, Níger 1960, Burkina Faso 1960, Costa do Marfim 1960, Chade 1960, Congo 1960.

⁴⁶ Neste debate, cabe destacar a obra de Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the origins and spread of nationalism* (1984). Essa obra, de perspectiva construtivista sobre a construção do estado, defende a necessidade de

Outra característica do período é o aparecimento e o fortalecimento de democracias ao redor do mundo⁴⁷. Tal cenário promove e incentiva a criação de pesquisas acadêmicas empíricas focadas tanto no estudo das razões do aparecimento de novos sistemas quanto nos motivos que os sustentam.

Estão entre alguns dos pensadores clássicos sobre a socialização política Hyman (1959), Campbell, Converse, Miller, e Stokes (CAMPBELL et al, 1960), Brim (1966), Langton (1969), Greenberg, (1970) e Dennis e McCrone (1970), autores que se destacam por empregar uma base teórica multidisciplinar e uma metodologia empírica que inclui variáveis subjetivas para a explicação das ações humanas na política.

Clássico sobre o tema, Hyman (1959) define a socialização política como o procedimento pelo qual ocorre a formação do comportamento político do indivíduo. Tal processo se inicia ainda na infância e juventude da pessoa, quando são formadas as bases da personalidade do indivíduo (HYMAN, 1959). É o estudo desse processo durante essa fase da vida da pessoa que facilita a compreensão do indivíduo adulto e, assim, de suas ações políticas.

Nessa obra, Hyman (1959) esclarece a proximidade entre a socialização e os estudos sobre comportamento. Segundo o autor, o comportamento político é o resultado do processo de socialização e emerge de quatro fatores: i) acumulação e/ou somatório de experiências que, com o tempo, se tornam mais específicas para o indivíduo; ii) individualização e/ou diferenciação de experiências ocorridas na juventude; iii) traumas ou acontecimentos abruptos e que influenciaram na formação dos valores da pessoa; e iv) interação e influência de outros indivíduos, como pais, familiares, professores e colegas (HYMAN, 1959). Ou seja, esse é um processo contínuo que, com o desenvolvimento físico e mental da pessoa, passa a ser influenciado por novos fatores.

As pessoas são socializadas dentro de um ambiente amplo e complexo que inclui desde a relação com novos grupos sociais (amigos, colegas, parentes) até a experiência/vivência em diferentes contextos (crises, guerras, desastres naturais etc.) e a participação em atividades políticas variadas (votação, participação em grupos políticos, participação de associações comunitárias etc.) (HYMAN, 1959; HYMAN; WRIGHT; REED, 1975; HESS; TORNEY, 1967). Todavia, isso não

uma cultura compartilhada por parte das pessoas para que haja a formação de um estado. Segundo o autor, as comunidades são algo imaginado e somente é possível formar um grande país se houver uma forte nação que o sustente.
⁴⁷ Segundo o Polity IV Project, a democracia ganha maior espaço após a segunda Guerra Mundial, sobretudo entre os anos de 1970 e 1990, conforme pode ser visto no seguinte site: <<http://www.systemicpeace.org/polity/polity1.htm>>.

significa que as pessoas sejam apenas vítimas desses agentes. O indivíduo possui fatores cognitivos e pessoais que o permite refletir sobre as suas escolhas. Desse modo, compreende-se a socialização como um processo complexo e múltiplo, fato que impede que sejam seguidas/criadas generalizações para o seu entendimento, já que ela pode ocorrer de diferentes formas em cada sociedade (HYMAN, 1959). Tais fatores tornam indispensável um olhar mais atento e individual sobre cada sociedade que se analisa.

Outra referência clássica é a obra de Brim (1966), que concorda com Hyman ao afirmar que socialização significa a internacionalização de crenças que são compartilhadas com os demais membros da sociedade/grupo. Diferente do autor anterior, Brim destaca com maior ênfase a importância dos papéis que uma pessoa adquire ao longo de sua vida. Cada papel, social ou político, adquirido pelo indivíduo, seja de forma voluntária ou não, vem acompanhado de regras e normas de comportamento que são determinadas de maneira cultural. Isso engloba desde papéis sociais, como a ideia de paternidade, maternidade, homem e mulher, até ideias políticas, como, por exemplo, de cidadão, eleitor e/ou votante.

As expectativas e comportamentos que ocorrem a cada novo papel que a pessoa adquire podem produzir uma reconstrução ou uma alteração na identidade pessoal do indivíduo (BRIM, 1966). Essa sobreposição e essa mudança de papéis dizem respeito à visão mais elaborada do processo de socialização. Ou seja, a vida do ser humano em sociedade é permeada não somente pela socialização primária, mas também pela ressocialização. Tal processo, mais complexo do que apenas o aprendizado de valores, implica no estabelecimento de equilíbrio entre valores novos e antigos por meio da substituição e adaptação das normas e valores previamente adquiridos pela pessoa (BRIM, 1966).

Mais vinculados à ciência política estão os estudos de Campbell et al (1960), que analisam o comportamento dos eleitores norte-americanos em relação ao voto. Com base empírica e objetivando descrever a forma como as pessoas adquirem sua identificação partidária e quais fatores exercem influência sobre essa formação, os autores analisam a importância da família na formação política da pessoa. Ao debater a racionalidade do voto, eles analisam de que forma o nível de sofisticação política, ou nível de conceptualização, que a pessoa possui se estrutura.

Com influência na perspectiva behaviorista, eles constroem o *funnel model*. O pressuposto era que a identificação partidária da pessoa se inicia durante a infância, por meio do processo de

socialização política que ocorre dentro do seu contexto familiar, e que, mais tarde, influência nas suas atitudes e posicionamento em relação aos partidos políticos. Todavia, o progresso que as pessoas vivenciam ao longo de sua vida pode alterar a sua identificação e percepção partidária. Tais influências decorrem de forças sociais, pessoais e ambientais.

Na mesma década, outra referência é a obra *Política socialization* de Langton (1969). Com base em dados empíricos de crianças e adolescentes norte-americanos e da Jamaica, Langton elabora seu argumento sobre como padrões de comportamento ocorrem, que segundo ele é fruto do ambiente em que a pessoa vive. A noção de ambiente do autor integra tanto o sistema político formal quanto o não formal. De maneira próxima a Talcott Parsons, ele postula a importância da existência de um sistema de funções, e, da mesma forma que Easton, sustenta que o sistema político se compõe de *inputs* e *outputs*. Todavia, para o autor, a socialização não influi apenas no sistema de *inputs* e *outputs* (demandas e suportes), mas dos processos que convertem os *inputs* e os *outputs*. São esses processos que determinam a estabilidade política⁴⁸ (LANGTON, 1969). Para ele, a socialização política é um processo contínuo e que depende de fatores psíquicos e externos à pessoa para se formar. O que se afirma é que existe uma dependência entre agentes do ambiente (*environmental agencies*), comportamento e formação de papéis da pessoa na sociedade. Tais papéis derivam de expectativas recíprocas (entre indivíduos e sociedade) e da interação da pessoa com o seu ambiente, assim regulando o seu comportamento. A questão é explicar de que forma um indivíduo aprende, reconhece e internaliza as expectativas que cercam as posições que eles adotam na sociedade.

Para compreender essa relação, Langton propõe a criação de um modelo causal, que inclui a influência de várias agências socializadoras durante várias etapas da vida da pessoa, entre elas família, escola, grupos de interesse e demais fatores que se estendem e ocorrem para além da infância. O que se observa nessa obra é uma ampliação temporal do período de socialização, fato que permite incluir o conceito de ressocialização. Uma limitação do trabalho do autor está no fato de que seu modelo não inclui a relevância das instituições políticas, seja no processo de socialização seja no de ressocialização.

⁴⁸ Além da influência das obras de Easton e Parsons, Langton enfatiza a contribuição dos estudos de Almond e Verba (1963) quando estes empregam o conceito de cultura política, parte fundamental do estabelecimento de sistemas políticos, sobretudo democráticos. Ela é resultado do processo de socialização que ocorre durante toda a vida do indivíduo.

Anos mais tarde o tema da socialização política é debatido por Dennis e McCrone (1970), para quem a identificação partidária serve de suporte à estabilidade do sistema partidário, e cuja intensidade depende da agregação das pessoas a ele. Empregando dados empíricos de democracias ocidentais⁴⁹, os autores analisam de que forma ocorre a formação da imagem que as pessoas têm dos partidos políticos. Tal análise confirma que o processo de identificação partidária começa antes da idade de votar, embora isso não exclua os processos que ocorrem durante o ciclo da vida política adulta do indivíduo (DENNIS; MCCRONE, 1970).

Como pode ser observado, foram vários os esforços de incluir na ciência política o debate sobre o conceito de socialização e ressocialização. Entretanto, até a década de 1970, tais estudos ainda eram escassos. Na tentativa de organizar e promover mais estudos na área, em 1970 é publicada a obra *Political socialization*, organizada por Greenberg (1970).

O objetivo de Greenberg era definir de que forma o conceito de socialização estava sendo empregado na ciência política. O propósito não era realizar uma historiografia do desenvolvimento do conceito, mas verificar de que maneira ele auxilia a ciência política no aumento de pesquisas mais empíricas para compreensão de fenômenos políticos e sociais. Isso porque a socialização política pode ser empregada como uma moldura de análise de fatos sociais e políticos que relaciona não somente as instituições, mas também valores psíquicos e processos de aprendizagem dos seres humanos (GREENBERG, 1970). Dentre os artigos da obra, destacam-se, para os objetivos desta tese, os de Roberta Sigel, Easton e Dennis, Greenstein, e Robert Hess e Judith V. Torney.

O artigo de Sigel parte do pressuposto de que a pessoa nasce não socializada e de que, por isso, ela precisa ser socializada para conviver dentro do seu grupo. Isso significa aprender as normas e leis da sociedade em que ela vive. A absorção de tais quesitos auxilia tanto para que a pessoa estabeleça convivências com os demais momentos quanto para que a própria sociedade se mantenha. Nesse sentido, a socialização diz respeito ao processo de treino e de desenvolvimento individual que conduz a pessoa ao aprendizado de tais valores. É esse processo que fornece base para a estabilidade e para a sobrevivência de um sistema social e político, pois é ele que molda o engajamento e o comportamento dos seus cidadãos.

⁴⁹ Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental, França, Itália, Holanda e Bélgica.

O escrito de Easton e Dennis (1970)⁵⁰ complementa o debate por focar na relação entre sofisticação política e idade biológica. Eles empregam dados empíricos para analisar tal relação e, por meio desses, observam a relação entre idade e relações mentais mais complexas. Conforme o indivíduo cresce, ele passa a observar o governo de maneira menos personalista e idealizada e de forma mais realista e individual. Ou seja, percebe-se uma transição da esfera mais rudimentar de pensamento para uma mais complexa. Isso ocorre entre os oito e os quatorze anos da pessoa. Desse modo, estabelece-se uma relação de causalidade entre maturação biológica (idade) e sofisticação política.

Segundo Easton e Dennis (1969, 1970), até os 11 anos a pessoa ainda não tem capacidade de conceber operações formais. Logo, o indivíduo não consegue observar consequências sociais em larga escala, não podendo construir modelos de análise históricos dedutivos. Aos treze anos, essas capacidades são iniciadas, embora de modo pouco efetivo. Aos quinze anos, a pessoa não hesita mais em lidar com o abstrato, fazendo associações mais elaboradas. E é aos dezoito que ela consegue formar suas ideias de maneira quase que totalmente fluente, inclusive de modo mais filosófico e ideológico.

O último texto da obra escolhida é de autoria de Hess e Torney. A escolha se justifica pela ênfase dos autores em adicionar ao debate sobre socialização as relações entre pessoas e instituições políticas, nesse caso, a forma como o sistema político e seus componentes influenciam na formação do adulto político ainda na infância. Os autores destacam a função das agências socializadoras nesse processo, entre elas a familiar, a estrutura escolar, a religiosa e os grupos sociais com os quais as pessoas interagem. Segundo eles, é a interação com essas estruturas que explicam parte dos valores políticos dos indivíduos. Embora o foco do artigo sejam crianças, ele serve para esclarecer a forma pela qual a ciência política passa a introduzir a relação entre instituições políticas e socialização no debate.

Em resumo, os artigos de Easton e Dennis e de Hess e Torney, na obra de Greemberg (1970), se focavam na análise do processo de socialização em crianças e na forma como esse estava relacionado ao desenvolvimento psíquico do indivíduo, com o passar dos anos. O objetivo era compreender de que forma os valores são adquiridos através dos anos e de que maneira os valores são adquiridos e passados aos indivíduos (EASTON; DENNIS, 1970). Por outro lado, a

⁵⁰ Os dados empregados nessa análise são os mesmos empregados um ano antes em Easton e Dennis (1969).

contribuição de Sigel, que não emprega dados empíricos, reside no fato de estabelecer de maneira teórica a relação de causalidade que as mais diversas agências socializadoras têm sobre a pessoa.

A influência e a importância dessas publicações para os estudos de socialização política, e para esta tese, residem na sua capacidade do conceito de compreender e valorizar os atributos das pessoas, considerando-as responsáveis pela formação de influências que dão suporte, ou que destroem, um sistema político. Vista deste prisma, a primeira tarefa do estudo sobre socialização política é explicar de que forma o processo de aquisição de normas e regras ocorre durante as experiências de vida das pessoas. Tal argumento justifica a alta incidência de estudos sobre o tema durante infância e a juventude dos indivíduos, como ocorreu na década de 1970.

Nessa década, os estudos de socialização política estavam fortemente influenciados pela psicologia, com foco na análise da infância e da juventude e na importância de agentes socializadores, como família e escola. A preocupação dos trabalhos guiados pela psicologia era saber de que forma as pessoas absorvem os valores e normas da sua sociedade, ao passo que, na ciência política, o comportamento é tido como algo que pode ser mensurável por meio de estímulo e resposta. Na ciência política, objetiva-se saber o que influencia no comportamento, e não a forma como a pessoa absorve internamente tais valores. A preocupação está mais em conhecer as variáveis que afetam o comportamento do que em saber como eles são interiorizados pelas pessoas. O que se afirma é que existe uma relação de dependência entre agentes, ambiente e comportamento (LANGTON, 1969). O processo de socialização decorre da interação e das experiências de vida do indivíduo e o resultado desse processo é o que forma a cultura política das pessoas.

Segundo Roberta Sigel (1970), as pessoas adquirem seus valores e comportamentos por meio da aprendizagem, que decorre da experiência cotidiana, da repetência e do passar do tempo (SIGEL, 1970). Ou seja, o comportamento depende da interação entre a pessoa e seu sistema social e político. Isso ocorre desde o seu nascimento, uma vez que ela é colocada dentro de um conjunto de culturas pré-existentes. Todavia, o processo de socialização não depende da cultura por si, mas dos seus agentes transmissores, nesse caso, das pessoas e das instituições ali presentes (SIGEL, 1970). É por meio da interação do sujeito com essas agências que o indivíduo adquire afeto pelo sistema e começa a agir em congruência com aquilo que é esperado pelo seu grupo social. Isso ocorre por meio dos valores e normas que o indivíduo internaliza (SIGEL, 1970).

Tal processo, de aquisição de normas e valores que vão constituir a cultura política de uma sociedade, é resultado de vários períodos da vida da pessoa. Embora o enfoque inicial dos estudos sobre socialização esteja em jovens e crianças, esse processo também é resultado das experiências das pessoas quando adultas. No caso da democracia, uma das influências decorre das relações que a pessoa estabelece ao internalizar seus direitos e deveres como cidadão. Considerando que o enfoque desta tese é compreender se as experiências dos eleitores podem servir de variáveis explicativas da sua cultura política, a próxima seção analisa de que forma os estudos de ciência política têm tratado o conceito de socialização em adultos.

3.2.1 O estudo da socialização política em adultos

Segundo Levine (1965), a pessoa política é construída pelo cruzamento de vários fatores, estruturais e culturais, que se mantêm com o tempo e que se tornam históricos com os anos. Na ciência política, esse tema é tratado dentro dos estudos sobre cultura política e socialização. O foco dessas pesquisas era analisar de que forma a aquisição dos papéis das pessoas com o passar dos anos, sejam eles sociais ou políticos, altera os valores e comportamentos dos indivíduos. O objetivo dessas investigações não é negar a importância de estudos sobre a infância e adolescência, mas enfatizar que a socialização é um processo contínuo que se alastra durante toda a vida do indivíduo (SIGEL, 1970; SIGEL; HOSKIN, 1977; SIGEL, 1989).

Antigamente, durante os anos de 1950 e de 1960, a socialização política era vista como um mecanismo que aumentava a estabilidade de um sistema político, estando, assim, altamente vinculada ao paradigma de Parsons. Em dias mais recentes, os estudos sobre socialização estão mais engajados em compreender onde e como as pessoas adquirem valores políticos (HOOGHE, 2004). Assim, o foco desses estudos se diversifica e eles passam a abranger uma visão mais ampla dos fatores que influenciam no processo de socialização política, incluindo grupos de interesse e interações formais e informais das pessoas (HOOGHE, 2004).

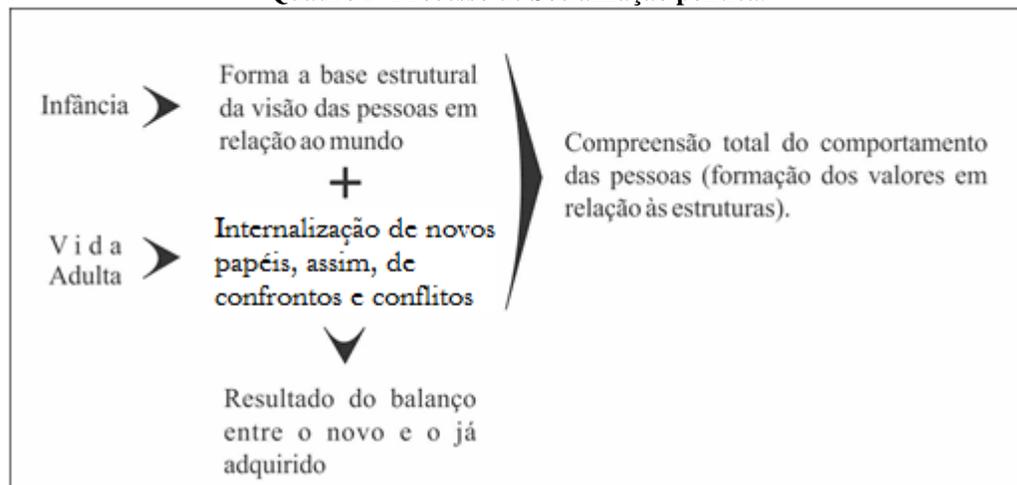
Com o passar dos anos, e com a aceitação de uma gama maior de agências socializadoras, os estudos sobre socialização na ciência política se distanciam daqueles produzidos pela psicologia. Isso pode ser visto a partir da maior ênfase que a ciência política passa a dar às consequências promovidas pela interação da pessoa com seu ambiente, em vez de focar apenas na forma como

essa aquisição de valores e normas ocorre (SIGEL, 1970, 1989; SIGEL; HOSKIN, 1977). Na ciência política, a socialização é fruto da interação da pessoa com seu meio social e político, e, a cada fase do desenvolvimento do indivíduo (seja físico, psíquico ou social), ocorre uma etapa de socialização e de ressocialização (SIGEL, 1970, 1989).

A ressocialização não pressupõe a negação do que foi aprendido durante a infância e adolescência da pessoa (SIGEL, 1989). Ela é um processo de melhoramento do aprendizado adquirido na infância, que não prepara o indivíduo por completo para suas atividades adultas. Com o passar por anos, os indivíduos agregam e alteram seus papéis dentro da sociedade, tanto por meio das relações que eles estabelecem quanto em decorrência da sua maturação biológica e psíquica. Para Sigel (1989), existe uma explicação linear entre os papéis adquiridos com o tempo e com a idade biológica. Ou seja, é possível estabelecer uma correlação entre envelhecimento, novas normas e novos papéis sociais e políticos.

Visando explicar de que forma a autora compreende o processo de socialização e de ressocialização em adultos, elaborou-se o diagrama abaixo:

Quadro 5- Processo de Socialização política.



Fonte: elaborado pela autora com base nos argumentos desenvolvidos por Sigel (1989).

Segundo Sigel (1989), a socialização é algo dinâmico e contínuo, que ocorre em todos os ciclos da vida da pessoa. Todavia, ela pode ser dividida em duas etapas: uma que ocorre na infância e outra que ocorre na vida adulta. Sigel esclarece que a socialização que ocorre na infância é a responsável por formar as bases valorativas da pessoa em relação à sociedade em que ela vive. Todavia, esses valores, normas e comportamentos adquiridos por meio da influência de agentes

como família, escola e grupos de interesse não são imutáveis. Os valores absorvidos e aprendidos durante a *early socialization*, empregando o termo de Almond e Verba (1963), podem ser alterados durante a vida adulta.

Com o desenvolvimento físico e biológico mais amadurecido, o indivíduo adquire novos papéis sociais e políticos para os quais a infância não o preparou. Logo, as bases valorativas formadas anteriormente podem e precisam ser alteradas. A socialização é o resultado do conflito entre os valores anteriormente absorvidos pela pessoa e os novos e, por isso, nem sempre ocorre de forma linear.

Durante a fase adulta, novos agentes socializadores passam a influenciar o indivíduo, entre eles os políticos. Dessa forma, o resultado da socialização nessa fase deriva da manutenção de certos atributos adquiridos na infância e da alteração de outros, em virtude do contato e da interação das pessoas com esses novos espaços e agentes. Logo, a socialização política deve ser estudada de uma forma que compreenda ambos os períodos, infância e vida adulta, permitindo, assim, a realização de análises mais abrangentes e complexas. A questão do estudo da socialização política na ciência política passa a ser como saber quais são as variáveis dominantes durante o processo de mudança.

Em concordância com Greenstein (1970), Sigel (1989) afirma que a mudança de valores, ou ressocialização, ocorre em decorrência de condições individuais e sociais. Condições individuais dizem respeito aos sentimentos, preferências e comportamentos do indivíduo, ao passo que condições sociais englobam questões relativas à interação da pessoa com agentes e instituições presentes nessa sociedade. É a soma desses compostos que altera os valores da pessoa, e é a manutenção e/ou transformação dos valores dos indivíduos o que está em jogo nesse momento de ressocialização (SIGEL, 1989). A socialização adulta é algo contínuo, decorrente da interação das pessoas com as estruturas e do seu desenvolvimento individual (físico e psicológico). Tal compreensão é o que permite a criação de hipóteses mais elaboradas e a construção de trabalhos não puramente descritivos (SIGEL, 1989).

Em anos mais recentes, Berger e Luckmann (1995) agregam ao debate sobre socialização e ressocialização o conceito de socialização primária e socialização secundária. Segundo eles, a primária ocorre por meio do aprendizado da linguagem, ainda na infância. Isso porque a comunicação é passada à pessoa já repleta de valores. A segunda, deriva da interiorização dos *submundos institucionais especializados*. Inclui-se nesse escopo a aquisição de papéis e dos saberes

e obrigações que o acompanham. No caso desta tese, o papel que se enfoca é o de cidadão político. Ou seja, os processos que ocorrem durante a socialização secundária, na vida adulta das pessoas e que são formados e constituídos dentro de um campo especializado, sobretudo por meio da relação das pessoas com as instituições políticas (BERGER; LUCKMANN, 1995).

Mais recentemente, e no campo da ciência política brasileira, o tema da socialização é debatido por Schmidt (2000, 2001). Embora o autor não trate do tema da socialização em adultos, sua relevância está no fato de que, para ele, o processo de formação de atitudes das pessoas deve contemplar o aspecto generacional de interiorização de valores. Schmidt (2000) esclarece a relação entre esse conceito e o de cultura política na ciência política. Para o autor, o objetivo de ambos é buscar uma compreensão das condições de estabilização da democracia. Isso porque a concepção de democracia deve integrar forma, conteúdo, institucionalidade e mundo da vida, superando, assim, a visão formalista de compreensão dos fatos políticos ao incluir dimensões sociais ao debate.

Dessa maneira, cabe destacar que o processo de socialização política não é uniforme (GIMPEL et al, 2003) e que seus *outcomes* podem ser mensurados por meio de variáveis dependentes externas, como: ambiente social, ambiente político (como competição eleitoral, sistema político, exposição à mídia etc.), família e poder material dessas, experiências escolares, dados demográficos e acontecimentos datados.

Em sua análise empírica e comparada de diferentes cidades brasileiras sobre o processo de estruturação das atitudes políticas das pessoas, Schmidt (2001) afirma que não existe um padrão para a forma como esse ocorre. Isso porque o processo de aquisição de valores políticos por parte das pessoas não decorre de um momento determinado na vida do indivíduo ou, muito menos, como resultado de um processo objetivo de transmissão de orientações. Esse é um procedimento múltiplo e complexo, sem ordem cronológica específica, fruto da interação das pessoas com agências de socialização tradicionais e não tradicionais. Observa-se, nesse ponto, uma relação entre o pensamento estabelecido por Schmidt, Berger e Luckmann (1995). Segundo os autores, essa conexão entre as diferentes formas de como o processo de socialização política pode ocorrer engloba diversas etapas da vida do indivíduo. Assim, deve-se considerar, para explicar a transição de orientações valorativas sobre a política das pessoas, fatores ocorridos tanto durante a infância como aqueles sob a influência de outras instituições ao longo da sua vida (SCHMIDT, 2001).

Ainda no caso brasileiro, a forma como a aquisição do sistema de crenças e normas é internalizada pelas pessoas dentro do recorte culturalista é enfatizada por Nazzari (2006), que analisa a forma como o processo de socialização política ocorre em jovens. Seu objetivo é analisar questões relacionadas à consolidação da democracia no país, via reforço do caráter participativo das pessoas. Para ela, a relação que a pessoa estabelece com a democracia, e, assim, com sua participação política, é um reflexo da socialização imposta pela sociedade e dos quesitos que a compõem. Diante disso, e em conformidade com os resultados de sua pesquisa, a autora enfatiza a necessidade de se desenvolver métodos que estimulem a participação política dos cidadãos. Os dados empíricos empregados no estudo de Nazzari destacam que a forma de socialização disponível para o jovem não permite que este se desenvolva como um cidadão participativo. Logo, as conclusões da autora justificam a importância de se analisar o processo de socialização política no debate contemporâneo sobre democracia, uma vez que isso diz respeito à absorção de atitudes e de valores da pessoa em relação ao sistema, sejam eles positivos ou não.

Sobre essa questão, cabe destacar o esforço de Gimpel et al (2003) em explicar de que forma os ambientes cívicos democráticos influenciam na formação da cultura política das pessoas. O propósito dos autores é o de avaliar como o ambiente influencia na formação, no engajamento cívico e na percepção que jovens possuem sobre a política⁵¹. O foco do livro está na importância do contexto local, pois o indivíduo se socializa por meio das informações que recebe das pessoas ao seu redor. Ressalta-se que o interesse pela política não surge do nada, mas que é construído ao longo do tempo por meio da influência de fatores sociais, locais e internos dos próprios indivíduos. Nesse escopo, incluem-se as relações e comunicações estabelecidas pela pessoa com as instituições e os espaços políticos existentes e disponíveis na sua sociedade, como, por exemplo, o convívio com partidos políticos, sindicatos, clubes e grupos de interesse/amizade.

Uma vez que este é um estudo sobre cultura política, o foco serão os acontecimentos nessa segunda etapa de socialização, em especial no que tange à participação política dos indivíduos. Esta escolha decorre do objetivo de se avaliar se os espaços políticos promovidos pela política convencional, sobretudo partidária, têm criado alguma alteração na cultura política das pessoas.

⁵¹ Estudo de natureza empírica. O grupo analisado foi de adolescentes no fim dos anos escolares, em vinte escolas norte-americanas, incluindo Maryland e Washington Capital.

Todavia, o desenvolvimento contemporâneo do conceito não vem isolado de problemas e dificuldades. Segundo Bouché (2011), esse ainda enfrenta diversos obstáculos teóricos e conceituais. Entre eles, o da causalidade inversa, pois a socialização política afeta o sistema político, mas o sistema político também influencia a socialização política. O indivíduo não é socializado no isolamento, uma vez que o sistema político faz parte desse processo e é parte integral do desenvolvimento das predisposições políticas da pessoa. Pode-se, portanto, considerar a socialização tanto um *input* quanto um *output* do sistema político. Assim, torna-se difícil desembaraçar a direcionalidade dos efeitos causais entre os *inputs* e os *outputs*.

Outro destaque é a amplitude de variáveis e fatores que o conceito abarca e que permite incorporar em suas análises. O amplo conjunto de variáveis explicativas que podem influir em um modelo corrobora para que existam variáveis omitidas, assim como outras de forte poder explicativo em certo momento, mas de baixa importância em outro. Nesse campo, cabe destacar a questão da operacionalização das variáveis, sobretudo as abstratas, que tornam mais difícil a mensuração das variáveis e a definição de padrões. Como um todo, tais dificuldades promovem a existência de limitações empíricas, uma vez que a socialização ocorre durante toda a vida das pessoas e é influenciada por uma vasta gama de variáveis.

Com vistas a superar tais problemas e a dar continuidade aos estudos de socialização, em anos mais recentes, Niemi e Neundorf (2013) destacam a importância desses estudos. Retomando o pensamento de autores clássicos, Niemi e Neundorf argumentam que o foco dos estudos sobre socialização diz respeito a forma como os eleitores/votantes adquirem suas atitudes políticas. Segundo eles, tais valores decorrem de três fatores principais: a) idade, relacionada ao envelhecimento biológico das pessoas e à aquisição de novos papéis sociais e políticos; ii) interações entre grupos, pois é por meio desses que as pessoas dividem determinadas situações e experiências, e iii) tempo, que diz respeito às ações e situações que ocorrem ou permanecem em determinado período.

O foco no processo durante a vida adulta não nega o que ocorreu durante a infância, mas sugere que tais valores são revisados com o passar dos anos. Dessa maneira, amplia-se o escopo de tempo e de variáveis que influenciam no processo de socialização. Ou seja, as pessoas mudam suas orientações políticas durante o ciclo de sua vida, e seus valores são substituídos com o tempo em virtude de suas experiências.

Assim, os trabalhos citados corroboram com a afirmação de Sapiro (2004), que propõe que os estudos de socialização política necessitam focar nas experiências da vida da pessoa, fatores que moldam seus conhecimentos e atributos básicos sobre a política. A democracia moderna requer mais dos seus cidadãos, e, portanto, a formação desses não pode ser compreendida com base apenas em estudos sobre escolas, família e associações de jovens. É necessário agregar outros fatores relacionados à política, como pode ser visto na pesquisa de Niemi e Neundorf (2013), quando estes integram a identificação partidária das pessoas ao debate.

Considerados esses fatores sobre a socialização política em adultos é que se incorpora ao debate o conceito de participação política. É por meio da participação política que a pessoa interage e estabelece relações com os meios políticos, como o institucional. Sendo assim, é imprescindível avaliar de que forma a participação política das pessoas pode ser compreendida como uma maneira pela qual de aquisição de valores e sentimentos ocorre. Em outras palavras, compreende-se a participação como uma maneira pela qual os indivíduos de uma sociedade estabelecem um sistema de interação com a esfera política em que estão inseridos. O resultado dessa interação diz respeito ao processo de socialização política, é por meio dele que as pessoas adquirem e/ou mudam seus valores políticos. Ou seja, formam a sua cultura política.

3.3 Participação política

A participação política se caracteriza por qualquer ação, coletiva ou individual, cujo resultado influencie, ou objective influenciar, a esfera política. No caso de sistemas democráticos, como é o caso deste estudo, a participação deve ser vista como um direito dos cidadãos (CORNWALL; ROMANO; SHANKLAND, 2008). Logo, a tese emprega o conceito de participação política relacionada à ideia de cidadania e, assim, de democracia. Isso porque é por meio dessa esfera que o cidadão entra em contato com a política.

Existem diversas formas de interação com a política, que podem ser tanto promovidas pelas instituições que compõem o sistema político quanto pelos processos pelos quais a pessoa se transforma em um agente político e coletivo (CORNWALL; ROMANO; SHANKLAND, 2008). Considerando a amplitude das formas de participação que podem ser exercidas dentro de uma democracia, inicia-se esta seção definindo o termo por meio de autores clássicos, para então

apresentar quais formas de participação serão tratadas nesta tese. Estão entre os autores clássicos Milbrath (1965), Nie e Verba (1972) e Milbrath e Goel (1977).

A definição de participação política nessas obras diz respeito a toda e qualquer ação individual dentro de um contexto específico que implique na interação com outras pessoas e cujo objetivo seja influenciar, direta ou indiretamente, a esfera política. Considerando a concepção de democracia atual, em que a participação das pessoas é peça chave, a mobilização das pessoas em favor de alguma demanda é de vital importância para que esse sistema se fortaleça (MILBRATH, 1965). Isso porque tais atividades participativas servem tanto para avaliar o nível de cultura cívica de uma sociedade quanto para descobrir se as pessoas estão exercendo seu direito de demonstrar suas críticas e opiniões (MILBRATH, 1965). Segundo o autor, a participação política é um processo dinâmico e que, quanto maior o estímulo recebido pela pessoa, mais essa ação tende a se intensificar (MILBRATH, 1965; MILBRATH; GOEL, 1977). Atitudes que, quando presentes, podem servir de reforço ao sistema político vigente nessa sociedade.

A participação política do indivíduo depende tanto das suas características pessoais⁵² quanto de fatores externos a ele (como o ambiente). Para compreendê-la, é necessário conceitualizá-la. Milbrath (1965) faz isso de maneira hierárquica. No modelo piramidal do autor, as atividades políticas são categorizadas em três níveis: i) aquela localizada na base e com menor interação por parte das pessoas (*spectator activities*), ii) as que estão no meio e que implicam uma interação moderada (*transitional activities*); e iii) as que estão no topo e que indicam maior interação com a esfera política (*gladiator activities*). Em outras palavras, a participação política pode ser compreendida em termos de diferentes níveis (MILBRATH, 1965). Na base estariam atividades obrigatórias e mais diretamente vinculadas às instituições formais, como o ato de votar e discutir ou conversar sobre política. Por outro lado, as atividades mais ao topo são as que exigem uma dedicação maior da pessoa com a política, como, por exemplo, o ato de se candidatar às eleições e de ser membro ativo de algum partido político.

Outro clássico do período sobre o tema é Verba e Nie (1972). Da mesma forma que para o autor anterior, para eles a participação política diz respeito a qualquer atividade, direta ou indireta, realizada pelos indivíduos com o objetivo de atingir/influenciar o governo e/ou seus representantes políticos (VERBA; NIE, 1972). Segundo Verba e Nie (1972), a participação é definida como: i)

⁵² Segundo Milbrath (1965), a participação política é resultado de dois fatores: das características pessoais do ser humano e da influência do ambiente externo sobre ela (influência dos estímulos ambientais).

algo observável; ii) capaz de incluir pessoas de diferentes classes, e não apenas da elite; iii) ações realizadas com o sentido de influenciar na esfera e nas decisões políticas; e iv) ações que afetem de alguma forma as decisões e/ou resultados políticos autoritários sobre os valores da sociedade (NIE; VERBA, 1972). Tais pontos ampliam a ideia de participação tanto em número de participantes quanto na forma que ela ocorre.

Essa concepção incentiva a ciência política a examinar diferentes formas e modelos de participação, para além da eleitoral. A preocupação de Nie e Verba era incluir na ciência política a análise da participação política não institucionalizada e criar tipologias que facilitassem o estudo empírico do tema. Objetivando ampliar e facilitar a inclusão e análise de diferentes formas de participação política observadas na realidade, os autores propõem o emprego do conceito de participação convencional e não convencional, assim, facilitando e aperfeiçoando o trabalho empírico e metodológico dos pesquisadores (VERBA; NIE; KIM, 1971; VERBA; NIE, 1972; BARNES; KAASE, 1979).

Para melhor compreensão dessas tipologias, agrega-se a contribuição de Barnes e Kaase (1979) e La Palombara (1978) ao trabalho de Nie e Verba (1972). Segundo eles, o termo não convencional diz respeito a atitudes mais a margem das instituições políticas, ou extrainstitucionais, dos indivíduos. Escapa-se, assim, da moldura formal estabelecida e alcança-se outras esferas de reenfaturação. Estão entre elas aquelas mais voltadas a uma manifestação mais enfática de opiniões por parte da sociedade civil, como protestos, invasões e boicotes. Não se tratam de ações ilícitas ou ilegais, mas apenas não institucionalizadas. A definição de participação convencional inclui, no seu escopo, comportamentos mais regulados com a esfera política. Como, por exemplo, aqueles diretamente relacionados com as esferas eleitorais, como votar, participar de comícios, carreatas etc. Ou seja, diz respeito às atividades aceitas pela cultura política dominante (políticas). Adicionalmente, o estudo empírico da participação, seja convencional ou não convencional, deve ser realizado empregando-se variáveis socioeconômicas e psicológicas no processo de decisão política da pessoa. O que aceita e inclui a esses estudos variáveis cognitivas, atitudinais e sociais.

Em relação ao estudo empírico sobre participação política, agregam-se as contribuições de Smith e Macaulay (1980). A colaboração dos autores está na maneira como eles desenham a forma que a participação política informal das pessoas deve ser analisada de maneira empírica. Para verificar a causalidade entre as variáveis, eles elaboram dois modelos teórico-matemáticos: o

ISSTAL (*Interdisciplinary Sequential Specificity Time-Allocation Lifespan*) e o *General Activity* (GA). O primeiro estuda a participação individual voluntária das pessoas, com base na pressão social que o indivíduo sofre em detrimento do seu ambiente e de suas interações. O segundo, também de causa e consequência, analisa atividades mais gerais que a pessoa realiza, não apenas de forma voluntária. A compreensão da participação política empregada nesses dois modelos segue a ideia proposta por Nie e Verba (1972) e Barnes e Kaase (1979), em anos anteriores, no que diz respeito ao conceito de participação convencional e não convencional.

A análise de Smith e Macaulay (1980) destaca que o envolvimento das pessoas em atividades, sejam elas convencionais ou não, é de origem múltipla e complexa, ocorrendo em diferentes níveis de intensidade. Para mensurar a intensidade dessas atividades, eles elaboram três categorias de classificação: i) apática ou passiva, quando a pessoa não participa ativamente; ii) expectadores, composta pelas pessoas que minimamente se envolvem; e iii) gladiadores ou ativistas, que corresponde aos indivíduos ativamente engajados. A possibilidade de elaboração desses níveis se deve a participação ser algo acumulativo (ALMOND; VERBA, 1963; INKELES, 1969; OLSEN, 1973). Ela ocorre como resultado de um conjunto de valores que se somam ao longo da vida da pessoa, fato que explica a existência de diferentes intensidades e de variadas formas de participação (ALMOND; VERBA, 1963). Vale ressaltar que a intensidade de participação do indivíduo depende do processo de socialização política pelo qual ele passou (SMITH; MACAULAY, 1980).

Para Smith e Macaulay (1980), são cinco os determinantes que influenciam na formação dos valores atitudinais da participação política das pessoas. Sendo eles: i) o envolvimento psicológico da pessoa pela política, expressado pelo seu interesse por essa esfera; ii) senso de obrigação cívica do indivíduo, como, por exemplo, pretensão da pessoa em votar; iii) senso de eficácia política, que diz respeito ao sentimento e à percepção que a pessoa tem da sua capacidade de influência no processo de decisão política; iv) nível de alienação política, civismo e desconfiança da pessoa com a política; e v) existência e nível de identificação política. Dessa maneira, deixa-se claro que a compreensão da participação política dos indivíduos é algo multidimensional e que depende da interação que a pessoa estabelece com as agências socializadoras.

Recentemente, nos anos 1990, o debate sobre participação política é revisto por Verba, Scholzman e Brady (1995). Para eles, a participação política diz respeito ao ato de comunicar-se.

Ela é resultado das informações absorvidas pelas pessoas e da relação que se estabelece entre indivíduos e governo. No último caso, elas podem ser expressas das mais diversas formas, como, por exemplo, queixas, demandas, protestos ou qualquer outra forma de pressão.

Para os autores, existem diferentes formas de se estabelecer essa comunicação, ou troca de informações. Ela ocorre com base no tipo de participação e/ou de atividade que a pessoa escolhe se envolver. Assim, ela também depende de fatores variados, como a intenção da pessoa de ter gasto financeiro ou não, sua disponibilidade de tempo para participar de atividades políticas e sua capacidade intelectual. A participação é o resultado da combinação entre os gastos envolvidos na ação e os resultados que a pessoa pode alcançar (VERBA; SCHOLZMAN; BRADY, 1995). É esse cálculo que resulta na intensidade da participação do indivíduo. Quanto maior for o volume e o nível de atividade por parte das pessoas, maior é a pressão sobre o governo/políticos. Ou seja, para Verba, Scholzman e Brady (1995), a participação política pode ser qualquer ação feita por cidadãos comuns direcionadas a afetar à esfera política e a seus resultados. Todavia, a intensidade dessa ação é resultado da interação e da comunicação entre agentes e instituições.

Sobre o assunto, adiciona-se a contribuição de Pipa Norris (2003). O objetivo da autora era avaliar se as experiências do ativismo político agregavam novas formas de expressão política por parte das pessoas. Por meio do emprego dos termos *repertórios de ação política* e *agências de ativismo*, Norris descreve a existência de uma diferença entre ações individuais orientadas e entre repertórios orientados. A primeira relaciona-se às eleições e aos partidos, ao passo que a segunda está mais vinculada ao interesse político das pessoas. Para a autora, o resultado dos movimentos sociais é uma combinação entre repertórios tradicionais e ações estratégicas.

As ações participativas das pessoas são influenciadas pela presença de agências de ativismo político, como igrejas, sindicatos, partidos e associações (NORRIS, 2003). Segundo ela, o estudo dessas agências deve ser amplo, contemplando tanto as agências tradicionais quanto as não tradicionais, para dessa forma ir além de uma leitura parcial de compreensão do engajamento cívico. Considerando esses fatores, Norris analisa dados empíricos sobre o tema. Os resultados obtidos por ela indicam que a falta de motivação das pessoas, sobretudo entre os jovens, resulta do desencanto das pessoas pelos canais de participação formal e pelo próprio sistema político. Assim, as novas formas de participação optam por estruturas mais flexíveis e horizontais de atuação, como abaixo-assinados, protestos, petições e boicotes. Segundo Norris (2003), essas formas de participação são mais isentas de estruturas ideológicas e ocorrem de maneira mais espontânea.

Além disso, apesar de serem resultado do coletivo, essas formas possuem um caráter mais individualizado dos envolvidos. Tais fatores exigem maior grau de sofisticação política por parte das pessoas envolvidas, o que reduz o número de participantes.

A inclusão de instituições no debate sobre participação política é vista também no trabalho de Ruedin (2007). Ele define as instituições como indicadores de regras e normas que existem dentro de uma sociedade. Na esfera política, são exemplos dessas atividades: o ato de votar, participar em manifestações e/ou em partidos. A interação das pessoas com essas instituições e seus espaços políticos é o que influencia na forma de participação dos indivíduos com a esfera política.

Nesse mesmo ano, Teorrell, Torcal e Montero (2007) debatem o conceito de participação política dentro do escopo da definição de democracia. Em concordância com Diamond e Morlino (2004) e O'Donnell, Cullell e Iazzetta (2002), os autores argumentam que a concepção de democracia moderna coloca como central o papel da cidadania. Dessa forma, o conceito de participação política torna-se relevante quando se objetiva compreender a qualidade desse sistema, uma vez que esse permite avaliar tanto o desenvolvimento do sistema político quanto a influência que esse tem sobre a vida das pessoas. Isso ocorre, no primeiro caso, por meio da existência de esferas participativas e, no segundo, pela interação das pessoas com tais esferas e oportunidades. Além disso, para que a esfera participativa se consolide, é necessário que haja mais do que instituições. É indispensável a existência de uma cultura cívica que as respalde.

Como pôde ser observado, durante os últimos cinquenta anos na ciência política verificou-se a aproximação entre estudos sobre cultura política, socialização e participação política na avaliação de sistemas políticos, sobretudo democráticos. Dessa forma, estimulou-se a análise do processo de socialização política, não somente em jovens e crianças, mas também em adultos, pois é nessa fase da vida que os valores absorvidos durante a infância são realocados e alterados de acordo com os novos papéis e grupos sociais e políticos que o indivíduo passa a fazer parte. Está entre esses fatores de influência o de participação política, seja ele convencional ou não convencional.

A importância da participação das pessoas posiciona o conceito de cidadania como relevante (LAWY; BIESTA, 2006), pois o processo de socialização, e também de formação da cultura política dos indivíduos, está relacionado com o seu papel político (DAVIES; GORARD; MCGUINN, 2005; SKOGEN, 2010).

Com base nesse argumento, uma das discussões centrais da ciência política atual recai sobre a forma de se preparar e se aprimorar as pessoas para serem cidadãos, uma vez que o processo de socialização política não termina na infância ou na juventude. Os valores cívicos e democráticos das pessoas se universalizam pela rotina e pelo hábito, sendo a participação política parte do processo de aprendizado (HELD, 1997; PATEMAN, 1992). É como se houvesse um círculo virtuoso, quanto mais o indivíduo participa mais ele se sente compelido a participar. E a internalização desses valores cívicos de suporte ao sistema decorre dessas atividades que formam agentes protagônicos que fortalecem a consolidação e a estabilidade da democracia (CASTRO, 2000).

Esse processo de socialização continua a ocorrer durante os demais ciclos da vida do indivíduo. Considerando isso, o foco desta tese é o processo de socialização das pessoas quando adultos, sobretudo com foco na participação mais institucionalizada, ou seja, convencional. Entre elas, as relacionadas a ações partidárias, que englobam a participação das pessoas em partidos políticos, comícios, reuniões e voto.

Em relação à socialização, cultura política, participação e democracia, Larry Diamond (1999) sugere que a avaliação desses sistemas depende de duas dimensões (normativa e comportamental) e de três níveis (elites do país, partidos políticos, organizações/movimentos da massa pública). É quando um país completa esses pontos, e esses se sustentam ao longo do tempo, que se observa uma democracia consolidada. É por meio da manutenção desses pressupostos ao longo dos anos que ocorre a legitimação da democracia. Assim, torna-se clara a relação entre socialização, cultura política e democracia, pois uma democracia, para ser plena, necessita estar inserida em um ambiente caracterizado por uma cultura que a respalde.

A importância de valores avaliativos e comportamentais das pessoas na promoção de sistemas políticos também é observada em Urbinati (2006), Moisés (2010), Tonela (2011) e Bouché (2011).

A contribuição de Urbinati (2006) adiciona ao debate sobre democracia, participação e socialização política, elementos vinculados às eleições. Segundo a autora, o ato de votar é um dos principais mecanismos para o estabelecimento da legitimidade política. Essa ação e a avaliação das pessoas sobre ela carregam a percepção de como está ocorrendo a relação entre estado e sociedade. Dessa forma, atribui-se valor à percepção das pessoas acerca da democracia e de seus mecanismos participativos. Ou seja, não basta o desempenho formal das instituições para que se elabore a

avaliação de um sistema político, em especial na democracia (MOISÉS, 2010, TONELA, 2011). É necessário observar de que forma as normas e instrumentos são captados pela sociedade nesse sistema político.

Os cidadãos são parte integrante do sistema político. Logo, suas atitudes, crenças e valores, como interesse político, confiança interpessoal e institucional, tolerância, respeito às leis etc. afetam o seu envolvimento com a vida pública e o desenho e a performance das instituições políticas. Fatores adquiridos por meio da socialização política, que para Bouché (2011) deve ser compreendida por meio de duas palavras-chaves: *processo e comportamento*.

Segundo Bouché (2011), no que tange à democracia, o emprego do conceito de socialização política amplia o escopo da pesquisa na ciência política da esfera pública para a esfera privada (individual), corroborando, assim, para o desenvolvimento de pesquisas empíricas vinculadas à cultura política. Avaliando isso e empregando o argumento de autores clássicos sobre o tema, Bouché (2011) afirma que a importância do conceito nos estudos sobre democracia se deve a: a) considerar que as orientações e práticas políticas das pessoas estão enraizadas na sua identidade e nos seus valores, inclusive os não diretamente considerados políticos; ii) sua natureza *cross-generational*, que impacta na estabilidade política e nas mudanças políticas; e iii) capacidade de auxiliar na compreensão de como uma nação opera, pois permite compreender a ideia que as pessoas têm do governo e as razões do seu comportamento político (BOUCHÉ, 2011).

É considerando a relação entre tais variáveis que se estuda a situação de Porto Alegre. O objetivo é realizar uma análise evolutiva da cultura política da cidade durante o período de 1968 e 2013. Os resultados de tal análise servem de subsídio para se compreender se determinados espaços abertos no pós-1980 têm alterado a cultura política da cidade, e em qual sentido isso ocorre. Assim sendo, avalia-se se os espaços institucionais, como aqueles abertos pelos partidos políticos, estão alterando a cultura política das pessoas.

Parte-se do pressuposto de que a democracia brasileira encontra-se em uma situação de pouco respaldo por parte da população. Dados indicam que o sentimento favorável à democracia e a predisposição à participação política não têm se materializado de forma a contribuir para o desenvolvimento desse sistema político no Brasil. Situação que não difere da realidade porto-alegrense. Visando elaborar uma relação entre a teoria debatida e os objetivos e hipóteses da tese, o próximo capítulo destaca os principais fatos políticos do período em análise (1968-2013). A finalidade é analisar como a literatura acadêmica descrê a cultura política de Porto Alegre e

verificar quais são as suas principais características, para então poder iniciar a leitura dos dados empíricos empregados na tese.

Os dados empíricos serão analisados sobre a luz da teoria da cultura política e considerar-se-ão os estudos realizados sobre o tema em Porto Alegre. Os valores e sentimentos que as pessoas nutrem sobre a política são construídos ao longo dos anos e por meio das interações que as pessoas estabelecem. É dessas interações que resulta o processo de socialização política. Com o passar dos anos, e com os papéis sociais e políticos que as pessoas passam a deter, novos processos de socialização política ocorrem. Ou seja, a cultura política de uma sociedade não é estática, ela se altera com o tempo. Tendo isso em mente, e analisando-se os dados históricos e empíricos disponíveis sobre o objeto de estudo da tese, torna-se possível avaliar se, pós-1985, as características da cultura política dos eleitores de Porto Alegre têm se alterado.

O emprego de dados sobre participação política, interesse por política, voto e voto partidário não avalia apenas características da cultura política, mas também a forma como elas são formadas. Todavia, antes de se analisar empiricamente a relação entre esses, o próximo capítulo apresenta uma análise histórica dos processos políticos que marcam a política brasileira entre os anos entre 1968 e 2013. Adicionalmente, também é analisada a formação da personalidade política dos eleitores da cidade por meio de um estudo histórico das características do comportamento político de Porto Alegre. Dessa maneira, avalia-se também se determinados procedimentos democráticos estão atuando de maneira positiva na formação de uma cultura política mais cívica, situação que promoveria maior apoio ao sistema democrático e, por consequência, o desenvolvimento deste sistema de maneira mais sólida.

Terminada a descrição do referencial teórico empregado nesta tese, o próximo capítulo descreverá o período de tempo que se examina (1968-2013). O foco da descrição serão as transformações políticas do período e as bases históricas da formação da cultura política de Porto Alegre.

4. CONTEXTO HISTÓRICO: 1968 A 2013

Neste estudo, a cultura política é vista como causa e consequência do funcionamento e da interação dos indivíduos com o sistema político ao longo do tempo, pois a formação da cultura política das pessoas é um processo interativo e acumulativo. Logo, a compreensão da cultura política de uma sociedade necessita estar vinculada à descrição e ao estudo do seu contexto histórico.

O objetivo desta seção é fazer um recorte da política brasileira dos anos que esta tese engloba (1968-2013), para, então, focarmos mais detalhadamente no Rio Grande do Sul e, então, na cidade de Porto Alegre. O objetivo é elucidar e descrever o contexto e os principais acontecimentos políticos entre 1968 e 2013, assim como o desenvolvimento da localidade estudada. Para tal, o capítulo é subdividido em duas partes. A primeira descreve o contexto nacional, com um enfoque político mais macro dos acontecimentos do período. Já na segunda seção, apresenta-se um recorte mais local, descrevendo o processo de formação territorial, social e político do estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Porto Alegre, trabalhando-se, dessa forma, com uma abrangência temporal maior.

4.1. Contexto nacional

Para explicar o contexto do período em análise inicia-se a descrição a partir do início da década de 1960, para então analisar o período militar instaurado em abril de 1964, o processo de abertura política e a volta da democracia.

Antes de abril de 1964, o Brasil passou por dezenove anos de democracia (1945-64), sendo o final deste período marcado por atentados contra os governos de Jânio Quadros (1960-61) e João Goulart (1961-64). Tais episódios ocorrem em decorrência de tentativas desses governos de diminuir a dependência internacional e de impor reformas sociais e econômicas no Brasil (TOLEDO, 2004), medidas não bem vistas pela direita brasileira e pelo contexto político internacional da época.

De 1961 a 1964, o país passou por diversas e profundas crises políticas, sociais e econômicas (STEPAN, 1978; HAPPE, 2003). Entre elas, a falha do Plano Trienal de Goulart, o

aumento do custo de vida, a crescente urbanização, a ampliação do eleitorado, o endividamento público, a inflação, a alta importação de produtos, a estagnação da exportação brasileira e a intensa luta de classes (TOLEDO, 2004). Tais problemas aumentaram a pressão da sociedade civil contra o governo vigente, incapaz de lidar com tal cenário. Acrescenta-se a isso o posicionamento do presidente João Goulart, que não conseguiu apoio político junto ao seu eleitorado e ao congresso (STEPAN, 1978). Logo, os anos pré-64 são anos de crise econômica, ideológica e política, situação acentuada pelo posicionamento político de Goulart, que cada vez mais aproximava-se do Partido Comunista Brasileiro. Tal relacionamento era visto com suspeita tanto pela elite política de direita do país quanto por figuras internacionais, devido ao contexto da guerra fria.

O golpe militar foi instituído em abril de 1964, sob a alegação de que o exército construiria um novo país (TOLEDO, 2004). O acontecimento não se tratava apenas de um pronunciamento militar, mas de um movimento institucional das Forças Armadas (O'DONNELL, 1975; CARDOSO, 1982). Todavia, o período militar também foi marcado pela manutenção de determinados mecanismos e procedimentos democráticos que o Brasil possuía antes do golpe. Estavam entre essas manutenções o funcionamento do Congresso e do Judiciário (mesmo que com poderes reduzidos e membros expulsos), a alternância na presidência da República, eleições periódicas em âmbito municipal (mesmo que mantidas sob controle de várias naturezas) e a existência de partidos políticos (mesmo que amplamente restrita durante grande parte do período) (KINZO, 2001; HAPPE, 2003).

O período propriamente militar durou de 1964 a 1985. Entre 1985 e 1989, a presidência foi comandada por um civil, embora sob governo marcado por forte presença militar. Para facilitar a sua descrição, o período entre 1964 e 1989 será subdividido em partes. O primeiro, entre 1964 e 1974, quando ocorre o golpe. O segundo, entre 1974 e 1985. O terceiro, entre 1985 e 1989.

O primeiro militar a assumir o cargo de presidente foi Castelo Branco, em 15 de abril de 1964, ficando no poder até 15 de março de 1967. Em termos políticos, seu mandato foi marcado por intensas cassações políticas, pelo fim da eleição direta para presidente, pela criação do bipartidarismo⁵³ (em 1966), pela limitação de direitos constitucionais a cidadãos e políticos e pela suspensão da imunidade parlamentar (SMITH; VINHOSA, 2002; ANTUNES, 2004).

⁵³ BRASIL. Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965.

A implementação da ditadura suspendeu a existência dos partidos políticos logo após o golpe. O bipartidarismo iniciado dois anos mais tarde tinha a intensão de suavizar a medida anterior, por meio da criação de um sistema artificial (HAPPE, 2003).

Esse era um sistema superficial pelo fato de que os dois partidos políticos estavam regulamentados e autorizados pelo governo, sendo a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) o partido de direita, ou governista, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o de esquerda. Segundo Jehá (2009), o sistema bipartidário apresenta fragilidades desde o seu início. Isso porque o sistema político da época não permitia sua estruturação de maneira plena. Ele dependia de concessões do regime político vigente para que funcionasse, dentro de um período marcado por cassações e por pouca liberdade política. Na linha econômica, era um tempo de crise e de valorização e incentivo governamental ao capital estrangeiro.

Em março de 1966, o Congresso a eleger um novo presidente. Costa e Silva é eleito e assume a presidência em 15 de março de 1967, ficando no cargo até agosto de 1969. A campanha à presidência de Costa e Silva tinha como foco a questão da humanização da *revolução* que ocorria no Brasil. A tentativa era justificar o golpe e lhe dar uma perspectiva mais humanitária. Entretanto, essa característica desaparece quando Costa e Silva assume o poder.

Seu mandato é marcado pelo aumento da violência e de movimentos de contestações por parte dos grupos guerrilheiros (SMITH; VINHOSA, 2002). Uma das respostas governamentais a esse cenário foi a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968. Considerado um dos atos mais coercitivos do período militar, ele se sobrepunha à constituição brasileira de 1967. Estavam entre as medidas nele contidas: a suspensão de várias garantias constitucionais aos cidadãos⁵⁴ e poderes extraordinários ao Presidente da República. Em âmbito econômico, o governo de Costa e Silva lutava contra a crise econômica pela qual o país passava. A situação de crise podia ser observada no alto nível de inflação da época. Quando Costa e Silva é obrigado a deixar o cargo para seu vice, Pedro Aleixo, este é proibido de assumir o cargo por ser um civil. Para resolver a situação, o poder é passado para uma junta militar até que seja decidido o próximo mandatário⁵⁵.

⁵⁴ BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

⁵⁵ A junta era formada por: Aurélio de Lira Tavares, ministro do Exército; Augusto Rademaker, ministro da Marinha; e Márcio Melo, ministro da Aeronáutica.

A junta militar coordenou o país por apenas alguns meses, e, em outubro de 1969, iniciou-se o último mandato deste primeiro período militar.

O congresso elege como presidente Emílio Garrastazu Médici, que fica no cargo até março 1974. Diferentemente de Costa e Silva, Médici nunca se inclinou na defesa de qualquer abertura ou restauração dos direitos políticos das pessoas. Dessa forma, seu mandato foi marcado por forte repressão política (exílios, torturas, prisões, desaparecimentos de pessoas, combates aos movimentos sociais e censuras). Adicionalmente, durante esse período, as ações de contestação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), grupo contrário ao golpe, aumentam. Ao contrário do que a ANL esperava, tais movimentos não colocaram o Estado em crise. O resultado foi a criação de medidas governamentais mais punitivas aos civis, justificadas pelo governo como necessárias para manter a ordem e combater as ações de guerrilha que estavam ocorrendo (SMITH, VINHOSA, 2002).

O seguinte período diz respeito aos anos de 1974 a 1985, que marcam o início do processo de abertura política no Brasil. Segundo Kinzo (2001), essa não foi uma abertura rápida, pois durou onze anos, período superior ao da situação ditatorial anterior.

Entre 1974 e 1979, sob a presidência de Ernesto Geisel, o projeto político brasileiro era estabelecer bases para que, nas próximas décadas, houvesse uma transição gradual e segura do sistema político do país (LINZ; STEPAN, 1996). Estavam entre as medidas e mudanças instituídas, a valorização de eleições legislativas mais abertas e a revogação de alguns artigos que censuravam a imprensa. Adicionalmente, Geisel aprovou o Pacote de Abril, com a criação do senador biônico⁵⁶, restaurou o *habeas corpus* e pôs fim do AI-5. Assim, a censura previamente instituída foi parcialmente suspensa. Outra medida governamental desta época foi a busca por aliados civis, uma vez que o aumento da autonomia da sociedade civil era considerado um perigo ao sistema. O propósito dessas medidas era garantir uma abertura política controlada (LINZ; STEPAN, 1996, CONDATO, 2005).

Terminado o período Geisel, assume a presidência João Baptista Figueiredo. Iniciado em março de 1979, seu mandato se estende até março de 1985. Tais anos são marcados pelo aumento da crise econômica, agravada por forte recessão e elevada inflação. Tal situação aumenta o

⁵⁶ Criado durante a ditadura, o cargo de senador biônico referia-se aos parlamentares escolhidos indiretamente (sem voto direto).

desgosto popular, levando a protestos e à pressão popular para que a transição para o sistema democrático ocorra (CODATO, 2005; LINS; STEPAN, 1996). Dentre as medidas do governo para dar continuidade ao processo de abertura, estava o retorno ao Brasil de líderes políticos exilados e de manifestantes de esquerda, assim como a reintrodução do sistema multipartidário e o restabelecimento das eleições diretas para o congresso e para o cargo de governador.

As bases para a volta do multipartidarismo são instituídas em 1979. Assim, em 1980, o cenário político brasileiro marca o estabelecimento de normas partidárias e eleitorais mais democráticas. Dessa maneira, instrui-se no país um panorama mais competitivo por meio da permissão do governo para a inclusão e a criação de novas legendas partidárias.

O segundo momento do período de transição é caracterizado pela volta de um civil à presidência da república. Na eleição de 1984, que ainda não contava com voto direto, estavam presentes como principais candidatos Tancredo Neves e Paulo Maluf. O resultado do pleito eleitoral consagra Tancredo Neves como presidente. O resultado foi de 480 votos para Tancredo Neves contra 180 para Maluf (CODATO, 2005). Assim, em 1984, o Brasil elege seu primeiro presidente civil desde 1964 (LINZ; STEPAN, 1996).

Todavia, o primeiro episódio da Nova República não ocorre como esperado. Antes de assumir o cargo, Tancredo Neves⁵⁷ falece. Dessa maneira, é instituída a posse de seu vice, José Sarney, como presidente efetivo.

Tal governo nasce sobre uma base frágil, em razão tanto da crise econômica quanto da situação política do Brasil. No aspecto econômico, a conjuntura de crise se acentua. Isso é observado no constante aumento da já elevada inflação e nas políticas governamentais infrutíferas para a estabilização da moeda brasileira (CONDATO, 2005).

Na dimensão política, Sarney era uma personalidade bastante próxima à esfera militar, pois durante anos fora visto junto aos militares (COSTA, 2002). Em decorrência disso, esse período pode ser definido como um presidencialismo de *background* militar, tanto na esfera constitucional quanto econômica e política (LINZ; STEPAN, 1996). Ainda em âmbito político, esses anos foram marcados pela articulação de movimentos sociais organizados em busca de mais direitos sociais e políticos.

⁵⁷ Morre em 21 de abril de 1985.

Outro passo do processo de abertura democrática foi a elaboração de uma nova constituição para o país. Tal documento foi formalizado em 5 de Outubro 1988. Estão entre as determinações da Constituição de 1988: a diminuição da presença militar, maior autonomia aos estados e municípios, redução do poder executivo e maior abertura midiática, para que a sociedade pudesse se informar do que estava ocorrendo na esfera política (KINZO, 2001; CODATO, 2005). A partir do documento, fica definindo o federalismo como fórmula de relação entre estado-sociedade e o presidencialismo como forma de governo (CODATO, 2005; MAINWARING, 1997; ABRANCHES, 1988). No âmbito civil, a restauração da democracia é assegurada pela implementação de mecanismos e procedimentos representativos, entre eles eleições diretas e secretas para diversos cargos políticos, aparecimento de organizações partidárias mais amplas e livres, universalização do voto e independência dos poderes legislativo e judiciário.

O mandato presidencial de Sarney termina com baixa aprovação popular e com eleições diretas à presidência.

O pleito de 1989 elegeu Fernando Collor de Mello (PRN-Partido da Reconstrução Nacional)⁵⁸ como primeiro presidente democraticamente eleito em 29 anos. Com sua candidatura baseada em um programa de modernização, anticorrupção e de críticas ao período Sarney, Collor venceu no segundo turno com 53% dos votos válidos. Assim, é formalmente decretada a volta da democracia. O Brasil passa efetivamente a ser uma República Federativa de sistema presidencialista, com poderes legislativo, judiciário e executivo independentes e harmônicos entre si (HAPPE, 2003; CODATO, 2005).

Embora o regime político do país tenha se alterado, em âmbito econômico e político, esse é um período de continuidade ao anterior. A Era Collor é marcada por mais, e novos, conflitos e instabilidades econômicas (FERREIRA; BATISTA; STABILE, 2008), obstáculos cujas tentativas de resolução derivam de medidas econômicas impopulares e escândalos políticos. Na economia, a insatisfação da população crescia em decorrência da ineficiente tentativa governamental de estabilização da economia. Como exemplo disso, está o Plano Brasil Novo, composto por dois planos: Collor I e II. Um dos seus objetivos era o confisco de ativos financeiros dos civis, reforma do Estado, política cambial, comércio exterior e o congelamento de preços (CARVALHO, 2006). Entretanto essa tentativa foi incapaz de baixar e/ou conter a inflação, fato que aumentava a

⁵⁸ Coligação Movimento Brasil Novo (PRN, PSC, PTR e PST).

instabilidade política. O período é marcado por manifestações populares, denúncias de corrupção por parte do governo, voltadas, inclusive, ao presidente, crise econômica, erosão política, descontentamento militar e tensão empresarial (ANTUNES, 2004).

Tal panorama precisava ser freado antes que se instaurasse uma crise de regime (LINS; STEPAN, 1996). A saída constitucional foi o pedido de *impeachment* de Collor, que ocorre no fim do ano de 1992. Entretanto, antes que o Senado sancionasse essa medida, Collor renúncia. Seguindo as diretrizes da Constituição de 1988, assume a Presidência da República o vice de Collor, Itamar Franco.

Itamar assume a presidência em época de forte crise econômica e mal estar político. Com vistas a diminuir o mal-estar político da população Itamar leva a cabo, em 1993, o referendo prometido anos anteriores. O objetivo foi permitir que a população escolhesse qual seria a forma de governo do país, por meio de escolha popular. Estavam entre as opções a Monarquia e a República. No segundo caso, o eleitor também deveria optar entre os sistemas presidencial ou parlamentar⁵⁹ (ANTUNES, 2004). O resultado do plebiscito dava continuidade à forma e ao sistema político de governo já instaurado no Brasil: a República Presidencialista.

Na esfera econômica, o cenário foi marcado pela tentativa de estabilização da economia do país. Em 1993 o cenário é marcado pela nomeação de Fernando Henrique Cardoso (FHC) como Ministro da Fazenda de Itamar, e assim da montagem de um novo plano econômico (BATISTA, 1996). Conhecido como Plano real a medida é instaurada em meados de 1994 e, logo de início, consegue minimizar a inflação. Esse evento ocorre ainda no estabelecimento do URV (Unidade Real de Valor)⁶⁰, passo anterior à implementação do real como moeda efetiva do país. Os resultados positivos são destacados pelo Banco Central do Brasil⁶¹ ao se observar a redução da inflação⁶² e a instabilidade monetária brasileira.

O sucesso econômico do Plano Real foi um dos principais pilares de sustentação da candidatura de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994. Fernando Henrique

⁵⁹ O referendo de 1993 era constituído por duas questões. Na primeira, a pessoa deveria dizer se preferia um sistema monárquico (obteve 13,4% dos votos válidos) ou republicano (obteve 86,6% dos votos válidos). Na segunda, perguntava-se a preferência da pessoa pelo sistema parlamentar (obteve 30,8% dos votos válidos) ou pelo presidencial (obteve 66,2% dos votos válidos). Fonte: Agência do senado: <<http://www.senado.gov.br>>.

⁶⁰ Maiores detalhes em: <<http://www.rep.org.br/PDF/62-6.PDF>>.

⁶¹ Maiores detalhes em: <<http://www.bcb.gov.br>>.

⁶² Em maio de 1993, a inflação era de 32,7%, em maio de 1994, 40,9%, em junho de 1994, 46,6%. Com a instauração do URV, em julho de 1994, a inflação foi de 6,08%, chegando a ser de 1,54% em setembro do mesmo ano.

Cardoso venceu no segundo turno com 54% dos votos válidos⁶³ contra Luiz Inácio Lula da Silva. Durante seu mandato (1995-1998), intensifica-se o processo de abertura econômica iniciado por Collor, representado pelo crescente número de privatizações de empresas e órgãos estatais (ANTUNES, 2004; MARTINS, 2007; CODATO, 2005; NAKAHODO; SAVOIA, 2008).

Todavia, o sucesso do Plano Real e das demais medidas econômicas da equipe do presidente Fernando Henrique Cardoso não evitou a crise econômica de 1997 e 1998, dessa vez em decorrência da crise mundial. Os efeitos da crise são observados no aumento das taxas de desemprego e no baixo crescimento econômico do Brasil. Assim, as eleições seguintes são marcadas pelo debate da superação aos problemas sociais e econômicos. Como alternativa para a superação, estava a negociação de empréstimo financeiro do Governo Federal ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Fernando Henrique Cardoso defende em sua candidatura à reeleição que não solicitaria dinheiro ao FMI por conta das exigências da entidade. Entretanto, quando reeleito, essa é uma das suas primeiras medidas como presidente.

Tal acordo resulta em novas privatizações de empresas estatais no Brasil. Estão entre os exemplos da época a privatização da hidroelétrica Vale do Rio Doce, a quebra do monopólio da Telebrás e a desestatização da Embratel. O objetivo do governo com essas medidas era arrecadar dinheiro na tentativa de conter o endividamento do Estado e aumentar a estabilidade econômica do Real. Em janeiro de 1999, o Real foi forçado a perder 40% do seu valor (HAPPE, 2003).

Outro problema do Brasil era a forte desigualdade social, em decorrência, sobretudo, da elevada concentração de renda, mantida nas mãos de poucos, e da instabilidade econômica do país, que novamente era atingido por uma crise internacional em 1999, o que acaba por cancelar o investimento de diversos investidores estrangeiros.

No final do mandato de Fernando Henrique, em 2001, o clima era de uma moeda mais estabilizada, embora desvalorizada, de descoberta de vários escândalos de corrupção e de crise nacional de distribuição de energia⁶⁴ (ARAÚJO, 2005). Tal situação não favoreceu a candidatura do presidenciável do mesmo partido de Fernando Henrique Cardoso, José Serra. Dessa forma, em 2002, a eleição presidencial termina com vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos

⁶³ Fonte: TSE <<http://www.tse.jus.br/>>.

⁶⁴ Resultado da escassez de chuva e da falta de investimento no setor hidroelétrico em detrimento dos acordos do Governo anterior com o FMI, acordos que não se focavam na geração, mas na transmissão de energia (MARTINS, 2007).

Trabalhadores (PT). Concorrendo pela quarta vez ao cargo, Lula se mantém como mandatário do país por dois mandatos consecutivos.

O período Lula se caracterizou por ser um processo de continuidade do período Fernando Henrique Cardoso (FHC). Isso é visto, sobretudo, por meio da manutenção das regras do jogo neoliberal, que dá continuidade à política de privatizações (LEHER, 2003; ANTUNES, 2004; NAKAHODO; SAVOIA, 2008). A diferença desse período para o anterior estava na maior presença de órgãos fiscalizadores. Chamadas de agências reguladoras, essas instituições foram, na sua maioria, criadas entre 1996 e 2000. Todavia, é no governo Lula que elas se intensificam e adquirem maior autonomia e poder⁶⁵.

Lula herda um país com estabilidade econômica em decorrência do sucesso do Plano real. Tal estabilidade, a mais positiva desde 1960, permite ao Brasil conceber e intensificar um conjunto de medidas em âmbito nacional e uma projeção internacional do país. No setor internacional, destacam-se a tentativa e os esforços do governo em tentar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e em ter maior presença em grupos econômicos como Mercosul, BRICS⁶⁶ e IBAS⁶⁷. Economicamente, esse foi um momento controlado, com taxas de inflação dentro do estimado e com um registro de crescimento econômico de 4,6% ainda no primeiro mandato. Em âmbito social, observa-se, no período, o aumento da taxa de desemprego e a desvalorização de 0,8% do salário dos trabalhadores com carteira assinada (MARQUES; MENDES, 2007). Ainda nessa dimensão social, dentre as políticas do Governo Petista que adquirem maior destaque, está o programa Bolsa Família (Lei nº 10.836).

Instituído em 2004, o programa inicial do Bolsa Família era uma reformulação e uma unificação de projetos sociais implementados durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (MARTINS, 2007). Tais medidas de unificação permitiram que o programa passasse a atender um número maior de famílias brasileiras em situações precárias, sobretudo no norte e nordeste. Devido

⁶⁵ Entre elas, ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

⁶⁶ A abreviação BRICS é uma referência aos países membros fundadores (o grupo BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China) e à África do Sul, que aderiu ao bloco econômico em 2011.

⁶⁷ IBAS se refere ao Fórum IBAS, cuja sigla diz respeito às iniciais das seguintes localidades: Índia, Brasil e África do Sul. O propósito do grupo é debater, aprofundar-se e trocar ideias e soluções sobre economia, questões humanitárias e sociais entre as três regiões.

a suas medidas econômicas e sociais, Lula termina seu segundo mandato com alto nível de aprovação (PEIXOTO; RENNÓ, 2011). Não podendo concorrer à presidência novamente, ele indica como sucessora sua Ministra da Casa Civil, e ex-ministra de Minas e Energias, Dilma Rousseff.

Assim, da mesma forma que nas eleições anteriores, as de 2010 foram decididas no segundo turno. Dilma vence com 55.7% dos votos válidos (TSE, 2010). Ao assumir o cargo em 2011, sua política de governo é de continuidade a de seu antecessor. Em âmbito econômico, esse governo também não rompeu com a lógica neoliberal iniciada na década de 1990. Dessa maneira, deu-se continuidade às reformas econômicas voltadas ao mercado (BERRINGER; BOITO JR, 2013). Todavia, mesmo sendo um governo de continuidade, até a metade do seu mandato, Dilma não consegue seguir o sucesso econômico do governo Lula (BRESSER-PEREIRA, 2011). Outro ponto negativo desse período foi a inflação, que embora tenha ficado dentro da meta do Conselho Monetário Nacional (CMN), registrou 5,9% ainda no começo do mandato, nível mais elevado desde 2004 (Agência Estado, 2011).⁶⁸ Como consequência, é desencadeado no país um aumento na taxa de juros.

Em âmbito social, o Governo Dilma também ampliou e intensificou os programas sociais do governo anterior, entre eles o Bolsa Família e os projetos na área de habitação popular, como o programa Minha Casa Minha Vida (OLIVEIRA, 2010; BERRINGER; BOITO JR, 2013). Todavia, essas medidas não conseguem agradar a população de forma consistente. Em setembro de 2013, após dois anos e meio de mandato, o apoio popular ao governo da presidente Dilma é classificado como: 37% (Ótimo/bom), 39% (regular) e 22% (péssimo/ruim). (Instituto Data folha, 13/09/2013).

Finalizada a descrição do contexto nacional do período 1968-2013, os próximos parágrafos realizam um recorte dos principais acontecimentos no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre. Nessa segunda etapa, mais micro, o período de tempo analisado será mais abrangente. Adicionalmente, será realizado um recorte que enfatize a formação da cultura política da localidade.

Logo, o que se observa no período analisado em âmbito nacional é a construção de um sistema político democrático instituído de forma arbitrária que dá respaldo à existência e à

⁶⁸ Fonte: <<http://institucional.ae.com.br>>.

continuidade de um comportamento não democrático por parte das elites políticas que conduzem tal processo, por parte da população e em nível da institucionalidade do sistema.

Ou seja, a história da construção democrática brasileira revela uma situação de continuidade de más práticas e de atraso político, sobretudo por ocorrer de maneira *top-down*. Assim, o que se percebe é uma história política marcada por enclaves da construção de uma cultura política cívica de apoio à democracia, situação que afeta a forma como a participação política ocorre e, assim, o processo de socialização em adultos.

A instauração da democracia no Brasil seguiu as diretrizes da vertente institucionalista, em que se acreditava que apenas a instauração de normas e regras seria quesito necessário para que um sistema se consolidasse de maneira plena. Todavia, o pressuposto de que apenas esses fatores seriam necessários para a construção de tal cultura política não tem se mostrado profícuo. Dados de pesquisas de opinião elucidam que mesmo depois de duas décadas de democracia, apenas 37% da população apoiava tal sistema no Brasil (LATINOBARÓMETRO, 2005). Ao mesmo tempo, relatórios internacionais classificavam fatores da democracia institucional brasileira como de alto nível (DEMOCRACY INDEX, 2013). Ou seja, o que se observa é um paradoxo da legitimidade do sistema. Isso porque ele se encontra institucionalmente instaurado, embora não possua uma base cívica de apoio. Nesse ponto, pode-se concordar com Moisés (1995), quando este afirma que a legitimidade democrática no Brasil se constituiu com base em vícios políticos do passado e que ameaçam diversos aspectos da democracia, entre eles o da construção de uma cultura política de apoio. Tal situação torna ainda mais relevante avaliar a forma como as pessoas estão interagindo com a democracia depois de quase três décadas de retorno a este sistema. Avalia-se se, com o passar dos anos, atributos democráticos, como a existência de partidos políticos e o maior espaço de participação das pessoas nesses, estão causando algum impacto no processo de socialização das pessoas.

Contudo, antes de avaliar os dados empíricos, é necessário destacar aspectos históricos relacionados à cultura política de Porto Alegre, explicitando de que forma essa localidade serve de objeto político para a análise proposta.

4.2. Contexto local: determinantes históricos da cultura política de Porto Alegre

Após abarcarmos os aspectos políticos que marcam o período analisado em nível nacional, neste subcapítulo, analisa-se a forma como a cultura política dos porto-alegrenses têm se desenvolvido historicamente. Compreende-se a cultura política de uma sociedade como o resultado de orientações emocionais, cognitivas e valorativas que se perpetuam com o tempo. A cultura política diz respeito ao modo como os comportamentos se estruturam e se reproduzem, podendo servir de pilar de apoio aos sistemas políticos. Ela é o resultado de um processo intenso, interativo e complexo, cuja compreensão depende de fatores históricos em âmbito social, econômico e político. Assim, repensar o processo de formação de uma sociedade é imprescindível para que se conheça e se reconheça os padrões e determinantes que contribuem para a sua cultura política.

Considerando isso, objetiva-se, nesta seção, compreender quais aspectos históricos da formação do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre contribuem para a caracterização da cultura política da sociedade que se analisa.

Porto Alegre foi fundada no século XVIII e atualmente é uma das cidades mais importantes do sul do país, com aproximadamente 1.467 milhão de habitantes (IBGE, 2013). Em termos sociais e políticos, a localidade é marcada por um eleitorado de voto personalista, de pouca identificação partidária, e por uma população hierarquizada e de composição heterogênea (SINGER, 1977). Todavia, antes de se chegar no período atual, é necessário esclarecer o contexto em que a cidade se localiza.

A disputa pela região que hoje diz respeito ao Rio Grande do Sul data do século XV com o tratado de Tordesilhas. Contudo, a intensificação da ocupação do território ocorreu de maneira mais incisiva no século XVI e XVII, quando a região passava por disputas territoriais entre portugueses e espanhóis (URICOECHEA, 1978). Na tentativa de manter o controle sobre a região, Portugal e Espanha incentivaram tanto a vinda de imigrantes e religiosos quanto de forças militares. No primeiro e segundo casos, o objetivo era o estabelecimento de povoamentos ao longo do território e a fundação de cidades, ocupando territórios e inserindo nacionalmente e intensificando a economia local. Por outro lado, o objetivo da ocupação militar era a promoção da segurança, da manutenção e da ampliação do território e a preservação das fronteiras (VIANNA, 1952; URICOECHEA, 1978).

Como exemplo do povoamento religioso, cujo intuito era catequizar os habitantes nativos, erguem-se as construções jesuítas. Iniciado por volta de 1607 na região, este processo ocorreu

inicialmente por meio de religiosos espanhóis, que se estabeleceram em 1627 nas localidades próximas ao Rio Uruguai. Tais redutos religiosos logo começam a ser destruídos pelos bandeirantes, na tentativa de escravizar os indígenas que ali se encontravam. Anos mais tarde, por volta de 1680, essas são reconstruídas e mantidas sob domínio espanhol até meados do século XVIII, quando um novo tratado territorial transfere a região para a guarda de Portugal (Tratado de Madrid, 1750). Tal situação gera mais instabilidade e lutas na região, em virtude da atuação dos Bandeirantes e das disputas entre Portugal e Espanha.

As políticas econômicas imperiais implantadas no território estimularam um modelo econômico baseado na grande propriedade e na produção de matérias primas (sobretudo agrícolas) (PRADO JUNIOR, 1994). Desde as primeiras tentativas de ocupação do território, a esfera econômica se caracterizou pelo desenvolvimento de lavouras de açúcar, no noroeste do estado, e pela maior dificuldade de acesso ao Sul. O comércio na região também se desenvolvia em torno da criação de gado e de seus derivados. A movimentação em torno dessa economia contribuiu para a formação da grande propriedade e de uma estrutura social simples, composta, sobretudo, de boiadeiros e tropeiros (PESAVENTO, 1980). O objetivo central desse comércio era manter e suprir as tropas e estruturar o processo de colonização.

Esse contexto de ocupação territorial econômica possibilitou a formação de uma classe política e socioeconômica dominante, geralmente vinculada à figura do estancieiro ou do chefe militar. Assim, promovia-se a constituição de relações clientelistas, verticalizadas e de modelo estrutural excludente (QUEIROZ, 1975). Outro fator que contribuía para a promoção de tais características era o número de escravos traficados durante os séculos XVIII e XIX, tanto para trabalhar nas lavouras quanto na criação de gado.

Dessa maneira, observa-se que o início do povoamento do Rio Grande do Sul teve caráter militar, com uma formação social heterogênea devido à presença de imigrantes e escravos, o que intensifica o caráter hierárquico do RS (SINGER, 1977; LOVE 1975). A introdução de pessoas vindas da Europa, processo intensificado no século XIX, sobretudo de países como Alemanha e Itália, diversifica a cultura agrária, intensifica o artesanato e incentiva a pequena indústria na região.

No que tange à formação da sociedade gaúcha, Baquero e Prá (1995) descrevem-na como fragmentada, pois havia os estancieiros de um lado e os colonos, peões, imigrantes e índios de

outro. Love (1975) destaca a colonização via imigração como um dos fatores responsáveis pelo afastamento das pessoas da região da esfera política. Isso ocorre em razão da menor vinculação dos imigrantes ao ambiente político, pois estes eram mais próximos da esfera econômica. Uma vez que eles foram trazidos ao estado com o intuito de auxiliar no comércio local e na produção agrária (PESAVENTO, 1980; ALONSO; BANDEIRA, 1990). A situação de afastamentos dos imigrantes da política também decorre do fato desses não serem considerados indivíduos aptos a votar ou a participar de decisões políticas até 1881 (PESAVENTO, 1980).

Militarmente, o desencadeamento da Revolução Farroupilha em 1835 marca mais de dez anos de forte presença militar e guerra na região. Durante esse período, assim como no pós-guerra, estrutura-se a base política para o surgimento de partidos políticos, entre eles o Partido Liberal, de centro, e o Republicano, mais à esquerda, dicotomia política que caracteriza o RS por um vasto período de tempo. Ambos partidos formaram-se de maneira hierárquica e por um processo de continuísmo da lógica existente, situação que não estimulava a proximidade das pessoas com a política. Nos anos de 1870 a 1889, a situação do RS é de dicotomia política entre o Partido Liberal e o Conservador, e a divisão de poderes (PICCOLO, 1974).

No RS, o período político brasileiro seguinte, República Velha (1889-1930), é de continuidade da bipolarização política da época anterior. De um lado estavam os defensores do presidencialismo ditatorial e do outro estavam os que defendiam a instauração do parlamentarismo. Segundo Noll (1991), essa circunstância também foi o que permitiu a manutenção do aspecto hierárquico da região. A bibliografia descreve que esse foi um momento de sedimentação da autonomia das oligarquias e de constante presença do militarismo. Outro atributo da época era a forte presença do coronelismo, que se sobrepunha muitas vezes à máquina partidária. Tal característica autoritária era reforçada pela forte presença do positivismo como reforço ideológico (PESAVENTO, 1977; BAQUERO; PRÁ, 1995).

Entre os acontecimentos externos que marcam o período estava a primeira Guerra Mundial, situação que altera a economia gaúcha, em decorrência do período de recessão pós-guerra. A crise no estado decorre da situação em que se encontrava a Europa e provoca uma quebra de produção no RS. O resultado gerado por dessa situação dificulta a consolidação e o término de vários planos em curso, sobretudo os destinados a realizar melhoramentos na área de transporte e de comercialização de artigos e mercadorias (rodovias, portos e linhas férreas). A situação é

amenizada quando Getúlio Vargas assume o estado e promove uma política dirigida aos produtores afetados. É nesse período que a personalidade política de Getúlio Vargas adquire visibilidade em nível estadual, o que mais tarde o leva à presidência do Brasil, em 1930.

O fim da República Velha foi marcado pela Revolução de 1930 e pela ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República. A vitória de Vargas significava a vitória político-militar do RS em âmbito nacional. Inicia-se, assim, no Estado Novo, um período nacional de intervenção estatal e desarticulação do antigo sistema partidário, devido à centralização do poder federal (TAVARES, 1982; NOLL, 1991). As medidas ditatoriais nesse regime podem ser vistas nos casos de censura aos meios de comunicação, suspensão de eleições diretas, fechamento do Congresso Nacional e extinção de partidos políticos. Esse também foi um período de forte nacionalismo em termos ideológicos e de intervenção na economia por parte do Governo Federal.

Novamente, o mundo encontra-se em guerra (1939-1945). A situação gerada pela Segunda Guerra Mundial acarreta novamente em prejuízos para o setor agrícola do RS. Na tentativa de minimizar a situação de crise, o governo nacional propõe um conjunto de medidas nacionalizantes em esferas sociais e políticas. Tais medidas são cercadas de autoritarismo e revestidas por uma política nacionalista, que diminui o poder dos estados em legislar. Getúlio Vargas sai da presidência por pressão militar em 1945 e é substituído pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. Assim, terminava o Estado Novo.

Os anos que marcam a primeira experiência democrática moderna no país são interrompidos pelo golpe militar de 1964. A quarta república brasileira inicia-se com a volta do pluripartidarismo e das eleições livres. Entretanto, esse período político nacional não representou grandes mudanças na política local, que acentua ainda mais a dependência dos governos locais com o federal. Segundo Kinzo (1988), a república populista que se instituiu no Brasil nesses anos não foi suficiente para frear as relações clientelistas na qual a política rio-grandense se estruturava. Durante o período, predominou na política do Rio Grande do Sul a mesma situação polarizada entre as antigas lideranças que defendiam o regime Vargasista e aquelas opositoras ao Estado Novo (PTB e PSD) dos anos anteriores (TAVARES, 1982; NOLL, 1995). Isso é observado na alternância constante de poder, que gerava uma situação política equilibrada.

Com a entrada dos militares no poder nacional, em 1964, o Rio Grande do Sul passa por uma nova centralização de poder. Na esfera política, observa-se a diminuição do populismo político

que caracterizou os anos democráticos anteriores. Isso ocorre por meio da reforma partidária de 1966, do cancelamento de eleições diretas para diversos cargos impostos pelo governo nacional e, novamente, pela polaridade que se aglutinava entre ARENA e MDB (NOLL, 1995).

Com uma ampla população e um expressivo papel político, os anos de ditadura em Porto Alegre são marcados por constantes casos de mobilizações populares. Tornam-se constantes durante toda a ocasião os choques, em especial de jovens e estudantes mobilizados, com a brigada militar, assim como casos de desaparecimento, repressão e tortura. Essas situações não atingiam somente a esse grupo, mas também a sindicatos, partidos políticos e pessoas vinculadas à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A reforma política bipartidária de 1966 redefine e fortalece a hierarquia política do país e do RS. Logo, o que se percebe é a manutenção do perfil político-partidário dicotomizado do estado (TRINDADE; NOLL, 1991). Segundo Ferrari (1981), a situação política do país, agora militar, promove a centralização e a ruptura com a república populista que marcava a política brasileira em anos anteriores. Dessa forma, fortalece-se a histórica polarização política do RS, que durante 1945-1964 se expressava na disputa entre PTB e anti-PTB, e agora era representada pelo MDB e ARENA (NOLL, 1971), situação política que, para Trindade e Noll (1991), define uma conjuntura mais de estabilidade do que de mudança.

A reforma política brasileira de 1979 tem como um dos seus pilares principais a volta do multipartidarismo. Com isso, novos partidos são criados e antigos reaparecem. Porém, essa alteração no sistema partidário vem acompanhada da medida que proibia a realização de coligações. O resultado foi o desaparecimento de partidos pequenos ou sua integração dentro de outros maiores. Assim, numa tentativa de abrir o sistema político partidário e, ao mesmo tempo, evitar o aumento de forças políticas populistas.

Até 1986, o comportamento político e eleitoral dos gaúchos é mais caracterizado pela estabilidade de suas características do que pela mudança (TRINDADE; NOLL, 1991). A polaridade política fica visível no Rio Grande do Sul quando as reformas políticas do período permitem a volta de eleições diretas. Isso porque os resultados dessas eleições são marcados pela tradicional polarização política no governo estadual e municipal (NOLL; TRINDADE, 2004).

Um exemplo da polaridade são as eleições para governador em 1982⁶⁹, período em que a participação do Partido dos Trabalhadores na política ainda era bastante incipiente. A conquista de espaço político pelo PT é mais visível em 1986 no estado e em 1988 na prefeitura da capital. O partido se mantém na prefeitura de Porto Alegre por quatro mandatos consecutivos (1989-2004), assim, marcando um feito inédito na política local. Baseado nas explicações de especialistas sobre o assunto, Baquero e Prá (2007) justificam o fracasso na tentativa de reeleger mandatários de um mesmo partido por quatro razões: i) o natural desgaste de quem está no cargo; ii) a interpretação negativa dos eleitores sobre o político no poder e suas ações, vistas como contrárias ao que foi prometido durante a campanha; iii) aspectos negativos da administração; e iv) as campanhas negativas dos demais partidos em relação ao que está no poder. Assim, agrega-se aos resultados dessas eleições a importância de fatores próprios da política local, entre eles as medidas políticas, administrativas e sociais do PT.

Destaca-se durante o momento, a implantação do modelo de gestão pública democrática que entra em vigor em Porto Alegre em 1989, o orçamento participativo. O modelo de gestão pública (OP) se torna viável após a Constituição de 1988, que concede maiores direitos e oportunidades aos cidadãos (VITALE, 2004). O objetivo desse modelo de orçamento público era oferecer à população maior controle e direcionamento dos gastos públicos, elegendo por votação quais áreas deveriam ser prioritárias. Sua implementação fez com que outras cidades em âmbito nacional e internacional voltassem seus olhos para a cidade de Porto Alegre e seguissem tais passos.

Com críticas profundas sobre seu modelo de implementação e gestão, estima-se que o orçamento participativo não logrou em diminuir o caráter político clientelista existente na cidade de Porto Alegre. Segundo Rennó e Souza (2012), as decisões do OP eram sensíveis ao mandatário, seja por meio de influência direta ou indireta. Em anos mais recentes, esse continua a ser empregado na cidade como forma de escolha e decisão para os gastos públicos, embora com menor intensidade e participação pública do que na década anterior (RENNO, SOUZA, 2012).

A eleição para o terceiro mandato municipal, em 1996, ocorre sob um clima de maior estabilidade econômica e política. Em termos econômicos, pela estabilidade trazida ao país pelo Plano Real, e, em termos políticos, pela Constituição de 1988, que beneficia os municípios

⁶⁹ Em 1982, o Brasil volta a eleger governadores por meio do voto direto, o que não ocorria desde 1960. Segundo o STE (www.ste.gov.br), 60 milhões de brasileiros foram às urnas nesse ano. Esse pleito também elegeu senadores, deputados federais e estaduais.

(BAQUERO, 1997). Isso decorre do fato de a constituição favorecer a autonomia, a responsabilidade e os recursos dos municípios, aumentando-os na parcela dos impostos arrecadados (PINTO, 1997). Dessa maneira, disponibiliza-se aos prefeitos das cidades economicamente mais abastadas um apreciável volume financeiro, o que facilita sua administração e a implementação dos seus objetivos (PINTO, 1997).

Pinto (1997) elucida que mais três fatores podem ter estimulado a terceira vitória do PT. O primeiro deriva da característica personalista, em nível urbano, e coronelista, em nível rural, do eleitorado. Essa situação advém dos cinturões de pobreza derivados do processo de migração de pobres para as cidades, nesse caso, para a capital. O segundo e o terceiro ponto dizem respeito ao contexto nacional de estímulo à democracia. Primeiro em razão do sentimento de oposição ao militarismo e à ditadura e segundo devido ao posicionamento de transferir a radicalidade do socialismo para a democracia. Em 1996, ainda era elevado o nível de simpatia dos eleitores com o Partido dos Trabalhadores (BAQUERO, 1997).

Os resultados das eleições de 2000 reelegem o PT para a prefeitura da capital pela quarta vez consecutiva, o que poderia suscitar a existência de um eleitorado mais à esquerda. Tal pensamento é debatido pela pesquisa desenvolvida por Arturi (2001), com base em dados empíricos sobre a percepção dos eleitores sobre a dimensão que define o posicionamento político de direita e de esquerda. Com base nisso, o autor demonstra a inexistência da afirmação. Isso porque apenas 33% dos entrevistados afirmaram saber a diferença entre partidos de esquerda e partidos de direita. Ou seja, quase 70% votam sem conhecer a diferenciação ideologia entre o posicionamento dos partidos, sendo que, desse grupo que afirma saber a diferença, 30% se rotulam de esquerda, 12% de direita, 33% de centro e 24% não se posicionam. Em relação ao cenário de apoio ao PT, menos de 28% do eleitorado entrevistado afirma ter simpatia pelo partido (ARTURI, 2001), contra os 41% dos que com ele se identificavam em 1996 (BAQUERO, 1997).

A perda do espaço do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2004 poderia ter sido antecipada pelo afastamento do eleitorado com o partido, em decorrência da queda de identificação e de boa avaliação por parte dos eleitores. O cenário desfavorável é intensificado pelas manchetes negativas que estampam os jornais da época, que, anos antes das eleições de 2000, descrevem o PT como um partido frágil e autoritário (FONTOURA, 2002). Após a saída do PT da prefeitura

em 2004, mais dois partidos são escolhidos pela população para assumir o município. O primeiro partido a subir na prefeitura após o PT é o PPS/PMDB e mais tarde o PDT.

Na tentativa de explicar a derrota do PT em Porto Alegre, Márcia Dias (2006) relaciona as eleições municipais a um tipo de comportamento mais pragmático do eleitor, cujo voto está vinculado a sua avaliação em relação aos serviços públicos ofertados. Outro fator destacado por Dias (2006) era a baixa credibilidade das pessoas em relação a capacidade administrativa e efetividade do Orçamento Participativo, até então um dos carros-chefes das campanhas eleitorais do PT. Dessa maneira, os anos seguintes apresentam tanto Porto Alegre quanto o Rio Grande do Sul em uma situação de distanciamento e afastamento dos eleitores em relação ao Partido dos Trabalhadores, situação que ia na contramão do ambiente nacional, no qual Lula (PT) fora eleito presidente. Em relação ao perfil do eleitorado, Dias (2006) também salienta que esse votava, sobretudo, de maneira personalista, ou seja, valorizando aspectos como honestidade e confiança no candidato, ao invés da sua afiliação partidária ou ideológica (DIAS, 2006).

Essa descrição histórica evidencia o longo caráter político polarizado do RS e apresenta uma sociedade estamental e hierarquizada desde suas origens, fatores que servem de obstáculo para a construção de uma cultura política nos moldes da cultura cívica e de apoio à democracia. A literatura e as histórias descritas sobre o RS permitem considerar as palavras de Baquero e Prá (1995) para sumarizar as características da sociedade rio-grandense: i) de estrutura social simples, com a pessoa do estancieiro como representante típico da sociedade; ii) composição social heterogênea que influencia na estruturação da economia da região; iii) estado altamente centralizado; iv) economia de base agropecuária; v) tradição política bipartidária; e vi) forte influência platina. Agrega-se a essas características o modelo político implementado ao longo de quase toda história do RS, que pouco estimula a inserção das pessoas na esfera política.

A política no RS, e de sua capital, sempre esteve mais relacionada à modernização econômica do que à resolução de problemas sociais, estando a esfera política sempre à frente da econômica (TARGA, 1998). Adicionalmente, a esfera econômica, assim como a política, sempre esteve vinculada a práticas hierárquicas e autoritárias em decorrência da sua localização geográfica de fronteira, que incentivava a presença militar na região, e da sua estratégia de colonização. Ao longo desse período de tempo, o modelo de colonização utilizado incentivou a formação e o estabelecimento de classes sociais de maneira hierárquica (criadores, militares, estancieiros,

escravos e imigrantes). Havia um perfil político polarizador (radicais conservadores e positivistas republicanos), combinado a um domínio político determinante da esfera econômica e a um desenvolvimento e uma industrialização mais modernas ao norte do estado. Tais fatores obstruíam a aproximação da sociedade com a política e também foram reforçados pela forte presença da ideologia positivista no RS.

O que se observa na história do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre é a manutenção de uma cultura política frágil, no que diz respeito aos valores democráticos. Fortemente marcada por relações personalistas, distanciamento político e hierarquização, a cultura política dessa localidade se torna um empecilho para a estruturação de uma cultura cívica de apoio ao sistema instaurado após 1985. Logo, o cenário político da sociedade porto-alegrense tem se demonstrado de continuísmo e de pouco progresso político. Se observa na cidade um panorama histórico que dificulta a construção de uma democracia plena, ou seja, que apresente alto estoque de cultura cívica.

Nesse âmbito, cabe avaliar se a implementação do sistema político brasileiro democrático pode ser considerado uma parte do processo de mudança ou de continuísmo da cultura política local. O cenário pós-1985 no Brasil foi marcado pela implementação de diversos mecanismos participativos, assim como pela universalização do voto, situação que torna indispensável questionar de que forma os cidadãos estão construindo sua relação com os mecanismos implementados no período pós-democratização. Isso por meio da avaliação que tais espaços institucionais de participação estão causando sobre a cultura política das pessoas. Ou seja, procura-se saber se esses podem servir de espaços de socialização política dos eleitores e em que direção essa socialização ocorre.

O processo de socialização, que nesta tese diz respeito à formação de valores, atitudes e comportamento que ocorrem durante a fase adulta quando a pessoa adquire o *status* de cidadão, não depende apenas de fatores históricos e culturais, mas também da relação que as pessoas estabelecem com a política ao longo da sua vida. É na fase adulta que a pessoa adquire o papel de cidadão, e, com isso, novos direitos e obrigações. Portanto, é nesse momento que a interação das pessoas com a esfera política se intensifica. Logo, torna-se importante analisar se os mecanismos democráticos com os quais os cidadãos interagem podem ser considerados agentes do processo de socialização política.

O caso de Porto Alegre se torna relevante pela importância da localidade em âmbito político e econômico no país e, adicionalmente, por ser um exemplo de cultura política historicamente definida como carente de quesitos cívicos. Ou seja, é uma cultura de barreira para a construção da democracia plena no Brasil. Essa ausência de valores cívicos se reflete em âmbito nacional, quando se observa que as instituições políticas e a dimensão procedimentalista da democracia brasileira não conseguem ser eficientes para mediar a comunicação entre Estado e sociedade. Tal situação reflete-se no *status* e na construção da cidadania, pois reduzem o sistema democrático a um conjunto de procedimentos políticos formais, tendo-se em vista que não é possível construir um estado democrático apenas pela implementação de normas (PRZEWORSKY, 1991). É necessário que a população tome parte nesse processo, o que não ocorre no Brasil (PRZEWORSKY, 1991). E parte da explicação para esse problema deriva da trajetória histórica na formação dos valores das pessoas. Não se trata de determinismo histórico, mas de considerar o passado de uma localidade como uma luz explicativa para alguns dos aspectos contemporâneos. Autores como Cortes (1974) e Uricoechea (1978) afirmam que a experiência milicianista da região do sul do Brasil e as práticas políticas autoritárias presentes na política brasileira, marcadas pela fraude, violência e voto aberto, são fatores que difundiam a existência de práticas clientelistas. A sociedade rio-grandense reforça essas características, pois é marcada por uma classe dominante, politicamente estruturada, e uma sociedade fragmentada e hierarquizada.

A manutenção de aspectos históricos e tradicionais do comportamento do eleitorado gaúcho é destacada por Trindade e Noll (1991). Segundo os autores, as mudanças das instituições políticas que ocorrem na região até a metade da década de 1980 sugeriram mais um panorama de estabilidade da cultura política do que de mudança. Assim, o que se observa é a predominância de fatores históricos que estimulam a manutenção de uma participação política frágil e incipiente na sociedade porto-alegrense. Considerado isso, é que se torna relevante analisar de que forma essa população está interagindo com a reformulação política que ocorre no Brasil desde a década de 1980. Seguindo uma tendência observada em várias partes do mundo, o final da década de 1980 e a década de 1990 se caracterizam pela implementação do sistema democrático.

A instauração de novas formas de participação política, como o voto universal e secreto, a periodicidade, as eleições diretas para cargos públicos e sistema partidário múltiplo são alguns dos procedimentos que marcam a volta da democracia. Dessa maneira, considerando o passado da cultura política gaúcha, suas principais características e as transformações políticas ocorridas nas

últimas décadas, torna-se relevante analisar e compreender o eleitorado porto-alegrense, avaliando se este apresenta continuidade ou mudança em relação a sua cultura política. Dentro desse objetivo, o termo socialização política ganha força como uma alternativa para compreensão da relação entre atitudes, valores, comportamentos e sistema político. Isso porque é esse conceito que se dedica a analisar o processo pelo qual as pessoas adquirem os valores, normas e comportamentos que formam a cultura política de um povo.

Destacadas as características históricas que marcam o perfil do eleitorado porto-alegrense e os principais obstáculos históricos para a construção de uma cultura política de apoio à democracia, a próxima seção avalia empiricamente como o cidadão porto-alegrense tem se relacionado com determinados aspectos políticos ao longo dos últimos 45 anos.

5. PADRÕES EMPÍRICOS DA CULTURA POLÍTICA EM PORTO ALEGRE

O objetivo deste capítulo é o de caracterizar a cultura política dos eleitores de Porto Alegre por meio de dados empíricos. A análise será realizada com base nas pesquisas de opinião sobre participação e interesse políticos realizada entre 1968 e 2013 na cidade. A escolha dos dados se justifica por eles permitirem a compreensão e a análise da cultura política da localidade por meio do entendimento sobre a forma como seus eleitores se relacionam com determinados aspectos da vida política, em especial nos anos pós-1985. Na primeira etapa, as informações destacam a estruturação de uma análise histórica da cultura política em detrimento de sua temporalidade. Isto é, permitem analisar a existência e/ou a manutenção de padrões de comportamentos políticos ao longo dos últimos 45 anos. Na etapa seguinte, serão apresentados os resultados da regressão múltipla, uma análise do período pós-1985.

5.1 Análise descritiva

O período de tempo em análise, que inclui desde o momento autoritário da política brasileira até o período contemporâneo com a democracia instaurada, permite verificar a continuidade de padrões históricos de comportamento da sociedade porto-alegrense. Poucos estudos têm alcançado a necessidade de examinar de que forma o comportamento político contemporâneo tem se estruturado dentro de um Estado democrático. A teoria institucionalista sobre democracia considera que fatores institucionais e procedimentais, quando bem implementados, seriam o suficiente para a formação e estruturação de uma democracia plena. Tal conjuntura incorpora a existência de uma cultura política de apoio por parte dos indivíduos. Por essa razão, torna-se relevante estudar se, com o passar dos anos, e com a consolidação da democracia no seu sentido normativo no Brasil, é possível observar a formação de uma cultura política de apoio a esse sistema. E é dentro desse questionamento que a realidade de Porto Alegre ganha importância.

A historiografia e os estudos de comportamento político da região caracterizam a realidade de Porto Alegre de maneira frágil e incipiente. Caracterizada pelo distanciamento das pessoas com a esfera política e participativa e pelas relações de cunho personalista e clientelistas. Assim, é na

tentativa de verificar a continuidade de tais traços que se analisam os padrões da cultura política nos últimos 45 anos da história de Porto Alegre, por meio do teste de regressão.

5.1.1 Identificação partidária

Um dos elementos que possibilita avaliar de que forma as pessoas solidificam sua relação com a esfera política é a sua identificação partidária. O momento posterior a 1985 teve como foco a volta da democracia no país. Entre os aspectos e avanços que caracterizam essa situação está a instauração de um sistema multipartidário e a valorização de partidos políticos como mecanismo de representação e de comunicação entre Estado e sociedade. Dessa maneira, analisar a existência de identificação partidária por parte dos eleitores torna-se algo fundamental quando se analisa a situação da democracia no Brasil.

Segundo Kinzo e Carreirão (2004), é com base nos estudos promovidos pela Escola de Michigan que se consagra a identificação partidária como um fator explicativo da escolha eleitoral. Como exemplo, está o estudo de Verba (1969), que descreve quais são as dimensões significativas para o estudo da cultura política, a saber: i) identidade nacional, ou política, que engloba as crenças individuais daqueles que fazem parte de uma nação; ii) identificação de outros membros do mesmo sistema político; iii) performance do governo, ou seja, bens e serviços por ele promovidos; e iv) a crença política no processo de tomada de decisões. É nessa dimensão que entra a relevância da participação política das pessoas e dos partidos políticos. Considerando isso, essa seção emprega a variável de identificação partidária e a de participação em espaços convencionais vinculados a partidos políticos.

A identidade partidária do eleitorado é subproduto do jogo partidário-eleitoral e é resultado do processo de socialização política da pessoa (FIORINA, 1981). Na vida adulta, tal processo ocorre quando o indivíduo passa a ter algum tipo de experiência política. Dessa forma, a identificação é fruto da experiência e do contato do sujeito com seu cotidiano (FIORINA, 1981).

Atualmente, o Brasil se configura como um sistema multipartidário e possui um total de 32 partidos políticos cadastrados no Supremo Tribunal Eleitoral⁷⁰. Todavia, esse cenário é algo ainda recente na história do país. Durante a República Populista (1945-1964), o país possuía 22 partidos

⁷⁰ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>.

políticos (SCHMITT, 2000). Após o golpe de 1964, observa-se um retrocesso nesse ponto, uma vez que uma das primeiras medidas dos militares foi a de proibir a existência de partidos políticos no país.

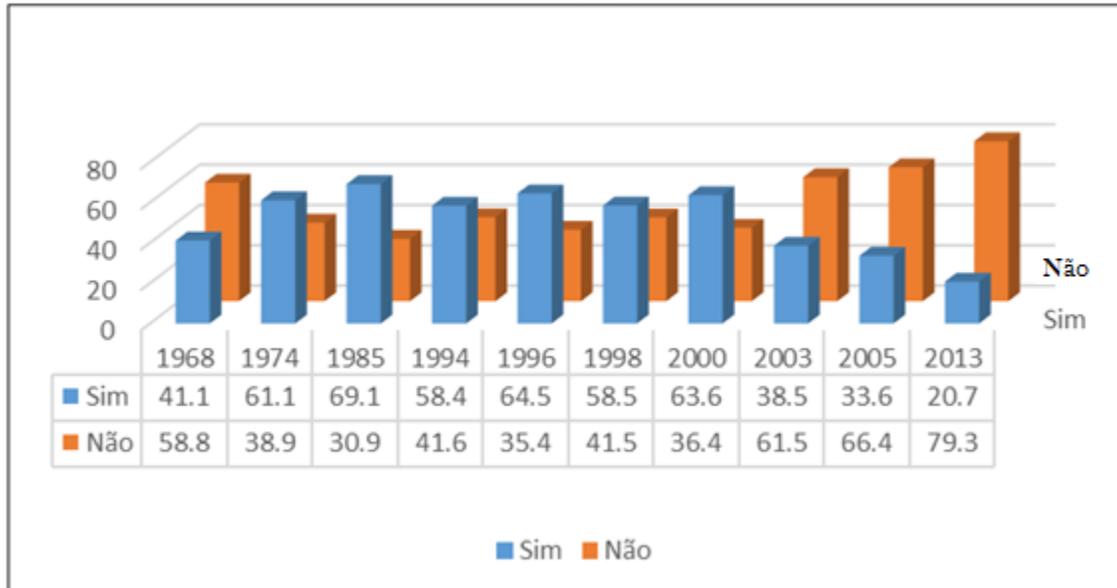
Em 1966, o governo passa a permitir a volta limitada de partidos políticos. O bipartidarismo aceitava a existência de um partido governista (ARENA) e outro de oposição (MDB). Ambos fortemente fiscalizados pelo governo federal, que tinha como objetivo exercer o controle sobre os mecanismos de representação política. Cercada por manifestações populares e políticas, a reforma partidária de 1979 concebe o retorno ao pluripartidarismo no Brasil para 1980. Tal medida permite não somente a volta de partidos antes extintos, mas também o aparecimento de novos, situação que gera a emergência de um ambiente político partidário mais competitivo no Brasil.

Conforme explanado no capítulo histórico desta tese, o contexto da abertura partidária do Brasil deixa evidente a forma impositiva como isso ocorre (MAINWARING, 2001). Segundo Kinzo (2005) e Carreirão e Kinzo (2004), os partidos foram implementados, de maneira impositiva, e, na maioria das vezes, carente de apoio popular, o que serve de fator explicativo para a fraca adesão das pessoas à esfera partidária, a baixa identificação partidária e o distanciamento do eleitorado com os partidos políticos (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000). Um dos poucos a fugir dessa lógica foi o Partido dos Trabalhadores (PT) (HAPPE, 2003, p. 21).

Os anos que seguem o período de reabertura brasileira registram o aumento no número de partidos políticos. Tal cenário perdura até 1994, quando o governo federal volta a estabelecer uma política mais rigorosa sobre o assunto (NICOLAU, 1996). A Lei dos Partidos⁷¹ obrigava que, para concorrer em eleições para cargos políticos, os partidos devessem estar registrados junto ao TSE, medida que freou o hiperativíssimo das elites partidárias, uma vez que vários partidos nunca obtiveram registro definitivo junto ao TSE (NICOLAU, 1996; SCHMITT, 2000).

Considerando os aspectos sobre a formação dos partidos políticos e o contexto histórico do país e da localidade em análise, o Gráfico 1 apresenta o resultado da análise do nível de identificação partidária por parte dos entrevistados em Porto Alegre.

⁷¹ BRASIL. Lei nº 9096, de 19 de setembro de 1995.

Gráfico 1. Identificação partidária (%)

Fonte: NUPESAL *Surveys* sobre cultura política e participação política (1968-2013).

Os dados do Gráfico 1 são eloquentes ao demonstrarem que, durante o período que se analisa (1968-2013), a população de Porto Alegre diminuiu sua identificação com os partidos políticos. Em âmbito nacional, esses dados estão em conformidade com a afirmação de Samuels (2006) sobre a existência de uma tendência nacional de que a maioria dos brasileiros não declare ter preferência partidária.

De modo mais pontual, se observa nos dados empíricos uma variação no nível de distanciamento dos cidadãos com a esfera político-partidária. Em 1968, quando o Brasil encontrava-se no período ditatorial, 41% dos respondentes afirmavam possuir alguma identificação com partidos. Esse valor sobe para 61% em 1974.

Realizando uma ponte com o contexto nacional do período, Cardoso e Lamounier (1975) e Lamounier (1980) argumentam que, nesse período, a identificação das pessoas com partidos políticos não se associava a fatores reativos às opiniões claras. A identificação entre partido e eleitor ocorria por meio da associação de imagens difusas, que tinham como base estrutural a situação de oposição e governo vinculada a esses partidos, logo, não era reflexo de uma identificação clara e forte com o partido político mas um reflexo da situação política do Brasil (LAMOUNIER, 1980; CARDOSO; LAMOUNIER, 1975). O bipartidarismo no Brasil possuía partidos bem definidos, com o MDB sendo oposição, vinculado à esquerda, e a ARENA representando o governo, vinculado ao centro.

A *survey* seguinte diz respeito ao ano de 1985. O resultado para esse ano apresenta um aumento de oito pontos percentuais para o ano anterior. Assim, chega-se em 1985 com quase 70% de respostas positivas. O contexto desse período era o da volta do sistema multipartidário. Tais dados sobre o aumento no número de pessoas identificadas com partidos políticos corroboram com os estudos de Lavareda (1989) e Kinzo (1992) sobre o período 1988/1989, em nível nacional, ao evidenciar que este se caracteriza como um momento de forte distanciamento das pessoas com os partidos políticos.

Durante os anos de 1990, já com a democracia implementada, continua-se a observar uma queda na identificação partidária dos eleitores. Isso é visualizado em 1994, com 11 pontos percentuais, taxa inferior à das pesquisas anteriores. Tais informações colaboram com os resultados de Baquero (1994), que também caracteriza o período como de mudança em relação à politização do eleitorado da capital gaúcha.

Embora seja possível observar um aumento na coleta seguinte, os dados entre 1994 e 1998⁷² possuem uma média de 58% dos entrevistados afirmando possuir alguma identificação partidária. Ou seja, os primeiros anos da redemocratização em Porto Alegre são marcados pelo aumento do distanciamento das pessoas com os partidos políticos, se comparado com o período de abertura política (1985).

Em relação aos dados de 1994, cabe destacar que esse período ainda era afetado pela publicidade das descobertas dos casos de corrupção e pelas medidas econômicas incapazes de retomar a estabilidade do país, fatores que desencadeiam no pedido de *impeachment* do primeiro presidente eleito democraticamente em 1992. Para 1998, o cenário era de uma economia mais estável, embora pautada em medidas não bem avaliadas pela população. Isso é observado nos baixos índices de aprovação e apoio ao governo Fernando Henrique Cardoso⁷³.

Para o início da década seguinte, anos 2000, observa-se o aumento inicial de quase 5 pontos percentuais no número de respostas positivas. Todavia, esse valor não se mantém nas pesquisas posteriores.

As coletas realizadas nos anos seguintes são de queda constante na identificação partidária dos eleitores de Porto Alegre, sobretudo entre 2000 e 2003. Logo, o que fica evidenciado nas

⁷² Em âmbito nacional, esses resultados estão de acordo com os encontrados por Meneguello em 1994, ao descrever a queda nacional de identificação partidária entre 1989 e 1994.

⁷³ Segundo o IBOPE, o período 1998-1999 foi de forte queda para o governo FHC (de 58% a 35%). Maiores detalhes em: <http://veja.abril.com.br/040401/p_040.html>.

últimas *surveys* é uma forte queda no número de eleitores que afirmam ter algum tipo de preferência ou identificação partidária. Essa queda vai de quase 40%, em 2003, para 21%, em 2013.

O panorama observado nos dados sugere que a aproximação entre partidos e eleitores é mais intensa durante os anos anteriores à volta do multipartidarismo e da redemocratização no Brasil do que no período pós 1990, com a democracia já instituída. Assim, complementa-se a visão pessimista de Carreirão e Kinzo (2004), sobre o panorama de distanciamento entre cidadãos e partidos que ocorre em nível nacional. Adicionalmente, a leitura dos dados sugere a existência de continuidade no que tange ao distanciamento dos porto-alegrenses da esfera política. O decréscimo nos níveis de identificação ao longo dos anos, em especial nos últimos 25 anos, sinaliza uma situação negativa em relação à esfera institucional da democracia. Embora os dados entre 1968 a 2000 tenham registrado um aumento no índice de pessoas identificadas com os partidos, isso não se mostrou uma tendência permanente, visto que, nos últimos treze anos, houve queda constante no número de eleitores identificados partidariamente.

Considerada essa variável, a próxima etapa corresponde à participação política dos entrevistados.

5.1.2. Participação política

A história política de Porto Alegre descreve a cultura política da região como pouco participativa. A predominância de relações clientelistas, práticas autoritárias e a restrição de participação política de seus trabalhadores ao longo dos anos são alguns dos fatores que caracterizam e justificam o distanciamento político das pessoas em Porto Alegre. Assim, esta análise visa estudar a participação política dos eleitores da cidade ao longo das últimas décadas, buscando-se saber se essa tem se alterado após a década de 1980, quando ocorreu o processo de abertura política, período em que o país, o RS e a cidade de Porto Alegre vivenciaram mobilizações populares pela instauração da democracia. O exame da participação política permite observar se a construção do sistema político democrático tem ocorrido de maneira sólida, ou se tal sistema está se materializando sobre bases frágeis.

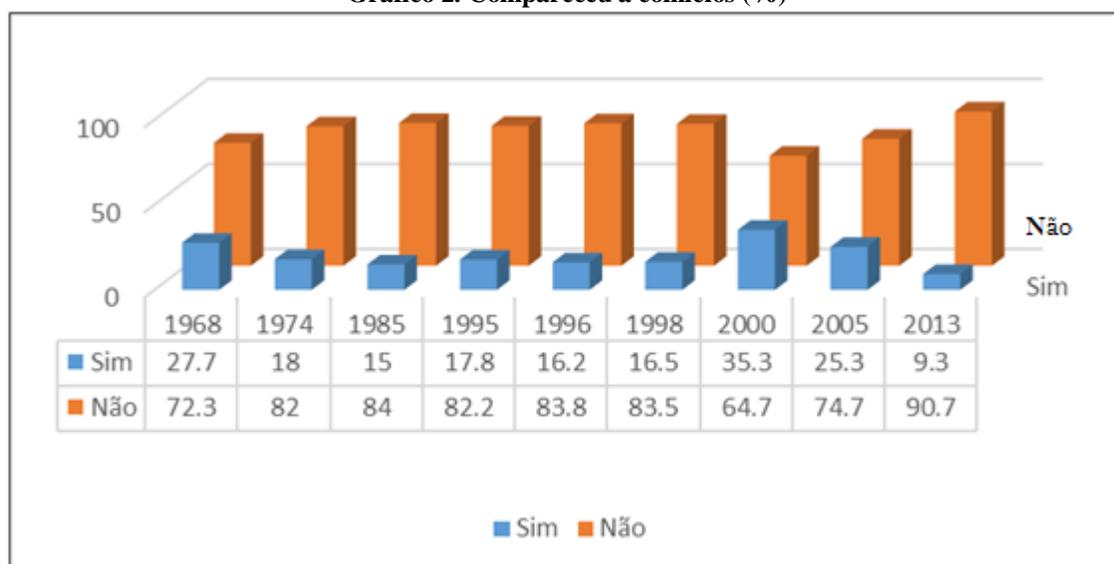
Conforme já destacado, durante grande parte do período em que os dados foram coletados, a política brasileira passava por restrições nas práticas políticas civis por conta das ações autoritárias e repressivas do governo, que marcam o país entre os anos de 1964 e o fim da década

de 1980. O contexto político afetava negativamente a formação de uma participação política efetiva por parte dos cidadãos. Tal contexto se modifica a partir de 1980, quando se instaura o processo de abertura política e de redemocratização e quando ocorre a promulgação da Constituição Brasileira. Assim, é após 1986 que os indivíduos passam a ter maior espaço de atuação e participação na política. Em outras palavras, maior liberdade de ação.

Para verificar a relação das pessoas com os espaços políticos existentes, analisam-se, nesta seção, distintos indicadores de participação política convencional da realidade porto-alegrense. Os indicadores de participação foram escolhidos com base na sua relação com mecanismos institucionais, sobretudo aqueles relacionados à esfera eleitoral. Assim, inicia-se a análise observando as respostas referentes ao comparecimento das pessoas a comícios.

Os dados estão dispostos no Gráfico 2, abaixo.

Gráfico 2. Compareceu a comícios (%)



Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Os dados evidenciam a existência de um baixo índice de participação em comícios ao longo do tempo na cidade, com níveis que nunca superaram os 35%. Ou seja, os dados são sintomáticos ao sustentar o panorama de afastamento das pessoas de atividades de caráter partidário pertinentes em momentos eleitorais.

Analisando mais detalhadamente os dados do período, observa-se que em 1968, na primeira coleta, 28% de respostas eram positivas. Esse valor cai quase dez pontos percentuais em 1974, chegando a 18%. Tal valor continua em queda na *survey* seguinte. Apresentando um resultado de três pontos percentuais menor do que o da pesquisa de 1974, em 1985 alcança-se apenas 15% de

respostas na mesma direção. Ou seja, as informações evidenciam que, do período militar ao de abertura política, o cenário foi de aumento do distanciamento popular da esfera política por meio de atividade direta em comícios.

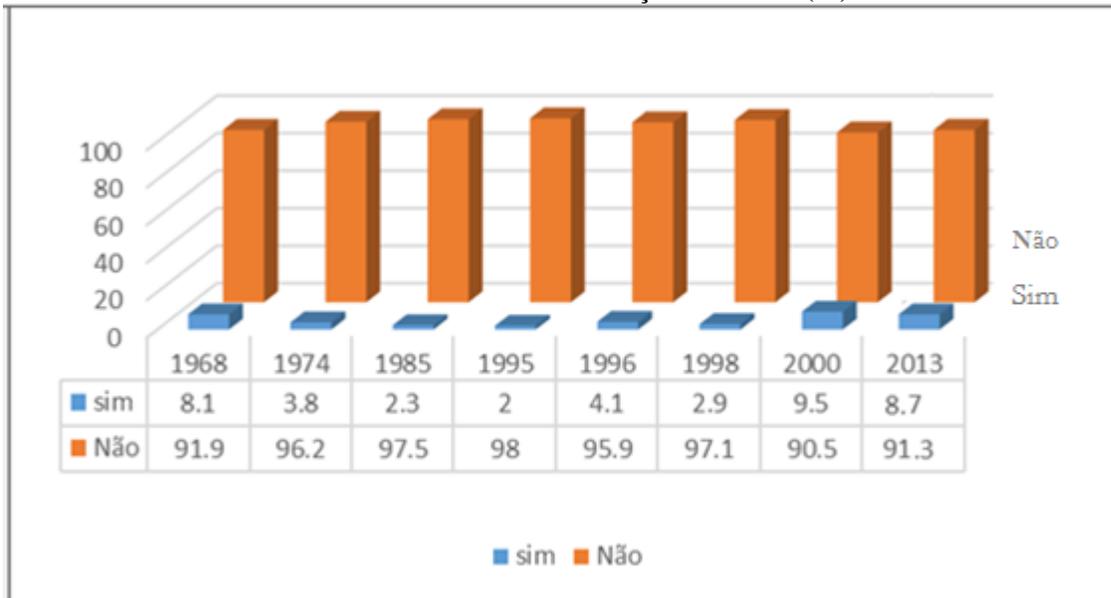
Como na descrição anterior, cabe destacar que esses anos, entre 1974 e 1990, foram de grande transformação no cenário político brasileiro, uma vez que, em 1979, são intensificadas as medidas preparatórias para reabertura política no país, entre elas as bases para a criação de novas normas e legendas partidárias, o início de eleições diretas para alguns cargos, a permissão para a inclusão de novas legendas e a ampliação dos direitos políticos dos eleitores.

Em relação aos dados empíricos para a década seguinte, 1990 (1995, 1996, 1998), o panorama é de estabilidade e de proximidade com o resultado de 1985 no número de respondentes que participaram de comícios. A média desse período foi de 17% de respostas positivas. Logo, o que se observa é a manutenção da queda do final da década de 1980 para todo o período de 1990.

Em relação ao começo da década seguinte, o ano de 2000 apresenta um cenário mais participativo. Entre 1998 e 2000, verifica-se um aumento de quase vinte pontos percentuais de respostas de eleitores afirmando que participam de comícios políticos. Todavia, tal cenário não se mantém nos anos seguintes, caindo dez pontos para a coleta de 2005. Tal queda coincide com a descoberta do escândalo de corrupção chamado *mensalão*, fato que pode ser considerado uma das causas do afastamento dos cidadãos com a esfera político-partidária. Na sequência, observa-se novamente uma queda nos dados observados, que alcançam seu menor nível durante toda a coleta. Assim, chega-se a 2013 com menos de 10% dos respondentes dizendo participar de comícios. Ou seja, o primeiro gráfico sobre participação convencional analisado destaca uma situação de pouca participação política dos eleitores da cidade, indicando, dessa maneira, uma tendência histórica de afastamento político das pessoas. Visando complementar esse cenário, os próximos dados a serem analisados dizem respeito a formas mais específicas de participação convencional.

Dando continuidade à leitura dos dados sobre participação política, o próximo gráfico (Gráfico 3) diz respeito a uma forma mais específica da participação: a contribuição financeira dos eleitores para partidos e/ou para candidatos. Ela é considerada uma forma mais específica por exigir do participante maior dedicação e apoio ao seu partido/candidato, uma vez que envolve contribuição financeira direta à campanha eleitoral. O gráfico a seguir apresenta os resultados para essa questão.

Gráfico 3. Contribuição financeira (%)



Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

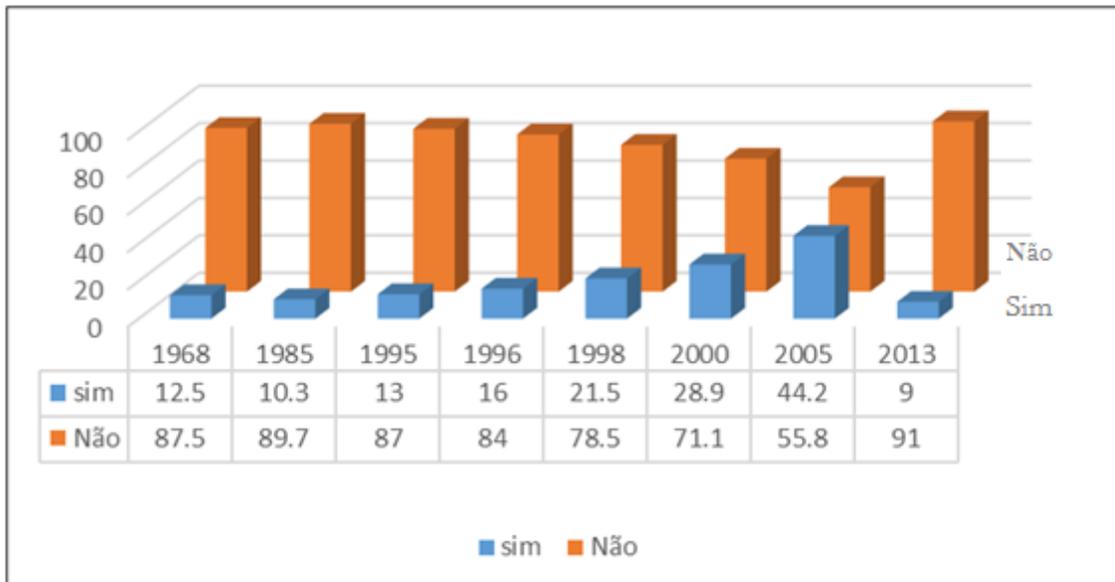
Considerada uma forma específica e instrumental de participação, esse tipo de atividade exige do ator político um maior compromisso com seu partido e/ou candidato.

Visualmente, os resultados foram comparativamente mais baixos do que nas análises anteriores. Os pontos positivos mais elevados se localizam nos extremos do período 1968 e 2013. Após uma forte queda entre 1968 e 1974, a porcentagem de respostas positivas se mantém relativamente estável entre 1974 e 1995. Em 1996, o cenário é levemente mais positivo (apenas dois pontos percentuais a mais). Todavia, em 1998 os resultados decaem novamente. Por outro lado, nas duas últimas pesquisas, observa-se uma situação um pouco mais otimista, com o aumento do número de pessoas que auxiliam financeiramente políticos e/ou partidos. Em 2000, quase 10% dos entrevistados responderam positivamente a essa questão e em 2013 essa porcentagem foi de aproximadamente 9%. Disso se conclui que a participação financeira política é baixa em todo o período de tempo analisado, sobretudo entre 1974 e 1998, indo ao encontro dos dados do gráfico anterior, que descreve os porto-alegrenses como cidadãos afastados das esferas de participação política.

Outro indicador que colabora para compreensão da participação política dos porto-alegrenses diz respeito ao comparecimento dos eleitores em reuniões políticas. Também considerada uma forma de participação convencional, ela se refere àquelas pessoas que possuem alguma afinidade e reconhecimento com o sistema partidário. Consideradas as questões sobre

participação convencional, anteriormente analisadas, estima-se que os dados para esse indicador também serão pouco elevados. Os resultados são demonstrados no Gráfico 4, abaixo.

Gráfico 4. Participou de reuniões políticas



Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPEAL, 1985-2013.

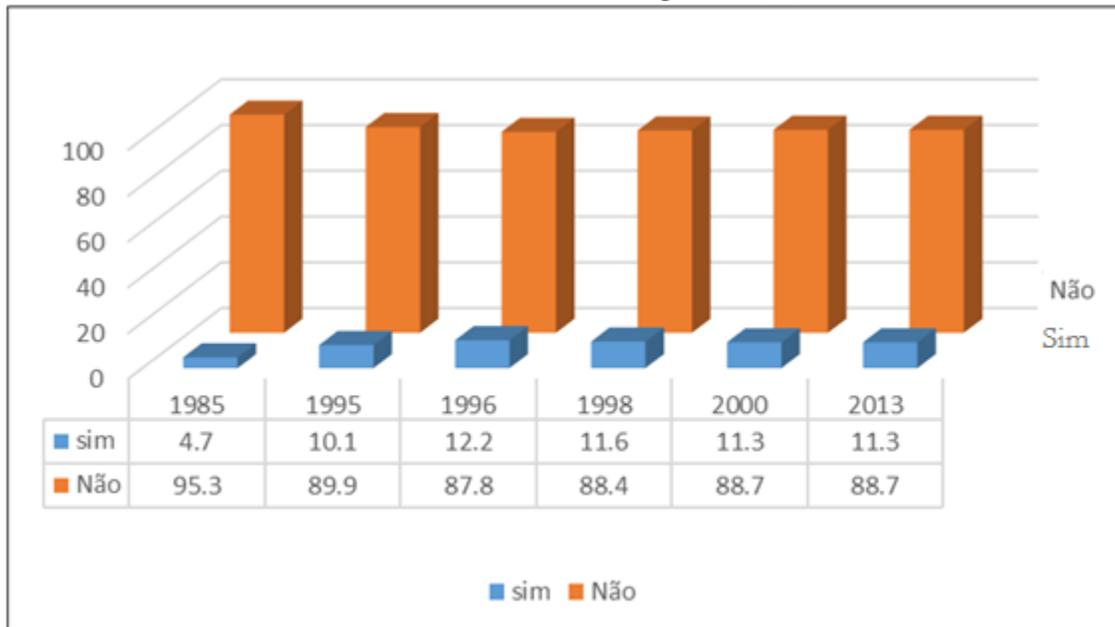
Sobre a participação em reuniões políticas, os dados analisados indicam um cenário mais positivo do que o da contribuição financeira. Os dados ilustram que durante a época militar, 1968, nem 15% das pessoas participavam nessa forma de atividade. No período de abertura política, 1985, essa dimensão era ainda menor, diminuindo dois pontos percentuais e ficando em 10%. Para os primeiros anos de democracia, esse panorama se fortalece, porém continua a atingir valores pequenos. Em 1995, esse valor era de 13% e, em 1996, de 16%. Para os anos seguintes, 1996-2005, o cenário se mostra mais positivo. Isso porque se observa um aumento constante entre 1996, 1998 e 2000, sobretudo entre 2000 e 2005, quando a dimensão aumenta em quatorze pontos percentuais.

Todavia, o aumento registrado nesse período não se mantém para os anos seguintes. Isso é observado no ano de 2013, quando esse valor cai para menos de dez pontos percentuais, fechando o ciclo com a menor porcentagem da análise. Logo, observa-se um panorama de fraca participação nesse quesito ao longo de todo período, em especial no de abertura política e de início da democracia. Tal situação permite afirmar que o período em análise é de continuidade da relação histórica dos porto-alegrense com a política formal.

Aprofundando a questão de como a participação política se configura na cidade de Porto Alegre, o próximo indicador diz respeito ao comportamento dos respondentes em relação às

atividades realizadas de forma gratuita, isto é, em ações que são realizadas sem nenhum tipo de retribuição material ao participante. Tais atividades incluem desde ações diárias ou esporádicas a partidos e/ou candidatos até atividades vinculadas ao processo eleitoral (seja atuando como fiscal, mesário, observador etc.). As repostas estão descritas no próximo gráfico.

Gráfico 5. Realizou trabalho gratuito (%)



Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Como a questão não está presente no questionário de 1968, inicia-se a análise a partir de 1985. É possível observar que, entre 1985 e 1995, o aumento de respostas positivas para essa questão é de cinco pontos percentuais, pois em 1985 menos de 5% dos entrevistados responderam *sim* quando perguntados se atuavam em alguma atividade política gratuita. Já em 1995, esse valor é de 10%. Cabe salientar que no ano de 1985 as atividades eleitorais no Brasil ainda eram bastante incipientes, uma vez que até, 1980, em virtude da ditadura, o país contava com um sistema bipartidário que permitia votação direta apenas para alguns cargos políticos.

Considerando que os anos seguintes, sobretudo após 1990, foram marcados pela concretização da abertura política no Brasil, esperava-se que a porcentagem de pessoas atuando gratuitamente em alguma esfera eleitoral aumentasse. Outro aumento, embora bastante tímido, ocorre em 1996, quando esse valor alcança 12,2% de respostas positivas. Esse nível se mantém praticamente constante para as *surveys* seguintes, variando menos de um ponto percentual entre cada ano. Para essa última *survey*, o nível de respostas positivas é de 11%.

A análise dos dados sobre participação (em comícios, participação em reuniões, trabalho gratuito e contribuição financeira) entre 1968 a 2013 sinaliza a continuidade da baixa participação e fraco envolvimento da sociedade porto-alegrense em atividades políticas convencionais. O estudo desses dados não serve apenas para mensuração de níveis de participação, mas também para avaliação da existência de uma democracia cidadã, uma vez que a concepção de democracia moderna implica na aceitação e no envolvimento dos cidadãos com a esfera política. Tal perspectiva atribui valor à participação convencional relacionada ao processo eleitoral. Dessa forma, destaca-se, na região, uma situação de continuidade que se une a um cenário histórico de afastamento dos eleitores em relação à esfera política, uma vez que os níveis mais positivos de participação não se mantiveram estáveis por muitos anos. O que os resultados enfatizam é a continuidade de uma cidadania frágil e de pouco envolvimento político.

Dessa forma, os dados elucidados descrevem que, para o contexto de Porto Alegre, são poucas as mudanças nesse modelo de participação durante as últimas décadas e que os valores, quando elevados, não se configuram como uma tendência. O questionamento desses dados com o contexto da época decorre do fato do RS (e por consequência da sua capital) ter sido palco de significativas mobilizações políticas durante a ditadura militar, o início da década de 1990, com o pedido de saída de Collor, e, mais recentemente, os protestos de 2013. Adiciona-se aqui o fator histórico da construção da formatação política do RS, de base hierárquica, autoritária, paternalista e de relações baseadas em troca de favores. Segundo Baquero e Prá (1995), a ausência de participação política pode decorrer de quatro fatores: i) do resultado da apatia e/ou falta de interesse das pessoas pela esfera política; ii) da suspeita ou falta de credibilidade das pessoas em relação à política; iii) da alienação e indiferença dos eleitores pela política; e iv) do desinteresse das pessoas ou da perda dos seus valores em relação a este tipo de participação política.

A ausência de uma esfera participativa por parte da sociedade afeta o desenvolvimento da democracia. A participação é o resultado do envolvimento, do sentimento de identidade e do compromisso das pessoas com a esfera política (RID, 2005). Dessa maneira, a participação política das pessoas está diretamente relacionada ao exercício da cidadania, sendo essa resultado direto do interesse e da intensidade das motivações dos eleitores (PUTNAM, 2002).

Adicionalmente, a baixa existência de uma vida associativista de participação política é um indicativo da manutenção de práticas clientelistas e personalistas na sociedade. Isso não significa que a ausência de participação política seja uma ameaça à estabilidade democrática, mas sim um

fator que contribui para a estagnação do sistema. Essa situação provém do ceticismo em relação à política. Por isso, para compreender as razões que levam à baixa adesão das pessoas às esferas participativas, seja convencional, como aqui analisada, ou não convencional, necessita-se compreender os valores, crenças e interesse das pessoas em relação à política.

Considerado isso, a próxima subseção apresenta as questões sobre o interesse político dos eleitores de Porto Alegre.

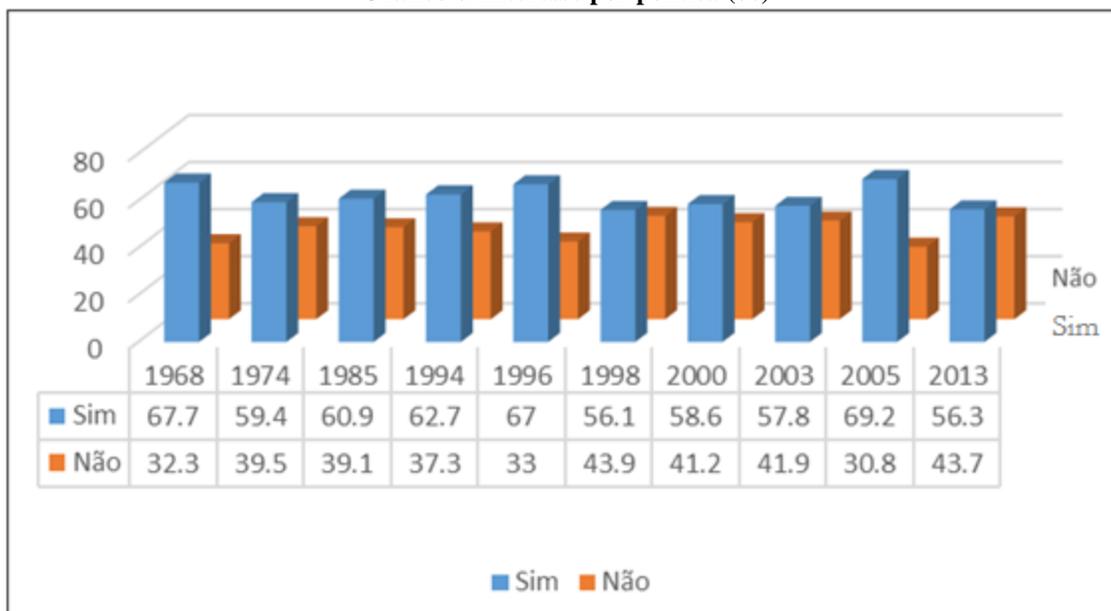
5.1.3. Interesse por política

Um subsídio que permite avaliar a existência de cultura política cívica em uma sociedade é a busca e o interesse das pessoas por informações políticas. A informação política é responsável por formar o sistema de crenças que molda a relação do indivíduo com a política. Um dos desafios da democracia no Brasil é a solidificação de uma cultura política cidadã de apoio ao sistema, ou seja, mais engajada politicamente.

Segundo Baquero (1996), a variável interesse por política está relacionada à adesão das pessoas à democracia, servindo, desse modo, de indicador de apoio popular ao sistema e de variável importante para sua manutenção e aprimoramento. A elevada porcentagem de eleitores, ao longo do período, que afirma não se interessar por essa esfera destaca que determinados fatores culturais históricos ainda permanecem como característica relevante dos eleitores da cidade.

Para a teoria da cultura política, o interesse das pessoas na política pode ser empregado como uma variável que afeta a intensidade e a forma de participação política das pessoas. Nesta tese, os dados sobre o interesse político dos eleitores de Porto Alegre serão analisados com base na questão do seu interesse na busca de informações sobre a política, indicador que colabora para descrever de que forma a cultura política cívica de uma sociedade se configura.

O interesse das pessoas pela política é resultado do processo de socialização que ocorre durante infância, adolescência e vida adulta. Assim, a proposta de empregar questões sobre o interesse político dos entrevistados decorre da importância de verificar se, em Porto Alegre, houve aumento de uma cultura política interessada em buscar informações sobre o mundo da política, sobretudo após o período de 1985. Os dados sobre o interesse dos respondentes pela política são ilustrados no Gráfico 6.

Gráfico 6. Interesse por política (%)

Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Na pesquisa realizada em Porto Alegre, entre 1968 e 2013, se percebe que a maioria dos respondentes tem interesse por política, uma tendência positiva em relação à busca por informações políticas. Isso se observa desde as pesquisas de 1968, quando os resultados positivos para essa questão foram superiores a 55%. Entretanto, observa-se que entre 1968 e 1985, período político militar, a porcentagem de pessoas interessadas politicamente decresceu, de 1968 a 1974, aproximadamente sete pontos percentuais e, em 1985, se manteve estável. Esse decréscimo se torna especialmente interessante devido ao contexto da época, sobretudo entre 1974 e 1985 quando o Brasil volta a ser um sistema multipartidário e ter eleições diretas para determinados cargos políticos. Ou seja, a leitura da distribuição de frequência dos dados não indica uma relação positiva entre o processo de abertura política do país e o interesse político dos entrevistados, já que não se observam profundas alterações.

Os dados sobre interesse político dos eleitores para 1994 e 1996 apresentam um ligeiro aumento em relação às pesquisas anteriores. Primeiramente, este aumento é de apenas dois pontos percentuais e, na sequência, de cinco. Assim, chega-se a 1996, durante os primeiros anos da redemocratização no país, com 67% dos respondentes afirmando se interessar pela política. No entanto, essa situação não se mantém nos anos seguintes, entre 1998 e 2003, período em que se observa uma queda percentual consecutiva. Com uma diminuição de dez pontos percentuais, as

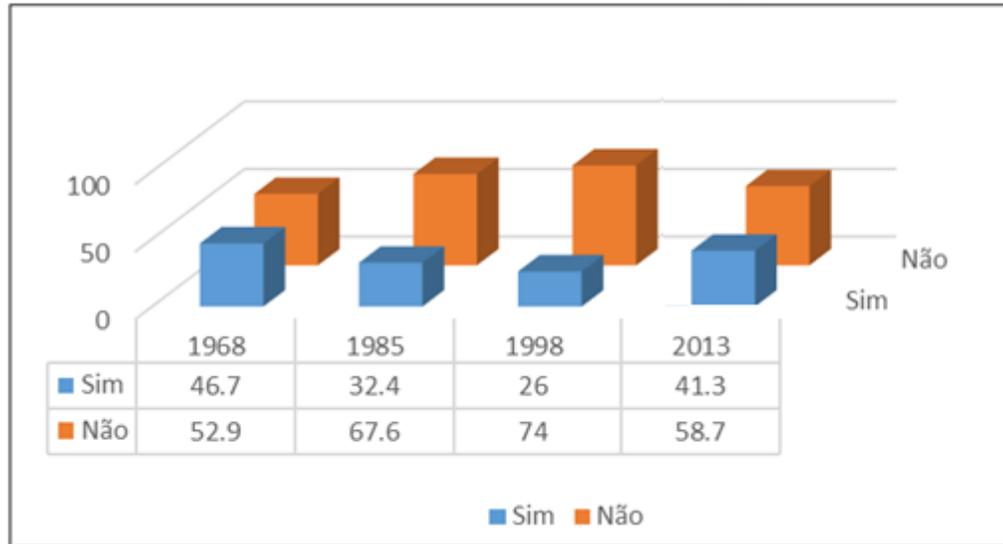
pesquisas seguintes se mantêm com uma média de aproximadamente 57,3% dos respondentes afirmando se interessar pela política.

Entre 1998 e 2003, a média de respostas positivas se mantém constante, em torno de 56%, valor que sofre um aumento em 2005, pico mais alto de todo período, apresentando 69,2%. Todavia, tal situação não perdura na *survey* de 2013, na qual o percentual de respondentes que possui algum tipo de interesse cai treze pontos, chegando a 56%.

Assim, os dados corroboram para que se afirme que a sociedade porto-alegrense possui um eleitorado interessado pela política. Os dados enfatizam uma tendência de interesse elevado, superior a 55% para todos os anos e de pouca variação entre as *surveys*, situação que não encontra respaldo nos dados históricos sobre a localidade, marcado pelo distanciamento das pessoas e por uma esfera política autoritária e de participação frágil.

Considerando isso, é necessário destacar a forma atitudinal pela qual esse interesse se materializa. Dessa maneira, avalia-se se esse interesse se estrutura de forma concreta no que diz respeito à busca de informações políticas. Logo, os dados que dão continuidade à análise do interesse das pessoas têm como objetivo ilustrar de que forma esse ocorre de maneira atitudinal. Isso será analisado por meio de questões acerca da forma como as pessoas adquirem suas informações políticas e da forma como elas demonstram seu interesse ao buscar conhecimento sobre o assunto. Para tal, serão analisados os dados referentes à informação política, ou demonstração de interesse a assuntos políticos, por meio da busca de conhecimento, em material impresso, rádio e televisão.

O próximo gráfico apresenta os dados sobre busca de informação via mídia impressa, que diz respeito a jornais e revistas. Cabe salientar que não está em pauta a posição política da revista ou jornal que a pessoa lê, mas sim se ela busca informação sobre o assunto ou não. Os resultados referentes a essa questão estão apresentados no Gráfico 7.

Gráfico 7. Interesse político via imprensa (%)

Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Como se pode observar durante o início do regime militar, em 1968, registra-se um nível de quase 47% dos respondentes afirmando buscar informações sobre a política por meio da mídia impressa. No período de abertura política, em 1985, essa porcentagem cai quatorze pontos percentuais em relação à pesquisa anterior, atingindo um resultado de 32%. Essa queda se acentua ainda mais na década de 1990.

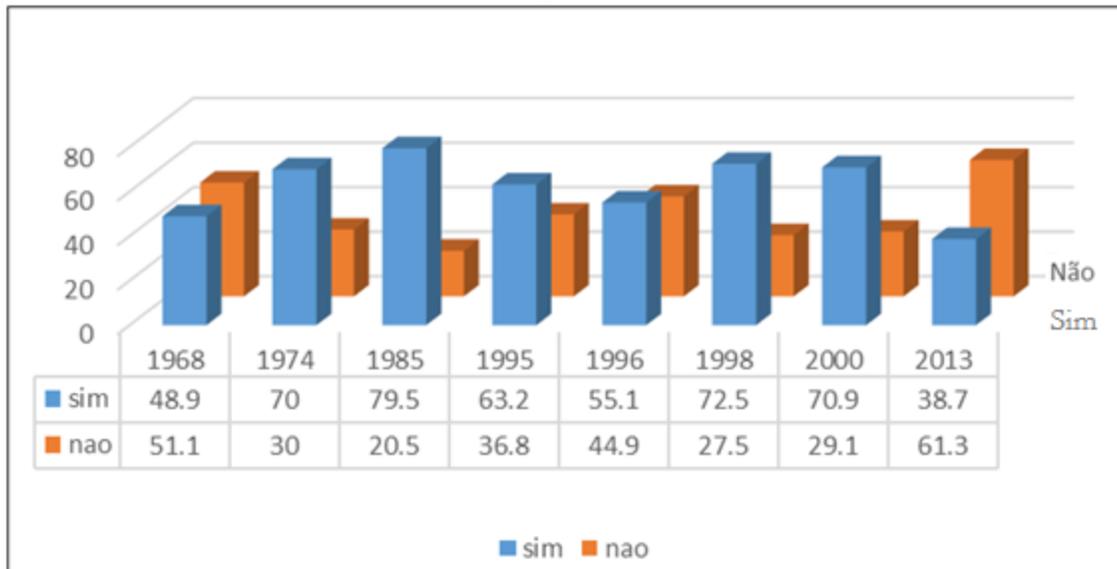
Mesmo que para os anos de 1990 existam somente dados de 1998, o cenário não deixa de ser preocupante. Isso porque, nesse ano, mais de 75% das pessoas afirmam não utilizar a mídia impressa como uma forma de adquirir informações sobre assuntos políticos. Para 2013, observa-se uma situação mais positiva, com 41% dos entrevistados demonstrando interesse político via jornal ou revista. Em suma, o que se observa em relação ao emprego de mídia impressa é um cenário pouco positivo na cidade de Porto Alegre.

No que tange à busca por informações políticas, um dos elementos mais notórios diz respeito ao emprego da televisão em tal atividade. Isso adquire respaldo nas palavras de Bourdieu (1997), para quem a televisão é um instrumento que possibilita que a informação atinja a todos, sobretudo em períodos eleitorais. Juntamente com o rádio, ela representa a comunicação em massa. Ambos meios servem de mecanismo de personalização da corrida eleitoral, sobretudo quando a imagem da pessoa do candidato passa a ser elemento decisivo do voto (FONTOURA, 2000).

Os meios de comunicação possuem um papel central dentro dos processos eleitorais, e as informações que as pessoas obtêm da política, local ou nacional, contribuem para seu interesse pela política.

Dando continuidade, e complementando a análise da forma como o acesso à informação política ocorre atitudinalmente para os eleitores da cidade, apresenta-se o próximo gráfico sobre a busca de informação via televisão. Salienta-se que, como na questão anterior, não está em pauta o canal de televisão que a pessoa acompanha ou o posicionamento político desses meios. Isso porque, como nas questões anteriores, o objetivo da investigação é saber quais são os meios mais usados, independente da ideologia política desses. Na sequência (Gráfico 8) são apresentados os dados.

Gráfico 8. Interesse político via televisão (%)



Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

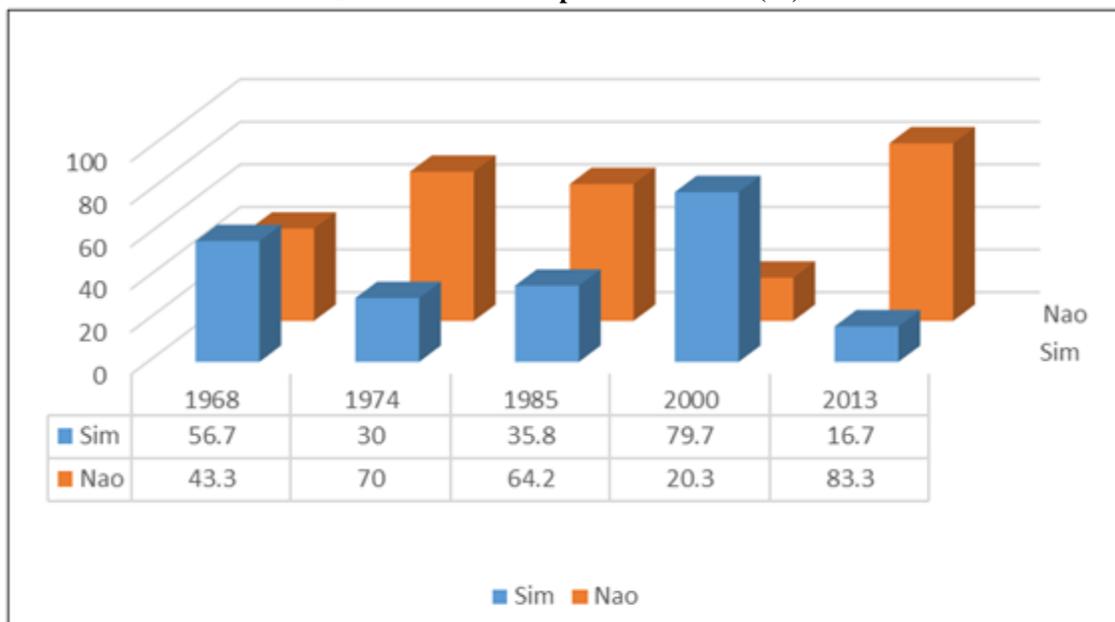
Observa-se que os porto-alegrenses, ao longo dos anos, apresentam maior apreço pela informação política via televisão do que via mídia impressa. Em 1968, a busca de informações políticas via televisão era próxima a de via impressa, com 49% de respostas positivas. Em 1974, esse número se eleva para 70%. Essa elevação coincide com o início do processo de abertura política e volta dos partidos políticos. Em 1985, a taxa chega a quase oitenta por cento de respostas positivas. Destaca-se, no contexto político do período, a reimplantação do multipartidarismo, a intensificação dos debates sobre redemocratização e a promulgação de uma nova Constituição para o país.

Com a democracia já instaurada, os dados da coleta realizada em 1995, dez anos mais tarde, descrevem um período de declínio em relação a essa questão. Registra-se uma queda de treze pontos percentuais em 1995 e de mais oito em 1996, quando os resultados chegam a 55% de respostas positivas.

Em relação a 1998 e a 2000, observa-se novamente uma oscilação, dessa vez positiva. A distribuição de respostas positivas neste período supera a casa dos 70%. Tal resultado não se mantém em 2013, ano que apresenta a menor taxa de toda a coleta, com menos de 39% de respostas positivas. Esse ano (2013) se destaca pelo fato de contribuir com os dados dos gráficos anteriores, ao demonstrar o desinteresse dos porto-alegrenses pela política. Assim, a avaliação que se faz do período é de ruptura da alta tendência em relação à busca de informações via televisão para 2013. Todavia, quando considerados os dados sobre busca de informação política até aqui analisados, esses são os que mais fornecem subsídios para autoafirmação do eleitor porto-alegrense como politicamente interessado.

Complementando a análise, o último gráfico dessa seção ilustra o interesse político dos entrevistados por meio do rádio. As respostas são apresentadas no Gráfico 9.

Gráfico 9. Interesse político via rádio (%)



Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Conforme se observa, durante os primeiros anos do período ditatorial, 1968, quase 57% dos entrevistados utilizavam o rádio para obter informações políticas. Em 1974, apenas seis anos após

a primeira coleta, o cenário é menos positivo, pois o número de pessoas interessadas por assuntos políticos via rádio cai 26 pontos percentuais, atingindo 30% de respostas *sim*. Para o início do processo de reabertura democrática, observa-se um aumento nessa dimensão. Em 1985, esse nível alcança 36%, valor que sofre forte aumento em quinze anos. Assim, em 2000, observa-se a porcentagem mais alta de respostas positivas de todo o período, com quase 80% de respostas positivas. Todavia, em 2013, os resultados coletados acompanham a tendência das tabelas anteriores, diminuindo significativamente o número de respostas positivas. Em 2013, o resultado é o menor de todo o período observado, com apenas 16,7% dos respondentes afirmando buscar notícias sobre política via rádio.

Os dados aqui analisados demonstram o quão eloquente são as variáveis de interesse via mídia impressa, rádio e televisão. Comparando-se as três formas de busca por informação política, a que apresentou o maior número de espectadores foi a televisão. A leitura dos gráficos deixa evidente que uma das problemáticas da democracia em dias atuais também está presente em Porto Alegre: o baixo interesse e o distanciamento dos cidadãos pela política, pois, embora o eleitor porto-alegrense se diga interessado por política, esse interesse se reflete apenas no que tange ao acesso via televisão. No entanto, mesmo esse resultado apresenta decréscimo considerável no último ano analisado.

Terminada a etapa sobre interesse por assuntos políticos e sobre a forma como as pessoas buscam tais informações, a próxima seção descreve as informações coletadas acerca da avaliação do ato de votar. O objetivo é dar continuidade, por meio de dados empíricos, a análise da forma como as orientações políticas dos porto-alegrenses se estruturam. Dessa maneira, observa-se se existe um padrão de continuidade tanto no distanciamento político das pessoas quanto na valorização e na importância que esses dão aos mecanismos democráticos e de participação implementados pós-1985. A situação da democracia atual no Brasil serve de justificativa para o exame do voto entre os eleitores, tanto em relação à forma como as pessoas o avaliam quanto à forma que ele se estrutura. Dessa forma, avalia-se se o caráter personalista continua sendo um dos pilares de sustentação da cultura política porto-alegrense.

5.1.4. Avaliação e dimensão do voto

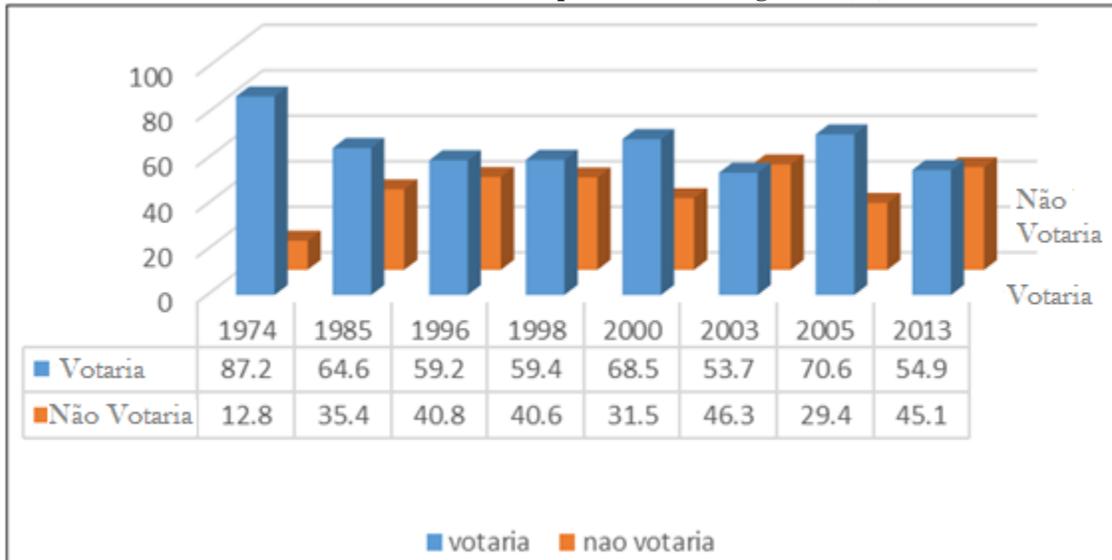
O principal mecanismo de participação dentro de um sistema democrático, como o brasileiro, é o voto. A democracia direta tem como objetivo proporcionar aos cidadãos maiores

oportunidades de participação nas decisões políticas. É por meio do voto que as pessoas expressam seus sentimentos de apoio ou desgosto em relação aos seus governantes e ao que eles podem e devem fazer. No caso brasileiro, o ato de votar é obrigatório por lei e, se não cumprido pelo cidadão, resulta em punição legal. Com a volta da democracia, esse ato, que é um dos mais importantes da democracia, tem se tornado cada vez mais corriqueiro. Todavia, o hábito de votar e a relação com o voto são adquiridos com o passar do tempo e se tornam válidos dentro do sistema democrático quando acompanhados de um processo crítico do cidadão. Caso contrário, o voto representa apenas um reproduzidor de velhas práticas. Assim, o ato de votar em pleitos pode ser considerado uma avaliação tanto da participação política das pessoas quanto do seu suporte à democracia.

Considerando a história da política brasileira e o passado da cidade observada, considera-se aqui o estudo do voto como uma forma de análise da cultura política dessa sociedade. Por longo período de tempo, a participação política por meio do voto não ocorria de maneira universal, sendo direito apenas de determinada parcela da população. No caso do Rio Grande do Sul, o ato de votar se estrutura sobre passado de violência, clientelismo e relações personalistas. Esse, além de ser um direito exclusivo, não ocorria de maneira secreta, estando o eleitor subjugado a um sistema de coerção. Com a onda democratizante que marca o fim da década de 1980, a universalização do voto secreto e sua implantação como um ato compulsório, a questão a ser respondida diz respeito à cultura política que acompanha o voto.

Não se questiona o ato de votar, já que esse é obrigatório por lei e o não comparecimento resulta em sanções legais ao eleitor. O que se questiona é a forma como o eleitor se portaria caso o voto fosse facultativo, pois, dessa forma, permite-se analisar a percepção dos eleitores sobre a importância do voto. Tais dados são ainda mais relevantes considerando-se o espaço de tempo analisado. A análise longitudinal permite avaliar se, com o passar dos anos, as pessoas têm compreendido de maneira mais profícua a importância dessa forma de participação. Considerado isso, as respostas sobre a forma como as pessoas se portariam caso o voto fosse facultativo são apresentadas no Gráfico 10.

Gráfico 10. Votaria mesmo que não fosse obrigatório (%)



Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Visualmente, é notória a pretensão da população da cidade em votar, já que para todos os anos o número de respostas positivas foi superior a 53%. Entretanto, esse valor decresce com os anos uma vez que a dimensão mais positiva está no primeiro ano da pesquisa, em 1974, quando, mesmo sob o regime militar, aproximadamente 87% dos respondentes afirmam que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório no país. É importante lembrar que, durante esse período, as eleições para diversos cargos políticos ocorriam de maneira indireta. Em 1985, quando já havia eleições diretas para diversos cargos, o cenário é menos otimista, pois houve uma queda de quase vinte pontos percentuais em relação a 1974, apresentando-se 65% de intensão de voto.

Tal queda volta a ocorrer na pesquisa seguinte, 1996, embora de forma menos intensa. Com cinco pontos percentuais a menos do que o caso anterior, o ano de 1996 apresenta 59% de respostas positivas quanto ao voto, valor que se mantém em 1998.

Para o ano 2000, o resultado aumenta dez pontos percentuais, embora isso não se sustente até 2003, quando se observa um cenário menos positivo, com 54% de respostas positivas, o menor valor observado até o período. O panorama de instabilidade, devido a constante oscilação na porcentagem de respostas positivas para essa questão, fica ainda mais evidente em 2005. Após deter o menor nível de respostas “votaria” em 2003, a *survey* de 2005 apresenta o maior resultado de todo o período democrático, com 70% dos respondentes afirmando que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório. Todavia, isso não se mantém, e em 2013 esse resultado fica em torno

de 55%. Em outras palavras, observa-se que todo o período, 1974-2013, foi marcado por uma inconstância nos resultados.

Contextualizado para o caso de Porto Alegre, os dados apresentam a imagem de um eleitorado vulnerável e ainda pouco relacionado com o voto. Tais dados permitem que se realize uma avaliação mais densa da participação dos eleitores de Porto Alegre na política e em relação ao seu posicionamento frente à democracia. O cenário descrito enfatiza uma continuidade de distanciamento dos eleitores com a política, pois o posicionamento político dos cidadãos da região decaiu ao longo dos anos. Ou seja, mesmo depois de duas décadas de democracia, não se observa em Porto Alegre uma maior aproximação das pessoas com a política por meio do interesse pelo voto.

Completando a análise sobre o voto, o próximo gráfico avalia a sua dimensão. Compreende-se como dimensão do voto o fator que é levado em consideração pelo eleitor na hora de direcionar seu voto: a pessoa do candidato ou seu partido. A relevância da análise decorre da história da cultura política do objeto de estudo da tese, Porto Alegre. Considerado um tema clássico sobre a cultura política, a literatura sobre a região não deixa dúvidas sobre o caráter personalista que molda a relação das pessoas com a esfera política. Dessa maneira, o foco é investigar o que possui maior peso para o cidadão na hora de escolher seu representante durante as últimas décadas: o partido no qual o candidato está vinculado ou a sua pessoa. Tal observação permite avaliar se com os anos o personalismo continua sendo um fator determinante na caracterização da cultura de Porto Alegre.

Outra circunstância que agrega relevância à questão é a importância dada aos partidos políticos pelos eleitores ao longo dos anos, uma vez que as opções de respostas à questão obrigavam o respondente a se posicionar a respeito da pessoa do candidato ou ao partido político no qual este se vinculava na hora de decidir seu voto. Assim, os dados explorados descrevem não apenas o posicionamento das pessoas em relação à constituição de relações políticas personalistas, mas também a importância que os partidos políticos têm exercido sobre os eleitores⁷⁴.

Historicamente o Brasil se caracteriza por possuir uma política personalista, populista e clientelista (HAPPE, 2003, p. 21). Isso é ressaltado por diversos autores que trabalham com a questão do voto e das eleições no país.

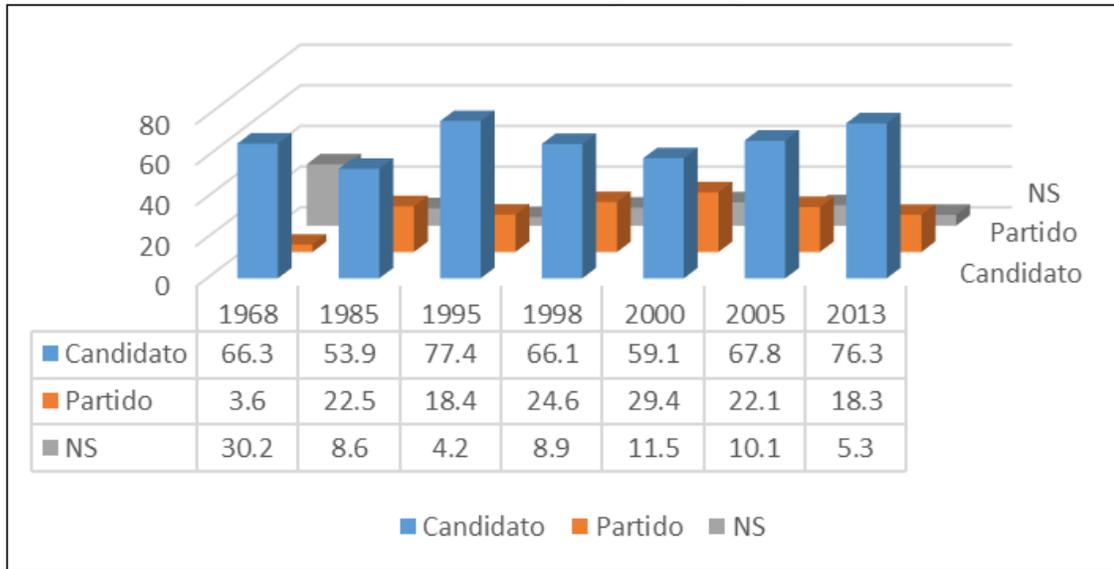
⁷⁴ Pergunta original: Quando o senhor escolhe em quem vai votar o que leva mais em consideração? O respondente tinha três opções de escolha: a) a pessoa do candidato; ii) o partido político; e c) não sabe dizer/escolher. A intensão dessa interrogação é avaliar como o personalismo tem estado presente durante o período.

Entre eles está Mônica Castro (CASTRO, 1994). Segundo ela, os dados indicam que a baixa identificação das pessoas por algum partido político afeta diretamente a materialização de voto personalista. Nessa linha de pensamento, Flávio Silveira (1996) complementa dizendo que existe um pequeno grupo de eleitores brasileiros identificados com algum partido, fator que fortalece o voto na pessoa do candidato. Essa pouca identificação demonstra que existe um pequeno grupo de eleitores mais envolvidos com a política (SILVEIRA, 1996). A grande maioria, desprovida de interesse e de informação, não constrói uma identificação durável e sólida e, assim, monta sua identificação política em função da imagem do candidato.

Estudos sobre voto no Brasil destacam a baixa tradição do eleitorado brasileiro em votar em partidos. A consequência disso é a predominância da esfera personalista no voto, em decorrência tanto da historicidade quanto da própria dinâmica da política brasileira. Tal situação é explicitada por Samuels (1997), ao analisar o incentivo ao individualismo e ao clientelismo do sistema político no país. Isso é visualizado no atual formato institucional do sistema eleitoral, em que predomina a representação proporcional em listas abertas.

A relação de vínculos personalistas entre candidatos e eleitores tende a ser mais substancial onde as raízes partidárias são mais fracas. Considerando esses fatores, os termos históricos e o desenvolvimento da política e dos partidos no RS, esse indicador é essencial, pois permite avaliar se, nos últimos 45 anos, a população de Porto Alegre tem mudado sua avaliação quanto à existência de uma relação personalista no voto. Outro fator de importância para o emprego da questão decorre do fato de vários estudos destacarem o personalismo como elemento catalisador de votos nas eleições do sul do país.

Os resultados dos dados dessa questão são apresentados no Gráfico 11.

Gráfico 11. Dimensão do voto: pessoa ou partido (%)

Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPELAL, 1985-2013.

Diferentemente das questões anteriores, em que existia apenas duas alternativas de resposta, essa teve a inclusão da opção “não sabe”. O significado da terceira alternativa era ilustrar o número de pessoas que não possuem um posicionamento claro e definitivo sobre o que é mais significativo na hora de colocar seu voto na urna: o candidato ou o partido.

Nas pesquisas realizadas em Porto Alegre, as respostas coletadas destacam que poucas pessoas escolhiam seu voto em razão do partido político do candidato. Em 1968, menos de 4% utilizava esse critério, contra 66% que votavam levando a pessoa do candidato em consideração. Aqueles que não sabiam o que dizer, ou que baseavam seu voto em um balanço entre candidato e partido, representavam 30%. O contexto político da época pode ser uma das variáveis explicativas para tal resultado, uma vez que 1968 está entre os anos mais violentos e restritivos da ditadura brasileira, marcado pela baixa inexistência de partidos políticos.

Com o início da reabertura brasileira, por meio da volta de um sistema multipartidário (1980) e da realização de eleições políticas diretas para determinados cargos (1982), o ano de 1985 apresentou informações mais consistentes sobre a importância dos partidos políticos, 22%. Em relação ao número de pessoas em dúvida sobre que fator era mais relevante, a pessoa do candidato ou do partido, observou-se uma forte queda de aproximadamente 22 pontos percentuais, ao passo que os respondentes que disseram escolher seu candidato com base no partido político aumentaram quase que vinte pontos percentuais, chegando nesse ano a 22% de respostas, em comparação com

os 3,6% da coleta anterior. Assim, a porcentagem que vota de acordo com a pessoa do candidato ficou em 54%.

Dez anos depois, observa-se que o número de respondentes indecisos sobre o que era mais importante, a pessoa ou o partido, continua decrescendo. Em outras palavras, o eleitorado de Porto Alegre tem se mostrado mais determinado na forma como tem escolhido e realizado seu voto. No que tange à existência de personalismo, de voto na pessoa do candidato, 1995 registra um forte aumento, chegando a atingir quase 78% dos respondentes. Em relação à relevância do partido político na hora do voto, a taxa cai quatro pontos percentuais. Passando-se três anos, outra *survey* foi conduzida. Nessa onda da aplicação, verifica-se tanto o aumento de pessoas indecisas, que sobem para 9%, quanto o aumento de pessoas favoráveis à escolha do voto baseado no partido político de preferência, chegando a 24,6%, um aumento de quatro pontos percentuais.

Com uma porcentagem de respostas inferior a de 1995, o ano de 1998 atinge 66% de respostas positivas em relação à pessoa do candidato. A queda de quase onze pontos percentuais, embora significativa, não é o suficiente para que o personalismo deixe de ser uma preocupação, uma vez que esses dados deixam claro que, mesmo com a volta da abertura política e com a maior competição eleitoral, o passado personalista da localidade ainda é bastante forte. A preocupação com essa dimensão pode estar relacionada com a inter-relação entre personalismo e clientelismo, características marcantes da sociedade brasileira (MAINWARING, 1999; LEAL, 1975).

Voltando à interpretação dos dados do gráfico anterior, observa-se que essa pergunta também estava presente para o ano 2000. Novamente, registra-se uma queda no número de respostas favoráveis à pessoa do candidato, atingindo 60%. Em relação às outras duas categorias de respostas presentes, também se observam mudanças, embora mais tímidas e em sentido contrário.

Com um aumento de aproximadamente quatro pontos percentuais, a importância do partido alcança 29,4% e o número de indecisos, 11,4%. O ponto mais significativo desse ano (2000) está no resultado em relação à significância dos partidos políticos, pois é nessa coleta que se registra o pico mais alto de respostas positivas dessa variável.

Essa situação encontra respaldo nas análises promovidas por Meneguello (1994, 1995) ao identificar, ainda na década de 1990, uma forte tendência personalista na forma como o eleitorado configura seu voto. Para ela, uma das razões é a baixa confiabilidade das pessoas nos partidos políticos e sua pouca importância no processo político segundo os eleitores (MENEGUELLO,

1994). Argumento acompanhado por Baquero dois anos mais tarde, quando esse descreve o declínio do papel dos partidos políticos no Brasil (BAQUERO, 1996). Segundo o autor, essa situação ocorre em diversas partes do mundo, não somente no Brasil, e é decorrente da insatisfação das pessoas frente à incapacidade do sistema partidário de canalizar as aspirações dos eleitores.

Dando sequência aos resultados encontrados, em 2005 observa-se que o voto personalista regride, chegando a níveis próximos aos de 1968 e de 1998. Até então, fica clara a instabilidade nos níveis de respostas personalistas, que, apesar de alterarem em torno de dez pontos percentuais para cada *surveys*, sempre estiveram próximos aos 60%. Outra observação é a queda de sete pontos em relação à variável importância dos partidos políticos e a manutenção da porcentagem de indecisos.

Seguindo a tendência dos anos anteriores, verifica-se novamente a alteração no nível de pessoas afirmando dar preferência a pessoa do candidato em detrimento ao partido político. O aumento na escolha pela pessoa para 2013 termina com aproximadamente 76% das respostas. Dessa forma, novamente percebe-se uma queda no número de pessoas se importando mais com partidos políticos e no número de indecisos.

Embora o nível de resultados tenha variado quase que constantemente de uma pesquisa a outra, fica claro que esse nunca foi inferior a 54% em relação ao voto personalista. Realizando uma média desse período, registra-se 66.7% de pessoas que, na hora de votar, se preocupam mais com a pessoa do candidato do que com o partido que ele está vinculado, durante todo período. Em relação à valorização dos partidos políticos, a maior mudança ocorreu entre 1968 e 1985, mudança possivelmente impulsionada pela volta de partidos políticos e de eleições diretas. Todavia, quando excluído 1968, percebe-se que não houve forte alternância nos resultados, que se mantiveram na faixa dos 22.5% durante todo o período.

Por último, ressalta-se que o mesmo padrão é encontrado no número de pessoas indecisas. Uma forte mudança entre 1968 e 1985, que cai de 30% para 9%, seguida por uma nova queda em 1995. Tal valor dobra no ano seguinte, em 1995. Durante 2000 e 2005, os resultados são próximos, com uma média de 10.5%, valor que cai pela metade em 2013.

Assim, se observa que ainda há uma elevada presença do voto personalista entre os eleitores de Porto Alegre e uma manutenção da baixa importância dos partidos políticos entre os eleitores, uma vez que os dados revelam predominância da decisão do voto pelo candidato. Todavia, o número de indecisos sobre o que é mais relevante na hora de votar, a pessoa ou o partido do

candidato, diminuiu consideravelmente durante o período de anos em análise. Ou seja, as pessoas têm uma posição mais clara para explicar suas escolhas. O que se observa é a continuidade do personalismo como uma característica marcante da cultura política dos porto-alegrenses. Ou seja, observa-se a manutenção desse traço histórico entre eleitores e partidos.

Terminada a primeira etapa da análise empírica, o que se observa é uma situação de continuidade de uma cultura política frágil no que tange ao apoio à democracia. Embora os porto-alegrenses se autoidentifiquem como politicamente interessados, atitudinalmente essa dimensão não parece ter respaldo. A análise de formas convencionais de participação, sobretudo partidária e do voto, descreve uma situação de fragilidade e de distanciamento dos eleitores com os partidos políticos. O panorama analisado, de continuísmo de vários aspectos da cultura política da cidade, torna ainda mais relevante observar se determinados aspectos da democracia formal estão sendo considerados pelos eleitores.

Segundo a teoria da socialização política, é com o passar dos anos, e quando a pessoa atinge seu papel de cidadão político, que seus valores em relação à política passam a ser reestruturados. É a interação das pessoas com as agências e instituições existentes no seu ambiente que forma o processo de socialização e que dá caráter aos atributos que formam a sua cultura política. É considerando isso que se estrutura a próxima seção analítica desta tese. O objetivo, por meio da técnica de regressão múltipla, é verificar de maneira mais detalhada se as oportunidades trazidas pela redemocratização política causam algum impacto sobre a cultura política das pessoas, principalmente por meio da maior interação entre eleitores e instituições políticas e da maior possibilidade de participação política das pessoas no pós-redemocratização. Adicionalmente, os resultados de tal análise permitirão avaliar a forma como os aspectos procedimentais e institucionais são compreendidos pelas pessoas e se esses estão colaborando para a formação de uma cultura política mais cívica.

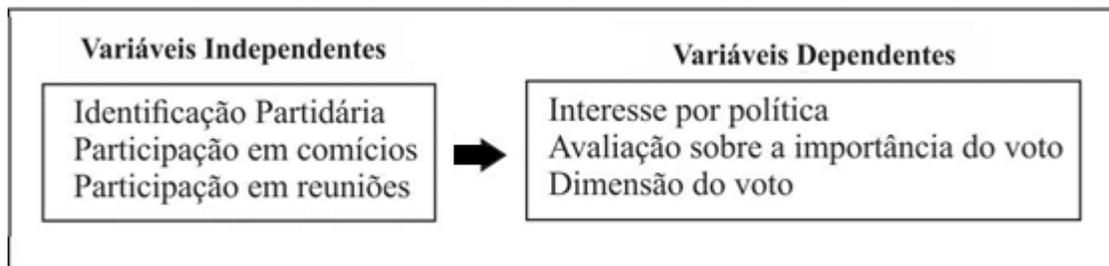
5.2. Cultura política e instituições políticas entre 1985 e 2013

Esta segunda seção analítica apresenta os resultados da regressão múltipla realizada com base nas hipóteses da tese. Conforme destacado anteriormente, a hipótese desta tese é verificar a existência de direcionalidade causal entre as variáveis de participação institucional e de cultura política.

A relevância do estudo não está apenas na descrição histórica da cultura política dos eleitores da cidade de Porto Alegre, mas também na intensão de se verificar empiricamente que resultados, e quais das mudanças institucionais trazidas pela democracia brasileira, estão atuando sobre a cultura política das pessoas. A compreensão da cultura política considera a relação entre ambientes institucionais partidários e os valores que a pessoa atribui ao voto e o seu interesse pela política. Assim, avalia-se se a participação das pessoas em espaços como reuniões, comícios e partidos pode servir como variável explicativa dos sentimentos que os eleitores nutrem por determinados aspectos políticos e/ou verificar se estimulam seu interesse pela política. Logo, as questões analisadas foram escolhidas pois permitem avaliar a importância que os espaços produzidos pelos partidos políticos tiveram na construção da cultura política dos porto-alegrenses ao longo dos anos.

O quadro abaixo (Quadro 6) reproduz a proposta de modelo a ser analisado para o teste das hipóteses da tese. Cabe salientar que as posições das variáveis dependentes e independentes não são previamente definidas. É o resultado da regressão múltipla que evidenciará a existência de causalidade entre as variáveis e a direção em que isso ocorre, para então serem elaboradas as hipóteses derivadas.

Quadro 6- Variáveis empíricas.



Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos dados disponíveis (NUPERGS/NUPESAL, 1968-2013).

Com base nesses dados, objetiva-se analisar se a participação produzida nos espaços políticos partidários influencia no interesse que os cidadãos de Porto Alegre possuem sobre a política e de que forma eles direcionam e avaliam a importância do seu voto.

Assim, antes de realizar a análise das regressões ano a ano, é necessário confirmar se essa direcionalidade entre as variáveis existe, resultado que confirmaria a existência da hipótese geral do estudo e que permitiria a constituição das derivadas. Logo, a primeira análise a ser observada

diz respeito aos resultados das correlações, avaliando se essas foram positivas ou negativas. O Quadro 7 apresenta os resultados obtidos em todas os anos da análise (1985-2013).

Quadro 7- Hipóteses formuladas e sua direção*

	Interesse por Política	Importância do voto	Dimensão do voto
Identificação Partidária	+	+	+
Participação em Comícios	+	+	+
Participação em Reuniões	+	+	+

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados disponíveis (NUPERGS/NUPESAL, 1968-2013).

*O símbolo (+) indica a existência de uma correlação positiva entre as variáveis analisadas.

A regressão múltipla realizada para todos os anos apresentou correlação positiva, ou direto-perfeita⁷⁵, em todas as variáveis e em todos os anos, permitindo, dessa maneira, que se dê continuidade à análise dos dados empíricos e à formulação da hipótese derivada, uma vez que o conjunto de dados sobre participação formal pode ser empregado na compreensão da cultura cívica dos eleitores de Porto Alegre.

O resultado permite que se realizem as próximas análises considerando as variáveis **Identificação Partidária**, **Participação em Comícios** e **Participação em Reuniões** como as variáveis independentes, e as de **Interesse por Política**, **Avaliação sobre Importância do voto** e **Dimensão do voto** como dependentes. Os resultados de cada regressão serão explicitados e analisados detalhadamente nas próximas sessões. O objetivo das próximas três sessões é descrever pontualmente essas regressões e verificar quais das variáveis independentes (participação formal) podem ser empregadas no entendimento da cultura política de Porto Alegre. Dessa maneira, elabora-se uma análise evolutiva da relação entre as variáveis de participação política e de identificação partidária com a cultura política. Os dados que serão analisados compreendem o período entre 1985 à 2013.

No que tange às variáveis de cultura política, os dados empregados no modelo, decorrentes da análise de causalidade, são as variáveis dependentes que dizem respeito ao interesse do entrevistado pela política, avaliação que a pessoa faz sobre a importância do ato de votar e o formato do seu voto (qual fator é mais importante, a pessoa do candidato ou o partido no qual ele

⁷⁵ Ou seja, quando uma variável aumenta a outra também aumentará. Caso os coeficientes fossem inversos, a relação entre elas seria que conforme uma variável aumenta a outra diminuiria (FEALD, 2009).

está vinculado). Em relação às variáveis independentes, essas dizem respeito à identificação partidária e à esfera institucional de participação política produzida pelos partidos em reuniões e comícios.

Desse modo, será avaliado, por meio de dados de participação, se os espaços políticos disponíveis pelos partidos são de alguma maneira responsáveis pelo interesse dos eleitores pela política, pela sua avaliação positiva em relação ao voto e pela forma como esse voto se estrutura (partidário ou personalista). Se for o caso, os partidos estariam servindo de agências socializadoras.

Para que isso fosse realizado, todas as respostas das questões selecionadas foram recategorizadas de modo a ficarem em formato binário de 0 e 1. Atribui-se o valor 1 às respostas positivas (sim) e zero às negativas (não). Em relação à última questão (dimensão do voto) o valor 1 foi atribuída a resposta *candidato* e 0 às respostas *partido*, respeitando, assim, a regra de construção de variáveis *dummies* conforme descrito no capítulo dois desta tese (metodologia).

Os resultados das regressões serão exibidos em forma de tabela e seguirão a ordem de apresentação descrita no quadro anterior. Para cada variável dependente será analisada a causalidade das três variáveis independentes, cuja leitura e análise dos resultados será realizada anualmente. Logo, será realizado um total de três regressões por ano, uma para cada variável considerada dependente. Tais resultados serão apresentados em duas tabelas. A primeira descrevendo o resultado do teste de correlação (cujo resultado foi apresentado no Quadro 7), passo anterior da regressão múltipla, que tem como objetivo comprovar a direcionalidade entre os dados e a significância causal entre as variáveis. Observada a possibilidade de dar continuidade à análise, a segunda tabela verifica a existência de causalidade entre as variáveis. Assim, avalia-se se tal modelo pode ser considerado ou não e indica-se qual variável independente terá capacidade explicativa sobre a dependente.

As hipóteses de pesquisa foram elaboradas com base em dois pilares. O primeiro de caráter teórico, que diz respeito aos pressupostos defendidos pela teoria da cultura política, que permite agregar a este estudo os conceitos de socialização e de participação. O segundo diz respeito à configuração política do Brasil, e assim, do RS e de Porto Alegre durante os anos analisados. As transformações que ocorrem no Brasil durante os últimos cinquenta anos, passando pelo período militar, reabertura política e mais recentemente pela democracia como um sistema político institucionalizado, deixam clara a necessidade de se analisar a relação entre participação política e

as características da cultura política das pessoas, tendo em vista avaliar se os espaços abertos influenciam na formação dessa cultura política.

Em apenas algumas décadas, o Brasil se transformou de um sistema autoritário em uma democracia. Nesse período, foi implementado um conjunto de instituições focadas na promoção, comunicação e relação entre cidadãos e esfera política. Desde então, a prática dessas instituições políticas participativas é foco de diversos trabalhos acadêmicos (SANTOS; AVRITZER, 2002; AVRITZER, 2009; FUNG; WRIGTH, 2003). As inovações institucionais produzidas pela democracia implementada no Brasil nas últimas décadas e o desenvolvimento de uma linha de análise dos fatos sociais e políticos com uma perspectiva culturalista tornam os estudos sobre comportamento um campo de estudo essencial à ciência política. Uma das problematizações que dá respaldo a isso é saber de que forma as instituições produzem resultados efetivos na cidadania.

Justificam-se as análises no período entre 1985 e 2013, uma vez que, para o contexto atual brasileiro, a promoção para o aparecimento, desenho e implementação de tais instituições mais participativas derivam da Constituição de 1988 (cujos debates iniciam-se em 1985). Foi esse documento que permitiu que o Brasil se abrisse para que mudanças mais profundas fossem realizadas em direção à democracia. Sob o propósito de incentivar a soberania das pessoas, o documento permite e estimula a criação de um conjunto de mecanismos de promoção da representação política dos indivíduos (VITALE, 2014), objetivando, assim, aumentar, por meio da participação das pessoas na política, o controle dos indivíduos sobre as decisões do Estado (NYLEN, 2003; FUNG; WRIGHT, 2003).

A relação entre democracia, participação e soberania é destacada por Bobbio (1987). Para o autor, a hipótese que caracteriza um sistema como democrático diz respeito a capacidade desse de colocar as pessoas em posição de fazer ou participar de processos decisivos. Segundo ele, a promoção da participação dos indivíduos via instituições, como por meio do voto, permite que a população selecione seu governo, escolhendo, desse modo, de que forma atingir determinados objetivos. Todavia, Bobbio destaca que a democracia, na forma como está desenhada, nem sempre consegue atingir os objetivos esperados pelo próprio sistema ou pelos seus cidadãos. Isso ocorre em virtude das complexidades contemporâneas e da forma como as sociedades se estruturam. Tal cenário inclui, entre outras coisas, aspectos administrativos do sistema, como o processo de comunicação que se estabelece entre cidadãos e governos.

Como salientado anteriormente, as instituições são imprescindíveis para a instauração da democracia. Todavia, elas não são as variáveis únicas e/ou determinantes para construção de uma base de sustentação de um sistema democrático. É necessário a inclusão das unidades-base que formam a política, nesse caso os cidadãos e sua cultura. É a população que decide quem serão seus representantes e é ela quem forma suas bases de apoio popular. Se não existe suporte por parte da população, a democracia por si só não tem condições de se sustentar por muito tempo ou de adquirir legitimidade. Assim, é fundamental avaliar que ambas perspectivas, culturalista e institucionalista, são relevantes à constituição da democracia. Considerando isso é que se agrega ao modelo outras duas variáveis independentes, ambas relacionadas à participação nos espaços produzidos por partidos políticos.

Na dimensão do sistema político brasileiro, é indispensável enfatizar o papel que os partidos possuem, principalmente como responsáveis pela intermediação entre Estado e sociedade, sobretudo por meio das atividades por eles desenvolvidas, sejam elas sociais ou institucionais. Em âmbito social, encontram-se atividades como socialização política, mobilização, formação de opinião pública, representação de interesse e legitimação do sistema. Todavia, pesquisas que englobam partidos políticos geralmente seguem a corrente de pensamento institucionalista, ou seja, buscam nas instituições as razões para o funcionamento da democracia.

O contexto de desenvolvimento da democracia no Brasil deixa claro a importância da variável **Identificação Partidária**. Segundo Benevides (1994), a existência de identificação partidária por parte dos eleitores pode ser considerado um traço cultural de desenvolvimento político. Tal argumento complementa a visão de Balbachevsky (1992), para quem o emprego do conceito de identificação partidária permite ao pesquisador distinguir eleições orientadas pela presença dos partidos daquelas com pouca relevância na determinação do resultado eleitoral. Segundo a autora, quando um cidadão responde positivamente à questão sobre sua identificação partidária, isso significa que ele reconhece, mesmo que subjetivamente, a relevância do sistema político-partidário (BALBACHEVSKY, 1992). Tal valorização por parte do eleitor é o que torna a identificação partidária um mecanismo eficaz para compreensão das atitudes e opiniões do eleitorado. É considerando esse pressuposto que esta tese aplica a questão da identificação partidária no plano individual do eleitor como uma das variáveis independentes do modelo.

Na América Latina, como no Brasil, um dos problemas centrais em relação à participação das pessoas dentro das instituições participativas e seus espaços deriva da falta de capacidade do Estado em compreender o papel dos atores sociais dentro dos arranjos políticos (DAGNINO, 2002; AVRITZER, 2003). No que tange ao debate sobre participação política no Brasil, também é relevante adicionar os estudos de Avritzer (2002, 2009), que tratam da questão do desenho institucional. Para o autor (AVRITZER, 2002), muitas vezes a incapacidade de um sistema atingir seus objetivos diz respeito à forma como determinadas instituições, destinadas a ampliar e promover a participação das pessoas, foram desenhadas. Avritzer destaca que o desenho institucional, quando não bem estruturado, afeta o sistema participativo em vários pontos, entre eles a manutenção de uma democracia representativa elitista e de tradições antiparticipativas (AVRITZER, 2009). Embora o conceito de participação política esteja diretamente vinculado à teoria sociológica que estuda a intensão do sujeito em participar (MERLUCCI, 1996), a ênfase nesta tese recai sobre a participação menos abstrata.

Nesse caso, será tratada uma forma de participação específica e que ocorre por meio de uma instituição designada, que nesta tese está vinculada aos partidos políticos e aos espaços de participação por eles abertos. Não se trata, nesta tese, da participação política pelos espaços produzidos por partidos como uma alternativa de representação ou como uma atividade social do ator político, mas se procura saber se esses espaços estão desempenhando seu papel na promoção de uma cidadania mais plena. Neste sentido, esta seção analisa se a identificação partidária e a participação das pessoas em comícios e reuniões políticas estão cumprindo seu papel potencializador na formação de uma cultura política mais cívica. Isso será avaliado por meio do interesse da pessoa pela política, pela sua avaliação sobre o ato de votar e sobre a forma como ocorre o voto (personalista ou partidário).

Em relação às variáveis dependentes, foram empregados, no modelo, três indicadores de cultura política: interesse do eleitor pela esfera política, avaliação que ele faz em relação ao ato de votar (se é importante ou não) e dimensão do voto (se esse se configura como um voto personalista ou partidário).

No que tange a primeira variável, **interesse das pessoas** pela esfera política, a relevância da questão como avaliativa da cultura política das pessoas é enfatizada tanto pelos autores culturalistas que compõem o referencial desta tese quanto por aqueles que empregam o interesse

por política como uma variável indicadora de sofisticação política e, assim, de comportamento político. Uma autora que destaca a relação entre interesse por política e sofisticação política é Castro (1994). Para ela, o interesse por política dos indivíduos é uma das variáveis responsáveis por explicar a busca do eleitor por informações políticas e por verificar a existência de preferências e ideias partidárias mais claras. Ou seja, a definição de sofisticação política, quando mensurada por meio do interesse da pessoa, diz respeito ao grau de informação e participação que a pessoa busca deter sobre a política (CASTRO, 1994; SILVEIRA, 1998). Dessa maneira, sendo a variável interesse pela política indicadora da cultura política de uma sociedade (CASTRO, 1994; RIBEIRO, 2011; PEREIRA, 2013).

A questão sobre a **importância do voto** para os eleitores de Porto Alegre, como variável indicativa da cultura política das pessoas, decorre da importância que a ação tem dentro do sistema político em que os eleitores estão inseridos. A democracia moderna pressupõe que o poder pertence ao povo, e que é esse poder que lhe dá soberania (AZAMBUJA, 1998). Isso ocorre por meio da possibilidade de decisão das pessoas, o que torna o voto um dos principais mecanismos democráticos.

Segundo Bobbio (1979), o voto é um direito cidadão que deve ser assegurado de forma universal e igualitária. Todavia, o direito ao voto por si só não garante a existência de uma relação densa e positiva entre eleitores e representantes. É necessário que a pessoa se sinta parte do sistema e que considere o voto não apenas um direito, mas um mecanismo pelo qual ela possa expressar suas opiniões e ser ouvida.

No caso brasileiro, baseado na Constituição de 1988, o voto é um direito obrigatório do eleitor. Considerando essa característica, a questão empregada permite avaliar a opinião da pessoa sobre a importância do ato de votar. A questão empregada foi formulada da seguinte maneira: “se no Brasil o voto não fosse obrigatório para maiores de 18 anos, você: votaria ou não votaria?” Assim, é possível verificar a avaliação da importância que o ato de votar tem para os eleitores entrevistados por meio da sua intensão em exercer tal direito caso o voto fosse opcional.

No que tange à última variável dependente, essa foi escolhida por analisar a relação entre as variáveis independentes e o **ato de votar em partidos**. Durante as últimas décadas, o Brasil tem testemunhado não somente a maior importância dos partidos políticos dentro do sistema político, mas também o seu aumento em número. Considerando que, para a manutenção e consolidação de

uma democracia representativa, a existência de partidos é parte fundamental, é essencial avaliar se a população, com o passar dos anos, está levando os partidos em consideração na hora de votar.

A questão empregada questiona se a preferência na escolha do voto do eleitor ocorre em detrimento da pessoa do candidato ou do seu partido. A questão também é relevante pelo fato de que o Brasil se caracteriza como detentor de uma cultura política personalista (BAQUERO, 2007). Portanto, o emprego de tal questão permite verificar se, com o passar dos anos, a participação das pessoas em comícios e reuniões e/ou sua identificação com partidos políticos servem de variáveis explicativas para a escolha dos candidatos em detrimento de partidos e não da imagem do candidato por parte dos eleitores. Assim, avalia-se se, com o tempo, os partidos políticos têm adquirido maior importância no voto das pessoas. Considerando esses argumentos, a análise proposta vai em direção daquela realizada pelo Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau (IPMN), realizada em Pernambuco em maio de 2010, que corrobora para a existência de associação entre preferência partidária e intensão de voto.

5.2.1. Interesse por política

O ideal democrático supõe a existência de cidadãos atentos à coisa pública, aos acontecimentos e problemas sociais e aos políticos da sua sociedade e capazes de tomar decisões (BOBBIO, 2002). Ou seja, a democracia está diretamente relacionada à existência de uma cultura de apoio por parte dos eleitores desse sistema.

A construção dessa cultura política cívica (participativa e interessada) depende de vários fatores, entre eles da institucionalização de espaços participativos, como aqueles abertos pelos partidos políticos. Assim, este estudo se refere à participação política como um indicador de análise da cultura política das pessoas. Embora a participação diga respeito a uma ampla variedade de formas, convencionais ou não convencionais, esta tese analisa a relação que a participação via partidos políticos (reuniões e comícios) tem sob o interesse político e de voto das pessoas.

A análise desta seção diz respeito à relevância da identificação política das pessoas em partidos e sua participação em comícios e reuniões políticas no seu interesse pela esfera política. A Tabela 2 apresenta os resultados do teste de correlação e, na sequência, apresentam-se os resultados da regressão múltipla.

Tabela 2- Correlação: Interesse Político*

	1985		1996		2000		2005		2013	
	P	Sig								
Identificação partidária	0.076	.047	0.248	.000	0.242	.000	0.091	.022	0.134	.010
Participação em comícios	0.128	.002	0.164	.002	0.301	.000	0.176	.000	0.144	.006
Participação em reuniões	0.157	.000	0.159	.003	0.197	.000	0.101	.013	0.196	.000

Fonte: banco de dados NUPESAL/ NUPERGS.

*Os resultados em negrito indicam as variáveis que foram aceitas no modelo de regressão.

Como destacado no capítulo metodológico, o teste de correlação ou de coeficientes de correlação indica a força do relacionamento linear entre duas variáveis. Entretanto, ele não indica ou pressupõe a causalidade entre as variáveis⁷⁶, mas demonstra apenas se as variáveis possuem a mesma direção e o quanto isso ocorre.

O teste de correlação pressupõe a correlação de todas as variáveis independentes sob a dependente. Nesse caso, em que estavam presentes três variáveis independentes e uma dependente, o teste apresenta sete resultados. Todavia, a tabela acima é composta somente pelos coeficientes de correlação que correspondem ao desenho do modelo causal que se estuda.

A leitura inicial dos resultados evidencia a existência de correlações significativas entre vários fatores do modelo desenhado, situação que vai em direção ao referencial teórico desta tese: de que determinados espaços institucionais colaboram para que um processo de socialização ocorra em direção à construção de uma cidadania mais cívica. Entretanto, a vasta maioria dos resultados com significância positiva se posiciona como fraca ou moderada⁷⁷.

Destacam-se, entre as respostas positivas, aquelas referentes aos anos de 1996 e de 2000. Em ambas as pesquisas, o coeficiente de correlação mais elevado e positivo foi observado entre a identificação partidária (respectivamente 0.248 e 0.242) e o interesse político dos eleitores. Tais resultados sinalizam um aumento de relação causal entre essas variáveis nos primeiros anos do sistema democrático. Contudo, este cenário perde potência nos anos seguintes.

Consideradas as respostas da correlação, os próximos parágrafos e tabelas apresentam os resultados provenientes do teste de regressão múltipla⁷⁸. Abaixo, a Tabela 3 apresenta os resultados da primeira regressão, que emprega o banco de dados de 1985.

⁷⁶ O coeficiente de correlação empregado para a análise foi o *P* de Pearson.

⁷⁷ O quadro que permite avaliar se uma correlação significativa é média, fraca ou forte está disposto no Capítulo 2.

⁷⁸ Todas as regressões múltiplas empregaram o método *stepwise* na sua análise. Ou seja, as variáveis independentes foram agregadas à regressão de maneira única e automática. Isso é feito considerando os resultados da correlação e empregando, como critério de significância, valores iguais ou menores a 0.05 (F-to-enter <= .050). O método

Tabela 3-Regressão para 1985

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em reuniões políticas	.025	0.01	.157	.000

Fonte: banco de dados NUPESAL/ NUPERGS, 1985.

Descrevendo os resultados obtidos na tabela *model summary* em relação ao *R Square* da tabela anterior, afirma-se que, em 1985, 2,5% da variável interesse por política consegue ser explicada pela variável considerada independente pelo modelo, nesse caso, a participação dos eleitores em reuniões políticas, a única variável que entrou no cálculo para esse ano. O resultado descreve uma baixa associação entre a participação em comícios e a identificação partidária do eleitorado no seu interesse pela política, cenário que pode ser associado ao incipiente papel dos partidos políticos, uma vez que o multipartidarismo ainda era uma característica recente do Brasil.

O próximo resultado apresentado provém da tabela ANOVA e corresponde à significância da regressão. O resultado da tabela ANOVA demonstra que, quando juntas, a variável explicativa prevê a variável de critério com alto nível de significância⁷⁹.

A seguinte parte da tabela de resultados, *coefficients*, indica os resultados provenientes dos pesos não padronizados e padronizados. Todavia, esta tese considera apenas os valores padronizados⁸⁰.

No caso observado, a cada aumento de um desvio padrão, o sucesso aumenta em .157 o desvio padrão. Considerando isso, conclui-se que, para 1985, apenas uma variável independente pode ser considerada como preditora do interesse dos eleitores por assuntos políticos: a participação em reuniões políticas, que se explica em 2.5%. Embora esse não seja um resultado muito expressivo, ele indica que o aumento de participação em reuniões também aumenta o interesse do indivíduo pela esfera política. Assim, pode-se considerar que, quanto mais as pessoas participarem ativamente de reuniões, maior será o número de interessados pela política, situação

empregado calcula os resultados da regressão considerando apenas as variáveis que contribuem para o modelo estudado. O modelo não abriga a entrada de todas as variáveis independentes, ele as agrega ao modelo explicativo apenas se os resultados forem relevantes. Adicionalmente, a direção causal é fornecida pelo *software*. Todos os resultados da regressão serão dispostos em formato de tabela única, que sintetiza as informações provenientes das tabelas *model summary*, ANOVA e *coefficients* da regressão múltipla.

⁷⁹ Isso porque o teste de significância (*Sig*) para ser considerado positivo deve ser menor do que 0.05. Quanto mais próximo de zero, mais significativa é a correlação. No caso analisado, as chances dos resultados obtidos derivarem de erro amostral, sendo a hipótese nula verdadeira, é de .001. Ou seja, verifica-se significância nessa relação.

⁸⁰ Isso porque os pesos não padronizados são mensurados em unidades diferentes, ao passo que os padronizados (β) são convertidos em *scores*. Os coeficientes resultantes do cálculo dos valores padronizados se referem a quantos desvios padrões uma variável dependente vai mudar por aumento no desvio padrão sob a variável de previsão.

que corrobora teoricamente com o pressuposto de que a atividade das pessoas no meio político pode servir de incentivo à existência de uma cultura política mais interessada. Entretanto, antes de se afirmar isso como uma tendência para o caso de Porto Alegre, deve-se considerar os resultados para os próximos anos.

Em continuidade, são apresentados os resultados obtidos na regressão realizada empregando as informações sobre o ano de 1996.

Tabela 4- Regressão para 1996

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.068	.000	.248	.000
Participação em comícios	.077	.000	.228	.000

Fonte: banco de dados NUPESAL, 1996.

Passados onze anos, a leitura inicial dos resultados de 1996 indicam um cenário diferenciado.

Ao contrário da regressão de 1985, os dados de 1996 indicam que, dentre as três variáveis explicativas do modelo, duas se mostraram relevantes: identificação partidária e participação em comícios. A única variável incluída na regressão anterior (1985) não foi introduzida neste modelo (1996).

Os dados da tabela *Model Summary (R Square)* descrevem que a identificação partidária sozinha explica em 6,8% a variância do interesse dos eleitores de Porto Alegre pela política. Quando introduzida a variável de participação em comícios, esse valor aumenta para 7,7% (apenas um ponto percentual a mais).

Em relação ao cálculo de significância apresentado na tabela ANOVA, observa-se uma correlação praticamente perfeita, com .000 de resultado para os dois cálculos, primeiro com uma variável e depois com as duas. Por último, também apresentando uma significância relevante, estão os dados da tabela *coefficients*. A cada aumento do desvio padrão na identificação partidária, o sucesso de casos sobe para .248. Para a participação em comícios esse valor é inferior, de .228. Portanto, a identificação partidária indica ter uma contribuição maior para o sucesso nos testes do que a participação em comícios. Em outras palavras, para 1996, se observa uma situação mais positiva em relação à explicação do interesse das pessoas pela política por meio de variáveis convencionais. Isso porque se pode empregar tanto a identificação partidária quanto a participação em comícios como variáveis que, quando aumentam, incidem positivamente na explicação do

interesse político das pessoas. Todavia, a única variável inserida em 1985 não apareceu como relevante para 1996.

Finalizada leitura da regressão para 1996, a próxima tabela descreve o cenário para o ano de 2000.

Tabela 5- Regressão para 2000

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em comícios	.091	.000	.301	.000
Identificação partidária	.117	.000	.253	.000
			.170	

Fonte: banco de dados NUPESAL, 2000.

Para o ano 2000, novamente duas variáveis foram introduzidas no modelo: identificação partidária e participação em comícios. As mesmas variáveis independentes que se mostraram relevantes para 1996 foram introduzidas para 2000, embora em uma ordem inversa.

Os resultados destacam que, para 2000, a participação em comícios explica 9.1% do interesse das pessoas por assuntos políticos, valor que aumenta para 11.7% quando introduzida no modelo a variável explicativa de identificação partidária. Ou seja, nesse ano, a participação em comícios é mais relevante do que a identificação partidária para os eleitores de Porto Alegre.

No que tange a significância resultante da tabela ANOVA, o valor indica que as chances dos resultados obtidos serem fruto de erro amostral é de .000 para as variáveis introduzidas. Ou seja, praticamente nulo.

Para esse ano, os resultados referentes à tabela *coefficients* apresentam os dados mais elevados até o momento. Em relação a participação em comícios, a cada aumento no desvio padrão, o sucesso em teste é de .301. Considerando-se a segunda variável inserida no modelo, identificação partidária, o valor é de .253. Nesse caso, deixa-se claro por meio do emprego do coeficiente β , que a variável de previsão mais significativa para esse ano diz respeito à participação de eleitores em comícios. Ou seja, embora ambas variáveis sejam importantes, a que diz respeito à participação em comícios é mais relevante para explicar o interesse por política dos eleitores.

Logo o cenário do ano de 2000 é o mais positivo dos três analisados até então, resultado que corrobora a premissa de que participação em comícios e identificação partidária, quando presentes, aumentam o interesse dos eleitores de Porto Alegre pela esfera política.

Destacadas as variáveis mais significativas para compreender o interesse político dos eleitores de Porto Alegre para o ano 2000, o próximo passo é analisar os resultados para 2005.

Tabela 6- Regressão 2005

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em comícios	.031	.000	.176	.000
Participação em reuniões	.042	.000	.178	.000

Fonte: banco de dados NUPESAL, 2005.

Para o penúltimo ano, observa-se, novamente, a introdução automática de duas variáveis ao modelo. A primeira diz respeito à participação das pessoas em comícios e a segunda em reuniões. Dessa maneira, estando a variável identificação partidária dos eleitores fora do modelo.

Em relação à primeira variável introduzida, participação em comícios, essa pode ser empregada como preditora em 3% da variância do interesse das pessoas pela política. Quando acrescentada a variável de participação em reuniões, o valor aumenta para 4,2%. Considerando o cálculo de significância da tabela ANOVA, o que se observa é um modelo que, embora pouco explicativo, é significativo (Sig. ANOVA= 0.000).

Analisando os dados padronizados da tabela *coefficients*, observa-se que, a cada aumento no desvio padrão, aumenta-se o sucesso dos testes em .176 para a variável participa em comícios e .178 para a participação em reuniões. Ou seja, ambas possuem um coeficiente padronizado β bastante próximo, embora pouco elevado. Tais resultados apresentam uma situação menos positiva do que a de 2000.

Finalizada a leitura dos resultados para o ano de 2005, a próxima tabela salienta os resultados para o último ano, 2013.

Tabela 7- Regressão para 2013

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em reuniões	.038	.001	.196	.000
Identificação partidária	.054	.000	.190	.000

Fonte: banco de dados da tese.

Dentre as três variáveis consideradas independentes, duas foram introduzidas na regressão múltipla: participação em reuniões e identificação partidária.

A primeira variável preditora a ser introduzida foi a participação em reuniões, responsável por explicar 3.8% da variância do interesse das pessoas pela política. Esse resultado pode ser

considerado fortemente significativo, pois o resultado da tabela ANOVA conclui que a chance do resultado da regressão ter ocorrido em detrimento de erro na amostra é de .001 (*Sig.*).

A segunda variável, identificação partidária, quando inserida no modelo, aumenta em 1.6 a explicação do interesse dos eleitores de Porto Alegre pela política. Quando juntas, ambas as variáveis explicam 5.4% da variável dependente. Com um resultado de significância (ANOVA) próximo ao do primeiro cálculo, essa regressão com as duas variáveis se mostrou significativa (*Sig.* .000).

O *Standardized Coefficients* (β) descreve que, a cada aumento no desvio padrão, o sucesso de teste da variável participação em comícios aumenta .196 e a identificação partidária aumenta .190. Dessa maneira, os resultados para 2013 evidenciam a importância da participação dos eleitores de Porto Alegre em reuniões no seu interesse por política, seguida da importância da identificação partidária. Logo, a última *survey* apresenta apenas duas variáveis explicativas como relevantes, participação em reuniões e identificação partidária.

Finalizada a análise dos resultados da regressão por banco de dados, o quadro abaixo resume as relações que se mostraram positivas durante o período 1985/2013. No quadro abaixo, observa-se comparativamente de que forma as variáveis independentes, ou preditoras do modelo, podem ser empregadas na explicação da variável dependente de interesse por política.

Tabela 8- Resultado da regressão múltipla - variáveis explicativas para o Interesse por política

Variável	1985	1996	2000	2005	2013
Identificação partidária	Não	Sim (6.8%)	Sim (11.7%)	Não	Sim (5.4%)
Participação em comícios	Não	Sim (7.7%)	Sim (9.1%)	Sim (3.1%)	Não
Participação em reuniões.	Sim (2.5%)	Não	Não	Sim (4.2%)	Sim (3.8%)

Fonte: banco de dados NUPERGS/NUPELAL, 1985-2013.

O quadro acima sintetiza, para cada ano, quais variáveis podem ser empregadas na explicação do interesse político dos respondentes. Com base nos resultados obtidos, salientam-se três pontos: i) para nenhum ano as três variáveis (identificação partidária, participação em comícios e participação em reuniões) foram incluídas simultaneamente na explicação do interesse político das pessoas; ii) quando introduzidas no modelo proposto, os resultados foram positivos, assim, sendo a direcionalidade da causalidade entre as variáveis conforme desenhado no modelo proposto;

e iii) não existe um padrão na inserção das variáveis explicativas, ou seja, cada ano apresenta particularidades próprias. Em relação às variáveis mais influentes na explicação do interesse por política das pessoas, destaca-se a participação em comícios, sobretudo para o ano de 2000.

O que se observa é uma relação dos dados com a teoria da socialização política, de que, com o passar dos anos, a cultura política das pessoas passa a ser influenciada pelos agentes e espaços políticos com as quais elas se relacionam. Entretanto, os resultados corroboram com a afirmação de que o modelo como determinados aspectos da democracia normativa brasileira está sendo implementado e absorvido pelas pessoas ainda é insuficiente para aumentar substancialmente os estoques de cultura cívica.

Logo, os dados descrevem um cenário que respalda o argumento de Baquero (1996), ao afirmar que o interesse por política das pessoas está relacionado à adesão dessas à democracia. Isso porque, desde 1996, ao menos duas das variáveis dependentes se mostraram relevantes na tentativa de explicar o interesse político dos respondentes, argumento que corrobora com a perspectiva de autores como Sigel e Hoskin (1977) e Sigel (1989), que sugerem que as variáveis políticas institucionais devam ser consideradas fatores que influenciam na socialização política das pessoas, nesse caso, dos eleitores.

Terminada a leitura dos resultados que empregam o interesse por política dos eleitores de Porto Alegre como variável dependente, a próxima seção trata da importância do voto.

5.2.2. Importância do voto

Conforme explicitado, a importância que o voto possui para as pessoas é primordial quando se estuda a cultura política de um eleitorado dentro de um sistema democrático, pois esse é o principal e mais universal mecanismo de participação e interação das pessoas com a esfera política. Dessa forma, considerando a importância que o ato de votar tem dentro do sistema democrático é que essa variável foi introduzida como dependente no modelo causal.

Considerando os dados disponibilizados entre 1985 e 2013 e respeitando o modelo que se busca analisar, esta seção apresenta os resultados da correlação e da regressão múltipla. O objetivo do teste foi verificar a possibilidade de que variáveis preditoras à identificação partidária e à participação em comícios e reuniões dos eleitores fossem consideradas explicativas da importância

que as pessoas dão ao ato de votar. Considerando isso, apresentam-se, na tabela abaixo, os resultados do teste de regressão.

Tabela 9- Correlação: Importância do voto*

	1985		1996		2000		2005		2013	
	P	Sig	P	Sig	P	Sig	P	Sig	P	Sig
Identificação partidária	0.01	.414	0.093	.059	0.293	.000	0.179	.000	0.229	.000
Participação em comícios	0.057	.109	0.171	.002	0.288	.000	0.128	.002	0.140	.009
Participação em reuniões	0.092	.022	0.081	.088	0.243	.000	0.249	.000	0.130	.014

Fonte: banco de dados NUPERGS/NUPELAL, 1985-2013.

*Os resultados em negrito indicam as variáveis que foram aceitas no modelo de regressão.

Os dados da Tabela 9 esclarecem a significância da correlação proposta, porém sem determinar a direcionalidade em que isso ocorre. Lembrando que a tabela apresentada descreve apenas os resultados das relações que se objetiva analisar por meio do modelo causal previamente descrito.

A observação geral dos resultados da tabela de correlação destaca que todas as respostas, para todos os anos, foram positivas. Considerando que quanto mais perto de zero menor será a significância existente entre as variáveis, destaca-se o resultado para o ano de 1985. Isso porque nenhum dos resultados desse banco de dados chegou 0.1. Em sentido contrário, verificando os dados que produzem a significância de correlação mais elevada, destaca-se o ano de 2000, uma vez que todos os resultados foram superiores a .2. Para 2005 e 2013, as maiores significâncias estavam na participação em reuniões (2005) e na identificação partidária (2013).

A observação dos resultados da correlação indica um cenário de relação entre as variáveis de identificação partidária e a participação em comícios e em reuniões próximas aos resultados da regressão da seção anterior, para vários anos (1985, 2000 e 2013). Contudo, antes de se afirmar tal similaridade na influência entre essas variáveis consideradas independentes na variável dependente, é imprescindível verificar os resultados da regressão múltipla para cada uma das *surveys*.

Verificado os resultados sobre a significância de correlação entre as variáveis selecionadas, inicia-se a análise da regressão verificando quais variáveis são relevantes para cada ano e, em caso positivo, a causalidade entre elas.

A execução dessa regressão seguiu os mesmos passos da seção anterior, tanto na sua execução quanto na apresentação dos seus resultados. Todavia, agora emprega-se como variável dependente a importância do voto dos eleitores. Como na regressão anterior, não houveram *missing values* ou notificação de erro por parte do SPSS.

Os resultados para o ano de 1985 são observados na tabela abaixo.

Tabela 10- Regressão para 1985

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em reuniões	.009	0.045	.092	.000

Fonte: banco de dados NUPERGS, 1985.

A regressão, assim como no modelo anteriormente analisado (tendo a variável interesse por política como dependente), indica que a única variável que pode ser empregada para explicar a importância do voto para os eleitores é a participação em reuniões. Contudo, a causalidade com a variável importância do voto indica ser menor do que nas regressões anteriores

Os dados apresentados na tabela *model summary*, *ANOVA* e *Coefficients* indicam que tal relação, assim como na análise anterior, de 1985, apresenta ser fraca. Isso porque menos de 1% da variável dependente pode ser explicada pela participação dos eleitores de Porto Alegre em reuniões políticas. Adicionando-se o nível de significância da tabela *ANOVA*, esse valor se torna ainda menos preditor, pois o resultado da significância foi de .045, valor próximo ao limite de .05. Logo, percebe-se que tal relação não é significativa, pois pode ser resultante de erro⁸¹.

Por último, cabe destacar os resultados que provêm da tabela *Coefficients*. Segundo o valor apresentado, a cada aumento no desvio padrão, a chance de sucesso aumenta em .092 para cada desvio padrão, valor também bastante baixo. Logo, os resultados permitem afirmar que, embora com um valor tímido, a participação das pessoas em reuniões pode ser considerada uma variável explicativa do interesse das pessoas pelo voto.

O mesmo processo é realizado para o ano de 1996. Os resultados são descritos na tabela abaixo.

Tabela 11- Regressão para 1996

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em comícios	.029	.004	.171	.000

Fonte: banco de dados NUPESAL, 1996.

⁸¹ Em todos os casos a significância foi de .000, indicando pouca chance dos resultados derivarem de erro na amostra.

Como no ano anterior, o resultado da regressão com base nos dados de 1996 também apresenta apenas a introdução de uma única variável preditora. Entretanto, para esse ano, a variável que resultou em maior poder de explicação sobre a variável dependente foi a de participação em comícios. Considerando o *R Square*, observa-se que a participação em comícios pode ser empregada para prever 3% da importância que o voto tem para as pessoas, mostrando-se, assim, um valor de previsibilidade bastante baixo.

No que tange à significância da correlação entre as variáveis, essa se mostrou importante, com um resultado de .004 (Sig ANOVA). Em relação aos valores padronizados da participação em comícios, quando aumentado um desvio padrão, o sucesso de testes aumenta em .171 o desvio padrão.

Comparativamente com a primeira regressão, quando a variável dependente era o interesse por política das pessoas, esse ano apresentou resultados menos significativos, pois apenas uma das variáveis dependentes foi introduzida com sucesso ao modelo. A próxima Tabela 12 esclarece os resultados para o ano de 2000.

Tabela 12- Regressão para 2000

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.086	.000	.293	.000
Participação em comícios	.132	.000	.230	.000
			.224	
Participação em reuniões	.140	.000	.216	.000
			.181	

Fonte: banco de dados NUPESAL, 1996.

Pela primeira vez, todas as variáveis independentes foram introduzidas na regressão. Adicionalmente, cabe destacar que elas foram introduzidas na mesma ordem proposta no modelo desenhado. Considerando isso, observa-se que, para o ano 2000, a hipótese formulada, de que a identificação partidária e a participação dos eleitores em comícios e reuniões podem ser considerados atos que promovem a socialização política dos seus participantes em direção à construção de uma cultura política de maior respaldo aos valores democráticos, é verdadeira.

Respeitando a ordem em que as variáveis foram introduzidas no modelo, observa-se que a identificação partidária é a responsável por explicar 8.6% da avaliação positiva das pessoas em

relação ao voto. Esse valor aumenta para 13% se acrescentarmos a variável participação em comícios como preditora. Na sequência, esse valor passa para 14% quando incluída a última variável, participação em reuniões.

No que tange à identificação partidária, a cada aumento no desvio padrão, o sucesso do teste aumenta .293. Tal valor diminuiu conforme são introduzidas as variáveis, em decorrência do poder explicativo que se amplia a cada introdução. Dessa forma, torna-se evidente que, embora as três variáveis possam ser usadas para explicar a importância do ato de votar, para os eleitores de Porto Alegre, a variável com maior relevância para esses anos foi a de identificação partidária. Logo, comparativamente com a regressão anterior, de 2000, os resultados foram mais profícuos.

Finalizada a análise dos dados para o ano 2000, a tabela seguinte refere-se à regressão realizada com base nos dados de 2005.

Tabela 13- Regressão para 2005

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em reuniões	.062	.000	.249	.000
Identificação partidária	.099	.000	.260	.000
			.194	

Fonte: banco de dados NUPESAL, 2005.

Como se observa, a variável dependente sobre participação em comícios não foi introduzida na regressão. Nesse caso, apenas a participação em reuniões e a identificação partidária dos eleitores de Porto Alegre podem ser empregadas como previsoras da importância do voto.

A primeira variável introduzida foi a participação em reuniões. Com 6,2% de poder explicativo sobre a importância do voto, possui uma significância de .000 e indica que, a cada aumento no desvio padrão, o sucesso amplia em 0.249 a cada aumento no desvio padrão. Os valores resultantes da variável identificação partidária são vistos na próxima linha da Tabela 13. Com quase 10% de poder de previsão quando incluída a identificação partidária, .000 de significância, e .260 de aumento de sucesso a cada um aumento no desvio padrão, essa pode ser considerada menos explicativa que a anterior, embora bastante válida. Nesse teste, apenas a variável participação em reuniões foi reincidente como explicativa, sendo introduzida tanto nessa regressão quanto na anterior, quando a variável dependente era o interesse dos eleitores por política. Contudo, antes de

afirmar que existe uma tendência explicativa entre as variáveis empregadas, é necessário que se analise de que forma o cenário é descrito empiricamente para a última *survey* realizada.⁸²

Os resultados referentes à regressão múltipla do último ano são descritos na tabela abaixo.

Tabela 14- Regressão para 2013

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.053	.000	.229	.000
Participação em reuniões	.066	.000	.223	.000

Fonte: banco de dados da tese, recolhidos em 2013.

No último ano, duas variáveis foram automaticamente incorporadas ao modelo de regressão. As mesmas introduzidas na regressão anterior, porém em ordem diferente, corroborando, dessa maneira, para o modelo de análise proposto na hipótese. A introdução da identificação partidária resulta em 5.3% de poder de explicação da variável dependente, valor ainda mais relevante quando observado o resultado do teste de significância, .000. Tal valor indica as poucas chances do resultado da regressão ser proveniente de erro na amostra.

Com a entrada da variável participação em reuniões, o valor explicativo sobe para 6.6%, resultado que também conta com .000 de significância (Sig. ANOVA).

Avaliando os resultados da última tabela (*coefficients*) para as duas variáveis, observa-se que esses foram bastante próximos. Ou seja, a cada desvio padrão aumentando a chance de sucesso do teste se amplia em aproximadamente 0.225, resultados que tornam verdadeira a afirmação de que a identificação partidária das pessoas e a participação em ações política convencionais, conforme destacado no capítulo teórico desta tese, podem influenciar na construção de uma cultura política mais cívica. Todavia, como na regressão anterior, os resultados indicam que a forma como a implantação e a relação das pessoas com os partidos políticos ocorre necessita ser repensada de forma a fornecer maior alcance à formação de uma cultura política eleitoral mais interessada e de apoio ao voto.

Com vistas a sintetizar os resultados observados nessa seção, monta-se a tabela abaixo.

⁸² Ver Capítulo 2 desta tese.

Tabela 15- Resultado da regressão múltipla - variáveis explicativas para a importância do voto

Variável	1985	1996	2000	2005	2013
Identificação partidária	Não	Não	Sim (8.6%)	Sim (9.9%)	Sim (5.3%)
Participação em comícios	Não	Sim (2.9%)	Sim (13.2%)	Não	Não
Participação em reuniões.	Sim (0.9%)	Não	Sim (14%)	Sim (6.2%)	Sim (6.6%)

Fonte: bancos de dados NUPERGS/NUPELAL.

A tabela acima descreve de maneira única de que forma as variáveis predictoras se comportaram durante o período de 1985 a 2013. Com base no modelo explicativo proposto para a regressão e nos resultados obtidos, observa-se que a causalidade entre as variáveis foi de maneira geral baixa em todos os anos. Isso decorre de várias razões. Uma delas diz respeito às próprias variáveis dependentes, que em vários anos apresentaram níveis de respostas positivas baixos. Outra diz respeito às inferências causadas por variáveis não agregadas à análise.

Assim, pode-se concluir que: i) em relação à explicação anterior, relativa à importância do voto, os resultados para esse modelo também foram baixos, embora mais intensos do que anteriormente; ii) novamente, as variáveis, quando introduzidas, obtiveram resultados positivos, assim demonstrando uma direção causal dentro do esperado; iii) novamente, os resultados para o ano de 2000 foram os mais relevantes, sendo esse o único período de tempo em que as três variáveis consideradas dependentes foram agregadas ao modelo de regressão; e iv) novamente, não se observa um padrão na introdução das variáveis explicativas para que a importância do voto que possa ser compreendida.

A comparação entre todas as variáveis introduzidas na regressão, independente de quão explicativas elas são, demonstra que todas foram incluídas pelo menos duas vezes ao longo do período analisado. Considerando a questão da temporalidade, para os anos mais recentes e o número de vezes que ela foi aceita, afirma-se que a participação em reuniões foi a variável mais empregada. Na sequência, a variável independente mais importante foi a de identificação partidária, presente consecutivamente nas últimas três pesquisas.

Em termos teóricos, os resultados aqui encontrados dão continuidade ao referencial teórica da tese, no qual se diz que fatores institucionais exercem influência na formação da cultura política das pessoas. Dessa maneira, corrobora-se com as afirmações de March e Olsen (1984), para quem as instituições políticas de uma sociedade são responsáveis por organizar as interações sociais e

por modelar as preferências e as interpretações políticas das pessoas. Assim, conclui-se que a perspectiva culturalista de análise dos fatos políticos necessita incorporar em sua abrangência valores relacionados à interação das pessoas em esferas institucionais. Os resultados encontrados também concordam com as ideias de Ostrom (1995), para quem a mudança institucional de uma sociedade, que inclui variáveis políticas, afeta a estratégia dos atores que com ela interagem. Assim, esse resultado corrobora para que se considere a importância do conceito de socialização política, via fatores formais da política, na compreensão da cultura política de uma sociedade (HOOGHE, 2004).

Terminada esta análise dos resultados da regressão, que tinha como variável dependente a importância do voto para as pessoas, a próxima e última análise apresenta os resultados da regressão empregando a dimensão do voto como dependente.

5.2.3. Dimensão do voto

A dimensão do voto diz respeito ao que mais tem valor para o eleitor na hora de escolher em quem vai votar: o partido político ou a pessoa do candidato.

Como destacando anteriormente, o porto-alegrense se configura historicamente como um eleitor de voto personalista. Ou seja, tende a escolher seu candidato baseado na figura pessoal do mesmo, e não por concordância com o partido a que ele se vincula. Dessa maneira, o eleitorado em questão se caracteriza por priorizar mais os valores que correspondem às características pessoais do seu candidato, como caráter, honra e honestidade, do que com a ideologia política na qual ele se vincula.

Na hora de votar, esse cenário personalista é identificado por Baquero (1994), que caracteriza o brasileiro como um povo detentor de tradição personalista. Segundo ele, essa tradição deriva da existência de forte descrença das pessoas em relação à esfera política e aos políticos, sentimentos altamente relacionados à sensação de ineficácia da esfera política em resolver os problemas da população (BAQUERO; CASTRO, 1996). Tais situações conduzem à manutenção do voto personalista ao longo dos anos e, assim, à existência de uma cultura política fragmentada e cética.

Segundo Baquero (2000), o personalismo na hora de votar provém de vários fatores. Estão entre eles as atitudes de desconfiança e desencanto das pessoas com as instituições políticas, entre

elas os partidos. Tais sentimentos produzem a desvalorização das instituições políticas e uma cultura política personalista no seu sentido estrutural (BAQUERO, 2000). No Rio Grande do Sul, o personalismo também decorre de fatores históricos, como seu povoamento, sua estruturação econômica e seus aspectos militares. Assim, o objetivo desta etapa é analisar se aspectos relacionados à política convencional têm auxiliado na promoção de valores mais partidários e menos personalistas.

Considerando tal cenário, o objetivo proposto não é o de analisar a existência de um voto direcionado à pessoa do candidato, mas o de verificar se, com o passar dos anos, os partidos políticos e os espaços participativos vinculados a eles estão sendo objeto de maior importância para os eleitores na hora de votar. Assim, avalia-se se existe causalidade explicativa entre identificação partidária e participação em comícios e reuniões de partidos e o tipo de voto do eleitor.

Isso é realizado em uma linha de análise próxima à da pesquisa realizada por Singer (2000). Para o autor, faz-se necessário examinar a relação entre identificação ideológica e comportamento eleitoral, devido ao fato de que, no Brasil, o eleitor possui um conhecimento abstrato dos conceitos políticos de esquerda e de direita. Todavia, em sua análise dos anos de 1989 a 1994 no Brasil, Singer conclui que, mesmo com esse conhecimento abstrato sobre a ideologia de direita e esquerda, as pessoas tendem a votar coerentemente com seu autopoicionamento.

Ou seja, os dados de Singer indicam que a identificação ideológica pode ser empregada como uma variável preditora do voto partidário, mesmo que a relação seja vista em uma parcela pequena do eleitorado.

Considerando isso, os dados dessa regressão avaliam se a identificação partidária das pessoas, independente se de esquerda ou de direita, pode ser empregada como preditora do voto personalista. Assim, analisa-se se é possível associar o comparecimento dos eleitores de Porto Alegre a reuniões e/ou comícios políticos à existência de voto partidário.

Os resultados da correlação (*Pearson e significância*) são observados na tabela abaixo.

Tabela 16- Correlação: Dimensão do voto

	1985		1996		2000		2005		2013	
	P	Sig								
Identificação partidária	.091	.039	.294	.000	.349	.000	.230	.000	.123	.017
Participação em comícios	.139	.003	.097	.059	.247	.000	.230	.000	.017	.385
Participação em reuniões	.108	.018	.127	.020	.182	.000	.037	.217	.006	.457

Fonte: banco de dados NUPESAL/ NUPERGS.

*Os resultados em negrito indicam as variáveis que foram aceitas no modelo de regressão.

Assim, como nas regressões anteriores, todos os resultados contidos na Tabela 16 se mostraram positivos. Contudo, a observação inicial dos dados também evidencia que o emprego da identificação partidária e da participação das pessoas em comícios e reuniões políticas são variáveis menos explicativas do voto partidário. A análise dos resultados do teste de coeficientes da correlação e sua significância são indicativos de que as regressões múltiplas apresentaram poucas relações causais explicativas.

Considerado isso, inicia-se a análise das regressões, observando-se as respostas para o ano de 1985.

Tabela 17- Regressão para 1985

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participa de comícios	.019	.007	.139	.000

Fonte: banco de dados NUPERGS, 1985.

Diferente das duas regressões anteriores, para 1985, que primeiramente analisava o interesse por política e em seguida a importância do voto, a variável participação em reuniões não entrou no modelo desta regressão, resultando na inclusão de apenas uma variável independente. Para esse ano, o teste incluiu somente a participação em comícios para explicar o voto partidário entre eleitores da cidade de Porto Alegre.

Quando inserida a participação dos eleitores em comícios para explicar o voto partidário, essa corresponde a 2% da variância do voto dos eleitores em partidos. O resultado do teste de significância (ANOVA) foi de 0.007, valor que indica poucas chances do resultado apresentado no *model summary* ter ocorrido por conta de erro na amostra.

Por último, os dados padronizados da tabela *coefficients* afirmam que, a cada desvio padrão aumentado, a chance de sucesso do teste sobe .139.

Comparativamente com as regressões dos anos anteriores, 1985 segue a tendência de ter apenas uma variável incluída na correlação. Contudo, a variável não foi a mesma daquela inserida anteriormente, participação em reuniões.

Avaliados os resultados obtidos em 1985, a próxima tabela estuda o cenário de onze anos mais tarde, 1996.

Tabela 18- Regressão para 1996

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.086	.000	.294	.000

Fonte: banco de dados do NUPESAL, 1996.

A regressão para o ano de 1996 apresenta um cenário próximo ao do ano anterior, ao introduzir apenas uma das três variáveis independentes ao modelo. Contudo, a variável introduzida não foi a mesma de 1985. Para 1996, a identificação partidária foi a única variável independente aceita na regressão.

Auxiliando em 8.6% na explicação do voto partidário, a chance desse resultado ocorrer por conta de erro amostral é quase nula, Sig de .000. No que tange aos valores padronizados, a cada aumento no desvio padrão, o sucesso no teste sobe para .294 de desvio padrão. Assim, pode-se considerar a variável preditora de identificação partidária como a única capaz de explicar o voto partidário para 1996. Portanto, embora de maneira fraca, permite-se considerar a observação já destacada nas regressões anteriores e no referencial teórico da tese de que a maior identificação das pessoas com partidos políticos instiga a existência de voto partidário entre os eleitores. Contudo, os dados resultantes também sugerem que o modelo de relação entre eleitores e partidos necessita ser repensado para que esses possam ser considerados fatores mais intensos na formação de uma cultura política de apoio à democracia.

A próxima tabela ilustra os resultados do teste de regressão sobre dimensão partidária para o ano de 2000.

Tabela 19- Regressão para 2000

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.122	.000	.349	.000
Participação em comícios	.146	.000	.303	.000

Fonte: banco de dados do NUPESAL, 2000.

Seguindo a tendência das regressões realizadas nos dois blocos anteriores, o ano de 2000 apresentou a introdução de um maior número de variáveis. O que se observa é que tanto a identificação partidária quanto a participação em comícios podem ser introduzidas no modelo quando o objetivo é explicar a decisão do voto dos eleitores com base nos partidos.

A primeira variável introduzida foi a de identificação partidária. Segundo a amostra, 12% da intenção de voto em detrimento de partidos podem ser atribuídos à variação da identificação das

pessoas a algum partido. A Sig da tabela ANOVA destaca que a existência de erro no cálculo em detrimento da amostra é de .000, ou seja, praticamente inexistente. Ainda em relação à causalidade entre essas duas variáveis, observa-se que a cada aumento no desvio padrão o sucesso do teste melhora .349 do desvio padrão.

O ingresso da segunda variável, participação em comícios, eleva para quase 15% a variação da variável dependente. Logo, pode-se afirmar com um resultado de significância de .000 que esse resultado provém de erro na amostra. Em outras palavras, para 2000, se apresenta um cenário positivo em relação ao voto partidário e à identificação partidária e participação dos eleitores em comícios.

Por último, destaca-se que a cada uma unidade do desvio padrão, o sucesso em testes passa de .349 para .303, quando as duas variáveis estão em questão. Assim, torna-se evidente que, entre as duas variáveis inseridas na regressão, a identificação partidária é aquela que mais contribui no modelo. Comparativamente com as regressões anteriores, observam-se, nesse ano, resultados mais relevantes. Todavia, para a explicação da dimensão do voto, apenas duas variáveis foram inseridas. Para as regressões anteriores, as três foram consideradas relevantes.

Os dados para o penúltimo ano, 2005, são apresentados na Tabela 20.

Tabela 20- Regressão para 2005

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.053	.000	.230	.000
Participação em comícios	.077	.000	.167	.000
			.167	.001

Fonte: banco de dados do NUPESAL, 2005.

Apesar de conter resultados menos intensos, o cenário para esse ano (2005) foi similar ao do ano anterior (2000), ao incluir duas variáveis. Contudo, as variáveis não foram as mesmas resultantes do modelo de regressão no cálculo anterior (identificação partidária e participação em reuniões).

Para 2005, as variáveis introduzidas, identificação partidária e participação em comícios, ocorreram com chance de erro amostral de .000. Ou seja, a introdução das duas variáveis é significativa. Em relação à identificação partidária, observa-se que essa pode justificar 5.3% da variância da variável dependente em relação à variável explicativa, ao passo que a segunda permite que esse valor suba para 7.7%.

Observando os pesos padronizados (*coefficients table*), verifica-se que a identificação partidária, quando aumentada em um desvio padrão, apresenta aumento no sucesso dos testes em .230, valor que desce para .167 quando considerada a participação em comícios. Portanto, torna-se claro que a variável preditora de identificação partidária para 2005 é a que mais contribui. Dessa maneira, observa-se novamente que há uma situação de relação causal positiva entre duas das três variáveis independentes para se explicar a existência de voto partidário. Ou seja, a maior identificação da pessoa em partidos e/ou sua maior interação e atuação em comícios podem ser considerados fatores influentes na hora da pessoa optar por votar de acordo com o partido do candidato, em vez de acordo com seus atributos pessoais.

Em relação ao último ano, 2013, os resultados da regressão são descritos na tabela abaixo.

Tabela 21- Regressão para 2013

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.015	0.03	.123	.000

Fonte: banco de dados da tese.

Para o último ano, apenas a variável identificação partidária se mostrou suficiente para entrar no modelo. Todavia, o resultado foi bastante baixo, pois apenas 1,5% da variância de y (variável a ser explicada) pode ser justificada levando em conta a identificação partidária das pessoas. Adicionalmente, o resultado da tabela ANOVA mostrou que a chance da resposta ter ocorrido em decorrência de erro amostral é de .03, portanto ainda abaixo do limite de 0.05. Salientado o último dado da tabela, destaca-se que a cada aumento na variância, o sucesso do teste sobe .123 do desvio padrão. Essa regressão foi o único caso em que, para 2013, apenas uma variável foi introduzida no modelo. Destaca-se, assim, uma tendência de que a identificação partidária possa ser considerada uma das explicações do voto partidário, pois se mostrou relevante em 1996, 2000, 2005 e 2013.

Seguindo a linha de apresentação da seção anterior, o quadro abaixo faz uma síntese dos resultados encontrados nessa seção.

Tabela 22- Resultado da regressão múltipla - variáveis explicativas para a dimensão do voto*

Variável	1985	1996	2000	2005	2013
Identificação partidária	Não	Sim (8.6%)	Sim (12%)	Sim (5.3%)	Sim (2.5%)
Participação em comícios	Sim (1.9%)	Não	Sim (15%)	Sim (7.7%)	Não
Participação em reuniões.	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

*Os resultados em negrito indicam as variáveis que foram aceitas no modelo de regressão.

Comparativamente com as regressões anteriores, observa-se que a variável identificação partidária se destaca quando o intuito é analisar a dimensão do voto dos eleitores de Porto Alegre. Isso porque ela se mostrou relevante durante as últimas quatro pesquisas. A variável participação em comícios foi a segunda mais presente, sendo introduzida na regressão nos anos de 1985, 2000 e 2005, ao passo que a participação em reuniões não se mostrou relevante em nenhum ano.

A tabela com os dados sintetizados para essa regressão permite concluir que: i) em nenhum ano as três variáveis foram introduzidas ao modelo; ii) quando introduzidas ao modelo, todos os resultados foram positivos, ou seja, verifica-se que a direcionalidade entre as variáveis ocorreu conforme esperado; e iii) apenas a identificação partidária se mostrou constante durante os anos como variável explicativa do voto partidário.

Dentre as variáveis explicativas, a que mais obteve destaque durante o período foi a identificação partidária, sobretudo em relação ao voto partidário e à importância do voto. Em segundo lugar, a variável independente mais explicativa foi a participação em reuniões. Embora a participação em comícios tenha aparecido como causal em mais modelos, essa se destaca por estar mais presente nos últimos três anos, uma vez que a participação em reuniões não é introduzida em 2013.

Embora os dados salientem uma tendência explicativa apenas entre a identificação e o voto partidário, os resultados indicam a necessidade de se considerar variáveis de participação política e de identificação partidária como fatores que influenciam no processo de socialização política e, assim, na compreensão da cultura política das pessoas. A hipótese que subjaz essa associação dá respaldo à teoria aqui empregada, pois ela colabora com a afirmação de que o comportamento político dos indivíduos é moldado pelo ambiente em que ele se insere e que suas ações são o resultado da interação que ali ocorre (WOSHINSKY, 2008).

O objetivo das regressões foi verificar a existência de explicação causal entre variáveis de participação política convencional, identificação partidária e cultura política. Aceita a hipótese central, os dados escolhidos para o teste de regressão alcançaram os seguintes pontos: i) permitir uma análise evolutiva e comparada da cultura política de Porto Alegre dentro do período de tempo proposto; ii) fornecer subsídios empíricos para compreensão da cultura política dos eleitores de Porto Alegre e para avaliar a relação entre a formação da cultura política desses eleitores e o processo de socialização que ocorre por meio da sua participação e atividades políticas convencionais (nesse caso, partidárias); iii) avaliar se o interesse das pessoas pela política e pelo voto e a existência de voto partidário podem ser explicados pela interação das pessoas com determinadas esferas formais de interação com a política.

A importância da análise decorre das históricas características que moldam a cultura política dos eleitores da cidade. Conforme a leitura dos dados empíricos realizada na primeira parte deste capítulo analítico, a situação da cultura política dos eleitores de Porto Alegre é de continuidade com as características históricas. Os dados coletados descrevem um cenário de relação entre eleitores e esfera política marcado por uma forte influência personalista. Em relação ao ato de votar, principal mecanismo de participação cidadã no processo de escolha e representação política, esse é um fator considerado relevante, uma vez que, com o passar dos anos, e em dias atuais, a intensão de voto é de mais de 50%. Considerando esse resultado e o interesse político das pessoas, que se autoconsideram interessadas e que buscam informações políticas, sobretudo por meio da televisão, observa-se que a escolha em quem votar ainda é uma decisão pautada em atributos pessoais dos candidatos na disputa. Dessa maneira, consideram-se os partidos políticos uma variável secundária na hora do eleitor justificar a escolha do seu candidato.

O quadro abaixo sintetiza os resultados decorrentes das regressões analisadas.

Quadro 8- Comparação evolutiva das regressões

Variável Ano	Identificação partidária			Participação em comícios			Participação em reuniões		
	Interesse político	Importância do voto	Dimensão do voto	Interesse político	Importância do voto	Dimensão do voto	Interesse político	Importância do voto	Dimensão do voto
1985	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	-
1996	Sim	-	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-
2000	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-
2005	-	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Sim	-
2013	Sim	Sim	Sim	-	-	-	Sim	Sim	-

Fonte: banco de dados NUPERGS/NUPELAL, 1985-2013.

O cenário da cultura política, descrito empiricamente e enfatizado por meio do referencial acadêmico sobre o assunto em Porto Alegre, reforça a situação da democracia brasileira. A cultura política da cidade, e do RS, possui características que acompanham muitas das características da cultura política do brasileiro. Essa conjuntura torna o estudo do caso de Porto Alegre relevante. Atualmente, a democracia brasileira enfrenta uma situação paradoxal. Institucionalmente implementada e com quase três décadas de existência (1985-2013), a democracia ainda enfrenta a necessidade de construir um apoio social que a permita evoluir. Um dos principais obstáculos do desenvolvimento se pauta nos baixos índices de pessoas participativas e interessadas, sobretudo na esfera convencional. Dessa forma, a regressão múltipla realizada objetivou verificar se existe alguma relação entre determinados espaços institucionais abertos pós 1985 e a formação da cultura política dos porto-alegrenses durante as últimas décadas.

A comparação temporal dos resultados destaca três pontos. O primeiro é a existência de direcionalidade entre as variáveis observadas. Em todas as correlações, observou-se um resultado positivo das variáveis, embora nem sempre significativo. O resultado permitiu a continuidade do estudo e a definição das variáveis de identificação partidária e participação em comícios e reuniões como o grupo de variáveis independentes; ao passo que interesse por política, importância do voto e voto partidário foram consideradas variáveis dependentes.

Os anos de 1985 e 1996, nessa ordem, foram os que apresentaram menores relações causais entre as independentes e dependentes, indicando, nesse sentido, que, com o passar dos anos, as variáveis de participação convencional e de identificação partidária podem ser consideradas mais relevantes para compreensão da cultura política de uma sociedade. O terceiro ponto diz respeito à oscilação na relação causal entre as variáveis. Contudo, os resultados foram positivos na maioria dos anos, mesmo se mostrando baixos ou com pouca significância no teste de causalidade. A conjuntura dos resultados revela um cenário que ainda necessita ser explorado, sobretudo sob a luz de mais e novas hipóteses, e de maneira mais aprofundada, procurando-se descobrir de que forma esses espaços institucionais estão sendo implantados no Brasil. Os efeitos da regressão revelam a importância de tais espaços formais na formação da cultura cívica da sociedade ao mesmo tempo que indicam que a forma como eles estão sendo implementados necessita ser repensada, uma vez que eles não alcançam de forma intensa o objetivo de auxiliar na composição de uma cultura cívica de apoio ao sistema democrático.

Segundo a teoria institucionalista e o conceito de socialização política, a promoção de normas, leis e processos implementados de maneira correta dentro de uma sociedade seriam alguns dos agentes responsáveis por definir e formar os valores e as avaliações das pessoas sobre política e, com isso, seu comportamento. Os resultados da regressão indicam a existência dessa relação, contudo de forma ainda incipiente, devido aos baixos preditores explicativos nos últimos anos. Assim, não suscitando que se negue o pressuposto institucionalista sobre a importância de tais instituições e seus espaços de comunicação entre leitores e governo para a formação da cultura política das pessoas, mas que se questione se tais mecanismos e espaços estão sendo implementados de maneira profícua.

6. CONCLUSÃO

A tese examinou a cultura política dos cidadãos porto-alegrenses durante os últimos 45 anos (1968 – 2013). A análise foi viável pela disponibilidade dos bancos de dados quantitativos sobre participação e interesse político desenvolvidos pelo NUPERGS e NUPESAL e pelo apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em termos analíticos, isso foi possível em virtude da metodologia empregada nas coletas dos dados e das pesquisas realizadas no período, que contêm as mesmas questões sobre interesse político, participação política convencional, identificação partidária, importância e dimensão do voto. O emprego desses bancos de dados permitiu tanto a comparabilidade das variáveis citadas quanto a avaliação do comportamento da cultura política dos eleitores de Porto Alegre entre 1968-2013. Em termos teóricos, a abordagem empregada na análise dos dados diz respeito à cultura política.

A cultura política diz respeito às características que formam os valores, os comportamentos e as atitudes políticas de um grupo social. Assim, o estudo considerou a importância de valores avaliativos para a compreensão do comportamento político das pessoas e baseou-se no argumento de que a formação da cultura política da sociedade depende da interação dos indivíduos com o seu ambiente. Dessa forma, deu-se continuidade aos trabalhos de autores como Almond e Verba (1963), Sigel (1989), Ostrom (1996), Rydin e Pennington (2000) e Woshinsky (2008).

Com vistas a complementar o debate, utilizou-se no quadro teórico os conceitos de socialização e de participação política. O conceito de socialização foi introduzido por fornecer melhor compreensão da forma como os valores, normas e comportamentos das pessoas sobre a esfera política são por elas absorvidos. Esse processo ocorre em todas as fases da vida da pessoa e deriva da aprendizagem que decorre da interação dos indivíduos com seu ambiente. A bibliografia utilizada ressalta que o comportamento político dos eleitores não é determinado apenas pela sua infância e em virtude de aspectos passados. Para compreendê-lo, deve-se incluir as relações estabelecidas pelos indivíduos na fase adulta, quando eles passam a adquirir e exercer seu papel de cidadão e, com isso, a interagir mais diretamente com a esfera política, situação que produz ao indivíduo novas aprendizagens e a transformação dos seus valores (BERGER; LUCKMANN, 1995).

A análise das informações também considerou que a compreensão e a estruturação dos valores que formam a cultura política de uma sociedade dependem da sua história (TABELLINI,

2000). Assim, o estudo das fontes (VIANNA, 1952; URICOCHEA, 1978; PESAVENTO, 1980; ALONSO; BANDEIRA, 1990) permitiu a análise da personalidade política dos porto-alegrenses desde a formação do Rio Grande do Sul. O resultado dessa avaliação destaca o clientelismo, o personalismo e o distanciamento político das pessoas como características comuns do eleitorado porto-alegrense.

O objetivo da tese foi verificar se, no período de abertura política iniciado no fim de 1980, e mais atualmente no de implementação e consolidação da democracia, observam-se alterações no comportamento político das pessoas em Porto Alegre. Analisado o comportamento político das pessoas do período, o objetivo seguinte foi verificar a hipótese de que variáveis de participação institucional, como as vinculadas a partidos, impactam na construção da cultura política do indivíduo da localidade.

Para tal, a análise empírica foi realizada em duas etapas. A primeira, mais descritiva, avaliou se o interesse, a participação política e a percepção das pessoas sobre o voto e partidos têm se alterado durante os últimos 45 anos. A abrangência dos dados permitiu caracterizar, de forma empírica, a cultura política da cidade nas últimas décadas e, assim, avaliar se existe um processo de continuísmo ou de alteração de determinadas características da cultura política da localidade. Desse modo, observou-se que, com o passar dos anos, com a democracia já implementada no país, o interesse dos eleitores de Porto Alegre pela política, pelo voto e por partidos se modificou.

O conjunto de informações analisados evidenciaram uma situação de continuidade e a existência de um eleitorado cívico ainda iminente na cidade. Do ponto de vista atitudinal, os porto-alegrenses apresentam uma baixa participação nos quesitos avaliados (identificação partidária, participação em comícios, participação em reuniões, interesse por política, importância do voto, dimensão do voto). Logo, o cenário é de certo ceticismo e distanciamento em relação à participação política das pessoas na esfera partidária, seja na sua identificação com esta ou na participação em reuniões e comícios.

A leitura das frequências descreve poucas alterações durante os últimos 45 anos analisados. Os dados verificados ressaltam um panorama de afastamento dos cidadãos em relação aos partidos políticos, uma estabilidade em relação à identificação partidária e queda do voto partidário. Assim, as informações obtidas salientam uma situação preocupante em relação à presença de valores cívicos. O cenário mais positivo foi percebido nos dados de autoavaliação dos respondentes de interesse por política, embora sem respaldo atitudinal forte. Isso foi verificado quando questionado

aos entrevistados por qual meio de informação eles obtinham notícias sobre a esfera política (informação via rádio, televisão e mídia impressa), situação em que apenas a televisão obteve níveis significativos. Dessa maneira, as conclusões da primeira etapa da análise empírica descrevem a situação da cultura política de Porto Alegre como de continuidade em relação a determinadas características históricas (voto personalista e distanciamento político).

Tais resultados de continuísmo tornam claros os obstáculos que ainda permanecem em relação à construção de uma cidadania mais interessada e cívica, ou seja, que forneça uma base social de apoio a instauração do sistema democrático. Esses resultados não colocam em dúvida a estabilidade ou a manutenção do sistema democrático, mas sim sua falha institucional em construir um cenário positivo que permita à cultura política se desenvolver de maneira mais cívica.

A continuidade de uma cultura política de voto personalista, distante e não muito interessada pela política, deriva de um conjunto maior de fatores do que aqueles históricos. Conforme enfatizado no referencial teórico, essas características também são resultados da própria ineficiência do sistema político. Se por sua vez a teoria argumenta que valores institucionais são relevantes na formação da cultura política, a tese enfatiza a questão de como a instauração do sistema democrático e seus processos está ocorrendo na formação da cultura política das pessoas.

A análise na segunda etapa empírica considera os resultados provenientes das regressões múltiplas, e compreende o período entre 1985 e 2013⁸³.

Tal análise permitiu verificar a direcionalidade e a causalidade entre as variáveis estudadas, assim testando a hipótese central da tese. Isto é, observa-se que, embora baixos, os níveis de interesse político, interesse pelo voto e importância dos partidos políticos podem ser de alguma maneira explicados pela participação e identificação das pessoas em espaços convencionais de participação e identificação partidária. Dessa forma, a análise permitiu observar e comparar se, após 1985, variáveis vinculadas à democracia procedimental analisadas podem ser empregadas como preditoras de uma cultura mais interessada e partidária.

A regressão múltipla iniciou avaliando a existência de direcionalidade na associação entre as variáveis. Confirmada a hipótese central de que a direcionalidade entre os dados transcorre das variáveis de participação e identificação política para as de cultura política, o passo seguinte foi analisar a significância estatística das correlações e os resultados da regressão para cada *survey*. Os resultados conclusivos provenientes das regressões múltiplas estão sintetizados no quadro abaixo.

⁸³ Por questões metodológicas, o ano de 1968 não foi incorporado às regressões.

Quadro 9- Capacidade explicativa das variáveis analisadas*

	Interesse por Política	Importância do Voto	Dimensão do Voto
Identificação Partidária	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013
Participação em Comícios	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013
Participação em Reuniões	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013

Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados desta tese.

*Os dados destacados dizem respeito aos anos em que houve explicação causal entre as variáveis.

Como se pode observar, os resultados da regressão múltipla reenfocam um cenário preocupante em Porto Alegre. Isso porque não revelam a existência de um padrão causal explicativo entre as variáveis.

Com relação às variáveis independentes no interesse por política, com exceção a 1985, duas das três variáveis empregadas sempre se mostraram relevantes. Considerando como critério de análise o tempo em questão, a variável mais significativa foi a de participação em reuniões, presente em 1985, 2005 e 2013. Todavia, os resultados não permitem indicar um padrão.

No que tange à causalidade entre as variáveis independentes na importância do voto, a participação em comícios pouco aparece como variável explicativa em comparação às demais variáveis. Os resultados considerando as variáveis de identificação partidária e participação em reuniões se mostraram relevantes para 2000, 2005, e 2013. Para a última variável dependente, dimensão do voto, observa-se o resultado mais diferenciado, isso por ela não ser explicativa em nenhum ano para a variável dependente. A relação entre identificação partidária e voto personalista apresenta relação causal durante as últimas quatro *surveys* (1996 a 2013).

Esses resultados destacam o contínuo em relação à existência de uma cultura política personalista e distante predominada pela baixa adesão política das pessoas nas esferas de participação. Esses resultados correspondem a práticas que perpassam pela história da cultura política da cidade de Porto Alegre e que indicam que o processo de democratização necessita ser repensado. O resultado obtido das correlações aceita o argumento de que a participação ativa dos eleitores em atividades políticas formais (sobretudo eleitorais) perpetuada durante décadas está relacionada à construção de uma cidadania cívica. Isso porque a presença, a identificação e a participação dos eleitores em atividades partidárias formais se mostraram variáveis explicativas, embora baixas, do posicionamento das pessoas em relação à importância do voto e ao voto

partidário. Isso aprofunda o debate empírico acerca da forma como os cidadãos de Porto Alegre percebem fatores relacionados ao seu sistema político, como o debate teórico sobre cultura política e democracia.

Embora os estudos sobre cultura política tenham adquirido cada vez mais proeminência nos últimos 50 anos, ainda são poucos aqueles que realizam essa análise dentro de uma dimensão temporal. A possibilidade do emprego de variáveis institucionais na formação da cultura política das pessoas é uma lacuna ainda pouco explorada na Ciência Política. A contribuição social do estudo está em verificar a necessidade de se repensar a forma como determinados espaços institucionais estão sendo implementados, uma vez que se comprova que esses impactam na formação da cultura política. A dúvida não está na capacidade de determinadas instituições em auxiliar e promover uma cultura política mais cívica. Ela está em como estruturar essas instituições e como promovê-las de forma a contribuir para a implementação e desenvolvimento de uma democracia mais plena, em que valores institucionais e culturais sejam relevantes. Outra contribuição está no debate teórico proposto. Embora a Ciência Política esteja caminhando em direção à superação do debate “cultura ou instituições” na instauração de sistemas democráticos, ainda são incipientes os estudos que empiricamente se dedicam a isso.

Os objetivos alcançados demonstram o quanto é importante a produção, o incentivo e a manutenção de pesquisas de opinião sobre cultura política ao longo dos anos, assim como o questionamento e o debate sobre a forma como a implementação dos procedimentos democráticos está ocorrendo em uma sociedade e a forma como isso está sendo percebido pelos cidadãos. Assim, avaliam-se quais mecanismos procedimentais são positivos na formação de uma cultura cívica que dê mais respaldo à formação de um sistema democrático consistente em termos sociais e institucionais, situação que corrobora para que novas hipóteses sejam elaboradas sobre o tema. Entre elas a de que a participação ativa dos eleitores em atividades políticas formais (sobretudo eleitorais), que, quando perpetuam durante o período, corroboram com a formação de uma cultura política cívica de apoio ao sistema político. Assim, a presença, a identificação e a participação dos eleitores em atividades partidárias formais devem ser consideradas mecanismos de socialização política.

Uma vez que os resultados respaldam esse argumento, ao demonstrar que existe relação entre as variáveis exploradas, suscita-se a relevância de se avaliar de que forma esses estão sendo

implementados. Não há dúvidas de que as instituições políticas e seus espaços de participação servem de agente socializadores. Mas o caso de Porto Alegre indica que apenas sua existência não é suficiente para impactar na cultura política das pessoas. Os resultados da tese evidenciam que o modelo de democracia brasileira ainda encontra grandes obstáculos e que a implementação da sua estrutura institucional necessita ser repensada. Tais resultados introduzem três pontos ao debate: i) a necessidade de se materializar mais estudos empíricos sobre essa temática, que permitam, sobretudo, introduzir mais variáveis ao debate; ii) a importância da evolução histórica das sociedades na compreensão da cultura política dos seus habitantes; e iii) a relevância da teoria da cultura política e dos conceitos de socialização e participação para compreender e descrever os obstáculos da implementação da democracia em dias contemporâneos.

Nesse ponto, a limitação da tese estava em não poder incorporar à análise mais variáveis sobre cultura política e participação política. Considerando tal limitação, os resultados estimulam a continuidade do estudo sobre o tema, sobretudo em termos longitudinais e por intermédio da inclusão de outras variáveis no seu escopo, como de confiança institucional e capital social. Adiciona-se também a importância de que os futuros estudos se ampliem em termos metodológicos, possibilitando não somente uma ampliação do debate teórico, mas também a inserção de uma metodologia empírica mais plural. Nesse caso, o ideal seria fazê-lo por meio de análises de natureza quali-quantitativas, obtendo, dessa forma, resultados e análises mais completas da relação entre instituições políticas e a formação da cultura política. Isso permitirá que as comparações ao longo dos anos se tornem mais profícuas no que tange à continuidade ou à transformação de determinados aspectos político-culturais de uma sociedade.

Além disso, essa pesquisa colabora para que se realize um melhor controle e avaliação da forma como os sistemas democráticos estão sendo implementados, considerando a avaliação das pessoas. São os valores e comportamentos dos indivíduos que fornecem legitimidade a esfera política. Logo, compreender quais fatores são relevantes na sua formação é indispensável para que a democracia supere seus os obstáculos.

O esforço empreendido nesta tese pode ser observado como uma das poucas tentativas empíricas e longitudinais, no que tange à análise de regularidades e padrões de atitudes, valores e comportamentos políticos, que considera alguns dos fatores institucionais da democracia. Os resultados sugerem a necessidade de continuidade, não somente do caso porto-alegrense, mas de

outras localidades e em níveis nacionais, fornecendo, assim elementos de comparação mais amplos e de caráter mais propositivo e de incidência na realidade. Isso é importante tanto para a compreensão e estudo da cultura política quanto para a constituição de sistemas democráticos.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, n. 31, 1988, p. 5-34
- ABRUCIO, Luiz, F. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Newbury Park, London, New Delhi: Sage, 1963.
- ALMOND, Gabriel. *A Discipline Divided Schools and Sects in Political Science*. London: Sage, 1990.
- ALMOND, Gabriel. *Political development*. Boston: Little, Brown, 1970.
- ALMOND, Gabriel. Political Science: the history of the discipline. In: GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds.). *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- ALMOND, Gabriel. Political Theory and Political Science. *American Political Science Review*, v. 60, n. 4, p.869-879, dez., 1966.
- ALMOND, Gabriel. (1996). The Civic Culture: Prehistory, Retrospect, and Prospect. *Center for the Study of Democracy*. UC Irvine: Center for the Study of Democracy. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/4mm1285j>>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- ALMOND, Gabriel. Um método funcional para o estudo da política comparada. In: ALMOND, Gabriel; COLEMAN, James. *A política das áreas em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. F. Bastos, 1969. p.13-68.
- ALMOND, Gabriel; COLEMAN, James. *A política das áreas em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. F. Bastos, 1969.
- ALMOND, Gabriel; POWELL Jr.; G. Bingham. *Uma Teoria de Política Comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture Revisited*. Newbury Park, London, New Delhi: Sage, 1989.
- ALONSO, José; BANDEIRA, Pedro. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul nos anos 80. In: *FEE. A economia Gaúcha nos anos 80*. Porto Alegre: Tomo I, p. 67-130, 1990.
- ANSELL, Christopher. Network Institutionalism. In: RHODES, R. A.; BINDER, Sarah; ROCKMAN, Bert. *The Oxford Handbook of Political Science*. V. 75, 2006, p.75-89.

ANTUNES, Ricardo. *Desertificação neoliberal no Brasil*. (COLLOR, FHC E LUA). Editora: AUTORES ASSOCIADOS, 2004.

ARAUJO, Denise Lino. Quem explica o que. Para quem e como? A explicação da crise energética brasileira em 2001 segundo os telejornais. In: *Intercâmbio*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem: v. 14, 2005.

ARTURI, Carlos. S. As Eleições Municipais de 2000: resultados e tendências. *Dissenso - Revista Digital do Departamento de Ciência Política da UFRGS*, v. 2, 2001.

AVRITZER, Leonardo. 2003. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (eds.). *A inovação Democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, p. 13-60.

AVRITZER, Leonardo. *Democracy and the public space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

AVRITZER, Leonardo. Democratization and changes in the pattern of association in Brasil. In: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 42, n. 3, Fall, 2000, p. 59-76.

AVRITZER, Leonardo. *Participatory Institutions in Democratic Brazil*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2009.

AZAMBUJA, Darcy. *Teoria geral do Estado*. São Paulo: Globo, 1998.

BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisa de Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2005.

BAGEHOT, Walter. *The English Constitution*. 1873. Disponível em: <<http://socserv.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/bagehot/constitution.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. Identidade Partidária e instituições políticas no Brasil. *Revista Lua Nova*, v. 26, 1992, p. 133-66.

BAQUERO, Marcello. (Org.). *Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

BAQUERO, Marcello. *A Construção da Democracia na América Latina: Estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre; Canoas: Editora da UFRGS/Centro Educacional La Salle, 1998.

BAQUERO, Marcello. A Cultura Política na Agenda da Democratização na América Latina. In: BAQUERO, Marcello. *Culturas(s) Política(s) e democracia no Século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 13-24.

BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

BAQUERO, Marcello. *Cultura Política e Democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

BAQUERO, Marcello. *Democracia e desigualdades na América Latina: Novas perspectivas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BAQUERO, Marcello. *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BAQUERO, Marcello. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: estado e partidos políticos. In: BAQUERO, M. *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 26-41.

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique. C. de O. A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política. In: BAQUERO, M. (Org.). *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. Matriz histórico-estrutural da cultura política no Rio Grande do Sul e padrões de participação política. *Cadernos de Ciência Política*. Série Pré-edições, n. 3. Porto Alegre, Universidade/UFRGS, 1995.

BARNES, Samuel; KAASE, Max. *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*. London: Sage Publications, 1979.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. In: *Lua Nova*, São Paulo, n. 33, Aug., 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 de maio de 2014.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

BOBBIO, Norberto. *The future of democracy: A defense of the rules of the game*. Mineapolis: University of Minnesota Press, 1987.

BOBBIO, Norberto. Quais as alternativas para a democracia representativa. In BOBBIO, Norberto et al. *O Marxismo e o Estado*. Trad. Federica L. Boccardo e Renée Lerie. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 34-70.

BOBBIO, Norberto. *Teoria das Formas de Governo*. Brasília: UnB, 1976.

BOITO Jr, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: Classes Sociais, Neodesenvolvimentismo e Política Externa nos Governos Lula e Dilma. In: *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 47, set., 2013, p. 31-38.

BOUCHÉ, Vanessa. Political Socialization. In: *21 century political science: A reference handbook*. Thousands Oaks, USA: Sage Publications, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194620>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

BRASIL. Constituição brasileira de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 9096, de 19 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19096.htm>. Acesso em: 20 dez. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da Política de Elites à Democracia de Sociedade Civil. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). *Brasil 500 Anos: Futuro, Presente, Passado*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2000, p. 517-538.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O governo Dilma frente ao tripé macroeconômico e à direita liberal e dependente. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 95, Mar., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Aug. 2014.

BRIM, Orville G., Socialization through the life cycle. In: BRIM, Orville G; WHEELER, Stanton. *Socialization after childhood*. New York: Wiley, 1966, p. 1-49.

BRIM, Orville G.; WHEELER, Stanton. *Socialization after Childhood: Two Essays*. New York: John Wiley & Sons Inc, 1966.

BRYMAN, Alan; CRAMER, Duncan. *Quantitative data analysis with SPSS 12 and 13: Guide for social Scientist*. London and New York: Routledge, 2005.

CAMPBELL, Angus et al. *The American Voter*. New York: John Wiley, 1960.

CAMPBELL, Angus. *The American Voter*. Wiley & Sons, Inc., John, 1964.

CARDOSO, Fernando H. Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina. In: COLLIER D. (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARDOSO, Fernando H.; LAMOUNIER, Bolívar. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva. Partidos Políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *DADOS*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, 2004, p. 131-168.

CARVALHO, Carlos Eduardo. As origens e a gênese do Plano Collor. In: *Revista Nova economia*. Belo Horizonte, v. 16, n. 1, Apr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 12 de março de 2014.

CASTRO, Henrique Carlos. *Cultura Política, democracia e hegemonia: uma tentativa de explicação do comportamento político não democrático*. 2000. Disponível em: <<http://www.artmed.com.br/gramsci>>. Acesso em: 21 out. 2013.

CASTRO, Mônica. *Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política*. Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.

CATLIN, George. The Delimitation and Measurability of Political Phenomena. *American Political Science Review*, v. 21, n. 2, p. 225-269, 1927.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 25, nov., 2005, p. 83-106. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31113.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

CONTREIRAS, Hélio. *AI – 5: a opressão no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CORNWALL, Andrea; ROMANO, Jorge; SHANKLAND, Alex. Brazilian experiences of participation and citizenship: a critical look. In: discussion paper 389, IDS (Institute of Development Studies), dec., 2008. Disponível em: <<https://www.ids.ac.uk/files/Dp389.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

COSTA, Wagner. C. da. Novo Tempo/Maranhão Novo: quais os tempos da oligarquia? In: SOUSA, Moisés Matias Ferreira de. (Org.). *Os outros segredos do Maranhão*. São Luís: Ed. Estação Gráfica, 2002, v., p. 13-24.

COTGROVE, Stephen; ANDREW, Duff. Environmentalism, Values, and Social Change. *British Journal of Sociology*, v. 32, Mar., 1981, p. 92-110.

CROZIER, Michael; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. *The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University Press, 1975. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/8317647/The-Crisis-of-Democracy-Michel-Crozier-Samuel-Huntington-Joji-Watanuki>>. Acesso em: 01 mar. 2014.

CRUZ, Consuelo. *Political Culture and Institutional Development in Costa Rica and Nicaragua: World Making in the Tropics*. New York: Cambridge University Press, 2005.

CULLELL, Jorge V.; O'DONNELL, Guillermo; IAZZETTA, Ozvaldo. *The quality of democracy*. Chicago: University of Notre Dame, 2002.

DAGNINO, Evelina. *Sociedad civil, espacios públicos y democratización: Brasil. México: Fondo de Cultura Económica*, 2002.

DAHL, Robert. *La Democracia Y Sus Criticos*. Barcelona: Paidós Ibérica Ediciones, 1989.

DALTON, Russell J. Was There a Revolution? A Note on Generational Versus Life Cycle Explanations of Value Differences. *Comparative Political Studies*, v. 9, Jan., 1977, p. 459-73.

DANCEY, Christine P.; REIDY, John. *Estatística sem matemática para psicologia. Usando SPSS para Windows*. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2006.

DAVIES, Ian; GORARD, Stephen; MCGUINN, Nick. Citizenship education and character education: Similarities and contrasts. *British Journal of education Studies*, v. 53, n. 3, 2005, p. 341-358.

DAWSON, Richard E.; PREWITT, Kenneth; DAWSON, Karen S. *Political socialization: an analytic study*. Boston: Little, Brown, 1977.

DENNIS, Jack; MCCRONE, Donald. Adult development of political party identification in western democracies. *Comparative Political Studies*, v. 14, 1970, p. 243-263.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. The quality of democracy. *Journal of Democracy*, v. 15, n. 4, 2004, p. 20-31.

DIAMOND, Larry. *Developing democracy: toward consolidation*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1999.

DIAS, Marcia R. Republicanismo Adjetivado: as dimensões aristocrática e democrática nos discursos da campanha presidencial brasileira de 2006. *Revista Compolítica*, v. 2, 2012, p. 29-60.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). *Tabulações do sistema de acompanhamento de greves no Brasil 1995-2007 e Balanço das Greves em 2008, nota à imprensa*, São Paulo, 23 jul. 2009.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 63-82.

DOGAN, Mattei. Political science and other social sciences. In: GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds.). *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2014 (1ª edição 1895).

DURKHEIM, Emile. *O Suicídio*. Portugal: Presença, 2007 (1ª edição 1897).

EASTON, David. *A Framework for political Analysis*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1968.

EASTON, David; DENNIS, Jack. *Children in the Political System: Origins of Political Legitimacy*. New York: McGraw-Hill, 1969.

EASTON, David; DENNIS, Jack. Child's image of government. In: GREENBERG, Edward S. *Political socialization*. New York: Atherton Press, 1970, p. 24-55.

EASTON, David; DENNIS, Jack. The child acquisition of regime norms: political efficacy. *American political science review*, v. 61, mar., 1967, p. 25-38.

EASTON, David. An Approach to the Analysis of Political Systems. In: *World Politics*, Cambridge University Press, v. 9, n. 3, dez., 1957, p. 383-400.

ELLIS, Ellen. Political Science at the Crossroads. *American Political Science Review*, v. 21, n. 04, nov., 1927, p. 773-791.

ELSTER, Jon. The possibility of rational politics. *European Journal of Sociology/Archives Européennes de Sociologie*, v. 28, n. 1, 1987, p. 67-103.

FERRARI, Levi Bucalem. *Burocratas & Burocracias*. São Paulo: Semente, 1981.

FERREIRA, Denise Paiva. *Oposição e Transição Democrática: a estratégia peemedebista*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, 1990.

FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, Nov., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 jul. 2014.

FIORINA, Morris. *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

FLANAGAN, Scott C. Value Change and Partisan Change in Japan: The Silent Revolution. Revisited. *Comparative Politics*, v. 11, Apr., 1979, p. 253-78.

FLANAGAN, Scott C.; LEE, Aie-Rie. The New Politics, Culture Wars, and The Authoritarian-Libertarian Value Change in Advanced Industrial Democracies. *Comparative Political Studies*, v. 36, apr., 2003, p. 235-70.

FONTOURA, Morgana Camargo da. *Cenários de Representação: mídia e política nas eleições municipais em Porto Alegre* (2000). Dissertação de mestrado apresentada no Programa de pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

GREENSTEIN, Fred I.; POLSBY, Nelson W. *Handbook of political science*. Boston, EUA: Addison-Wesley Pub. Co., 1975.

FUNG, Archon; WRIGHT, Erik O. (eds). *Deepening democracy: Institutional innovations in empowered participatory governance*. Real Utopias Project. London: Verso Press, 2003.

GARAVAGLIA, Susan; SHARMA, Asha. *A smart guide to dummy variables: four applications and a macro*. Murray Hill, New Jersey: Citeseer, 1996. Disponível em: <<http://www.ats.ucla.edu/stat/sas/library/nesug98/p046.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

GIMPEL, James G.; LAY, J. Celeste; SCHUKNECHT, Jason E. *Cultivating Democracy: Civic Environments and Political Socialization in America*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2003.

GONZÁLEZ, Rodrigo. Democracia, Cultura Política e Experiências Participativas na América Latina. In: BAQUERO, Marcello. *Culturas(s) Política(s) e democracia no Século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 47-68.

GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds.). *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

GREENBERG, Edward S. *Political socialization*. New York: Atherton Press, 1970.

GREENSTEIN, Fred. Personality and Political Socialization: The Theories of Authoritarian and Democratic Character. In: SIGEL, Roberta (org.) *Learning about Politics: a Reader in Political Socialization*. New York, USA/Toronto, Canada: Editora Random House, 1970, p. 260-276.

GREENSTEIN, Fred. Children and politics. In: GREENBERG, Edward S. *Political socialization*. New York: Atherton Press, 1970, p. 56-63.

GUILLÉN, Mauro F. Análisis de regresión múltiple. *Cuadernos metodológicos*, Salamanca, CIS (Centro de investigaciones sociológicas), n. 4, 1992.

HAGOPIAN, Frances. Political Development Revisited. In: *Comparative Political Studies*, Sage, v. 33, n. 6, jul., 2000, p. 880-911. Disponível em: <<http://cps.sagepub.com/content/33/6-7/880>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

HAPPE, Barbara. National context: Brazil. In: SCHLOSSER, Dirk Berg; KERSTING, Norbert. *Poverty and democracy: self-help and political participation in third world cities*. London, UK/New York, USA: Zed Books, 2003, p. 17-57.

HAROLD, Clarke D.; DUTT, Nitish; RAPKIN, Jonathan. Conversations in Context: The (Mis) Measurement of Value Change in Advanced Industrial Societies. *Political Behavior*, v. 19, mar., 1997, p. 19-39.

HARRIS, Fredrik; GILLION, Daniel. Expanding the possibilities reconceptualizing political participation as a toolbox. In: LEIGHLEY, Jan E. (Ed.). *Oxford Handbook of American elections and political behavior*. Oxford, USA: Oxford University Press, 2012, p. 144-162.

HEYWOOD, Andrew. *Politics*. London: MacMillan, 1997.

HELD, David. *Modelos de democracia*. Madri: Alianza Universidad, 1997.

HESS, Robert; TORNEY, Judith V. The development of political culture. In: GREENBERG, Edward S. *Political socialization*. New York: Atherton Press, 1970, p. 64-82.

HESS, Robert; TORNEY, Judith V. *The development of political attitudes in children*. New York: Anchor books, 1967.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2005 (1ª edição 1651).

HOMANS, George. Behaviorismo e pós-behaviorismo. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. *Teoria Social Hoje*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 91-126.

HOOGE, Marc. Political Socialization and the Future of Politics. *Acta Politica*, v. 39, n. 4, dec., 2004, p. 331-341.

HUCKFELDT, Robert; JOHNSON, Paul; SPRAGUE, John. Individuals, Dyads and Networks: Autoregressive Patterns of Political Influence. In: ZUCKERMAN, Allan. *The Social Logic of Politics: Personal Networks as Contexts for Political Behavior*. Philadelphia, USA: Temple University Press, 2005, p. 21-50.

HUNTINGTON, Samuel P. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

HUNTINGTON, Samuel P. *American politics: the promise of disharmony*. Belknap, EUA: Harvard University Press, 1981.

HYMAN, H. H.; WRIGHT, C. R.; REED, J. S. Enduring effects on knowledge. In: HYMAN, H. H. *The enduring effects of education*. Chicago: University of Chicago Press, 1975, p. 40-59.

HYMAN, Herbert. *Political socialization: a study of the psychology of political behavior*. New York: Free Press, 1959.

IBGE, 2013. *Censo Brasileiro de 2013*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 abr. 2013.

IKE, Nobutaka. Economic Growth and Intergenerational Change in Japan. *American Political Science Review*, v. 67, Dec., 1973, p. 1194-1203.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, Cultural Change and Democracy: The Human Development Sequence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

INGLEHART, Ronald. Changing Values, Economic Development and political Change. *International Social Science Journal*, n. 145, set., 1995, p. 379-404.

INGLEHART, Ronald. The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-Industrial Societies. *American Political Science Review*, v. 65, n. 4, dec., 1971, p. 991-1017.

INGLEHART, Ronald. *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, Ronald; WAYNE, Baker. Modernization, Cultural Change and the Persistence of Traditional Values. *American Sociological Review*, v. 65, n. 1, fev., 2000, p. 19-51.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia*. São Paulo: Verbena, 2009.

INGLEHART, Ronald. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

JACKMAN, Robert. Political Institutions and Voter Turnout in the Industrial Democracies. *The American Political Science Review*, v. 81, n. 2, jun., 1987, p. 405-424. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1961959>>. Acesso em: 17 mai. 2014.

JEHÁ, Pedro Rubez. *O processo de degeneração dos partidos políticos no Brasil*. Tese. Pós-graduação Stricto Sensu. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

KIDD, Quentin. *Participation in America*. London: Pargrave Macmillan, 2011.

KINZO, Maria D'Alva; SILVA, S. R. *PMDB*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996.

KINZO, Maria D'Alva. A Democratização Brasileira: Um Balanço do Processo Político desde a Transição. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001, p. 3-12.

KINZO, Maria D'Alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, 2005.

KINZO, Maria D'Alva. A eleição presidencial de 1989. O comportamento eleitoral em uma cidade brasileira. *DADOS*, v. 35, n. 1, 1992, p. 49-66.

- LA PALOMBARA, J. Political participation as an analytical concept in comparative politics. In: VERBA, S.; PYE, L. (Orgs.). *The citizen and politics: a comparative perspective*. Stanford: Conn. Greylock, 1978, p. 167-194.
- LAMOUNIER, Bolivar. O Brasil Autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LAMOUNIER, Bolivar.; SOUZA, Amaury. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: *Dados*, v. 34, n. 3, 1991, p. 311-348.
- LAMOUNIER, Bolivar. *Voto e desconfiança: Eleições e mudanças políticas no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.
- LANGTON, Kenneth. *Political socialization*. New York: Oxford University press, 1969.
- LAVAREDA, Antônio. Governo, partidos e eleições segundo a opinião pública. O Brasil de 1989 comparado com o ano de 1964. *DADOS*, v. 32, n. 3, 1989, p. 342-362.
- LAWY, Robert; BIESTA, Gert. Citizenship as practice. The educational implications of an inclusive and relational understanding of citizenship. *British Journal of education Studies*, v. 454, 2006, p. 34-50.
- LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975. 270 p.
- LEHER, Roberto. O governo Lula e os movimentos sociais. *OSAL*, Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, n. 10, 2006, p. 81- 129.
- LEVINE, Robert. A. Socialization, social structure, and intersocietal images. In: KELMAN, H. C. (ed.). *International Behavior: A Social Psychological Analysis*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1965.
- LIJPHART, Arend. Comparative Politics and the Comparative Method. *The American Political Science Review*, v. 65, n. 3, sep., 1971, p. 682-693.
- LINS, Juan; STEPAN, Alfred. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.
- LINZ, Juan. *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. Colorado, USA: Rienner, 2000.
- LINZ Juan; STEPAN, Alfred. *Problems of democratic transition and consolidation..* Baltimore, USA: Johns Hopkins University Press, 1996.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 30*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LOWELL, Lawrence. The Physiology of Politics. *American Political Science Review*, v. 4, n. 1, 1910, p. 01-15.

MAINWARING, Scott. Multipartism, Robust Federalism and Presidentialism in Brazil. In: MAINWARING, S Scott.; SHUGART, M. S. (eds.). *Presidentialism and Democracy in Latin America*. Cambridge: Cambridge University, 1997.

MAINWARING, S Scott. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, Scott. *Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARCH, James G; OLSEN, Johan P. Elaborating the New Institutionalism. In: BINDER, Sarah; ROCKMAN, Bert. *The oxford handbook of political institutions*. New York: Oxford University Press, 2006, p. 3-22.

MARCH, James G; OLSEN, Johan P. The new institutionalism: organizational factors in political life. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 31, nov., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000200010&lng=en&nrm=iso>. Tradução do artigo de 1984. Acesso em: 02 jun. 2014.

MARCH, James; OLSEN, Johan. *Rediscovering Institutions*. New York: Free Press, 1989.

MARCH, James; OLSEN, Johan. The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life. *American political Science Review*, v. 78, 1984, p. 734-749.

MARSH, Alan. The 'Silent Revolution,' Value Priorities, and the Quality of Life in Britain. *American political Science Review*, v. 69, Mar., 1975, 21-30.

MARTINS, Carlos Eduardo. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. *Rev. Katál*, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2007, p. 35-43.

MARX, Karl. *Capital: A Critical Analysis of Capitalist Production*. v. 1. New York: International Publishers, 1979.

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENEGUELLO, Raquel. Electoral Behavior in Brazil: The 1994 Presidential Election. *International Social Science Journal*, v. 47, n. 4, 1995.

MENEGUELLO, Raquel. Partidos e Tendências de Comportamento: O Cenário Político em 1994. In: DAGNINO, E. (org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MERRIAM, Charles. *New aspects of politics*. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

MERRIAM, Charles. *The Making of Citizens: A Comparative Study of Methods of Civic Training*. Chicago: University of Chicago Press, 1931.

MERRIAM, Charles. The Present State of the Study of Politics. *American Political Science Review*, v. 15, 1921, p. 173-185.

MERRIAM, Charles. The Significance of Psychology for the Study of Politics. *American Political Science Review*, v. 18, n. 03, 1924, p. 469-448.

MILBRATH, Lester. *Polítical Participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally College Publishing Company, 1965.

MILBRATH, Lester. GOEL, M. *Political Participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally College Publishing Company/University Press of America, 1977.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, fev., 2008.

MOISÉS, José Álvaro. *Democracia e Confiança: Porque os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

MONTESQUIEU, Charles. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Editora, 2005 (original de 1748).

MORLINO, Leonardo. Explicar la realidad democrática: que tan relevantes son lãs tradiciones autoritarias. *Revista de Ciência Política*, v. 27, n. 2, 2007.

NAKAHODO, Sidney Nakao; SAVOIA, José Roberto. A reforma da previdência no Brasil: estudo comparativo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, Feb. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 ago. 2013.

NAZZARI, Rosana K. *Juventude Brasileira: capital Social, cultura política e socialização política*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

NICOLAU, Jairo. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

NIEMI, Richard; NEUNDORF, Anja. Beyond socialization new approaches to age, period, cohort analysis. *Electoral Studies*, v. 33, 2013, p. 1-6.

NNOLIE, O. *Introduction to politics*. London: Essex Longman Group ltd., 1990.

NOLL, Maria Izabel. TRINDADE, Hélió. *Rio Grande do Sul: partidos e eleições (1823/1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991. v. 1.

NOLL, Maria Izabel. Partidos e eleições no Rio Grande do Sul. IN: BAQUERO, Marcello (org). *Brasil - transição, eleições e opinião pública*. Porto Alegre. Editora da Universidade, 1995.

NORRIS, Pippa. The Growth of Critical Citizens? In: NORRIS, Pippa. *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*, 1999. p.1-30.

NORRIS, Pippa. *Young People & Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice?* 2003. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/COE.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

NORTH, Douglas; THOMAS, Robert P. *The Rise of the Western World: A New Economic History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

NORTH, Douglass. *Growth and Welfare in the American Past: A New Economic History*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall Inc, 1966.

NORTH, Douglas. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, 1991, p. 97-112. Disponível em: <http://classwebs.spea.indiana.edu/kenricha/classes/v640/v640_readings/north1991.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

NORTH, Douglass. *The Economic Growth of the United States 1790-1860*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1961.

NYLEN, William R. *Participatory democracy versus elitist democracy: Lessons from Brazil*. Basingstoke: Palgrave Macmillian, 2003.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence. *Transitions from authoritarian rule: Southern Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

O'DONNELL, Guillermo; CULLELL, Jorge V.; IAZZETTA, Ozvaldo. *The quality of democracy*. Chicago: University of Notre Dame, 2002.

O'DONNELL, Guillermo. On the State, Democratization and Some Conceptual Problems: Latin America View with Glances at some Postcomunist Counties. *World Development*, v. 21, n. 8, 1993, p. 1355-1369.

O'DONNELL, Guillermo. Reflexiones sobre las tendencias de cambio del Estado burocrático-autoritário. *CLACSO*, Buenos Aires, v. 1, 1975.

OLIVEIRA, Nathalia Cristina. *Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2010.

OSTROM, Elinor. A Grammar of Institutions. *American Political Science Review*, v. 89, n. 3, sep., 1995, p. 582–600.

OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. New York: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor. Incentives, Rules of the Game, and Development. In: WORLD BANK. *Proceedings of the Annual World Bank Conference on Development Economics*. Washington, D.C.: World Bank, 1996, p. 207-34.

PACKENHAM, Robert. Approaches to the Study of political Development. *World Politics*, v. 17, n. 1, 1964, p. 108-120.

PARSONS, Talcott. *El Sistema Social*. Madri: Editora Alianza, 1951.

PARSONS, Talcott. Pattern Variables Revisited: A Response to Robert Dubin. *American Sociological Review*, v. 25, n. 4, Aug., 1960.

PATEMAN, CAROLE. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PATEMAN, Carole. The civic culture: a philosophic critique. In: ALMOD, Gabriel; VERBA, Sidney (Orgs.). *The civic culture Revisited*. Califórnia: Sage, 1989, p. 57-102.

PEIXOTO, Vitor; RENNO, Lucio. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, nov., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 abr. 2014.

PEREIRA, Frederico Batista. Sofisticação política e opinião pública no Brasil: revisitando hipóteses clássicas. *Opinião Pública*, Campinas, v. 19, n. 2, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762013000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2014.

PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 68, out., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jun. 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um caso regional de autoritarismo: a república velha gaúcha. *Revista do IFCH*, Porto Alegre, v. 5, 1977, p. 271-303.

PESTANA, Maria Helena; GAGEIRO, João Nunes. *Análise de dados para ciências sociais: A complementariedade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

PETERS, Guy. Instituições políticas, velho e novo In: GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds.). *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

PICCOLO, Helga I. L. *A política rio-grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1974.

PINTO, Celi Regina Jardim. *Das Formas de Fazer Política: As Eleições Municipais Em Porto Alegre Em 1996*. 1. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

PLATÃO. *As Leis*. São Paulo: Edipro, 1999.

PNUD, Programa das nações unidas para o desenvolvimento. *A democracia na América Latina: Rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs*. 2004.

POLITY IV PROJECT. *Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2013*. Disponível em: <<http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

PORTO, Marta. Ser de todos os tempos sem deixar de ser do instante: Cultura e Política em tempos de crise. *Sinais Sociais*. v. 1, n. 1, ago., 2006, p. 28-63.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracy and the market: Political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*. New York: Cambridge University Press, 1991.

PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 58, p. 9-35, 2003.

PUTNAM, Robert. *Making Democracy Work: Civic traditions in modern Italy*. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1995.

PUTNAM, Robert. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon and Schuster, 2000.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PYE, Lucian. Introduction. In: VERBA, Sidney; PYE, Lucian (Eds.). *Political Culture and political Development*. Princeton: Princeton University Press, 1965.

PYE, Lucian. The Concept of Political Development: In: PYE, L. *Aspects of Political Development*. Boston: Little Brown, 1966.

PZEWORSKI, Adam. *Democracy and Market*. New York: Cambridge University Press, 1991.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. *História geral da civilização brasileira*, v. 3, p. 155-190, 1975.

RAWLS, John. *Political Liberalism: The John Dewey Essays in Philosophy*, 4. New York: Columbia University Press, 1993.

RENNO, Lúcio; SOUZA, Ailton. A metamorfose do orçamento participativo: mudança de governo e seus efeitos em Porto Alegre. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 20, n. 41, fev., 2012.

RHODES, Rod. A.; BINDER, Sarah; ROCKMAN, Bert. *The oxford handbook of political institutions*. New York: Oxford, 2006.

RIBEIRO, Ednaldo. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. *Revista de Sociologia e política*, v. 19, n. 39, 2011, p. 167-182. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a12v19n39.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2014.

RID (Rede Interamericana para a Democracia). *Índice de participação cidadã na América Latina: relatório regional*. 2005. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/393_arquivo.pdf>. Acesso em: 28 set. 2014.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Democracia em duas dimensões: cultura e instituições. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, dez., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2014.

ROTHSTEIN, Bo. Political Institutions: an overview. In: GOODING, Robert; KLINGEMANN, Hans-Dieter (Eds.). *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p.133-166.

RUEDIN, Didier. *Testing Milbrath's 1965 framework of political participation: institutions and social capital*. 2007. Disponível em: <<https://libra.unine.ch/export/DL/...Ruedin/16877.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

RUSH, Michael. *Politics and Society: An introduction to Political Sociology*. New York: Prentice Hall, 1992.

RYDIN, Yvonne; PENNINGTON, Mark. Public Participation and Local Environmental Planning: The collective action problem and the potential of social capital. *Local Environment*, v. 5, n. 2, 2000, p. 153-169. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13549830050009328>>. Acesso em: 06 mai. 2014.

SAMUELS, David. Sources of mass partisanship in Brazil. *Latin American Politics and Society*, v. 48, n. 2, 2006, p. 1-27.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. *Dados*, revista brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997, 493-535.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo (orgs.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Portugal, Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SAPIRO, Virginia. Not your parent's Political socialization: introduction for a new generation. *Annual Reviews*, v. 7, 2004.

SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e política nos anos 1990: um estudo de socialização política no Brasil*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2000.

SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, socialism and democracy*. USA: Perennial books, 2008 (Original de 1942).

SIGEL, Roberta; HOSKIN, M. Perspectives on adult political socialization: Areas of research. In: RENSHON, S. A. (ed.). *Handbook of Political Socialization*. New York, London: Free Press, 1977, p. 259-294.

SIGEL, Roberta. Assumptions about learning political values. In: GREENBERG, Edward S. *Political socialization*. New York: Atherton Press, 1970, p. 19-23.

SIGEL, Roberta. *Political learning in Adulthood*. University of Chicago Press, 1989.

SIGEL, Roberta. *Learning about Politics; a Reader in Political Socialization*. New York, USA; Toronto, Canada: Editora Random House, 1970.

SILVEIRA, Flávio Eduardo. *A Decisão do Voto no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SILVEIRA, Flávio. *O Novo Eleitor Não-Racional*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1996.

SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 a 1994*. São Paulo: EDUSP, 2000.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia editora nacional, 1977.

SKINNER, Frederick. *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (original de 1965).

SKOGEN, Rochelle. The missing element to achieving citizenship as practice: Balancing freedom and responsibility in schools today. *Interchange*, v. 41, n. 1, 2010, p. 17-43.

SKRIVANEK, Smita. The Use of Dummy Variables in Regression Analysis. *MoreSteam.com*. LLC. Working paper. 2009. Disponível em: <<https://www.moresteam.com/whitepapers/download/dummy-variables.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

SMITH, David Horton. General Activity Model. In: SMITH, David Horton; MACAULAY, Jaqueline. *Participation in social and political activities: a comprehensive analyze of political environmental, expressive leisure time and helping behavior*. San Francisco, California: Jossey-Bass, 1980, p. 461-530.

SMITH, David Horton; MACAULAY, Jaqueline. *Participation in social and political activities: a comprehensive analyze of political environmental, expressive leisure time and helping behavior*. San Francisco, California: Jossey-Bass, 1980.

SMITH, Joseph; VINHOSA, Francisco. *History of Brazil*. 1500-2000. London: Longnam, 2002.

STEPAN, Alfred (ed.). *Authoritarian Brazil: Origins, policies and future*. New Haven: Yale University Press, 1973.

STEPAN, Alfred (ed.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEPAN, Alfred. Political leadership and breakdown: Brazil. In: LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. *The breakdown of democratic regimes - Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978, p. 110-137.

TABELLINI, Guido. Regions of Europe. Department of Economics and IGIER Università Bocconi. *Journal of the European Economic Association*, v. 8, n. 4, p. 677-716, jun., 2010.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Elites regionais e formas de dominação. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS; Lajeado: UNIVATES, 1998, p. 63-85.

TAVARES, José Antônio Giusti. *A estrutura do autoritarismo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

TEORELL, Jan; TORCAL, Mariano; MONTERO, Ramon. Political Participation: Mapping the terrain. In: DETH, Jan Van; MONTERO, J. R. WESTHOM, Anders (eds.). *Citizenship and involvement in European Democracies: A comparative Analysis*. London: Routledge, 2007, p. 334-367.

TOCQUEVILLE, Alexis. *Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 1998 (original de 1835).

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2014.

TONELA, Celene. Participação política, valores, cultura política e as (possíveis) correlações com as eleições de 2010. *Revista espaço acadêmico*, v. 11, n. 126, 2011. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13596/8156>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

TRINDADE, Héliqio; NOLL, Maria Izabel. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande do Sul (1823-2002)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Assembleia legislativa do estado do Rio Grande do Sul, 2004.

TRINDADE, Héliqio; NOLL, Maria Izabel. *O Rio Grande da América do Sul: partidos eleições (1823- 1990)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

TSE (Tribunal Superior eleitoral). *Eleições 2010*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/eleicoes-2010>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

ULZURRUN, L. M. Associational membership and social capital in comparative perspective. A note on the problems of measurement. *Politics and Society*, v. 30, 2002, p. 497-523.

URBINATI, Nádia. O que torna a representação democrática? *Revista Lua Nova*, São Paulo, v. 67, 2006, p. 191-228.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VALDAVIDA, Magdalena Cordero. Bancos de dados. *Cuadernos metodológicos*, Salamanca, CIS (Centro de investigaciones sociológicas), n. 24, 1998.

VERBA, Sidney; NIE, N.; KIM, J. *The models of democratic participation: a cross-national comparison*. Beverly Hills: Sage, 1971.

VERBA, Sidney; NIE, Norman. *Participation in America: Political democracy and social equality*. New York: Harper and Row, 1972.

VERBA, Sidney et al. *Participation and political equality: A seven-nation comparison*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

VERBA, Sidney; SCHOLZMAN, Kay; BRANDY, Henry. Citizens activities: who participates? What do they say? *American Political Science review*, v. 87, n. 2, 1993, p. 303-18.

VERBA, Sidney; SCHOLZMAN, Kay; BRANDY, Henry. *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais no Brasil: o campeador rio-grandense*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974 (Original de 1952).

VITALE, Denise. *Democracia semidireta no Brasil pós-1988: a experiência do Orçamento Participativo*. 2004. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2004.

WATSON, John Broadus. Psychology as the behaviorist views it. *Psychological Review*, v. 20, 1913, p. 158–177.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

WEFFORT, Francisco (org.). *Os clássicos da política*. v. 1. São Paulo: Ática, 2000.

WILSON, Woodrow. *Governo Constitucional nos Estados Unidos*. São Paulo: Ibrasa, 1963.

WOSHINSKY, Oliver. *Explaining politics: Culture, institutions and political Behavior*. New York: Routledge. 2008.

ZUCKERMAN, ALAN S. Theoretical Overview. In: ZUCKERMAN, Allan. *The Social Logic of Politics: Personal Networks as Contexts for Political Behavior*. Philadelphia, USA: Temple University Press, 2005, p. 1-45.

ANEXOS

Anexo 1- Questionário aplicado em 2013.

Data _____ 2013 Aplicador: _____ N° Questionário: _____

Projeto: Cultura e participação política em Porto Alegre

Filtro: Ser eleitor na cidade de Porto Alegre.

1. Sexo: (Anotar sem perguntar)

(1) Masculino (2) Feminino

2. Idade: _____ (em anos)

3. Escolaridade:

- (1) Analfabeto
 (2) Lê e escreve
 (3) Ensino fundamental incompleto
 (4) Ensino fundamental completo
 (5) Ensino médio incompleto
 (6) Ensino médio completo
 (7) Superior incompleto
 (8) Superior completo

4. Falando em política, você se interessa por política?

(1) Sim (2) Não

5. Como você avalia seu interesse pela política:

- (1) Alto (2) Médio (3) Baixo
 (4) Não se interessa

6. Qual é o principal meio de informação que você utiliza para obter informações políticas?

- (1) Material impresso (revistas, jornais e/ou livros)
 (2) Material eletrônico (revistas, jornais, sites)
 (3) Redes sociais (facebook, twitter)
 (4) Conversa com conhecidos/parentes (pessoalmente).
 (5) Participação ativa em eventos políticos
 (6) Outro: _TV_____
 (6) Outro: _Rádio_____
 (7) Não busca informações.

7. Após as manifestações iniciadas em abril de 2013 seu interesse pela política:

- (1) Aumentou (2) Continuou igual
 (3) Diminuiu

8. Indique quão importante a política é para sua vida:

- (1) Muito importante (2) Pouco importante
 (3) Nada importante

9. Você conversa sobre política com familiares?

(1) Sim (2) Não (99) NR

10. Você conversa sobre política com conhecidos?

(1) Sim (2) Não (99) NR

11. Com que frequência você se informa sobre assuntos políticos? (período de tempo)

- (1) _____
 (2) Não se informa

12. Em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, você está:

- (1) Satisfeito (2) Indiferente
 (3) Insatisfeito (88) NS
 (99) NR

13. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações:

Todos os políticos são corruptos	
Os políticos prometem e depois não cumprem	
De maneira geral, confio nas instituições políticas brasileiras.	
O Governo possui os meios necessários para resolver os problemas da nossa sociedade.	

- (1) Concorda (2) Concorda em parte
 (3) Discorda (88) NS

14. Como você avalia a qualidade dos serviços públicos em POA nas áreas de:

Saúde	
Educação	
Esporte / Lazer / Cultura	
Transporte	
Segurança	
Saneamento Básico	
Habitação	

- (1) Boa (2) Ruim (3) Péssima (88) NS

15. Quanto às Leis, você as obedece por:

- (1) Acreditar nas instituições
 (2) Obrigação
 (88) NS (99) NR

16. Para resolver os problemas do Brasil, você acha melhor:

- (1) Um líder que coloque as coisas no lugar
 (2) A participação da população nas decisões do governo
 (88) NS (99) NR

17. Como você se sente hoje em nossa sociedade?

- a. (1) Feliz (2) Infeliz
 b. (1) Satisfeito/a (2) Insatisfeito/a
 c. (1) Realizado/a (2) Frustrado/a
 d. (1) Confiante (2) Inseguro

18. Em termos gerais, você diria que:

- (1) Se pode confiar nas pessoas
 (2) Não se pode confiar nas pessoas
 (88) NS (99) NR

19. Em relação às instituições que eu vou ler, gostaria de saber se você confia muito, pouco ou não confia no(a):

a) Congresso Nacional (dep. Fed./senadores)	
b) Governo Federal (presidente/ ministros)	
c) Assembleia Legislativa (dep. Estaduais)	
d) Governo Estadual (governador/secretários)	
e) Câmara Municipal (vereadores)	
f) Governo Municipal (prefeito/secretários)	
g) Judiciário (juizes/tribunais)	
h) Partidos Políticos	
i) Polícia	
j) Sindicatos	
l) Meios de Comunicação	
m) ONGs	
n) Forças Armadas	

(1) Confia muito (2) Confia pouco
(3) Não confia (88) NS (99) NR

20. Falando no bem-estar das pessoas, quem em sua opinião é o maior responsável por ele:

(1) Os indivíduos (2) O governo
(8) NS (9) NR

21. Você se considera um cidadão politicamente ativo?

(1) Sim (2) Não
(88) NS (99) NR

22. Você considera importante a sua participação na política para resolver os problemas do país?

(1) Sim (2) Não
(88) NS (99) NR

23. Quão importante é para você viver num país governado democraticamente?

(1) Muito importante
(2) Indiferente
(3) Nada importante

24. Quão democraticamente seu país é governado?

(1) Muito democraticamente
(2) Pouco democraticamente
(3) Nada democrático

25. Até abril de 2013, você costumava participar ativamente de...

a) Partidos Políticos	
b) Reuniões políticas	
c) Comícios	
d) Associações comunitárias	
e) Associações Sindicais	
f) Conselhos Populares	

Questionário:

g) Organizações Não Governamentais – ONGs	
h) Orçamento Participativo – OP	
i) Abaixo assinados	
j) Manifestações ou protestos	
l) Greves	
m) Boicotes	
n) Atividades eleitorais gratuitas	
o) Ocupação de terrenos ou prédios públicos	

(1) Sim (2) Não (99) NR

26. Atualmente, após abril de 2013, você costuma participar ativamente de:

a) Partidos Políticos	
b) Reuniões políticas	
c) Comícios	
d) Associações comunitárias	
e) Associações Sindicais	
f) Conselhos Populares	
g) Organizações Não Governamentais – ONGs	
h) Orçamento Participativo – OP	
i) Abaixo assinados	
j) Manifestações ou protestos	
l) Greves	
m) Boicotes	
n) Atividades eleitorais gratuitas	
o) Ocupação de terrenos ou prédios públicos	

(1) Sim (2) Não (99) NR

27. Para você, grupos sociais minoritários (como étnicos e religiosos) possuem liberdade e voz dentro do processo político brasileiro?

(1) Sim (2) Parcialmente (3) Não

28. Para você, as autoridades políticas brasileiras estão trabalhando positivamente para promover a participação das pessoas?

(1) Sim (2) Parcialmente (3) Não

29. Para você, as instituições políticas brasileiras promovem a participação das pessoas na política?

(1) Sim (2) Parcialmente (3) Não

30. Você se identifica com algum partido político?

(1) Sim, Qual? _____

(2) Não (99) NR

31. Você é filiado a algum partido político?

(1) Sim, Qual? _____

(2) Não (99) NR

Questionário:

32. Como você avalia o desempenho dos atuais governantes?

a) Presidente da República (Dilma)	
b) Governador do Estado do RGS (Tarso)	
c) Prefeito de Porto Alegre (Fortunati)	

(1) Muito Bom (2) Bom (3) Regular
(4) Ruim (5) Péssimo (88) NS

33. Em relação ao voto, você:

- (1) Considera importante votar para mudar as coisas
(2) Vota porque é obrigatório
(3) Em geral não vota em eleições

34. Na sua opinião, as situações abaixo ocorrem durante as eleições no seu país:

	Sim	Não
Contagem justa dos votos	1	2
Compra/venda de votos	1	2
Eleições Justas	1	2
Campanhas políticas justas	1	2
Cobertura jornalística justa	1	2
Pesquisas de opinião confiáveis	1	2

35. E se no Brasil o voto não fosse obrigatório para maiores de 18 anos, você:

- (1) Votaria (2) Não votaria
(88) NS (99) NR

36. Quando você escolhe em quem vai votar considera mais importante:

- (1) A pessoa do(a) candidato(a)
(2) O partido político a que ele(a) pertence
(88) NS (99) NR

37. Na sua opinião, a colaboração entre as pessoas pode contribuir para melhorar a situação do país?

- (1) Sim (2) Não (99) NS/NR

38. Nos últimos anos, você tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas?

- (1) Sim (2) Não (88) NS

39. Para você: A opinião da maioria das pessoas não é levada em conta no país?

- (1) Sim (2) Não
(88) NS (99) NR

PARA FINALIZAR

40. Atualmente, qual sua situação profissional:

- (1) Empregado/Assalariado
(2) Autônomo/conta própria
(4) Empregador/empresário
(5) Aprendiz/estagiário
(6) Estudante
(7) Desempregado
(8) Aposentado
(9) Dona de casa
(10) Outro. Especificar: _____

41. Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, qual é aproximadamente a renda familiar?

R\$ _____
(88) NS (99) NR

42. Quantas pessoas dependem dessa renda?

(88) NS (99) NR

43. Qual é o seu estado civil?

- (1) Casado/União estável
(2) Solteiro/divorciado/separado
(3) Viúvo (99) NR

44. Cor ou raça: (anote sem perguntar)

- (1) Negro
(2) Morena/mulata
(3) Branco
(4) Indígena
(5) Outro: _____

NOME: _____

CONTATO: _____

Telefone ou e-mail.

Anexo 2- Amostra para 2013.

Distribuição da feminina amostra (n=150)						
Idade		Escolaridade				Total
		Lês e escreve	Fundamental	Médio	Superior	
Entre 16 e 17 anos	Eleitores	8	745	2683	95	3531
	% do total	,0%	,1%	,5%	,0%	,6%
	Amostra	0	0	1	0	1
Entre 18 e 24 anos	Eleitores	204	12723	44852	5417	63196
	% do total	,0%	2,2%	7,6%	,9%	10,7%
	Amostra	0	3	11	2	16
Entre 25 e 44 anos	Eleitores	6710	64460	108003	43866	223039
	% do total	1,1%	11,0%	18,4%	7,5%	37,9%
	Amostra	2	16	28	11	57
Entre 45 e 59 anos	Eleitores	7782	54724	47829	45964	156299
	% do total	1,3%	9,3%	8,1%	7,8%	26,6%
	Amostra	2	14	12	12	40
Entre 60 e 69 anos	Eleitores	6354	29384	18071	17744	71553
	% do total	1,1%	5,0%	3,1%	3,0%	12,2%
	Amostra	2	7	5	4	18
Entre 70 ou mais	Eleitores	9755	36366	14472	9695	70288
	% do total	1,7%	6,2%	2,5%	1,6%	12,0%
	Amostra	3	9	4	2	18
Total	Eleitores	30813	198402	235910	122781	587906
	% do total	5,2%	33,7%	40,1%	20,9%	100,0%
	Amostra	9	49	61	31	150

Distribuição da amostra masculina (n=150)						
Idade		Escolaridade				Total
		Lês e escreve	Fundamental	Médio	Superior	
Entre 16 e 17 anos	Eleitores	16	1029	2293	75	3413
	% do total	,0%	,2%	,5%	,0%	,7%
	Amostra	0	0	1	0	1
Entre 18 e 24 anos	Eleitores	285	15452	39961	7205	62903
	% do total	,1%	3,2%	8,2%	1,5%	12,9%
	Amostra	0	5	13	2	20
Entre 25 e 44 anos	Eleitores	3500	68954	97051	34044	203549
	% do total	,7%	14,1%	19,9%	7,0%	41,7%
	Amostra	1	21	30	10	62
Entre 45 e 59 anos	Eleitores	5816	47004	38787	36432	128039

	% do total	1,2%	9,6%	7,9%	7,5%	26,2%
	Amostra	2	14	12	11	39
Entre 60 e 69 anos	Eleitores	3570	18832	12571	16018	50991
	% do total	,7%	3,9%	2,6%	3,3%	10,4%
	Amostra	1	6	4	5	16
Entre 70 ou mais	Eleitores	4128	16390	9073	9873	39464
	% do total	,8%	3,4%	1,9%	2,0%	8,1%
	Amostra	1	5	3	3	12
Total	Eleitores	17315	167661	199736	103647	488359
	% do total	3,5%	34,3%	40,9%	21,2%	100,0%
	Amostra	5	51	63	31	150

A coleta de foi calculada com base nos dados do TSE sobre o eleitorado da cidade de Porto Alegre em relação a idade e a escolaridade dos respondentes da cidade

Anexo 3- Regressão Interesse por política 1985

Correlations						
		Interesse por Política	Identificação Partidária	Participação em Comícios	Participação em Reuniões	
Pearson Correlation	Interesse por Política	1,000	,076	,128	,157	
	Identificação Partidária	,076	1,000	,182	,097	
	Participação em Comícios	,128	,182	1,000	,438	
	Participação em Reuniões	,157	,097	,438	1,000	
Sig. (1-tailed)	Interesse por Política		,047	,002	,000	
	Identificação Partidária	,047		,000	,017	
	Participação em Comícios	,002	,000		,000	
	Participação em Reuniões	,000	,017	,000		
Model Summary^b						
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate		
1	,157 ^a	,025	,023	,50550		
a. Predictors: (Constant), Participação em Reuniões						
b. Dependent Variable: interesse por política regressao						
ANOVA^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	3,124	1	3,124	12,226	,001 ^b
	Residual	123,163	482	,256		
	Total	126,287	483			
a. Dependent Variable: interesse por política regressao						
b. Predictors: (Constant), Participação em Reuniões						
Coefficients^a						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	,591	,024		24,377	,000
	Participação em Reuniões	,266	,076	,157	3,497	,001
a. Dependent Variable: Interesse por Política						

Anexo 4- Regressão Importância do voto 1985

Correlations						
		Importância do Voto	Identificação Partidária	Participação em Comícios	Participação em Reuniões	
Pearson Correlation	Importância do Voto	1,000	,010	,057	,092	
	Identificação Partidária	,010	1,000	,174	,089	
	Participação em Comícios	,057	,174	1,000	,436	
	Participação em Reuniões	,092	,089	,436	1,000	
Sig. (1-tailed)	Importância do Voto		,414	,109	,022	
	Identificação Partidária	,414		,000	,026	
	Participação em Comícios	,109	,000		,000	
	Participação em Reuniões	,022	,026	,000		
Model Summary ^b						
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate		
1	,092 ^a	,009	,006	,477		
a. Predictors: (Constant), Participação em Comícios						
b. Dependent Variable: Participação em Reuniões						
ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	,923	1	,923	4,050	,045 ^b
	Residual	107,533	472	,228		
	Total	108,456	473			
a. Dependent Variable: Importância do Voto						
b. Predictors: (Constant), Participação em Reuniões						
Coefficients ^a						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	,631	,023		27,236	,000
	Participação em Reuniões	,145	,072	,092	2,013	,045
a. Dependent Variable: Importância do Voto						

Anexo 5- Regressão Dimensão do voto 1985

Correlations					
		Voto no Partido	Identificação Partidária	Participação em Comícios	Participação em Reuniões
Pearson Correlation	Voto no Partido	1,000	,091	,139	,108
	Identificação Partidária	,091	1,000	,155	,090
	Participação em Comícios	,139	,155	1,000	,426
	Participação em Reuniões	,108	,090	,426	1,000
Sig. (1-tailed)	Voto no Partido		,039	,003	,018
	Identificação Partidária	,039		,001	,039
	Participação em Comícios	,003	,001		,000
	Participação em Reuniões	,018	,039	,000	

Model Summary ^b				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,139 ^a	,019	,017	,516

a. Predictors: (Constant), Participação em Comícios

b. Dependent Variable: Voto no Partido

ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	1,988	1	1,988	7,458	0,007
	Residual	100,503	377	,267		
	Total	102,491	378			

a. Dependent Variable: Voto no Partido

b. Predictors: (Constant), Participação em Comícios

Coefficients ^a					
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	Sig.
		B	Std. Error	Beta	
1	(Constant)	,739	,029		,000
	Participação em Comícios	,179	,066	,139	,007

a. Dependent Variable: Voto no Partido

Anexo 6 - Regressão Interesse por Política 1996

Correlations						
		Interesse por Política	Identificação Partidária	Participação em Comícios	Participação em Reuniões	
Pearson Correlation	Interesse por Política	1,000	,248	,164	,164	
	Identificação Partidária	,248	1,000	,159	,234	
	Participação em Comícios	,164	,159	1,000	,366	
	Participação em Reuniões	,164	,234	,366	1,000	
Sig. (1-tailed)	Interesse por Política		,000	,002	,002	
	Identificação Partidária	,000		,003	,000	
	Participação em Comícios	,002	,003		,000	
	Participação em Reuniões	,002	,000	,000		
Model Summary ^c						
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate		
1	.248 ^a	.062	.058	.455		
2	.278 ^b	.077	.071	.452		
a. Predictors: (Constant), Identificação Partidária						
b. Predictors: (Constant), Identificação Partidária, Participação em Comícios						
c. Dependent Variable: Interesse por Política						
ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	3,958	1	3,958	19,122	.000 ^b
	Residual	60,240	291	.207		
	Total	64,198	292			
2	Regression	4,975	2	2,488	12,181	.000 ^c
	Residual	59,223	290	.204		
	Total	64,198	292			
a. Dependent Variable: Interesse por Política						
b. Predictors: (Constant), Identificação Partidária						
c. Predictors: (Constant), Identificação Partidária, Participação em Comícios						
Coefficients ^a						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	.537	.041		12,988	.000
	Identificação Partidária	.236	.054	.248	4,373	.000
2	(Constant)	.522	.042		12,554	.000
	Identificação Partidária	.217	.054	.228	3,992	.000
	Participação em Comícios	.163	.073	.127	2,231	.026
a. Dependent Variable: Interesse por Política						

Anexo 7- Regressão Importância do Voto 1996

Correlations						
		Importância do Voto	Identificação Partidária	Participação em Comícios	Participação em Reuniões	
Pearson Correlation	Importância do Voto	1,000	,093	,171	,081	
	Identificação Partidária	,093	1,000	,162	,227	
	Participação em Comícios	,171	,162	1,000	,369	
	Participação em Reuniões	,081	,227	,369	1,000	
Sig. (1-tailed)	Importância do Voto		,059	,002	,088	
	Identificação Partidária	,059		,003	,000	
	Participação em Comícios	,002	,003		,000	
	Participação em Reuniões	,088	,000	,000		
Model Summary ^b						
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate		
1	,171 ^a	,029	,026	,486		
a. Predictors: (Constant), Participação em Comícios						
b. Dependent Variable: Importância do Voto						
ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	1,993	1	1,993	8,440	,004 ^b
	Residual	66,110	280	,236		
	Total	68,103	281			
a. Dependent Variable: Importância do Voto						
b. Predictors: (Constant), Participação em Comícios						
Coefficients ^a						
Model		Unstandardized Coefficients		Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	,555	,032		17,549	,000
	Participação em Comícios	,228	,078	,171	2,905	,004
a. Dependent Variable: Importância do Voto						

Anexo 8- Regressão Dimensão do voto 1996

Correlations						
		Voto no Partido	Identificação Partidária	Participação em Comícios	Participação em Reuniões	
Pearson Correlation	Voto no Partido	1,000	,294	,097	,127	
	Identificação Partidária	,294	1,000	,150	,226	
	Participação em Comícios	,097	,150	1,000	,361	
	Participação em Reuniões	,127	,226	,361	1,000	
Sig. (1-tailed)	Voto no Partido		,000	,059	,020	
	Voto no Partido	,000		,008	,000	
	Identificação Partidária	,059	,008		,000	
	Participação em Comícios	,020	,000	,000		
Model Summary ^b						
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate		
1	,294 ^a	,087	,083	,43137		
a. Predictors: (Constant), Identificação Partidária						
b. Dependent Variable: Voto no Partido						
ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	4,611	1	4,611	24,778	,000 ^b
	Residual	48,568	261	,186		
	Total	53,179	262			
a. Dependent Variable: Voto no Partido						
b. Predictors: (Constant), Identificação Partidária						
Coefficients ^a						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	,879	,042		21,066	,000
	identificação partidária_regressao	,270	,054	,294	4,978	,000
a. Dependent Variable: Voto no Partido						

Anexo 9- Regressão Interesse por política 2000

Correlations						
		Interesse por Política	Identificação Partidária	Participação em Comícios	Participação em Reuniões	
Pearson Correlation	Interesse por Política	1,000	,242	,301	,197	
	Identificação Partidária	,242	1,000	,283	,281	
	Participação em Comícios	,301	,283	1,000	,471	
	Participação em Reuniões	,197	,281	,471	1,000	
Sig. (1-tailed)	Interesse por Política		,000	,000	,000	
	Identificação Partidária	,000		,000	,000	
	Participação em Comícios	,000	,000		,000	
	Participação em Reuniões	,000	,000	,000		
Model Summary ^c						
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate		
1	,301 ^a	,091	,089	,47066		
2	,342 ^b	,117	,114	,46420		
a. Predictors: (Constant), Participação em Comícios						
b. Predictors: (Constant), Participação em Comícios, Identificação Partidária						
c. Dependent Variable: questao interesse por politica regressao						
ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	10,890	1	10,890	49,162	,000 ^b
	Residual	109,211	493	,222		
	Total	120,101	494			
2	Regression	14,086	2	7,043	32,686	,000 ^c
	Residual	106,015	492	,215		
	Total	120,101	494			
a. Dependent Variable: questao interesse por politica regressao						
b. Predictors: (Constant), Participação em Comícios						
c. Predictors: (Constant), Participação em Comícios, Identificação Partidária						
Coefficients ^a						
Model		Unstandardized Coefficients		Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	,482	,026		18,657	,000
	Participação em Comícios	,316	,045	,301	7,012	,000
2	(Constant)	,387	,035		10,896	,000
	Participação em Comícios	,265	,046	,253	5,728	,000
	Identificação Partidária	,175	,045	,170	3,851	,000
a. Dependent Variable: questao interesse por politica regressao						

Anexo 10- Regressão Importância do Voto 2000

Correlations					
		Importância do Voto	Identificação Partidária	Participação em Comícios	Participação em Reuniões
Pearson Correlation	Importância do Voto	1,000	,293	,288	,243
	Identificação Partidária	,293	1,000	,281	,269
	Participação em Comícios	,288	,281	1,000	,477
	Participação em Reuniões	,243	,269	,477	1,000
Sig. (1-tailed)	Importância do Voto	,000	,000	,000	,000
	Identificação Partidária	,000	,000	,000	,000
	Participação em Comícios	,000	,000	,000	,000
	Participação em Reuniões	,000	,000	,000	,000

Model Summary ^d				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,293 ^a	,086	,084	,44233
2	,364 ^b	,132	,128	,43149
3	,374 ^c	,140	,134	,43011

a. Predictors: (Constant), Identificação Partidária

b. Predictors: (Constant), Identificação Partidária, Participação em Comícios

c. Predictors: (Constant), Identificação Partidária, Participação em Comícios, Participação em Reuniões

d. Dependent Variable: Importância do Voto

ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	8,453	1	8,453	43,201	,000 ^b
	Residual	89,808	459	,196		
	Total	98,260	460			
2	Regression	12,986	2	6,493	34,874	,000 ^c
	Residual	85,274	458	,186		
	Total	98,260	460			
3	Regression	13,717	3	4,572	24,716	,000 ^d
	Residual	84,543	457	,185		
	Total	98,260	460			

a. Dependent Variable: Importância do Voto

b. Predictors: (Constant), Identificação Partidária

c. Predictors: (Constant), Identificação Partidária, Participação em Comícios

d. Predictors: (Constant), Identificação Partidária, Participação em Comícios, Participação em Reuniões

Coefficients ^a						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	,506	,035		14,477	,000
	Identificação Partidária	,284	,043	,293	6,573	,000
2	(Constant)	,472	,035		13,564	,000
	Identificação Partidária	,224	,044	,230	5,082	,000
	Participação em Comícios	,218	,044	,224	4,935	,000
3	(Constant)	,466	,035		13,384	,000
	Identificação Partidária	,209	,044	,216	4,714	,000
	Participação em Comícios	,176	,049	,181	3,597	,000
	Participação em Reuniões	,101	,051	,099	1,988	,047

a. Dependent Variable: Importância do Voto

Anexo 11- Regressão Dimensão do voto 2000

Correlations						
		Voto no Partido	Identificação Partidária	Participação em Comícios	Participação em Reuniões	
Pearson Correlation	Voto no Partido	1,000	,349	,247	,182	
	Identificação Partidária	,349	1,000	,281	,266	
	Participação em Comícios	,247	,281	1,000	,475	
	Participação em Reuniões	,182	,266	,475	1,000	
Sig. (1-tailed)	Voto no Partido		,000	,000	,000	
	Identificação Partidária	,000		,000	,000	
	Participação em Comícios	,000	,000		,000	
	Participação em Reuniões	,000	,000	,000		
Model Summary ^c						
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate		
1	,349 ^a	,122	,120	,43780		
2	,382 ^b	,146	,142	,43226		
a. Predictors: (Constant), Identificação Partidária						
b. Predictors: (Constant), Identificação Partidária, Participação em Comícios						
c. Dependent Variable: Voto no Partido						
ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	11,594	1	11,594	60,490	,000 ^b
	Residual	83,759	437	,192		
	Total	95,353	438			
2	Regression	13,887	2	6,944	37,162	,000 ^c
	Residual	81,466	436	,187		
	Total	95,353	438			
a. Dependent Variable: Voto no Partido						
b. Predictors: (Constant), Identificação Partidária						
c. Predictors: (Constant), Identificação Partidária, Participação em Comícios						
Coefficients ^a						
Model		Unstandardized Coefficients		Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	,907	,036		25,364	,000
	Identificação Partidária	,343	,044	,349	7,778	,000
2	(Constant)	,930	,036		25,892	,000
	Identificação Partidária	,298	,045	,303	6,574	,000
	Participação em Comícios	,160	,046	,162	3,503	,001
a. Dependent Variable: Voto no Partido						

Anexo 12- Regressão Interesse por política 2005

Correlations					
		Interesse por Política	Identificação Partidária	Participação em Comícios	Participação em Reuniões
Pearson Correlation	Interesse por Política	1,000	,091	,176	,101
	Identificação Partidária	,091	1,000	,352	,045
	Participação em Comícios	,176	,352	1,000	,021
	Participação em Reuniões	,101	,045	,021	1,000
Sig. (1-tailed)	Interesse por Política		,022	,000	,013
	Identificação Partidária	,022		,000	,163
	Participação em Comícios	,000	,000		,324
	Participação em Reuniões	,013	,163	,324	

Model Summary ^c				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	.176 ^a	.031	.029	.42446
2	.205 ^b	.042	.038	.42248

a. Predictors: (Constant), Participação em Comícios

b. Predictors: (Constant), Participação em Comícios, Participação em Reuniões

c. Dependent Variable: Interesse por Política

ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	2,781	1	2,781	15,433	.000 ^b
	Residual	87,022	483	,180		
	Total	89,802	484			
2	Regression	3,769	2	1,885	10,559	.000 ^c
	Residual	86,033	482	,178		
	Total	89,802	484			

a. Dependent Variable: Interesse por Política

b. Predictors: (Constant), Participação em Comícios

c. Predictors: (Constant), Participação em Comícios, Participação em Reuniões

Coefficients ^a						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	,711	,022		31,903	,000
	Participação em Comícios	,175	,044	,176	3,928	,000
2	(Constant)	,750	,028		26,959	,000
	Participação em Comícios	,177	,044	,178	3,995	,000
	Participação em Reuniões	,091	,039	,105	2,354	,019

a. Dependent Variable: Interesse por Política

Anexo 13- Regressão Importância do voto 2005

Correlations					
		Importância do Voto	Identificação Partidária	Participação em Comícios	Participação em Reuniões
Pearson Correlation	Importância do Voto	1,000	,179	,128	,249
	Identificação Partidária	,179	1,000	,362	,056
	Participação em Comícios	,128	,362	1,000	,032
	Participação em Reuniões	,249	,056	,032	1,000
Sig. (1-tailed)	Importância do Voto		,000	,003	,000
	Identificação Partidária	,000		,000	,109
	Participação em Comícios	,003	,000		,244
	Participação em Reuniões	,000	,109	,244	

Model Summary ^c				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,249 ^a	,062	,060	,43912
2	,315 ^b	,099	,096	,43072

a. Predictors: (Constant), Participação em Reuniões

b. Predictors: (Constant), Participação em Reuniões, o Identificação Partidária

c. Dependent Variable: Importância do Voto

ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	6,058	1	6,058	31,417	,000 ^b
	Residual	91,594	475	,193		
	Total	97,652	476			
2	Regression	9,715	2	4,857	26,182	,000 ^c
	Residual	87,937	474	,186		
	Total	97,652	476			

a. Dependent Variable: Importância do Voto

b. Predictors: (Constant), Participação em Reuniões

c. Predictors: (Constant), Participação em Reuniões, Identificação Partidária

Coefficients ^a						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	,813	,027		30,243	,000
	Participação em Reuniões	,227	,041	,249	5,605	,000
2	(Constant)	,753	,030		25,486	,000
	Participação em Reuniões	,237	,040	,260	5,956	,000
	Identificação Partidária	,184	,042	,194	4,439	,000

a. Dependent Variable: Importância do Voto

Anexo 14- Regressão Dimensão do voto 2005

Correlations						
		Voto no Partido	Identificação Partidária	Participação em Comícios	Participação em Reuniões	
Pearson Correlation	Voto no Partido	1,000	,230	,230	,037	
	Identificação Partidária	,230	1,000	,381	,065	
	Participação em Comícios	,230	,381	1,000	,010	
	Participação em Reuniões	,037	,065	,010	1,000	
Sig. (1-tailed)	Voto no Partido		,000	,000	,217	
	Identificação Partidária	,000		,000	,088	
	Participação em Comícios	,000	,000		,419	
	Participação em Reuniões	,217	,088	,419		
Model Summary ^c						
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate		
1	,230 ^a	,053	,051	,42006		
2	,277 ^b	,077	,073	,41525		
a. Predictors: (Constant), Identificação Partidária						
b. Predictors: (Constant), quest da ident partidaria para regressao, Participação em Comícios						
c. Dependent Variable: Voto no Partido						
ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	4,321	1	4,321	24,490	,000 ^b
	Residual	77,109	437	,176		
	Total	81,431	438			
2	Regression	6,252	2	3,126	18,128	,000 ^c
	Residual	75,179	436	,172		
	Total	81,431	438			
a. Dependent Variable: Voto no Partido						
b. Predictors: (Constant), Identificação Partidária						
c. Predictors: (Constant), Identificação Partidária, Participação em Comícios						
Coefficients ^a						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	,825	,025		33,493	,000
	Identificação Partidária	,210	,042	,230	4,949	,000
2	(Constant)	,846	,025		33,629	,000
	Identificação Partidária	,152	,045	,167	3,355	,001
	Participação em Comícios	,167	,050	,167	3,346	,001
a. Dependent Variable: Voto no Partido						

Anexo 15- Regressão Interesse por política 2013

Correlations						
		Interesse por Política	Identificação Partidária	Participação em Comícios	Participação em Reuniões	
Pearson Correlation	Interesse por Política	1,000	,134	,144	,196	
	Identificação Partidária	,134	1,000	,176	,046	
	Participação em Comícios	,144	,176	1,000	,305	
	Participação em Reuniões	,196	,046	,305	1,000	
Sig. (1-tailed)	Interesse por Política		,010	,006	,000	
	Identificação Partidária	,010		,001	,214	
	Participação em Comícios	,006	,001		,000	
	Participação em Reuniões	,000	,214	,000		
a. Dependent Variable: Interesse por Política						
Model Summary ^c						
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate		
1	,196 ^a	,038	,035	,48797		
2	,233 ^b	,054	,048	,48480		
a. Predictors: (Constant), Participação em Reuniões						
b. Predictors: (Constant), Participação em Reuniões, Identificação Partidária						
c. Dependent Variable: Interesse por Política						
ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	2,838	1	2,838	11,919	,001 ^b
	Residual	70,958	298	,238		
	Total	73,797	299			
2	Regression	3,994	2	1,997	8,496	,000 ^c
	Residual	69,803	297	,235		
	Total	73,797	299			
a. Dependent Variable: Interesse por Política						
b. Predictors: (Constant), Participação em Reuniões						
c. Predictors: (Constant), Participação em Reuniões, Identificação Partidária						
Coefficients ^a						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	,536	,029		18,313	,000
	Participação em Reuniões	,373	,108	,196	3,452	,001
2	(Constant)	,505	,032		15,663	,000
	Participação em Reuniões	,362	,107	,190	3,370	,001
	Identificação Partidária	,153	,069	,125	2,217	,027
a. Dependent Variable: Interesse por Política						

Anexo 16- Regressão Importância do voto 2013

Correlations					
		Importância do Voto	Identificação Partidária	Participação em Comícios	Participação em Reuniões
Pearson Correlation	Importância do Voto	1,000	,229	,140	,130
	Identificação Partidária	,229	1,000	,144	,051
	Participação em Comícios	,140	,144	1,000	,320
	Participação em Reuniões	,130	,051	,320	1,000
Sig. (1-tailed)	Importância do Voto		,000	,009	,014
	Identificação Partidária	,000		,007	,194
	Participação em Comícios	,009	,007		,000
	Participação em Reuniões	,014	,194	,000	

Model Summary ^f				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,229 ^a	,053	,049	,48606
2	,258 ^b	,066	,060	,48332

a. Predictors: (Constant), quest identificacao partidaria para regressao

b. Predictors: (Constant), Identificação Partidária, Participação em Reuniões

c. Dependent Variable: Importância do Voto

ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	3,751	1	3,751	15,875	,000 ^b
	Residual	67,569	286	,236		
	Total	71,319	287			
2	Regression	4,743	2	2,371	10,151	,000 ^c
	Residual	66,577	285	,234		
	Total	71,319	287			

a. Dependent Variable: Importância do Voto

b. Predictors: (Constant), Identificação Partidária

c. Predictors: (Constant), Identificação Partidária, Participação em Reuniões

Coefficients ^a						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	Sig.	
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	,491	,032		15,329	,000
	Identificação Partidária	,285	,071	,229	3,984	,000
2	(Constant)	,476	,033		14,539	,000
	Identificação Partidária	,277	,071	,223	3,896	,000
	Participação em Reuniões	,221	,107	,118	2,061	,040

a. Dependent Variable: Importância do Voto

Anexo 17- Regressão Dimensão do voto 2013

Correlations						
		Voto no Partido	Identificação Partidária	Participação em Comícios	Participação em Reuniões	
Pearson Correlation	Voto no Partido	1,000	,123	,017	,006	
	Identificação Partidária	,123	1,000	,176	,046	
	Participação em Comícios	,017	,176	1,000	,305	
	Participação em Reuniões	,006	,046	,305	1,000	
Sig. (1-tailed)	Voto no Partido		,017	,385	,457	
	Identificação Partidária	,017		,001	,214	
	Participação em Comícios	,385	,001		,000	
	Participação em Reuniões	,457	,214	,000		
Model Summary ^b						
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate		
1	.123 ^a	.015	.012	.42325		
a. Predictors: (Constant), Identificação Partidária						
b. Dependent Variable: Voto no Partido						
ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	.814	1	.814	4,543	.034 ^b
	Residual	53,383	298	.179		
	Total	54,197	299			
a. Dependent Variable: Voto no Partido						
b. Predictors: (Constant), Identificação Partidária						
Coefficients ^a						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	.790	.027		28,792	.000
	Identificação Partidária	.129	.060	.123	2,131	.034
a. Dependent Variable: Voto no Partido						